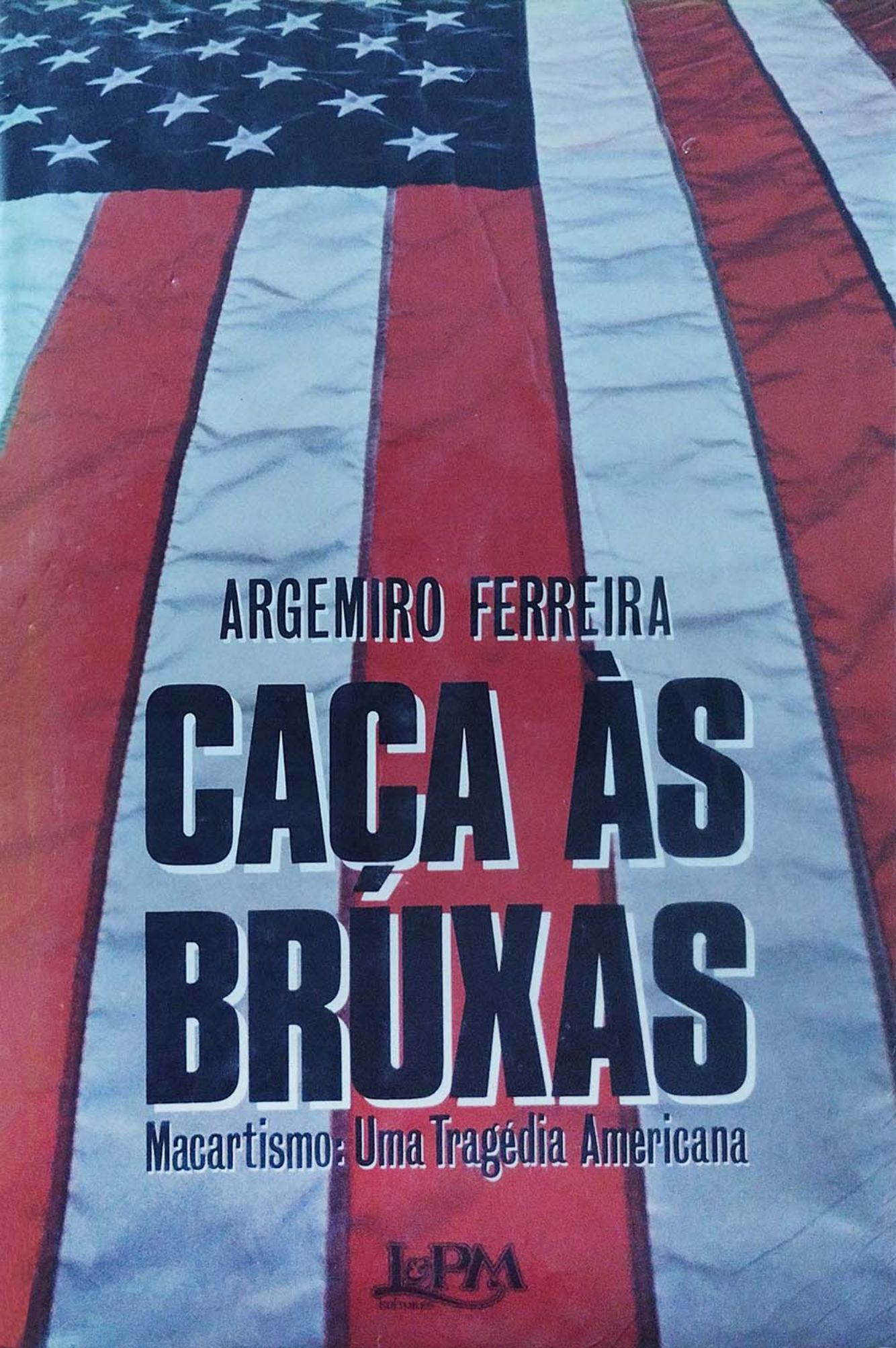


The background of the entire cover is a close-up, slightly angled view of the American flag. The stars are visible in the upper left corner, and the red and white stripes run diagonally across the frame.

ARGEMIRO FERREIRA

CACA ÀS BRUXAS

Macartismo: Uma Tragédia Americana

L&PM
Livraria e Editora



ARGEMIRO FERREIRA

CAÇA ÀS BRUXAS

Macartismo: Uma Tragédia Americana

L&PM
EDITORES

Revisão: Ana Tereza Cirne Lima, Ivaniza de Souza, Maria Clara Frantz e Manfredo Rotermond

Capa: Ivan Pinheiro Machado sobre foto do Image Bank Inc.

F383t Ferreira, Argemiro

Caça às bruxas. Macartismo: uma tragédia americana / Argemiro Ferreira. — Porto Alegre: L&PM, 1989.

272 p. ; 14x21cm.

1. Estados Unidos-História-Macartismo. I.
Título.

CDD 973.9

CDU 973.921

Catálogo elaborado por Izabel A. Merlo, CRB 10/329.

© Argemiro Ferreira, 1989

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores S/A.

Av. Nova Iorque, 306 — 90450 — Porto Alegre — RS

Praça Monteiro dos Santos, 65 — 04117 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil

Primavera de 1989

Índice

Prefácio.....	7
Cronologia.....	13
1. Introdução.....	25
2. O nascimento da Guerra Fria.....	37
3. Receita para amedrontar o país.....	47
4. Sinal verde para os caçadores.....	61
5. De Alger Hiss à espionagem atômica.....	77
6. A ascensão do senador McCarthy.....	93
7. A queda inglória de um demagogo.....	105
8. Hollywood no banco dos réus.....	121
9. A lista negra, uma instituição.....	137
10. A culpa da imprensa (I).....	155
11. A culpa da imprensa (II).....	167
12. Os liberais da Guerra Fria.....	183
13. Heróis? Vilões? Ou apenas vítimas?.....	193
14. Resistindo ao novo macartismo.....	211
15. Nós e a caça às bruxas.....	227
<i>Apêndice 1</i> — Um glossário da caça às bruxas.....	245
<i>Apêndice 2</i> — A lista negra de Hollywood.....	266
<i>Apêndice 3</i> — Uma carta de Lillian Hellman.....	269

*Para Luísa, Cecília, Paula, Elena e,
principalmente, Tereza,
mulheres da minha vida*

Prefácio

Este livro começou a ser escrito num momento em que ainda parecia bem concreta a ameaça de retorno dos Estados Unidos a algum tipo de histeria obscurantista. Logo após as eleições presidenciais de 1980, cujo resultado refletiu o clima gerado na opinião pública norte-americana pela crise dos reféns no Irã, a Heritage Foundation reclamou do novo Congresso, de tendência mais conservadora, a recriação das comissões de segurança interna — como a de Atividades Antiamericanas dos anos 40 e 50 — para caçar e esmagar subversivos que estariam agindo dentro do país.

Templo de intelectuais sofisticados da chamada Nova Direita, a Heritage Foundation foi definida certa vez por um conservador como “a General Motors do conservadorismo”. Juntamente com o American Enterprise Institute e o Center for Strategic and International Studies (Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais) da Universidade de Georgetown, buscava fornecer fundamento ideológico às opções políticas do novo presidente, Ronald Reagan. “Nossa presença torna o reaganismo mais aceitável”, chegou a dizer o presidente da Heritage.

Encerrando o período Reagan, que no final ofereceu até as imagens surpreendentes do passeio do presidente norte-americano ao lado do líder soviético na Praça Vermelha, a gente

corre o risco de subestimar o clima dos primeiros anos. Mas a verdade é que o esforço em sentido contrário existiu — tanto no Executivo, a partir da retórica do “Império do Mal”, como no Legislativo, onde pelo menos uma comissão investigadora começou a centralizar as atenções do país usando o pretexto de uma conspiração terrorista internacional dirigida do Kremlin.

Se houvesse alguma dúvida em torno disso, bastaria uma consulta aos relatórios e depoimentos sobre o escândalo Irã-Contras — mesmo o bem-comportado relatório Tower, elaborado por grupo de alto nível nomeado pelo próprio Reagan — para deixar claro que os temores não eram exagerados. Começara de fato a ser forjada uma aliança entre governo e iniciativa privada, entre o Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca e grupos de extrema direita, tendo como justificativa — como no tempo da caça às bruxas — a ameaça externa do comunismo, que na nova retórica passou a ser confundido deliberadamente com o terrorismo.

Durante quase cinco anos, os setores liberais denunciaram com insistência o clima renovado de Guerra Fria e intolerância política que ameaçava levar a um novo macartismo. Os grupos contra-revolucionários nicaraguenses (conhecidos abreviadamente como “contras”), transformados em “combatentes da liberdade” pela Casa Branca e comparados pelo próprio presidente Reagan aos heróis santificados da guerra da Independência dos Estados Unidos, misturavam-se a magnatas de extrema direita, expoentes da seita Moon e da Liga Mundial Anticomunista, recrutadores profissionais de mercenários, bandos neonazistas, oligarcas centro-americanos e notórios membros de esquadrões da morte do continente, em reuniões promíscuas como a que foi realizada no outono de 1985, em Dallas, Texas.

Paralelamente, alguns casos isolados de espionagem e o escândalo da escuta eletrônica no novo prédio da embaixada norte-americana de Moscou eram explorados no mesmo contexto pelos setores direitistas empenhados em reviver os momentos de glória dos anos 40 e 50. Nos meios de comunicação, policiados por atuante grupo dedicado a encarar liberais como comunistas (a AIM/Accuracy in Media), Rambo tornou-se o herói do mo-

mento, a explodir vermelhos em toda parte, e a série *Amerika* só não conseguiu disseminar com mais eficácia o medo de estilo macartista por ter sido concluída com atraso, chegando ao público junto com o diálogo Reagan-Gorbachev.

Continua sendo uma questão discutível o caráter cíclico dessas ondas obscurantistas — as políticas de paranóia estudadas por Richard Hofstadter e David Brion Davis. Mas o historiador do futuro, com o necessário distanciamento crítico, pode até concluir que o escândalo Irã-Contras — expondo ações clandestinas irresponsáveis do governo de Washington — e a *perestroika* de Mikhail Gorbachev contribuíram de alguma forma para livrar a geração de norte-americanos da era Reagan de alguma coisa parecida com a caça às bruxas da fase aguda da Guerra Fria. É o que se tenta mostrar no capítulo 14 (Resistindo ao Novo Macartismo).

Antes disso, o livro procura relacionar o clima de histeria coletiva às mudanças ocorridas ao fim da Segunda Guerra Mundial, com o nascimento da Guerra Fria. A obsessão com a chamada ameaça vermelha, alimentada pelos escândalos — fabricados ou não — de espionagem, levou então à busca obsessiva de subversivos e às listas negras que envenenaram o organismo da sociedade norte-americana, atentando contra os próprios direitos assegurados pela Constituição de 200 anos de existência.

O fato de serem as fontes consultadas aqui quase sistematicamente norte-americanas traduz, tenho de confessar, um reconhecimento à própria capacidade de reflexão e autocrítica do país e de seus intelectuais, como também ao caráter aberto de sua sociedade. Minha preferência pela visão crítica — incluindo-se aí também as reavaliações dos historiadores revisionistas — foi uma opção consciente, mesmo porque a interpretação ortodoxa está suficientemente disseminada. Da mesma forma, deixo de colocar em questão o comportamento soviético, não apenas porque a denúncia dele está largamente difundida, como pela carência de informações disponíveis do lado de cá — ou mesmo de lá, dadas as características ainda predominantes no mundo comunista. Com a *perestroika* e a *glasnost*, seguramente outros capítulos — mais confiáveis — serão escritos, pelos próprios so-

viéticos, sobre os efeitos da Guerra Fria e as atitudes do Kremlin, em especial na fase stalinista.

Restaria ainda fazer uma observação sobre o papel dos comunistas na sociedade norte-americana. Parece-me que ao extirpá-los de forma traumática, o país se violentou — e violentou também a tradição democrática e de liberdade de opinião e de expressão, de que se orgulha. Eles foram pintados não apenas como heréticos, mas como traidores, espiões, bandidos, conspiradores. E os comunistas assumidos fazem falta hoje à sociedade norte-americana, como segmento influente, especialmente no campo sindical. A ausência deles, entre outras coisas, leva a direita a encarar liberais como comunistas.

Graças em parte à própria obsessão anticomunista, eles podem eventualmente ter agido como conspiradores — exagerando nas ações encobertas. Mas têm de ser distinguidos dos bandidos e dos vilões do cinema macartista. O ator Ronald Reagan procurava certamente tirar partido de tal imagem ao escrever certa vez que contratara guarda-costas porque os comunistas planejavam jogar ácido no seu rosto — talvez para impedi-lo de trabalhar como galã. Não se conhece um só episódio de violência semelhante envolvendo comunistas. No entanto, o próprio Reagan tinha o hábito de privar do emprego atores suspeitos de inclinações comunistas.

Da mesma forma, filmes de Hollywood mostravam com frequência membros do Partido Comunista norte-americano praticando crimes. Pelo menos num filme, o personagem era real — existia de fato. Mas o crime cometido por ele era de mentira — pura ficção. Em compensação, o cinema nunca mostrou comunistas, esquerdistas ou simpatizantes como vítimas de fanáticos da extrema direita. E houve episódios reais desse tipo. Como o assalto de uma turba extremista a espectadores inofensivos de um show ao ar livre do cantor Paul Robeson em Peekskill, Nova Iorque. As autoridades policiais, cúmplices, só faltaram participar do linchamento.

Uma última confissão: o senador McCarthy parecerá, ao final, apenas personagem secundário. Não passou disso, na tragédia americana da caça às bruxas, também chamada de macar-

tismo. Sua morte no ostracismo, ignorado pela mesma imprensa que o transformara em manchete permanente durante pelo menos dois anos, deixou claro que não estava entre os vilões do primeiro escalão. Além disso, foi um mestre no mínimo fascinante na arte da demagogia — e, aparentemente, nunca teve consciência do mal que causava. O contrário do que acontecia com muitos outros, menos lembrados hoje como caçadores de comunistas.

• • •

Este é um livro de jornalista sobre uma questão que diz respeito, em grande parte, ao jornalismo — mas que interessa diretamente a intelectuais, atores, artistas, professores, estudantes, advogados, militantes políticos, sindicalistas e a quantos se julguem no direito de ter as próprias convicções sem correr o risco de se tornar alvo de uma onda de intolerância política por causa delas. Fui conquistado pelo tema quando engatinhava na imprensa de Belo Horizonte, ainda nos anos 50, ao ser atropelado por ele no exercício precoce da crítica de cinema. Devo esse interesse em parte aos textos de um apaixonado pelo cinema, afastado da crítica pelas exigências implacáveis do jornalismo — o mineiro Cyro Siqueira, criador em 1954 da saudosa *Revista de Cinema*.

Nos anos seguintes, também troquei o cinema pelo jornalismo — e pelas questões de política internacional. A idéia do livro, antiga, está ligada a essa trajetória pessoal, pois nunca entendi a inexistência em português de um único volume sobre assunto tão provocativo e controverso. Ao artista plástico Caulos (no registro de nascimento, Luiz Carlos Coutinho), que conheci como cartunista de jornal, credito não apenas o empenho da editora L&PM, que me cobra este livro há quatro anos, mas ainda um intercâmbio intermitente de idéias sobre o tema, que também o envolveu via Hollywood. A outro interlocutor freqüente, Sérgio Augusto, agradeço a paciência com que tolerou certos desfalques prolongados em sua biblioteca particular.

E nem seria preciso registrar que a nenhum desses amigos próximos deve ser atribuída alguma cumplicidade: pelo resultado final, obviamente, assumo inteira responsabilidade.

Argemiro Ferreira

Junho de 1989

Cronologia: A Guerra Fria e os Anos 40 e 50

Ano de 1945

FEVEREIRO

— Conferência de cúpula de Yalta, na Criméia (URSS), com a presença de Roosevelt, Stalin e Churchill.

ABRIL

— Morte do presidente Franklin Roosevelt no dia 12, quando assume a Casa Branca seu vice Harry Truman.

— Começa no dia 27 a conferência de São Francisco para a criação da Organização das Nações Unidas.

MAIO

— Termina a guerra na Europa no dia 8, com a rendição alemã. Três dias depois, Truman suspende a ajuda (Lend-Lease) à União Soviética.

JUNHO

— Os advogados do FBI e do Departamento de Justiça começam formalmente a trabalhar no processo destinado a enquadrar líderes do Partido Comunista dos EUA nos Smith Act (tentativa de derrubar o governo pela força).

— Termina a estratégia comunista de aliança com os progressistas para enfrentar o Eixo nazi-fascista. O que implicou, nos EUA, na extinção do PC, transformado numa mera Associação Política Comunista (PCA), que apoiava o esforço de guerra do governo, moratória nas greves operárias e congelamento salarial.

JULHO

— Os EUA realizam no dia 16, em Alamogordo, a primeira explosão atômica da história.

— No dia 17 começa a conferência de cúpula de Potsdam, com a presença de Truman, Stalin e o novo premier trabalhista Clemente Attlee, que derrotou Churchill na primeira eleição britânica do pós-guerra. A reunião termina a 2 de agosto.

AGOSTO

— A bomba atômica é lançada pelos EUA sobre a cidade japonesa de Hiroshima no dia 6. Nagasaki é o alvo seguinte.

— A URSS declara guerra ao Japão no dia 8, conforme estava previsto.

SETEMBRO

— Os japoneses se rendem no dia 2.

— Começam no dia 26 as audiências da Comissão de Atividades Antiamericanas (HUAC) sobre subversão comunista. Audiências que continuariam nos anos seguintes, envolvendo infiltração em sindicatos, espionagem atômica, etc.

Ano de 1946

FEVEREIRO

— O diplomata George Kennan, da Embaixada dos EUA em Moscou envia a Washington sua mensagem telegráfica de oito mil palavras sobre a necessidade de conter os soviéticos.

— J. Edgar Hoover, do FBI, envia memorando a Truman sobre as acusações dos ex-comunistas Elizabeth Bentley e Whitaker Chambers de que uma rede de espiões está infiltrada no governo e dela faz parte o antigo subsecretário do Tesouro Harry Dexter White.

MARÇO

— O ex-premier britânico Winston Churchill faz na cidade norte-americana de Fulton, no Missouri, seu célebre “discurso da Cortina de Ferro”.

JULHO

— O custo de vida nos EUA dá o seu maior salto para um período de um mês, ao, mesmo tempo em que uma onda de greves e inquietação trabalhista começa a perturbar o país.

— Washington e Moscou já divergem abertamente em relação aos problemas da Grécia, Turquia e Alemanha.

— No dia 23, o secretário do Comércio Henry Wallace envia carta a Truman defendendo a coexistência pacífica com a URSS. É o prenúncio de seu rompimento com o governo, consumado em setembro.

AGOSTO

— Moscou exige no dia 7 uma defesa conjunta turco-soviética, com o controle sobre Dardanelos (para navegação entre o Mediterrâneo e o Mar Negro), mas a Turquia, com respaldo norte-americano, rejeita a exigência.

Ano de 1947

JANEIRO

— O general George Marshall, encarregado há um ano de missão de paz entre os dois lados em confronto na China, considera fracassado o esforço e retorna.

FEVEREIRO

— Desdobrando sua mensagem telegráfica enviada um ano antes, George Kennan elabora o estudo “The Sources of Soviet Conduct”, publicado no número de julho da revista oficial *Foreign Affairs* com a assinatura “X”. Apresenta os princípios da teoria da contenção (*containment*) dos soviéticos.

MARÇO

— Num discurso em sessão conjunta do Congresso, o presidente dos EUA formula a chamada Doutrina Truman, com a promessa de ajuda à Grécia e à Turquia, contra a URSS.

JUNHO

— Os EUA anunciam o Plano Marshall, destinado a recuperar a economia europeia arrasada pela guerra. No dia 3 de julho, o plano é denunciado pelos soviéticos como trama norte-americana com o objetivo de dominar economicamente a Europa.

SETEMBRO

— Assinado no dia 2, no Quitandinha, Petrópolis, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também chamado Pacto do Rio de Janeiro. No Brasil, o PC já está colocado na ilegalidade, com a cassação dos mandatos de seus parlamentares de todos os níveis.

OUTUBRO

— Nos dias 20 a 24 e 27 a 30 são realizadas as duas primeiras séries de audiências da HUAC sobre infiltração comunista no cinema.

NOVEMBRO

— Os republicanos conquistam a maioria nas eleições, passando a controlar o Senado (51 cadeiras contra 45) e a Câmara (245 contra 118).

— No dia 24 o plenário da Câmara aprova a decisão da HUAC de processar por desacato ao Congresso os Dez de Hollywood. No dia seguinte, após reunião em Nova Iorque, os chefes dos grandes estúdios decidem demitir todos os empregados que não se submeterem à HUAC.

Ano de 1948

FEVEREIRO

— Os comunistas assumem o controle total na Tchecoslováquia, através de um golpe.

MAIO

— Em conferência interamericana realizada em Bogotá — e perturbada por uma rebelião popular — é criada a Organização dos Estados Americanos.

JUNHO

— Stalin decreta no dia 24 o bloqueio de Berlim Ocidental, em re-

presália à decisão norte-americana de integrar a economia alemã à da Europa ocidental.

JULHO

— Doze dirigentes do partido Comunista norte-americano são pronunciados, com base no Smith Act de 1940.

AGOSTO

— Pela primeira vez o ex-diplomata Alger Hiss é acusado publicamente por Whitaker Chambers de ter pertencido a uma rede de espionagem.

NOVEMBRO

— Reeleição do presidente Truman, numa surpreendente vitória sobre o republicano Tom Dewey.

Ano de 1949

JANEIRO

— Começa em Nova Iorque o julgamento de nove meses (conhecido como Batalha de Foley Square) de 12 dirigentes do PC.

ABRIL

— EUA e seus aliados firmam o Tratado do Atlântico Norte, criando a OTAN, numa ação respondida pelo bloco oriental com a assinatura do Pacto de Varsóvia.

SETEMBRO

— Explosão da primeira bomba atômica soviética, pondo fim ao monopólio nuclear norte-americano.

OUTUBRO

— Vitória de Mao Tsé-tung na China e expulsão das tropas de Chiang Kai-shek para Taiwan.

— Sai o veredito que condena os dirigentes do PC. E o juiz do caso, Harold Medina, pune os seis advogados deles por desacato e obstrução do julgamento.

Ano de 1950

JANEIRO

— O cientista Klaus Emil Fuchs confessa na Inglaterra que passou segredos atômicos aos soviéticos.

— Alger Hiss é condenado por perjúrio no dia 21, dando projeção nacional ao deputado Richard Nixon, da HUAC.

— Truman ordena no dia 31 a construção da bomba de hidrogênio.

FEVEREIRO

— Como orador da noite no Lincoln Day (12 de fevereiro), na pequena cidade de Wheeling, na Virgínia Ocidental, o obscuro senador Joe McCarthy, de Wisconsin, denuncia a existência de 205 comunistas no Departamento de Estado. É o início da era McCarthy.

JUNHO

— Começa no dia 25 a guerra da Coréia.

— Os Dez de Hollywood são sentenciados e começam a cumprir a pena na prisão, depois de esgotados todos os recursos judiciais.

JULHO

— Julius Rosenberg é preso no dia 17 sob a acusação de ter recrutado o cunhado David Greenglass (irmão de Ethel), em 1944, para uma rede de espionagem.

— O relatório de uma comissão presidida pelo senador Millard Tydings conclui que as acusações de McCarthy em fevereiro são “uma fraude e uma farsa”.

AGOSTO

— Ethel Rosenberg é presa e acusada de conspirar com o marido para espionar.

NOVEMBRO

— Nas eleições parlamentares, McCarthy consegue a derrota em Maryland do senador Tydings, que provara a falsidade de suas acusações. O episódio deixa intimidados os antimacartistas do Congresso.

Ano de 1951

MARÇO

— Começa o julgamento do casal Rosenberg perante o juiz Irving Kaufman.

— A HUAC retoma suas audiências sobre a infiltração comunista em Hollywood.

ABRIL

— Julius e Ethel Rosenberg são sentenciados à morte.

— O general Douglas MacArthur é demitido dia 11 de todos os seus postos pelo presidente Truman após pregar uma invasão da China como desdobramento da guerra da Coreia. Retorna em seguida aos EUA.

OUTUBRO

— Churchill torna-se premier de novo, após a vitória dos conservadores sobre os trabalhistas na Inglaterra.

Ano de 1952

JULHO

— No auge do poder, McCarthy é a estrela maior da convenção republicana, superado apenas pelo candidato presidencial, Dwight Eisenhower. Vários candidatos solicitam sua ajuda em campanhas estaduais.

NOVEMBRO

— Eisenhower é eleito presidente no dia 4, derrotando o democrata Adlai Stevenson. McCarthy tem papel ativo e sórdido na campanha.

— EUA explodem primeira bomba-H nas ilhas Marshall, no Pacífico.

Ano de 1953

MARÇO

— Josef Stalin morre no dia 5, na URSS.

JUNHO

— Julius e Ethel Rosenberg são executados dia 19 na cadeira elétrica, depois de esgotados todos os recursos da defesa.

JULHO

— Termina dia 26 a guerra da Coreia, com a assinatura do armistício.

DEZEMBRO

— Usando o caso Peress como pretexto, McCarthy exige o direito de acesso aos arquivos confidenciais do Exército relativos à lealdade. É o início do seu desafio ao Exército.

Ano de 1954

MARÇO

— O general Ralph W. Zwicker é humilhado ao depor perante a comissão McCarthy.

— O jornalista de televisão Ed Murrow apresenta um retrato devastador dos métodos de McCarthy no programa *See It Now*.

— O Exército faz queixa ao Senado contra o procedimento de McCarthy, que busca tratamento privilegiado para G. David Schine, assessor dele convocado a prestar serviço militar.

— Reunião da OEA em Caracas aprova resolução que abre caminho à invasão da Guatemala (organizada pela CIA e consumada pouco depois) para derrubar o governo de Jacobo Arbenz.

ABRIL

— Começa no dia 22 a maratona de audiências no Senado, presididas pelo senador Karl Mundt e transmitidas pela televisão, colocando frente a frente McCarthy e os chefes militares. McCarthy, a certa altura, ouve do advogado do Exército a pergunta que o expôs como vilão aos olhos do público. “Afinal, o senhor não tem nenhum senso de decência?”

MAIO

— Cai na Indochina a fortaleza francesa de Dien Bien Phu, abrindo caminho aos acordos de paz de Genebra (assinados em julho) e à divisão do Vietnã (que levaria a nova guerra, com tropas americanas).

AGOSTO

— Suicida-se no dia 24 o presidente brasileiro Getúlio Vargas.

NOVEMBRO

— Os reflexos da perda de poder de McCarthy são sentidos na campanha eleitoral, pois os candidatos republicanos já não o convocam e os democratas saem vencedores. Na nova legislatura, ele perde sua comissão e o poder.

— Por 67 votos contra 22, os senadores aprovam proposta da comissão presidida por Arthur Watkins, condenando McCarthy por “conduta contrária às tradições do Senado”. O vice-presidente Nixon consegue amenizar o texto, que era originalmente de censura.

Ano de 1955

JANEIRO

— O nome de McCarthy é excluído da lista oficial dos que podem ser convidados para recepções na Casa Branca.

FEVEREIRO

— Mudanças na cúpula soviética. Krushev passa a ser encarado como principal líder.

ABRIL

— Conferência afro-asiática de Bandung, na Indonésia, inicia o movimento dos não-alinhados.

SETEMBRO

— Cai o regime de Perón na Argentina.

OUTUBRO

— Juscelino Kubitschek é eleito presidente do Brasil, mas só tomará posse graças a um golpe militar em novembro, que afasta Café Filho e Carlos Luz.

Ano de 1956

FEVEREIRO

— Discurso de Nikita Krushev no dia 25, no vigésimo Congresso do PC soviético, desencadeia o processo de desestalinização.

OUTUBRO

— Tropas soviéticas invadem a Hungria para esmagar rebelião popular.

— Tropas de Israel, Inglaterra e França invadem o Egito na península do Sinai, determinadas a tomar o canal de Suez. Os invasores só retrocedem após ultimato norte-americano.

NOVEMBRO

— Eisenhower é reeleito presidente, derrotando outra vez o democrata Adlai Stevenson. McCarthy não se candidata à reeleição em Wisconsin.

Ano de 1957

JANEIRO

— Termina o mandato de senador de McCarthy, que passou praticamente no ostracismo os últimos dois anos no Congresso, aparentemente com problemas de saúde e alcoolismo.

MAIO

— McCarthy morre no dia 2, no Centro Médico Naval de Bethesda, estado de Maryland, onde estava hospitalizado desde o dia 26 de abril. Seu corpo é velado no Senado. (As comissões de investigação do Senado e da Câmara, inclusive a HUAC, continuam em pleno funcionamento nos anos seguintes).

SETEMBRO

— Eisenhower despacha tropas federais para Little Rock, Arkansas, para garantir a matrícula de negros numa escola, decidida pela Justiça.

OUTUBRO

— A URSS coloca em órbita no dia 4 o primeiro satélite artificial, Sputnik I.

Ano de 1958

JUNHO

— O general Charles de Gaulle volta ao poder, na França, como premier, para enfrentar a crise gerada pela guerra na Argélia.

OUTUBRO

— O papa Pio XII morre aos 82 anos. Angelo Roncalli, escolhido em seguida, assume como João XXIII.

Ano de 1959

SETEMBRO

— Krushev reúne-se com Eisenhower nos Estados Unidos, no que é encarado como importante passo para a distensão (neutralizado em maio do ano seguinte, quando o incidente do avião-espião U-2 faz fracassar a cúpula Eisenhower-Krushev em paris).

1. Introdução

O uso da expressão “caça às bruxas” (*witch-hunt*, nos Estados Unidos) para designar a repressão política nos anos 40 e 50 é uma alusão óbvia, de cunho claramente pejorativo, à perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. A primeira experiência, no passado mais remoto, chegara a alcançar os colonos da Nova Inglaterra no século XVII, como revela o episódio histórico das feiticeiras de Salem, estado de Massachusetts, revivido — com objetivo explícito — na peça de teatro de um dos escritores investigados nos anos 50, Arthur Miller.¹

Mas várias expressões foram também criadas para identificar o mesmo momento histórico recente a partir do nome do senador Joseph (Joe) Raymond McCarthy (1908-1957). *McCarthyism*, a mais consagrada delas, popularizou-se como *macartismo* em português e tem sido utilizada frequentemente para designar procedimentos de perseguição e caça aos comunistas e subversivos, atentados contra a liberdade de expressão e de pensamento, intolerância ideológica, repressão política, acusações irresponsáveis e sem provas.

O triunfo final do senador McCarthy é a própria dicionarização da palavra. No Dicionário Webster ela é definida como “atitude política de meados do século XX caracterizada princi-

palmente pela oposição a elementos acusados de subversivos e pelo uso de táticas envolvendo ataques pessoais a indivíduos através de alegações indiscriminadas com ampla divulgação e baseados especialmente em acusações não fundamentadas”.

O Dicionário Aurélio, que mantém na grafia o *h* do original, define o *macartismo* como uma “atitude política radicalmente infensa ao comunismo, que se desenvolveu nos Estados Unidos com a campanha desencadeada pelo senador Joseph Raymond McCarthy quando presidente do Senate’s Government Operations Committee” e, por extensão, “qualquer atitude anticomunista radical”.

Mas nos Estados Unidos o macartismo é tratado também como um período histórico: Anos McCarthy, Década McCarthy, Era McCarthy, Período McCarthy estão registrados nos livros de História, ainda que a avaliação dessa fase obscurantista varie de autor para autor. Uma sinopse histórica recente, editada pela Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), sob o título *An Outline of American History*, dá uma idéia do esforço atual no sentido de minimizar tanto a Era McCarthy como a histeria coletiva do macartismo — fenômeno que marcou não apenas o pequeno período de proeminência nacional do senador Joe McCarthy, entre 1950 e 1954, mas toda a fase mais aguda da Guerra Fria, com repercussões tão duradouras que ainda hoje são facilmente identificadas.

“O medo do comunismo no exterior — diz *An Outline*, repetindo a versão preferida no país — teve seu corolário doméstico. O público norte-americano tornou-se alarmado durante o período final dos anos 40 e início dos 50, quando se revelou que várias pessoas com simpatias comunistas tinham ocupado cargos no governo. Isso gerou temor generalizado de que as instituições americanas pudessem estar em perigo ante a subversão interna. A conseqüente procura de comunistas no governo americano foi comandada (e explorada) por um senador inescrupuloso e até então desconhecido do estado de Wisconsin — Joe McCarthy”.

Diz em seguida o texto oficial que “McCarthy eventualmente carregou demais a mão e perdeu a proeminência, mas o

fato de que tenha sido capaz de agir quase sem obstáculos durante três anos constituiu um exemplo assustador de como as liberdades democráticas podem ser tênues, mesmo num país que professa grande orgulho pela existência delas”.²

Subestimando assim a dimensão do fenômeno, reduzindo-o e atribuindo-o unicamente à ação controversa de um senador demagogo e irresponsável, a sinopse oficial subverte a realidade e evita questões incômodas — como a dos fatores relevantes que contribuíram para o aparecimento do macartismo. Nem mesmo o detalhe de ter esse senador de acanhados dotes intelectuais contado com respaldo de personalidades e instituições respeitáveis de diferentes setores da sociedade norte-americana parece desencorajar aqueles que, como os historiadores da sinopse oficial, preferem encerrar esse capítulo sinistro com a mera condenação de um único personagem. McCarthy, de fato, apenas soubera tirar proveito do clima vigente para fornecer um símbolo e um nome aos excessos e desmandos obscurantistas de um período iniciado bem antes de sua afirmação política nacional e que se prolongou além de sua morte, ocorrida em 1957. Tanto assim que dois personagens revelados para a política à sombra do macartismo, Richard Nixon e Ronald Reagan, acabaram consagrados nas três décadas seguintes, elegendo-se e reelegendo-se como presidentes do país.

Macartismo será mesmo a palavra mais adequada para o período histórico da caça às bruxas? O escritor Garry Wills tem dúvida. Lamenta que a escolha do nome tenha sido teleológica (a partir de seu produto mais perfeito), ao invés de genética — o que teria permitido premiar a palavra *trumanismo*, a partir do nome de Harry Truman. Esse presidente desencadeou, já em março de 1947, os célebres testes de lealdade — mediante Ordem Executiva (uma espécie de decreto presidencial) — e deu toda a força, em um primeiro momento, às investigações parlamentares.³ Outro autor que também estuda os períodos de repressão política nos Estados Unidos, Robert Goldstein, prefere chamar de *Truman-McCarthyism* (o que talvez pudesse ser traduzido aqui por *trumano-macartismo*) a fase que vai de 1946 a 1954.⁴

De qualquer forma, não se pode entender o significado do

macartismo (para ficar no termo já consagrado e dicionarizado), suas origens, seus efeitos e suas marcas dolorosas sem primeiro abandonar a idéia equivocada e simplista de sua limitação àquela meia centena de meses entre a ascensão fulminante e a queda surpreendente do senador que emprestou o nome ao fenômeno. Se McCarthy encontrou um fim melancólico, não muito tempo depois de ver a imprensa desprezar como matéria sem interesse um discurso no qual declarava, arrependido,⁵ ter sido toda a sua carreira um grande erro, isso não impediu o triunfo e a glória de Richard Nixon e Ronald Reagan, que se prevaleceram da caça às bruxas e jamais se arrependeram disso. Um destacou-se pelo zelo de caçador na Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara dos Deputados (HUAC, o mais duradouro dos organismos parlamentares de ação macartista),⁶ consolidando-se na política nacional em razão do papel desempenhado no esforço para condenar por perjúrio — com a conotação de traidor — o ex-diplomata Alger Hiss. O outro passou das telas às manchetes políticas graças em grande parte ao empenho patriótico para varrer do Sindicato dos Atores de Hollywood e da comunidade do cinema em geral os suspeitos de ligações ou simpatias comunistas.

No início da carreira, Nixon foi agente do Bureau Federal de Investigações (FBI). Antes de se lançar na política, Reagan espionou o pessoal do cinema, como alcagüete do mesmo FBI. Tais detalhes ajudam a entender que tão significativo como a ascensão desses dois foi o longo reinado — alguma outra palavra poderia defini-lo melhor? — do todo-poderoso J. Edgar Hoover na direção do FBI, cantado em prosa e versos, em livros, filmes e séries de televisão, ao mesmo tempo em que movia uma incansável guerra secreta contra a liberdade política no país. Não é preciso aceitar sem discussão a afirmação do senador McCarthy, feita desde os primeiros momentos de sua carreira de caçador de subversivos, de que obtinha todas as informações para as suas denúncias diretamente de agências como o FBI, para reconhecer que o Bureau intocável de Hoover desempenhou papel-chave durante a histeria macartista.

Como Nixon e Reagan, Hoover entrou no negócio do anti-

comunismo bem antes do senador McCarthy, de quem foi amigo pessoal e admirador. Perante os membros da HUAC, ele se apresentava, já em 1947, como “um arcebispo que atende ao chamado dos irmãos leigos”, conforme destacou um historiador da comissão.⁷ Naquele distante 26 de março de 1947, Hoover fez questão de encorajar o fervor da HUAC com a afirmação de que os Estados Unidos tinham em sua população um comunista para cada grupo de 1814 pessoas, o que podia ser considerado alarmante porque — ainda na tese do FBI — a proporção na União Soviética em 1917, ano da Revolução de Lenin, era de um para 2.777. Hoover foi, ainda, uma espécie de autoridade suprema, última instância, na caracterização de qualquer entidade ou grupo como organização de fachada (ou de frente) do Partido Comunista — definição capaz de condenar ao desemprego qualquer um que, mesmo num passado remoto, tivesse mantido com ela alguma ligação.

“Front group” ou “front organization” tornaram-se expressões rotineiras de Hoover e McCarthy, ao lado de “fellow traveler”, “dupes”, “reds”, “commies”, “spy ring”, “security risks” e outras de uso freqüente ainda hoje no vocabulário anticomunista.⁸ Os comunistas e seus aliados liberais, segundo a visão dos caçadores de bruxas, eram culpados não de dissidência ou heresia, mas de conspiração. “Mestres do disfarce”, na definição do diretor do Bureau, criavam “uma estrutura de sabotagem, sedição, espionagem e traição contra o povo e o governo dos Estados Unidos”.⁹

O combate ao comunismo era colocado no nível da luta contra o crime, que construía a imagem respeitada do FBI. A serviço da sociedade, o Bureau dispunha-se a livrar o país das idéias comunistas e de seus simpatizantes, entre eles os chamados inocentes úteis, da mesma forma como combatia conspirações criminosas, o crime organizado, as quadrilhas de traficantes, os mercadores de escravas brancas, as redes de lenocínio, etc. Eles podiam estar tanto no coração do governo, a roubar segredos de superarmas, como nos sindicatos, a planejar greves destinadas a sabotar a economia. De acordo com esse raciocí-

nio, toda a vida do país estava sendo também envenenada por tais conspiradores, infiltrados em setores chaves.

Como a indústria do cinema tornou-se um dos alvos prioritários dos caçadores, seus produtos, antes e depois do assalto macartista, estão hoje entre os dados mais reveladores do período. A atividade do Partido Comunista em Hollywood nas décadas de 30 e 40 e os efeitos da caça às bruxas a partir de 1947 refletem-se de alguma forma nos filmes que produziu e exportou. O presidente da HUAC que primeiro investiu contra o pessoal do cinema, J. Parnell Thomas, prometeu formalmente apresentar um “estudo amplo” da propaganda comunista infiltrada nos filmes, o que jamais se materializou. Em compensação, é possível hoje ter uma boa idéia, através do estudo do conteúdo dos filmes, tanto da limitada influência esquerdista na produção anterior ao macartismo, como da posterior ingerência dos grupos direitistas. Os filmes continuam freqüentando os horários da madrugada das emissoras de televisão — aqui, nos Estados Unidos e em outras partes — como documentos eloqüentes de uma época.

A escritora Dorothy Jones fez uma análise minuciosa de todos os filmes dos quais tinham participado roteiristas acusados de ligação com o Partido Comunista — especialmente os 159 escritos pelos que ficaram conhecidos como os Dez de Hollywood e com destaque para John Howard Lawson (chefe local do PC, chamado de “Czar Vermelho” do cinema). Jones chegou a comparar rigorosamente a linha do partido a cada época com o conteúdo dos filmes então produzidos. Concluiu não haver qualquer relação: as produções de nenhuma forma refletiam os pontos de vista partidários.¹⁰ Existem, no entanto, os casos excepcionais de três filmes produzidos praticamente por encomenda do governo norte-americano, em 1943 e 1944, para agradar aos aliados soviéticos: *Missão em Moscou* (Mission to Moscow), *Estrela do Norte* (North Star) e *Canção da Rússia* (Song of Russia).

Os dois últimos foram acusados apenas de apresentar de forma excessivamente simpática os personagens russos. Em *Canção da Rússia*, um discurso de Stalin pelo rádio, conclaman-

do à luta contra o invasor nazista, é acompanhado com emoção patriótica em todo o país. Já o primeiro filme, dirigido pelo Michael Curtiz de *Casablanca*, chegou a ser denunciado por graves deformações, inclusive na maneira de apresentar os expurgos stalinistas de 1938 e 1939. Mas o autor da história original era o embaixador de Roosevelt em Moscou, Joseph Davies, que aparece pessoalmente na abertura, exaltando o trabalho da Warner, produtora. E o autor do roteiro — o mesmo Howard Koch de *Casablanca* — nunca pertenceu ao PC, embora tenha sido condenado ao desemprego em 1951, quando foi incluído na lista negra.

O que se constatou, paradoxalmente, é que o pessoal do PC em Hollywood destacava-se como capaz de escrever os roteiros mais apaixonadamente patrióticos da época da guerra. A escritora Nora Sayre, que fez a afirmação num livro sobre os filmes da Guerra Fria,¹¹ ocupa-se especialmente de um filme escrito pelo mais notório dos comunistas, Lawson, com diálogos adicionais de outro dos Dez de Hollywood, Alvah Bessie. Trata-se de *Action in the North Atlantic* (Camboio para o Leste), de 1943. Mas ela ainda poderia ter citado *Sahara*, feito no mesmo ano, com outro roteiro de Lawson. Albert Maltz e Ring Lardner JR, que também foram do partido, exibem igual patriotismo em *Cloak and Dagger* (O Grande Segredo), no qual exaltam o destemor patriótico da CIA, que àquela época ainda era chamada OSS (Office of Strategic Services) mas já tinha o superespião Allen Dulles como estrela. E outros escritores do PC contribuíram com o mesmo entusiasmo para o esforço de guerra (oficialmente dissolvido nos Estados Unidos em 1944, o partido sobreviveu algum tempo apenas como associação, com um *slogan* singular: “O comunismo é o americanismo do século XX”)¹².

Patrióticos também pretendiam ser os filmes produzidos por Hollywood sob a influência da caça às bruxas. A partir de 1947 e até que se desanuviasse o clima carregado da Guerra Fria, os estúdios abandonaram certa produção de qualidade e conteúdo social, olhada com suspeita pelos investigadores, e passaram a colocar no mercado — atendendo a sugestão dos inquisidores da HUAC — dezenas de filmes de propaganda anticomunista

cujo nível era geralmente baixo, próximo ao ridículo. Para responder ao temor de que os comunistas pudessem infiltrar a linha do partido nos seus produtos, Hollywood envenenou o país com a série que incluiu, entre outros, *The Iron Curtain* (A Cortina de Ferro-1948), *The Red Menace* (A Ameaça Vermelha — 1949), *I Married a Communist* (Casei-me com um Comunista — 1949), *I Was a Communist for the FBI* (Fui Comunista para o FBI — 1951), *The Whip Hand* (Cruéis Dominadores — 1951), *Walk East on Beacon/The Woman on Pier 13* (Caminhe para Leste — 1952), *Big Jim McLain* (Uma Aventura no Pacífico — 1952), *Invasion, U.S.A.* (A Invasão dos EUA — 1952), *My Son John* (Não Desonres o Teu Sangue — 1952), *Man on a Tightrope* (Os Saltimbancos — 1953), *The Trial* (A Fúria dos Justos — 1955). O ciclo continuou até os dias atuais (1952 foi o ano crítico, com nada menos de 13 filmes), mas só uns poucos (como *The Trial*) escapavam da caricatura grotesca que chega a provocar gargalhadas hoje — como é o caso, por exemplo, de *My Son John*.

A safra certamente contribuiu para impor o estereótipo clássico do comunista comedor de criancinhas — e não apenas nos Estados Unidos, já que a produção de Hollywood era dominante nas telas do mundo. Segundo Dorothy Jones e Nora Sayre, que analisaram com extremo rigor o conteúdo desses filmes, era evidente a intenção dos estúdios de aplacar, com tal linha de produção, os caçadores de comunistas da época. Sayre não resiste ao humor ao analisar essa tendência cinematográfica dos anos 50: “Esses filmes nos instruem especialmente sobre como são os comunistas americanos: a maioria consegue mostrar-se excepcionalmente macilenta ou desgraçadamente gorducha. Às vezes, são efeminados: não se pode confiar num homem que usa luvas. Mas nos filmes que retratam agentes destemidos do FBI, é muito difícil distingui-los do inimigo, já que um e outro movem-se furtivamente em cantos de rua usando capas e chapéus parecidos, ao mesmo tempo em que fingem ler jornais. É difícil distingui-los também porque muitos atores de categoria inferior usados nesses filmes carecem de características próprias — simplesmente se parecem. Bem na hora que a gente acha estarem os patifes se reunindo para conspirar, descobre que ali estão os moci-

nhos e não os vilões. Mas em algumas cenas conseguimos identificar o comunista porque a sombra dele se projeta de forma mais negra e comprida do que a de seu adversário. Além disso, o comunista de filme caminha curvado para a frente, revelando aí a dedicação à causa. De vez em quando, veste-se com elegância e usa bengala e alfinete de gravata — o que prova a hipocrisia dele. De qualquer forma, a maioria é desprezível”.

Segundo Nora Sayre, “as louras más (desses filmes) costumam pedir uísque triplo — ou então são viciadas em absinto. E quase sempre seduzem jovens ‘impressionáveis’, arrastando-os para o partido. Os comunistas também têm o hábito de conspurcar inocentes instituições americanas: reúnem-se nos parques públicos de Boston ou então levam, para serem identificados, um exemplar de *Seleções*, uma bolsa de viagem da TWA, etc. Fazem coisas assustadoras com bandeiras. Desprovidos de humor, pedem que se explique uma ‘piada’. Também são incapazes de fazer perguntas corriqueiras, a não ser quando oferecem bebida (‘Mais uísque?’) a um possível recruta. Fora disso, estão sempre gritando quando querem respostas para alguma pergunta. Comunista de filme é sistematicamente cruel com bichos (e não sabemos como trata os filhos: jamais tem filhos, talvez para garantir ao público que comunistas não proliferam). Muitas vezes é possível identificá-los pela maneira como soltam a fumaça do cigarro lentamente pelo nariz, antes de ameaçar a vida de alguém ou sugerir que a respectiva família poderá sofrer graves consequências. Hollywood também usou frequentemente a fórmula de substituir comunistas por gângsters — o que permitia ao público sentir-se em casa com a imagem familiar do criminoso”.¹³

Sayre observou ainda que comunista de filme não cumpre promessas; fica enlouquecido ao ser preso; dedica-se exageradamente a espionar os próprios companheiros, o que mal lhe deixa tempo para a espionagem propriamente dita. Quando um deles se arrepende e tenta abandonar o partido, os outros ou o entregam ao FBI (para que seja deportado) ou simplesmente o eliminam. São todos assassinos desalmados que não hesitam em jogar uns aos outros à frente de trens, das janelas de prédios ou em

atormentar o companheiro até o suicídio. Tais imagens foram disseminadas obsessivamente pelo cinema da Guerra Fria, às vezes pretendendo ser a reprodução fiel de fatos reais (como em *Fui Comunista para o FBI e Caminhe para Leste*). Como ainda sobrevivem, essas imagens hoje ajudam a entender a histeria coletiva no fenômeno macartista.

Gerações inteiras, em diferentes países, formaram-se sob essa influência, que não chegava somente pelas telas — penetrava através dos diversos veículos de informação. Em 1965, por exemplo, um autor norte-americano procurou mostrar como certas histórias em quadrinhos tinham passado a envolver seus personagens na Guerra Fria, para combater a ameaça comunista.¹⁴ Textos didáticos de história sofriam deformações semelhantes, rendendo-se a estereótipos macartistas, conforme procuraram demonstrar outros estudiosos.¹⁵ A Alfândega e os Correios entregavam-se igualmente à censura patriótica, inclusive com violação e interceptação em larga escala de correspondência procedente de certos países, a pretexto de que “pessoas ignorantes podem ler e acreditar”.¹⁶ Entidades profissionais de médicos, arquitetos, advogados e outras submeteram-se à pressão para adotar juramentos de lealdade iguais aos impostos por Truman no serviço público.¹⁷ Os advogados foram particularmente afetados a partir de 1949, quando todos os que defendiam 11 dirigentes comunistas enquadrados no Smith Act (o julgamento nova-iorquino que ficou conhecido como “Batalha de Foley Square”) acabaram igualmente condenados à cadeia, acusados de conduta imprópria e desacato à corte. A American Bar Association (uma espécie de Ordem dos Advogados dos EUA) sujeitou-se de tal forma aos padrões macartistas que rotineiramente aprovava resoluções excluindo do exercício da profissão advogados que ousavam defender comunistas ou recomendar a clientes que invocassem a Quinta Emenda constitucional para se defenderem. Desapontado com esse comportamento, o próprio presidente da Suprema Corte, Earl Warren, decidiu em 1957 retirar-se dos quadros da ABA.¹⁸

Como se verá nos capítulos seguintes, a resistência à onda de intolerância só se fazia sentir na defesa dos muitos liberais co-

lhidos por equívoco — “vítimas inocentes” dos métodos condenáveis do macartismo, segundo os editoriais dos poucos jornais respeitáveis que se atreviam a criticar a caça às bruxas. Aceitava-se na prática o princípio básico de que não tinham os mesmos direitos constitucionais aqueles que adotavam idéias comunistas ou que defendiam comunistas. O estigma tornou-se tão terrível que em pleno ano de 1989 comunistas dos anos 40 e 50 ainda teimam em esconder que o tenham sido e optam pelo anonimato, mesmo quando concordam em falar a pesquisadores sobre aquele tempo.¹⁹ No entanto, os comunistas tinham sido aceitos como tal durante a administração Roosevelt — estiveram aliados abertamente ao governo, no esforço de guerra, embora em nenhum momento tenham chegado a se tornar grande força política. A presença deles passou a ser repelida de 1947 em diante, como uma obsessão, em nome da liberdade. E para varrer de todas as atividades do país esse suposto inimigo da liberdade, os caçadores de bruxas acabaram por recorrer a uma repressão devastadora que teve como principal vítima essa mesma liberdade.

NOTAS

¹ A peça de Miller, *The Crucible*, foi adaptada para o cinema por Jean-Paul Sartre, no filme (co-produção França-Alemanha Oriental) *Les Sorcières de Salem*, dirigido por Raymond Rouleau em 1957. Sobre sua base histórica, ver Dennis Welland, *Notes on The Crucible* (Longman York Press, 1980), 35.

² *An Outline of American History* (International Communication Agency, 1982), 156

³ A afirmação de G. Wills está na introdução a Lillian Hellman, *Scoundrel Time* (Bantam Books, 1977), 19.

⁴ Ver o capítulo 9, “Truman-McCarthyism, 1946-1954”, em R. Goldstein, *Political Repression in Modern America From 1870 to the Present* (Schenkman, Cambridge, 1978).

⁵ Citado por Edwin R. Bayley, *Joe McCarthy and the Press* (The University of Wisconsin Press, 1981), 217-218; e também por J. Aronson, *The Press and the Cold War* (Beacon Press, Boston, 1973), 85-86.

⁶ Embora a comissão fosse chamada oficialmente de House Committee on Un-American Activities (HCUA), acabou consagrada como HUAC.

⁷ Walter Goodman, *The Committee — The Extraordinary Career of the House Committee on Un-American Activities* (Secker & Warburg, Londres, 1969), 196.

⁸ Veja, no final deste livro, o apêndice 1, com um glossário da caça às bruxas.

⁹ E. R. Bayley, op. cit., 5.

¹⁰ Dorothy B. Jones, "Communism and the Movies — A Study of Film Content", em John Cogley, *Report on Blacklisting, I. Movies* (The Fund for the Republic, 1956), 196.

¹¹ Nora Sayre, *Running Time: Films of the Cold War* (The Dial Press, Nova Iorque, 1982), 68-72.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, 80-83.

¹⁴ Daniel J. Leab, "Cold War Comics" *Columbia Journalism Review*, vol. 3, n. 4 (1965), 42-47.

¹⁵ Norman Markowitz, "Reds and Red Scares: The Treatment of Communism in U.S. History Textbooks"; Carol E. Morgan, "Textbook Portrayals of the Origins of the Cold War", em *The United States Educational System: Marxist Approaches* (Marxist Educational Press, Mineápolis, 1980), 173-200.

¹⁶ A frase, de Abe Goff (então Post Office Solicitor, que equivalia na prática a censor chefe), é citada por David Caute, *The Great Fear — The Anti-Communist Purge Under Truman and Eisenhower* (Simon and Schuster, Nova Iorque, 1978), 403.

¹⁷ D. Caute, idem.

¹⁸ O caso dos advogados na Batalha de Foley Square é um dos capítulos ("Kill the Lawyers — Guilt by Representation") de Stanley I. Kutler, *The American Inquisition — Justice and Injustice in the Cold War* (Hill and Wang, Nova Iorque, 1982), 152-182. A decisão de Warren é citada em D. Caute, op. cit., idem.

¹⁹ Um caso extremo parece ser o dos pais do jornalista Carl Bernstein, que publicou em 1989 o livro *Loyalties: A Son's Memoir* (Simon & Schuster). O pai e a mãe tentaram convencê-lo a não revelar no livro que tinham pertencido ao PC. "Vai destruir minha vida outra vez", argumentou a mãe. Ver, a propósito, Zachary Sklar, "The Growing Up Red Blues", *The Nation*, 10-4-1989.

2. O nascimento da Guerra Fria

Foi numa carta escrita há quase dois séculos a Thomas Jefferson que James Madison, considerado o pai da Constituição, observou ser praticamente “uma verdade universal” que a “perda da liberdade em casa deve ser debitada aos preparativos contra o perigo, real ou suposto, que vem de fora”.¹ No caso das relações entre o nascimento da Guerra Fria e as origens do macartismo, o vínculo parece particularmente claro.

O documento geralmente aceito como uma espécie de certidão oficial de nascimento da Guerra Fria é o discurso pronunciado a 5 de março de 1946, na cidade norte-americana de Fulton, Missouri, pelo ex-premier Winston Churchill — o estadista conservador que conduziu os ingleses à vitória contra o nazi-fascismo mas acabou derrotado pelos trabalhistas de Clement Attlee em 1945, na primeira eleição geral do país após o triunfo aliado.

Conhecido como “discurso da cortina de ferro”, por ter aplicado pela primeira vez essa expressão à situação surgida no pós-guerra, o texto conclamava os Estados Unidos a “uma associação fraternal dos povos de língua inglesa” para enfrentar o que Churchill considerava uma crescente ameaça comunista. “De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente, permitindo que governos poli-

ciais tomem conta da Europa Oriental”, disse. Para ele, os soviéticos só respeitavam a força “e não há nada que eles respeitem menos do que a fraqueza, especialmente a fraqueza militar”.

No seu clássico *The Cold War and Its Origins, 1917-1960*, o historiador revisionista D. F. Fleming discorda da interpretação ortodoxa da “ameaça soviética” ao explicar a importância do documento: “Se houver uma Terceira Guerra Mundial, o discurso de Churchill em Missouri será o documento básico para esclarecer suas origens. Foi dele o primeiro retrato de corpo inteiro de uma Rússia Vermelha à conquista do mundo. Respalda-do pela imensa autoridade de seu passado recente na guerra e pelo encanto de sua grande personalidade, o discurso condicionou muitos milhões de seus ouvintes em favor de um *cordon sanitaire* em volta da Rússia e do desencadeamento de uma cruzada mundial para esmagar o comunismo no mundo inteiro, em nome da democracia anglo-saxônica. Impresso, o grito de batalha de Churchill tornou-se a bíblia de todos os que queriam guerra no mundo. Pois aquele texto dizia tudo o que eles queriam dizer e, como tinha o respaldo de um grande nome, podia ser usado indefinidamente com grande efeito”.²

Da parte das autoridades norte-americanas, no entanto, já tinha havido indicações claras de que partilhavam dessas convicções de Churchill. A rigor, pelo menos outras duas datas podem ser encaradas também como de nascimento da Guerra Fria — a da morte do presidente Franklin Delano Roosevelt a 12 de abril de 1945, apenas dois meses após a conferência de Yalta, e a do lançamento da bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroshima, a 6 de agosto do mesmo ano.

Doze dias depois da morte de Roosevelt, o então secretário da Guerra (hoje o título é secretário da Defesa, mas as funções são idênticas: chefe do Pentágono) Henry L. Stimson avisou o novo presidente, Harry Truman, sobre “um assunto altamente secreto”. Stimson estava certo de que o desenvolvimento da bomba atômica, através do Projeto Manhattan, teria efeito decisivo sobre a política exterior dos Estados Unidos. Na sua opinião, seria uma jogada de mestre no campo diplomático, em

meio às dificuldades daquele momento internacional. As potências aliadas estavam então profundamente envolvidas num tenso debate público sobre o significado de Yalta.³

Nessa conferência realizada em fevereiro, Roosevelt, Churchill e Stalin tinham enfrentado a questão das áreas de influência do Leste ou do Oeste, na Europa Central e Oriental. O avanço do Exército Vermelho deixara o Ocidente numa posição enfraquecida na mesa de negociações e considerava-se importante o entendimento com Stalin antes que as tropas dos Estados Unidos iniciassem a retirada do continente. A Polônia era encarada como questão-chave. O equilíbrio ali entre os políticos inclinados para o Ocidente e os mais próximos dos soviéticos poderia estabelecer os padrões a serem seguidos mais tarde no resto da Europa Oriental. Mas Yalta terminara com um acordo mais aparente do que real: os três grandes interpretavam de forma diferente o texto pouco definido. Roosevelt, na sua conhecida linha de cooperação e conciliação, pode ter ficado atônito entre a firmeza de Churchill, favorável à maior influência ocidental, e a obstinação de Stalin, em sentido contrário.

O professor norte-americano Gar Alperovitz discorda, com base em documentação abundante, da tese de que a política de Washington, após a morte de Roosevelt, prosseguiu numa direção conciliatória, tentando equacionar os problemas da paz com apoio numa cooperação sólida com os soviéticos. Ele questiona aqueles que dizem só ter havido uma mudança ante a intransigência soviética, já em 1947. “Longe de seguir a política de cooperação de seu antecessor — diz — Truman lançou-se, tão logo assumiu, numa política exterior dura, com o objetivo de reduzir ou eliminar a influência soviética na Europa”.⁴

O livro de Alperovitz é principalmente um esforço para expor o importante papel desempenhado pela bomba atômica na formulação da política exterior norte-americana nesse período, especialmente em conexão com o único encontro de Truman e Stalin, na conferência de Potsdam, em julho-agosto de 1945. “Creio firmemente — assinala — que a bomba atômica não apenas influenciou a diplomacia, mas determinou muitas das posições de Truman quanto a uma política dura com o objetivo

de forçar uma aceitação soviética dos planos norte-americanos para a Europa Central e Oriental”. Truman, acha ele, seguia rigidamente uma política sutil esboçada por Stimson, ao mesmo tempo em que acompanhava a opinião do secretário de Estado James F. Byrnes de que a bomba, conforme as palavras do próprio presidente em *Year of Decisions*, “nos colocou numa posição de impor nossos próprios termos para o fim da guerra”.

Antes de ser a bomba testada, as autoridades responsáveis pela formulação da política exterior dos Estados Unidos, apesar do seu desejo de se opor à política soviética, tinham sérias dúvidas de que norte-americanos e britânicos pudessem desafiar a predominância soviética na Europa Oriental. Nem Roosevelt e nem Truman acreditavam que a população dos Estados Unidos fosse permitir a retenção de uma grande parcela de forças convencionais norte-americanas na Europa após o fim da guerra.

O poder de barganha dos soviéticos no leste da Europa era muito maior do que o dos aliados ocidentais, situação que mudou com o impacto da nova arma. Entre Yalta, em fevereiro, e Potsdam, em julho, houve a mudança de posição que permitiu aos Estados Unidos, graças à bomba, ficarem mais duros na mesa de negociações. O próprio Churchill escreveu: “Tínhamos agora em nossas mãos algo capaz de equilibrar a balança com os russos”.

Daí porque não faz sentido a tese oficial de que as explosões de Nagasaki e Hiroshima tinham como objetivo “salvar milhões de vidas” e abreviar a guerra com os japoneses. Nem os principais chefes militares norte-americanos da época consideravam necessário o uso da nova arma. O comandante supremo das forças aliadas na Europa, general Dwight Eisenhower, registrou em suas memórias (*Mandate for Change*) que “não era necessário ameaçar o Japão com aquela coisa pavorosa”. E antes de ser usada a bomba, todos os membros do Estado-Maior Conjunto advertiam que o Japão seria forçado a se render incondicionalmente sem essa arma e sem uma invasão.

O general George Marshall, então na chefia do Estado-Maior Conjunto, fez, a 18 de julho de 1945, a advertência de que “o impacto da entrada dos soviéticos na guerra do Pacífico contra

os já desesperados japoneses pode muito bem ser a ação decisiva para levá-los à capitulação”. Antes e depois do bombardeio atômico, o almirante William Daniel Leahy esteve convencido — conforme escreveu em *I Was There*, seu livro de memórias — que “o uso dessa arma bárbara em Hiroshima e Nagasaki não representava qualquer ajuda material na nossa guerra contra o Japão” porque “os japoneses já estavam derrotados e prontos para se renderem”. O almirante Ernest Joseph King também disse, em sua autobiografia (*Fleet Admiral King*), que durante a maior parte de 1945 considerou desnecessário o uso da bomba, enquanto os generais Henry Harley Arnold e Curtis Emerson LeMay definiam assim a posição da Força Aérea: “Se a bomba atômica seria ou não lançada, não cabia à Força Aérea decidir, mas a explosão da arma não era necessária para ganhar a guerra ou evitar uma invasão”.

Se Eisenhower achava que o Japão naquele momento “estava procurando apenas uma forma de se render com um mínimo de dignidade”, o chefe militar diretamente afetado — o general Douglas MacArthur, comandante das forças aliadas no Pacífico — foi simplesmente informado da decisão de usar a arma em Hiroshima. E como Eisenhower, ele declarou muitas vezes, nos anos seguintes, que tinha considerado completamente desnecessário, do ponto de vista militar, o lançamento da bomba atômica.

O que explica as explosões é o fato de meses antes delas a bomba já estar transformada no próprio fundamento da diplomacia norte-americana frente aos soviéticos. Alperovitz destaca a relevância dos esforços para se protelar soluções e definições, à espera da nova arma que daria uma posição de força a Washington. Mas especialmente significativo foi o comportamento do secretário da Guerra Stimson, que tanto contribuíra, juntamente com o secretário de Estado Byrnes, para a decisão adotada por Truman. Poucas semanas após o bombardeio atômico, Stimson já se mostrava arrependido e convencido de que a nova arma fora usada muito mais contra os soviéticos do que contra os japoneses.

Stimson deixou o Departamento da Guerra, em setembro

de 1945, certo de que tinha sido um erro utilizar a bomba para ganhar objetivos diplomáticos (“de longe, um dos rumos mais perigosos”, como registrou no diário). Seu último esforço foi em favor de um contato imediato e direto com Moscou, a fim de tentar estabelecer um controle internacional da energia atômica, capaz de evitar “uma corrida armamentista de caráter talvez desesperado”. Num memorando de 11 de setembro a Truman, ele foi profético: “Se fracassarmos agora em nossa aproximação com os soviéticos e simplesmente insistirmos em negociar usando ostensivamente essa arma como nossa vantagem, as suspeitas e a desconfiança dos soviéticos em relação aos nossos propósitos e motivos irão aumentar”.

A queda de Stimson foi também o prenúncio de uma cisão dentro da própria administração democrata do presidente Truman. Um rompimento que só se tornou público aos poucos, com o endurecimento da política externa. A 23 de julho de 1946, uma carta enviada a Truman pelo então secretário do Comércio — e ex-vice-presidente — Henry Wallace, encarado à esquerda como o legítimo herdeiro político de Roosevelt e do New Deal, defendeu em termos vigorosos a coexistência e a *détente* com os soviéticos. Preparava, assim, o terreno para uma renúncia traumática, afinal concretizada após um discurso de Wallace a 12 de setembro.⁵

Até esse rompimento, Truman ainda mantinha publicamente certa ambigüidade. Embora estivesse presente, por exemplo, à cerimônia durante a qual Churchill pronunciara o “discurso da cortina de ferro”, em Fulton, o presidente, ao ouvir as críticas de Wallace, justificou que não tomara conhecimento antecipado do texto e que fora surpreendido pelo seu conteúdo. Há indícios de que o presidente, ao contrário, tivera acesso à íntegra do pronunciamento, mas a ambigüidade pode ser explicada pela popularidade de que ainda desfrutava a linha rooseveltiana de cooperação pacífica entre os aliados no pós-guerra.

Uma pesquisa de opinião pública realizada imediatamente após o discurso mostrara que a tese exposta por Churchill só tinha a aprovação de 18 por cento das pessoas ouvidas. Mas a maciça cobertura favorável da imprensa nas semanas seguintes in-

verteu a tendência, pois um mês depois outra pesquisa já revelava um índice de aprovação de 85 por cento. Também alguns analistas da imprensa perceberam a mudança e um deles chegou a escrever que se invertera “o *momentum* do sentimento pró-soviético criado durante a guerra”.⁶ A cisão dentro do governo, provocada por isso, foi mais tarde explicada pelo próprio Wallace:

“Desde que (Henry) Morgenthau e (Harold) Ickes saíram, percebi que era uma questão de meses até que também eu tivesse de deixar o gabinete. Eu queria sair com uma base que viesse a ajudar um entendimento entre os Estados Unidos e a Rússia, assegurando a paz. Queria dramatizar a paz. Não pretendia que meu discurso de 12 de setembro provocasse a saída. Conhecendo o número de pessoas no governo e no Congresso que consideravam importante um confronto com a Rússia, em vez de um entendimento, achei ser inevitável que, mais cedo ou mais tarde, eu tivesse de renunciar por isso. Assim, se não tivesse sido por aquele discurso, teria sido por outro, sem dúvida”.⁷

O próprio estilo conciliador — e às vezes também ambíguo — do presidente Roosevelt pode ter contribuído de alguma forma para o desfecho traumático de setembro de 1946. Na convenção democrata de 1944, ele tinha sido vigorosamente pressionado pela ala mais conservadora do partido, então minoritária, no sentido de substituir o então vice-presidente Wallace na chapa. As pesquisas de opinião registravam preferência esmagadora por Wallace contra qualquer outro nome. Sobre Truman, senador por Missouri e preferido dos democratas conservadores, a vantagem de Wallace era de 65 contra apenas dois por cento.

Uma palavra firme do presidente poderia forçar os conservadores a um recuo, mas Roosevelt, já enfraquecido pela doença, preferiu, a pretexto de manter a unidade partidária, transferir a decisão para a própria convenção. No desdobramento desse episódio, firmou dois documentos. Num deles — uma carta ao senador Samuel Jackson, que presidia a convenção — afirmou: “Trabalhei com Henry Wallace na vice-presidência durante os últimos quatro anos. Antes disso, durante oito anos, ele

esteve ao meu lado como ministro da Agricultura. E também trabalhamos juntos anteriormente. Gosto de Wallace, tenho respeito por ele, é um amigo pessoal. Por essas razões, pessoalmente votaria nele para ser de novo o vice-presidente na chapa, caso eu fosse delegado na convenção. Mas não quero dar a impressão de que estou ditando uma solução aos convencionais. Obviamente, a decisão cabe à convenção. Ela deve — e estou certo de que o fará — considerar devidamente os prós e os contras de sua escolha”.

A outra carta era dirigida ao principal dirigente político do Missouri, Robert Hannegan, um dos que estavam empenhados em substituir Wallace por Truman na chapa. Dizia o texto: “Meu caro Bob, você me escreveu sobre Harry Truman e Bill Douglas. Claro que ficaria feliz de me candidatar ao lado de um deles. Acho que tanto um como o outro de fato reforçariam a chapa presidencial do Partido Democrata”.⁸

Embora Wallace tenha vencido o primeiro escrutínio na convenção, com uma votação expressiva, não obteve a maioria absoluta. E no segundo as manobras de bastidores dos conservadores conseguiram garantir o triunfo de Truman, ante a pouca habilidade de Wallace no manejo da máquina partidária. Começou aí o processo de cisão da administração democrata, agravado depois pelas mudanças na política exterior legada por Roosevelt. Quando o presidente iniciou o novo mandato e nomeou Wallace para o Departamento de Comércio — desalojando daí o texano Jesus (Jesse) H. Jones, preferido pelos conservadores — criou mais uma aresta para o ex-vice-presidente.

A dissidência de Wallace — que viria a ganhar o apoio da esquerda norte-americana, inclusive do Partido Comunista — foi um dado fundamental na contestação da política de Guerra Fria e de seus efeitos domésticos. E igualmente relevante foi o papel dos conservadores democratas, que se tornariam aliados naturais da oposição republicana nas denúncias de infiltração comunista que fundamentaram a caça às bruxas.

NOTAS

¹ Citado por David Wise, *The American Police State — The Government Against the People* (Vintage Books, Nova Iorque, 1976), 401.

² Citado por James Aronson, *The Press and the Cold War* (Beacon Press, Boston, 1970), 33. Ele também atribui ao *The Times*, de Londres, a afirmação de que o primeiro a falar em “cortina de ferro”, fora o ministro das Finanças de Hitler, Von Krosigk, e que Goebbels usava a expressão com frequência.

³ Gar Alperovitz, *Diplomacia Atômica* (Editora Saga, Rio, 1969), 9. Trata-se da tradução brasileira de *Atomic Diplomacy — Hiroshima and Potsdam*, clássico do revisionismo histórico.

⁴ Idem, 11. Tanto as citações seguintes, como a própria argumentação, são de Alperovitz.

⁵ O relato minucioso desse rompimento é feito em Richard J. Walton, *Henry Wallace, Harry Truman and the Cold War* (The Viking Press, Nova Iorque, 1976), 33-117.

⁶ J. Aronson, op. cit., 33. O autor também cita matéria publicada por Arthur Krock, no jornal *The New York Times* de 23-3-1946, segundo a qual Truman começara a elaborar o que ficaria conhecido como Doutrina Truman em setembro de 1945, poucos dias após a rendição japonesa.

⁷ R. J. Walton, op. cit. 116.

⁸ Os textos das duas cartas estão em R.J. Walton, op. cit. Sua versão de todo o episódio é francamente simpática a Wallace, mas a história é repetida em linhas gerais também por um autor simpático a Truman, Cabell Phillips, em *The 1940s — Decade of Triumph and Trouble* (MacMillan, Nova Iorque, 1975), 233-236. Ver ainda a referência feita em Richard M. Freeland, *The Truman Doctrine & the Origins of McCarthyism* (Schocken Books, New York, 1974), 67.

3. Receita para amedrontar o país

Na busca de apoio para a sua política exterior agressiva — em especial para as verbas que esperava destinar ao programa de ajuda externa — o presidente Truman, enfraquecido pelo triunfo parlamentar republicano na eleição intermediária de 1946, precisou “amedrontar como o diabo o país inteiro” (*scare hell out of the American people*, para usar a frase original do senador republicano Arthur Vandenberg, cujo respaldo foi decisivo para um consenso bipartidário).¹

Graças a esse caminho que escolheu para a consolidação de sua política externa, que tinha como adversários naturais tanto os pacifistas nostálgicos de Roosevelt, sob a liderança de Wallace, como as antigas tendências isolacionistas de determinados setores conservadores, Truman acabou por ganhar seu lugar de honra na galeria dos que contribuíram para desencadear a histeria macartista antes mesmo da ascensão do senador McCarthy. O desdobramento sugere um retorno às circunstâncias daquele momento delicado da situação internacional e às dificuldades do quadro político interno.

Dentro do país, não desaparecera inteiramente o otimismo em relação às possibilidades de cooperação entre as potências aliadas, inclusive a União Soviética, no pós-guerra. A se acreditar em Wallace, o próprio Truman, publicamente, continuava

ambíguo. “Até você mesmo, como o cidadão Harry Truman, acreditou sinceramente nos termos do meu discurso”, disse Wallace ao presidente, que insistia estar solicitando a renúncia do secretário do Comércio apenas para atender ao secretário de Estado Byrnes e “exibir uma aparência de unidade no exterior”.²

Evidentemente, Stalin e a diplomacia soviética em nada contribuíam para fortalecer a posição dos pacifistas nos Estados Unidos, mas em seu diário Wallace refere-se à convicção generalizada de que aquelas mudanças na política externa promovidas por Truman estavam levando a uma guerra. O ponto crítico na escalada de desconfiança e suspeita nas relações com o Kremlin foi o discurso pronunciado por Truman a 12 de março de 1947, anunciando a política que ganhou um capítulo na história como Doutrina Truman. Do lado norte-americano, a deterioração que levou à formulação de tal política foi marcada por episódios como a súbita interrupção dos empréstimos de guerra (Lend-Lease), a rejeição seca a uma solicitação soviética de empréstimo, a suspensão das indenizações de guerra alemãs, as ameaças e o tratamento descortês dispensado por Truman a Vyacheslav Molotov antes da Conferência das Nações Unidas e os vários protestos em relação à Polônia.

Ao relacionar esses episódios, o estudioso do anticomunismo norte-americano Michael Parenti também observa que da antiga queixa de que “os russos não querem sair da Polônia”, passou-se à denúncia do expansionismo soviético — “os russos querem tomar o poder no mundo todo”.³ E na visão que procurava aparentar a administração Truman, qualquer revolução ou insurreição fora da esfera soviética não passava de mera projeção do poder do Kremlin, justificando a intervenção norte-americana destinada a *conter* os russos.

Esse era o conteúdo da Doutrina Truman, que encontrou sua justificação intelectual num estudo elaborado pelo diplomata e acadêmico George Kennan. Embora escrito em fevereiro de 1947 e só publicado no número de julho da revista oficiosa *Foreign Affairs* (sob o título “The Sources of Soviet Conduct” e com a assinatura de “X”, indicando tratar-se de política

oficial), o artigo de Kennan era o desdobramento de mensagem telegráfica de oito mil palavras enviada em fevereiro do ano anterior da embaixada dos Estados Unidos em Moscou, onde ele estava subordinado ao embaixador Averell Harriman, ao Departamento de Estado, em Washington. Harriman e Kennan identificavam-se na antipatia pelo comportamento soviético e temiam que em Washington estivessem sendo subestimados os perigos do expansionismo comunista.

O texto, que assegurou a posterior reputação de Kennan como principal arquiteto da política da contenção (*containment*), tinha por objetivo analisar o comportamento soviético e delinear os rumos considerados mais adequados ao Ocidente no futuro. Segundo o ex-diplomata norte-americano Ronald Steel, o telegrama chegou a Washington num momento crucial, quando a opinião oficial estava sendo mudada mas as linhas gerais permaneciam à espera de uma definição concreta.⁴

Assim, as idéias expostas por Kennan serviram para cristalizar atitudes e fornecer a justificação intelectual para posições que ainda não eram livremente manifestadas ou claramente sustentadas. E em curto espaço de tempo, a análise de Kennan tornou-se a nova ortodoxia, com sua advertência de que a União Soviética representava “uma força política comprometida fanaticamente com a convicção de que com os Estados Unidos não pode haver qualquer *modus vivendi* permanente, de que é desejável e necessário que a harmonia interna de nossa sociedade (norte-americana) seja rompida, de que nosso sistema (norte-americano) de vida seja destruído, de que a autoridade internacional de nosso Estado seja quebrada, para a garantia do poder soviético”.⁵

Kennan afirmava que devia ser esperada uma política externa agressiva da parte dos soviéticos, em parte por causa do tradicional desejo russo de expansão para o Sudeste e a Europa Central, mas basicamente devido às exigências do regime stalinista. O povo russo — de acordo com o mesmo argumento — reclamaria um padrão de vida mais elevado, além de maiores liberdades individuais, já que a guerra contra a agressão nazista estava concluída com sucesso. Como o Kremlin iria ser dura-

mente pressionado a negar a sua população maiores liberdades ou os benefícios materiais desejados, uma maneira de preservar o regime seria mediante o prolongamento do estado de tensão internacional. O povo russo seria então convencido de que as nações capitalistas ainda representavam uma ameaça à segurança de sua sociedade — pretexto para justificar e perpetuar o totalitarismo.

Kennan advertia então que deveria ser esperado da União Soviética um esforço para fomentar crises internacionais, a fim de atender às necessidades políticas internas. Na parte em que formulava as recomendações, ele afirmava que o mundo ocidental, em particular os Estados Unidos, não poderia omitir-se ante a expansão do poder soviético. Tinha de tentar conter os soviéticos nos limites de suas fronteiras políticas daquele momento, fazendo tudo o que fosse possível para aumentar as dificuldades internas e externas do Kremlin.

Na prática, essa teoria do *containment* traduziu-se nas ações concretas adotadas pelo presidente Truman após o discurso de março de 1947 perante uma sessão conjunta do Congresso, consagrado como Doutrina Truman.⁶ A Grã-Bretanha tinha notificado os Estados Unidos naqueles primeiros dias de fevereiro de que não mais poderia se dar ao luxo de ajudar o governo grego em sua luta contra os guerrilheiros ou de prestar assistência ao regime turco. Via-se forçada a encerrar seu envolvimento na guerra civil da Grécia e a suspender a ajuda financeira à Turquia. Truman pedia então ao Congresso que o autorizasse “a prestar assistência à Grécia e à Turquia, no montante de 400 milhões de dólares, pelo período que terminará no dia 30 de junho de 1948”. E pedia ainda autorização para enviar aos dois países pessoal civil e militar norte-americano.

“Não realizaremos nossos objetivos — dizia o presidente — se não estivermos dispostos a ajudar povos livres a manter suas instituições livres e sua integridade nacional contra movimentos agressivos que procuram impor-lhes regimes totalitários. Isso não é mais que um franco reconhecimento de que os regimes totalitários impostos aos povos livres, por agressão dire-

ta ou indireta, solapam os fundamentos da paz internacional e, por conseguinte, a segurança dos Estados Unidos.

“Os povos de certo número de países do mundo tiveram recentemente de aceitar regimes totalitários impostos à força, contra a sua vontade. O governo dos Estados Unidos tem lavrado amudados protestos contra a coerção e a intimidação, em flagrante desrespeito ao acordo de Yalta, na Polônia, na Romênia e na Bulgária. Devo também consignar que em certo número de outros países têm ocorrido fatos semelhantes. No momento atual da história do mundo quase todas as nações se vêem na contingência de escolher entre modos alternativos de vida. E a escolha, freqüentes vezes, não é livre. Um dos modos de vida se baseia na vontade da maioria e distingue-se pelas instituições livres, pelo governo representativo, pelas eleições livres, pelas garantias de liberdade individual, pela liberdade de palavra e de religião, pela libertação da opressão política.

“O segundo modo de vida baseia-se na vontade da minoria, imposta pela força à maioria. Escora-se no terror e na opressão, no controle da imprensa e do rádio, em eleições forjadas e na supressão das liberdades pessoais. Acredito que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação tentada por minorias armadas ou por pressões vindas de fora”.⁷

Uma pessoa medianamente informada estava em condições de saber que os regimes grego e turco podiam ser qualquer coisa menos governos baseados na vontade da maioria, com instituições livres, garantias individuais e liberdade de expressão. Mas Truman — conforme ele próprio relatou dias depois em entrevista ao jornalista Arthur Krock, do jornal *The New York Times* — estava há vários meses preparado para proclamar a nova doutrina, à espera apenas do momento oportuno. Grécia e Turquia eram meros pretextos numa estratégia destinada a enfrentar o estado de espírito hostil do Congresso, caracterizado por uma combinação de isolacionismo econômico e beligerância política. Após a eleição de 1946, os republicanos tinham passado a controlar a Câmara (245 cadeiras contra 118) e o Senado (51 a 45), enquanto o presidente, acusado de “mole

com os comunistas” pela oposição, via sua popularidade cair de 87 por cento (antes do fim da guerra) para um humilhante índice de 32 por cento.⁸

A convocação da sessão conjunta do Congresso — em 1941, Roosevelt recorrera a esse expediente para dramatizar a unidade nacional frente à agressão japonesa de Pearl Harbor — foi parte da estratégia em busca de um consenso bipartidário para a política externa. Uma reação pública negativa ante a guerra e o armamentismo tinha anteriormente colocado o Pentágono na defensiva, enquanto o Congresso analisava o orçamento militar determinado a reduzi-lo. Ao adotar uma linha de interpretação baseada na visão ideológica das questões internacionais — o assalto global das forças “totalitárias” contra as forças da “liberdade”, a divisão da Humanidade em Mundo Livre e Mundo Escravizado — atendia à inclinação anticomunista dos adversários republicanos, criando condições para o futuro consenso nacional da Guerra Fria.

Segundo Richard M. Freeland, o procedimento através do qual a administração Truman obteve tamanho sucesso junto à opinião pública continha dois elementos básicos: 1. a articulação de uma linha de interpretação dentro da qual podiam ser explicados os acontecimentos internacionais, a fim de ressaltar para cada um deles o papel e o compromisso do governo norte-americano; 2. a busca permanente do maior nível possível de aceitação dessa linha de interpretação oficial por parte da população do país.⁹ Nesse quadro, não tinha a menor importância o detalhe de serem os governos da Grécia e da Turquia profundamente reacionários e caracterizados pelo contraste entre a miséria da maioria e o conjunto de privilégios econômicos que só beneficiava pouquíssima gente. Nem eram relevantes a rigorosa censura à imprensa, o terror policial e a supressão das principais formas de oposição política. Afinal, no Mundo Livre de Truman também estavam as ditaduras da Espanha e de Portugal, os regimes discricionários da maior parte da América Latina e os impérios coloniais do Ocidente na Ásia e na África.

A visão ideológica das autoridades da administração Truman, em busca do consenso bipartidário, foi o dado revelador

de uma reunião de líderes parlamentares na Casa Branca antes do discurso da Doutrina Truman. Conforme o relato do escritor Richard J. Barnet, o secretário de Estado George Marshall, que acabara de ser nomeado para o cargo, abriu a reunião expondo os fatos relacionados com a decisão britânica de se retirar da Grécia e suas implicações. E a reação dos líderes parlamentares parecia negativa na medida em que achavam estar o secretário de Estado recomendando o fornecimento de ajuda para fins humanitários ou por lealdade à Grã-Bretanha. Coube então ao subsecretário de Estado Dean Acheson, preocupado com os rumos que estava tomando a exposição, socorrer um Marshall embaraçado e mudar a linha de raciocínio.¹⁰

Acheson não falou em Grécia, guerrilhas ou declínio britânico. Falou sobre a União Soviética. Disse que os russos estavam cercando a Turquia e a Alemanha. Em três semanas, a Grécia poderia entrar em colapso. As atividades comunistas na Europa Ocidental, Irã, Turquia e Grécia — sugeria o subsecretário — tinham sido brilhantemente orquestradas. Se a campanha tivesse êxito, os soviéticos assumiriam o controle do Mediterrâneo oriental e do Oriente Médio. Daí em diante seriam ilimitadas as possibilidades de penetração no sul da Ásia e na África. E, finalmente, eles se voltariam para a Europa.

Após pintar o quadro sombrio de um continente em ruínas, com um comunista no cargo de ministro da Defesa da França, Acheson chegou ao ponto culminante com a conclusão bombástica de que somente duas potências sobreviviam no mundo, Estados Unidos e União Soviética. Uma situação sem paralelo nos tempos antigos, pois depois de Roma e Cartago jamais houvera tamanha polarização do poder sobre a Terra. Como eram evidentes a agressividade e o expansionismo soviéticos, para os Estados Unidos tomar medidas destinadas a fortalecer os países ameaçados pela agressão russa *ou* pela subversão comunista significava proteger a segurança nacional.

Barnet observa que o instinto de Acheson estava rigorosamente correto, inclusive naquele *ou* que representava um salto intelectual gigantesco para vincular dois fenômenos políticos diferentes. O fluxo do poderio soviético nos vazios deixados pelo

colapso britânico, de acordo com a exposição, não era apenas uma ameaça à segurança dos Estados Unidos, mas à própria liberdade, em qualquer parte do mundo. Ao deixar de lado a linguagem do equilíbrio do poder, a que estavam acostumados os diplomatas profissionais e os militares, para recorrer à retórica da cruzada, que antes envolvera o país em duas guerras fora de seu território, ele neutralizou a resistência dos parlamentares.

Para tanto, contou também com a ajuda do senador Arthur Vandenberg, o ex-isolacionista ferrenho que se converteu em internacionalista e se tornou o principal arquiteto republicano da política exterior bipartidária. Vandenberg conclamou o presidente Truman a expor ao público norte-americano aqueles dados alarmantes, assinalando que para ganhar o apoio do Congresso e da população para os programas de ajuda externa seria necessário “amedrontar como o diabo o país inteiro”.

Essa ideologização da política externa, apesar de tudo, encontrou críticos à altura, mesmo dentro dos Estados Unidos. E a crítica mais perturbadora surgida na época não vinha da esquerda e sim de um analista político conhecido pela maneira fria e objetiva com que examinava a política externa, como também pelo acesso fácil às mais altas autoridades do governo, entre as quais era encarado como fortemente conservador. Walter Lippman, o mais respeitado dos jornalistas que analisavam na época o papel do país na situação internacional, escreveu uma série de 12 colunas para demolir toda a argumentação oficial de que era necessário enfrentar as tendências expansionistas do Kremlin mediante “a aplicação competente e vigilante da contraforça numa série de pontos políticos e geográficos em mutação constante”.

A resposta direta de Lippman era à justificação intelectual da Doutrina Truman — o artigo de George Kennan (“X”) publicado na *Foreign Affairs*.¹¹ Sua crítica fundamentou-se em dois argumentos básicos: 1. a teoria oficial apresentava uma explicação equivocada do comportamento soviético; 2. suas recomendações para uma política externa eram potencialmente uma desastrosa monstruosidade estratégica. Ou seja, Lippman rejeitava virtualmente, sob todos os aspectos, tanto a tese como a re-

ceita inspirada por ela. Enquanto Kennan dava ênfase à ideologia marxista como principal determinante das ações soviéticas (o “antagonismo inerente entre capitalismo e socialismo”, “a infalibilidade do Kremlin”), Lippman recorria à história russa para provar que o empenho em estabelecer uma esfera de influência na Europa Oriental tinha origem numa ambição czarista, que antecedia de muito a posição soviética.

Quanto à contenção recomendada por Kennan (e incorporada pela Doutrina Truman, que proclamava o apoio norte-americano aos “povos livres que estão resistindo à subjugação tentada por minorias armadas ou por pressões vindas de fora”), Lippman destacava que ela só era possível “se recrutarmos, subsidiarmos e apoiarmos um bando heterogêneo de satélites, clientes, dependentes e títeres”. Muitos dos Estados teoricamente naquela situação aos olhos de Washington eram governados por ditaduras e oligarquias, instáveis por natureza e não em consequência de ações soviéticas, o que significava uma exigência de “intervenção contínua e complicada da parte dos Estados Unidos”. A diplomacia norte-americana — profetizou Lippman — acabaria por se tornar instrumento dos Estados-clientes, que envolveriam os Estados Unidos em situações perigosas. Caberia aos títeres determinar a diplomacia norte-americana, concentrando-a nas áreas periféricas, em detrimento dos interesses vitais dos Estados Unidos na Europa Ocidental.¹²

O regime-títere do Vietnã do Sul, nos anos 60 e 70, seria, obviamente, o exemplo mais contundente do acerto de Lippman nas suas advertências. Mas 20 anos depois de publicar seu artigo na *Foreign Affairs*, o próprio Kennan veio a reconhecer que grande parte do trabalho soava “exatamente como uma daquelas cartilhas primárias publicadas por alarmados comitês parlamentares, ou pela organização Filhas da Revolução Americana, com a intenção de amedrontar os cidadãos ante os perigos da conspiração comunista”.¹³ Embora no passado jamais tenha tomado a iniciativa de esclarecer que a contenção que recomendava não implicava o uso específico da força militar, Kennan negou esse caráter anos depois, observando que até ele ficara perturbado pela apresentação da Doutrina Truman em

“termos mais grandiosos e mais devastadores do que qualquer coisa que eu, pelo menos, tinha imaginado”.

A crítica demolidora de Lippman seria retomada no futuro também pelos chamados historiadores revisionistas, que contestam a ortodoxia legada pelo período macartista. Fred Warner Neal, um deles, destacou que a política externa norte-americana da Guerra Fria foi essencialmente irracional. A teoria marxista soviética — disse ele — não exigia necessariamente o conflito armado entre os sistemas socialista e capitalista, logo, não existia o imperativo ideológico para a agressão soviética. Como Lippman, ele observa que a Rússia sempre tinha sido uma potência dominante na Europa Oriental. Seria irrealista, portanto, esperar que os soviéticos deixassem de desempenhar um papel proeminente na área. Daí sua tese de que a política externa que os Estados Unidos passaram a adotar — com atos provocativos como manobras militares nas fronteiras da União Soviética, bases militares adjacentes ao território russo, exercícios navais no Báltico e no mar Negro e o rearmamento alemão — é que contribuiu fundamentalmente para a Guerra Fria.¹⁴

De qualquer forma, naquele momento delicado de 1947, a primeira crítica à Doutrina Truman coube ao mesmo Henry Wallace, dissidente que tinha abandonado o governo e pregava um retorno à política externa de Roosevelt. No dia seguinte ao discurso de Truman no Congresso, ele falou pelo rádio, para denunciar a desastrosa futilidade dos novos rumos de Washington. “Hoje os norte-americanos são solicitados a apoiar os governos da Grécia e da Turquia. Amanhã seremos chamados a apoiar os governos da China e da Argentina”.¹⁵ “A América se tornará a nação mais odiada do mundo”. “Nenhum regime é suficientemente reacionário para nós, desde que esteja na trilha expansionista da Rússia”. “Ao propor essa aventura imprudente, Truman está traindo a grande tradição da América e a liderança do grande americano que o precedeu”.

Wallace percebeu também que aquela situação teria um desdobramento doméstico. “Quando o presidente Truman proclama o conflito mundial entre o Leste e o Oeste, está dizendo aos líderes soviéticos que estamos nos preparando para a

guerra”, disse. “Certamente não será da liberdade a vitória nessa batalha. A preparação psicológica e espiritual para a guerra se seguirá à preparação financeira. As liberdades civis serão restringidas... Nenhum dos valores pelos quais vale a pena lutar estarão garantidos”.¹⁶

De fato, a obsessão de amedrontar o país para obter o consenso bipartidário no Congresso e, depois, o consenso da Guerra Fria no resto do país ia exigir também uma espécie de Doutrina Truman doméstica. Ao basear sua política externa na oposição ao comunismo, a administração Truman passaria a criar pressões irresistíveis para a ofensiva interna contra os comunistas, adubando o terreno no qual cresceria e floresceria o macartismo. Em um livro dedicado ao estudo do impulso anticomunista nos Estados Unidos, Michael Parenti contempla o capítulo da Doutrina Truman com duas epígrafes. Uma tirada de Goethe: “O mal que você teme se torna real por causa daquilo que você faz”. A outra de W. I. Thomas: “Se os homens definem certas situações como reais, elas tornam-se reais em suas consequências”.¹⁷

Trata-se da profecia que se realiza por si mesma — a *self fulfilling prophecy*. Como escreveu Warner Neal: “nos armamos contra aquilo que imaginávamos ser uma invasão soviética iminente e, quando esta invasão não veio, consideramos isso como uma consagração daquilo que fizemos para impedi-la”. Um raciocínio que alimenta e realimenta o macartismo, dos anos 40 aos anos 80, da Grécia à Nicarágua. E que ajuda a entender a respeitabilidade conquistada após os efeitos domésticos da Doutrina Truman por organismos como a HUAC.

Na receita para amedrontar o país, começam a ser encontradas respostas às perguntas que motivaram o livro do professor Freeland sobre a doutrina Truman e as origens do macartismo: 1. se nos anos 50 os Estados Unidos tinham alcançado uma posição internacional de poderio econômico e militar que não podia ser comparada à de nenhuma nação na história moderna, como pôde consolidar-se a idéia de que qualquer avanço das forças comunistas, em qualquer país do mundo, ainda que remoto e minúsculo, representaria uma ameaça direta aos interesses de

Washington e deveria ser enfrentada com toda a força do poder militar norte-americano?; 2. se era também evidente que, nos anos 50, os Estados Unidos tinham experimentado níveis de prosperidade sem precedentes nas décadas anteriores, então por que o espectro da subversão comunista internacional assumiu aos olhos de tantos cidadãos norte-americanos o caráter de realidade ameaçadora?¹⁸

NOTAS

¹ A frase de Vandenberg, talvez pelo seu caráter simbólico, tem sido largamente citada pelos estudiosos do período, inclusive Richard M. Freeland, op. cit., 89; James Aronson, op. cit., 36; e Michael Parenti, *A Cruzada Anti-Comunista/The Anti-Communist Impulse* (Editora Civilização Brasileira, Rio, 1970), 140.

² Richard J. Walton, op. cit., 112.

³ M. Parenti, op. cit., 139.

⁴ Ronald Steel faz a introdução em Walter Lippman, *The Cold War* (Harper Torchbooks, Nova Iorque, 1972, que contém uma reprodução do ensaio de George Kennan, "The Sources of Soviet Conduct" e a ampla contestação que Lippman publicou, na época, em 12 colunas.

⁵ G. Kennan, op. cit., 55-76.

⁶ O texto do discurso está em Harold C. Syrett, organizador, *Documentos Históricos dos Estados Unidos* (Editora Cultrix, São Paulo, 1980), 315-321.

⁷ H. C. Syrett, op. cit., 317.

⁸ Ver Richard J. Barnet, *Intervention and Revolution* (Meridian Books, Nova Iorque, 1968), 113-114.

⁹ R.M. Freeland, op. cit.

¹⁰ Uma avaliação da situação da Grécia e da Turquia na época e o relato minucioso da reunião realizada na Casa Branca estão num capítulo ("The Truman Doctrine and the Greek Civil War") de R. J. Barnet, op. cit., 97-128.

¹¹ ver nota 4, acima.

¹² W. Lippman, op. cit., 5-52.

¹³ Citado por R. Steel, na introdução a *The Cold War*, XII.

¹⁴ Fred Warner Neal, "The Cold War in Europa: 1945-1967", em Gerald Kurland, editor, *The Failure of Diplomacy — The Origins of the Cold War* (Simon & Schuster, Nova Iorque, 1975), 52-71.

¹⁵ Ele se referia à China do regime corrupto de Chiang Kai-Shek. Quanto à Argentina, a citação é pelo fato de até quase no fim da guerra não ter aderido aos aliados contra Hitler — uma aparente alusão ao caso da Turquia.

¹⁶ As declarações de Wallace estão em R. J. Walton, op. cit., 145-148.

¹⁷ M. Parenti, op. cit. 138.

¹⁸ R. M. Freeland, op. cit., 4.

4. Sinal verde para os caçadores

Antes do presidente Truman legitimá-la, com as medidas destinadas a implementar também uma Doutrina Truman doméstica, a atividade dos macartistas que precederam o senador Joe McCarthy ainda parecia incapaz de conquistar qualquer tipo de respeitabilidade. Ela era desenvolvida principalmente na Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara, a HUAC, criada em caráter meramente temporário (como “comissão especial”) no ano de 1938, por iniciativa de um congressista de estilo evangelista-populista de cidadezinha do interior — Martin Dies, democrata do Texas.¹

Naqueles dias, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as notícias sobre ações de tropas de choques nazistas e fascistas, confrontos com os comunistas e perturbações na vida política e industrial da Europa assustavam especialmente os redutos mais isolacionistas dos Estados Unidos, tradicionalmente conservadores e desconfiados das reformas internas do New Deal de Roosevelt. Dies soube explorar aquele sentimento e aquela preocupação, apresentando-se como o campeão do americanismo e o inimigo implacável das influências antiamericanas.

Em relação aos comunistas, havia antecedentes no passado recente. Entre 1919 e 1935, o Congresso iniciara quatro investigações de atividades comunistas ou subversivas — três desenvol-

vidas por comissões parlamentares e uma pelo Departamento de Justiça. Tais investigações geralmente concentravam-se na questão da propaganda subversiva. E costumavam ser limitadas e superficiais, produzindo poucos resultados concretos.

Em matéria de repressão, um papel conspícuo coubera, nos anos que se seguiram à revolução soviética de 1917, ao então procurador-geral A. Mitchell Palmer. Tirando proveito do pânico gerado nas elites norte-americanas ante a possibilidade de repercussões do triunfo bolchevista na área trabalhista dos Estados Unidos, Palmer desistiu de esperar uma legislação nova do Congresso para a repressão à sedição em tempo de paz e desencadeou a mais violenta onda repressiva da história contra os operários e suas entidades. O procurador-geral chegou a elaborar listas totalizando 200 mil nomes de suspeitos, ao mesmo tempo em que seus agentes do Departamento de Justiça prendiam — entre novembro de 1919 e janeiro de 1920 — mais de cinco mil pessoas, promovendo deportações em massa de estrangeiros.² Os métodos de Palmer foram a marca dramática de uma época, mas durante duas décadas e meia, até o fim da Segunda Guerra Mundial, o interesse no tema da lealdade e da sedição variou de acordo com os acontecimentos internacionais.

A Comissão Dies nasceu sob o clima de preocupação com a propaganda estrangeira e subversiva e a ameaça crescente de envolvimento dos Estados Unidos pelas correntes políticas que pareciam rumo a uma nova guerra. Ela herdou das ações arbitrárias de Palmer o retrato dos comunistas como assassinos estrangeiros determinados a recorrer à violência para tomar o poder. Era esse — como assinalou Frank Donner, que dirigiu o Projeto de Vigilância Política da ACLU (União Americana pelas Liberdades Civas) — o fundamento do frenesi de deportações dos anos 20, a base para a subsequente negativa de reconhecimento da União Soviética e a justificativa para a aprovação da lei de sedição de 1940 (a Lei Smith), que se seguiu à Lei de Registro de Agentes Estrangeiros, de 1938.³

As investigações parlamentares sobre atividades subversivas sempre foram dominadas pelos representantes da direita, o que leva a uma natural concentração nas tendências subversivas

à esquerda. O exemplo da comissão Dies foi sintomático, já que ela tinha surgido numa época em que o principal problema era constituído pelas organizações fascistas de vários tipos, mas nem por isso seu interesse primário deixou de ser o comunismo doméstico. Dies presidiu à comissão, inventada por ele, durante quatro mandatos, entre 1938 e 1944, consolidando a tendência esmagadoramente conservadora e anti-New Deal do grupo, cujo potencial destrutivo pôde ser percebido desde cedo.

Entre as primeiras vítimas da HUAC estiveram o Projeto Federal de Teatro e o Projeto de Escritores do Works Progress Administration (WPA), criado pelo New Deal. Ambos foram acusados por um membro da comissão Dies de serem “canteiros do comunismo” e de estarem “infestados de radicais, de cima a baixo”. Disse o deputado J. Parnell Thomas, que viria mais tarde a suceder Dies na presidência do grupo: “Praticamente toda peça apresentada sob os auspícios do Projeto é pura propaganda do comunismo ou do New Deal”.⁴ Graças à HUAC, o Congresso acabou cortando as verbas dos dois projetos em 1940. A comissão tinha ainda muitos outros alvos, mesmo antes de se tornar, em meio a histeria macartista, o principal tribunal purificador do país, para a denúncia e a punição dos supostos subversivos.

Mas no período Dies ela não conseguiu se fazer respeitar como desejava — nem mesmo escapar ao ridículo. É fácil entender as razões disso depois que Martin Dies publicou sua autobiografia, em 1963. Entre outras coisas, ele diz que fora perseguido pelos jornais e que enfrentara uma conspiração das editoras de livros infestadas de liberais, que os estrangeiros tinham invadido o território norte-americano, que o movimento dos Direitos Cívicos não passava de uma trama comunista, que a eleição direta de senadores era um erro, que o reconhecimento norte-americano da União Soviética era “um disparate colossal”, que “a franja rosada em volta do cerne vermelho do comunismo (...) estava empurrando os Estados Unidos para o desastre”, que os norte-americanos tinham perdido a Segunda Guerra Mundial para os comunistas, que as Nações Unidas eram um ninho de espiões e que os liberais tinham os mesmos objetivos dos comunistas.⁵

A demonstração mais contundente de que o país não levava a sério a comissão Dies foi o resultado das eleições parlamentares de 1944. Dies desistiu nesse ano de disputar a reeleição, enquanto outros três membros de sua comissão eram derrotados nas urnas. E a HUAC estaria então condenada ao desaparecimento, não fosse uma manobra hábil do deputado democrata (um racista do Mississippi) John E. Rankin, que conseguiu não apenas salvá-la, mas também transformá-la numa comissão permanente da Câmara. Mesmo sem assumir a sua presidência, por já presidir outra comissão, Rankin passou a controlar a HUAC. E depois da rendição japonesa, começou a distribuir *releases* à imprensa contendo denúncias alarmantes sobre os esforços do “imperialismo soviético” para dominar o mundo, as redes de “sabotadores” e a “agentes da espionagem” em ação no país, e os depoimentos de ex-comunistas e supostos especialistas em Kremlinologia, como o ex-embaixador William C. Bullitt, que travou com Rankin o seguinte diálogo na comissão:

“Rankin — É verdade que eles comem corpos de gente lá na Rússia?

Bullitt — Vi o retrato do esqueleto de uma criança que tinha sido comida pelos pais.

Rankin — Então, na Rússia eles são simplesmente escravos humanos?

Bullitt — Há mais escravos humanos na Rússia do que já houve em qualquer parte do mundo.

*Rankin — Você disse antes que 60 por cento dos membros do Partido Comunista daqui são estrangeiros. Explique agora, quantos desses estrangeiros são judeus?”*⁶

Apesar de parecer às vezes muito mais anti-semita do que anticomunista, a verdade é que Rankin achava pleonasma chamar um judeu de comunista. Certa vez ele disse que não gostava de discutir a religião de ninguém mas que os liberais judeus dos Estados Unidos deviam ter mais cuidado e olhar bem o que aconteceu com os judeus na Alemanha. Devido a tais preconceitos, ele atribuía todos os horrores da revolução soviética a Trotsky e encarava Stalin como uma espécie de reformador, um seminarista que reabriu as igrejas, livrou-se dos comissários e ex-

pulsou os vermelhos para os Estados Unidos. “O comunismo é mais antigo do que o Cristianismo”, costumava explicar, segundo Walter Goodman. “O comunismo caçou e perseguiu o Salvador durante seu ministério terreno, inspirou sua crucificação, zombou dele durante sua agonia e disputou no jogo suas vestes ao pé da cruz”.⁷

Tudo isso podia ser muito engraçado e os norte-americanos tinham o hábito de rir da HUAC de Rankin e John S. Wood (o presidente oficial em 45-46) como riam de Dies, mas a comissão não era tão inconseqüente assim. Tanto que em 1945 ela conseguiu a demissão de dois jornalistas apresentadores de rádio, ao mesmo tempo em que denunciava a infiltração subversiva nos meios de comunicação e em Hollywood. E o presidente Wood, em nome da comissão, chegou a apresentar um projeto destinado a obrigar os noticiários radiofônicos, entre outras coisas, a serem claramente distintos de programas de opinião, identificando pelo nome o comentarista, com o local de nascimento, nacionalidade e filiação política. “Chegou a hora de determinar até que ponto pode ir a liberdade de expressão”, disse um membro da HUAC aos jornalistas.

Mesmo assim, a comissão permanecia como motivo de chacota, com sua aliança interna de membros da oposição republicana e democratas reacionários do sul a esconjurar as idéias liberais. Na eleição de 1946, o Congresso caiu sob o controle republicano pela primeira vez desde 1931, após uma campanha na qual a oposição fora a extremos no esforço para provar que o presidente Truman era “mole com os comunistas” e permitia a infiltração subversiva no governo. Em seus arrebatamentos patrióticos-eleitorais, os republicanos prometiam tomar o Congresso e aprovar leis duras para limpar a casa — varrer os subversivos para fora do governo e botar na cadeia os traidores infiltrados.

E já no início da sessão legislativa, em janeiro de 1947, a oposição tentava mostrar ao país sua determinação de cumprir as promessas eleitorais. Só que Truman, cuja política externa dura tanto tinha favorecido o clima de intolerância ideológica, preparara-se durante o recesso parlamentar do fim do ano para

passar à frente na questão da segurança interna. Logo depois da eleição de novembro de 1946, ele criou uma Comissão Presidencial sobre a Lealdade do Empregado, cujo relatório final constituiu a base da Ordem Executiva 9358. Esse decreto presidencial baixado a 21 de março de 1947 — apenas nove dias após o discurso da Doutrina Truman — estabeleceu um programa novo com o objetivo de livrar a administração de funcionários desleais, defendendo-a ao mesmo tempo de qualquer infiltração futura de subversivos. Limitado inicialmente aos servidores públicos, esse Programa de Lealdade do Empregado Federal estendeu-se mais tarde aos trabalhadores do setor da defesa e funcionou como uma espécie de padrão para toda a iniciativa privada.

Não havia indício algum de que pudesse existir, em qualquer nível, uma ameaça representada por empregados desleais. Mesmo assim, o plano oficial envolvia, de uma forma sem precedentes, amplas investigações em torno dos antecedentes das pessoas. A tentativa de cooptar a fúria inquisitorial da nova maioria republicana no Congresso era apenas parte dos objetivos do presidente Truman. Prioritariamente ele pretendia com o programa reforçar a idéia de que a conspiração comunista que a Doutrina Truman se propunha combater tinha também sua manifestação doméstica, numa ameaça à segurança interna. Mesmo porque só isso poderia justificar o desprezo de uma antiga tradição — a de se evitar averiguações em torno das convicções políticas, relacionamentos e associações de indivíduos, práticas no mínimo inconvenientes numa sociedade livre e suscetível de manipulação para propósitos partidários.

Como observou Richard Freeland, apenas sob as condições de emergência determinadas pela Segunda Guerra Mundial eram admitidas as investigações de antecedentes para efeito de lealdade. Mesmo assim, tais atividades ficaram mantidas numa escala bem mais limitada do que a abarcada pela Ordem Executiva de Truman. Com exceção apenas do internamento dos nipo-americanos, o presidente Roosevelt, em plena guerra, jamais admitira restrições tão drásticas das liberdades no país. Pouca gente duvidava da existência do movimento comunista dentro dos Estados Unidos — e muita gente achava que tinha de ser

adequadamente combatido. Perguntava-se, no entanto, se a ameaça de pós-guerra à sociedade norte-americana era suficientemente grande para exigir não apenas o abandono de uma antiga tradição de tempos de paz, como também um pacote de restrições mais rigorosas até do que as adotadas durante a guerra. Mesmo assim, geralmente não se percebia que a ação de Truman era parte de uma batalha maior numa guerra política do pós-guerra em torno da segurança interna destinada a ter influência profunda na formação da política externa e a afetar quase todos os aspectos da vida nos Estados Unidos.⁸

Além de ter baixado a Ordem Executiva que começava a tornar respeitável a caça às bruxas, a administração Truman também passou a revelar disposição de levar a sério a HUAC, apesar do desprezo solene que lhe dedicara o governo Roosevelt durante tantos anos. No início da sessão legislativa de 1947, a presidência da comissão passou ao republicano J. Parnell Thomas (de New Jersey), que a integrava desde 1938, mantendo-se a aliança entre a oposição republicana (agora com um total de cinco membros, ao invés dos três da legislatura anterior) e os democratas reacionários do sul (que mantiveram suas quatro cadeiras, inclusive com Rankin e Wood). Entre as novidades da HUAC desse 80º Congresso estava um jovem deputado da Califórnia chamado Richard Milhous Nixon, que tinha derrotado por larga maioria o democrata Jerry Voorhis, um dos poucos liberais do grupo e crítico freqüente dos métodos antidemocráticos da HUAC.

No programa de trabalho elaborado para 1947, a comissão prometida no item primeiro “expor e caçar os comunistas e simpatizantes comunistas do governo federal”. Seria a retomada do trabalho desenvolvido nos dois anos anteriores, quando o ex-secretário de Estado Sumner Welles chegara a ser intimado a explicar a entrada de comunistas no país com o apoio da sra. Eleanor Roosevelt (era o caso dos irmãos Gerhart e Hans Eisler, mais tarde obrigados a deixar os Estados Unidos). Confiantes na publicidade automática, o deputado Thomas e sua comissão também incluíram — como item 5 do programa de trabalho — “a investigação das influências comunistas em Hollywood”. Até

então, a indústria do cinema vinha reagindo sistematicamente às acusações de subversão, mas fora alvo das investigações de uma comissão conjunta do Congresso estadual da Califórnia, presidida por John (Jack) B. Tenney, ex-líder sindical de músicos que se bandeara da extrema esquerda para a extrema direita. Repudiada e ridicularizada pela grande maioria de Hollywood, apesar do apoio recebido da poderosa imprensa Hearst, a comissão Tenney trabalhava há muito em íntima articulação com a HUAC.⁹

Hollywood de fato refletia, depois da guerra, o clima doméstico de confrontos na área sindical e trabalhista, com a participação de grupos mais ou menos conservadores, de gângsters da Máfia, dos liberais e da esquerda, envolvendo inclusive membros ativos do Partido Comunista. Na indústria do cinema, as disputas pelo controle de sindicatos e em torno da jurisdição e autoridade sobre determinados contratos de trabalho definiam posições antagônicas a partir das cúpulas sindicais, com a IATSE (Internacional Alliance of Theatrical Stage Employees), dominada pelos gângsters, assumindo ostensivamente uma cruzada anticomunista, com o apoio aberto dos donos de estúdios, para denunciar sua rival CSU (Conference of Studio Unions) como instrumento dos “agitadores de Hollywood”. O confronto manifestava-se também em cada categoria profissional, sendo o exemplo mais expressivo a dos escritores de cinema (roteiristas). Eles estiveram divididos durante anos pela disputa entre o Screen Writers Guild (SWG), que tivera como fundador, em 1933, o mais ativo membro do Partido Comunista em Hollywood, John Howard Lawson; e o Screen Playwrights (SP), praticamente criado pelos próprios patrões, com a adesão dos empregados mais conservadores, num esforço para conter a escalada de reivindicações do primeiro.¹⁰

No passado, o National Labor Relations Board — organismo regulador da área trabalhista — já arbitrara uma dessas disputas em favor do SWG, que acabou prevalecendo, até hoje, como único sindicato da categoria. Mas após a morte de Roosevelt, os rumos do governo mudaram também nesse campo. Acusada de estar sob influência comunista, a liderança da CIO

(Congress of Industrial Organizations, que só mais tarde se fundiu com a outra central sindical, American Federation of Labor, AFL) encarava Truman com suspeita desde que ele assumira a presidência. As posições adotadas pela Casa Branca ante a onda de greves de 1946 contribuíram para essa hostilidade do setor sindical, que criticava o abandono da política trabalhista de Roosevelt.

A questão, no entanto, era mais complexa. O fim da guerra tinha exigido mudanças drásticas na economia, até então orientada para as necessidades militares e despojada da mão-de-obra recrutada para os campos de batalha. Já os sindicatos, livres do compromisso antigreve que prevalecera durante o esforço de guerra, passaram a exigir aumentos salariais para corrigir as perdas anteriores e compensar a elevação do custo de vida. E no mês de julho de 1946, por exemplo, o custo de vida tinha dado o maior salto registrado em toda a história para um período de 30 dias.¹¹

As campanhas por melhores salários, mais benefícios suplementares e maior poder de barganha nas negociações resultaram em triunfos para os sindicatos, mas a um enorme custo em tensão industrial e apoio público aos movimentos trabalhistas. O ano de 1946 registrou não apenas a maior onda de greves da história dos Estados Unidos, com a perda total de 116 milhões de dias/homem de trabalho, como prejudicou gravemente amplos setores da indústria, durante semanas e meses. A violência e o derramamento de sangue, em incidentes que chegavam à beira da anarquia total, foram extensamente explorados pelos meios de comunicação, gerando a indignação do público e uma dura resposta política. Foi esse o clima que favoreceu em 1947 a aprovação no Congresso da restritiva lei Taft-Hartley (do senador republicano Robert Taft e do deputado, também republicano, Fred Hartley), limitando a possibilidade de greve e a ação sindical, banindo os comunistas de cargos em sindicatos e impondo um novo regulamento nas relações trabalhistas.

O tumulto trabalhista, assim, também tinha funcionado tanto para endurecer a política doméstica da administração Truman, como para alimentar a ofensiva republicana, que respon-

sabilizava os comunistas infiltrados no sindicalismo pela onda de greves e violência, ao mesmo tempo em que atacava o governo democrata como mole com os subversivos por estar igualmente infiltrado. Ante o novo Congresso hostil, dominado pela oposição republicana, e paralelamente aos esforços em favor de seus planos de ajuda externa (primeiro, os 400 milhões de dólares que a Doutrina Truman pretendia destinar à Grécia e à Turquia; depois, as verbas bem mais elevadas para a recuperação européia, através do Plano Marshall), o presidente acionou a face cruel da administração democrata no plano interno — o procurador-geral (secretário de Justiça) Tom C. Clark e, principalmente, o eterno diretor do FBI, J. Edgar Hoover.

Desde 1946 que os jornais norte-americanos estavam repletos de relatos, reais ou imaginários, sobre redes de espões comunistas e complôs subversivos. Em fevereiro desse ano, Hoover encaminhara ao presidente um memorando de 15 laudas sobre uma suposta rede de espões, alcançando até os mais altos escalões do governo, conforme denúncias dos ex-comunistas Elizabeth Bentley e Whittaker Chambers. Entre os 37 contatos de Washington, prováveis fornecedores de documentos secretos e informações confidenciais, estava o secretário assistente do Tesouro, Harry Dexter White, encarregado de questões monetárias internacionais. Economista profissional destacado, ele tinha sido um dos arquitetos do Acordo de Bretton Woods (que criara o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e acabara de ser nomeado por Truman para o cargo de diretor norte-americano do FMI.¹²

Em virtude do relatório, que Truman preferiu manter em sigilo, Hoover conquistou a missão de montar uma investigação imediata e maciça sobre a subversão comunista e a espionagem soviética, com o direito de usar o número de pessoas e a quantidade de verbas que julgasse necessários. No seu estudo, Richard Freeland reconhece a existência de uma base para as suspeitas, de gente obcecada pelo anticomunismo como tema politicamente promissor, em torno de infiltração na administração democrata. No período Roosevelt, o governo federal apoiava-se fortemente em homens que tivessem atividade política vigorosa

mas principalmente que fossem ativos nos campos liberal, social, reformista e antifascista. Assim, nos anos 30 e início dos 40, a expansão da burocracia tinha atraído para o serviço público pessoas cujas inclinações eram suscetíveis de despertar as suspeitas de Dies e Thomas.¹³ Seria assim ainda que os principais movimentos antifascistas e em favor de reformas sociais não tivessem, como tinham, ligações com o Partido Comunista norte-americano, empenhado nos períodos da Frente Popular (agosto de 1935 a agosto de 1939) e da colaboração americano-soviética (junho de 1941 a maio de 1945) em construir pontes com todos os segmentos da opinião liberal do país. No vale-tudo político-eleitoral, até o respeitável candidato presidencial republicano Thomas Dewey insistira, na campanha de 1944, na denúncia de uma suposta aliança estreita de Roosevelt com os comunistas.

Hoover já intensificava suas investigações (com dinheiro e pessoal à vontade) no âmbito interno da administração Truman quando os republicanos assumiram o controle das duas casas legislativas e passaram a usar, juntamente com a HUAC, também outros organismos do Congresso, no amplo programa de caça às bruxas — especialmente a Comissão do Serviço Público, que exigia mais rigor do governo nos métodos de investigação dos antecedentes dos funcionários, e a Comissão de Relações Exteriores, que reclamava um expurgo no Departamento de Estado. O novo espírito macartista contava igualmente com o estímulo entusiástico do próprio presidente da Câmara, Joseph Martin. Já no seu primeiro pronunciamento no cargo, a 3 de julho, ele proclamou aos seus colegas parlamentares não haver espaço no governo dos Estados Unidos “para quem prefira o sistema comunista” ou para os que “não acreditam no sistema de vida que fez desta a maior nação de todos os tempos”. Empregados federais de tal tipo “devem e precisam ser removidos” — afirmou Martin.¹⁴

Como trunfos nas suas relações com esse Congresso hostil e determinado a fabricar manchetes sobre infiltração comunista, Truman contava principalmente com seus próprios duros, Tom Clark e Edgar Hoover. Tão logo assumira o cargo, em 1945, Clark tinha insistido com o presidente para que repatriasse “ini-

migos estrangeiros” e ampliasse a autoridade de investigação do FBI. Há mesmo razões para crer que ao propor posteriormente medidas vigorosas em relação à lealdade dos servidores, Clark refletia pontos de vista de Hoover, com quem se acostumara a trabalhar intimamente sobre questões de segurança interna enquanto ocupava o posto de procurador geral encarregado da Divisão de Criminalidade. O presidente pode ter fortalecido a dupla de durões na medida em que se sentia vulnerável ao assalto dos parlamentares republicanos — por problemas como o de Dexter White ou o crescente avanço dos comunistas de Mao Tse-tung na China. Essa última questão voltou ao debate em 1947, provocada pela nomeação, para um posto sensível, de John Carter Vincent, diplomata especialista em assuntos chineses e considerado esquerdista demais pelo Lobby da China. Ao investir contra Vincent, o senador republicano Styles Bridges ressuscitara acusações feitas pelo general Patrick Hurley em 1945 — ao renunciar como enviado presidencial à China — de que fora sabotado pelos subversivos do Departamento de Estado.

A cooperação da administração Truman com a HUAC, através de Clark e Hoover, teve seu primeiro resultado concreto na investigação do caso de Gerhart Eisler, identificado pelo ex-comunista Louis Budenz, em outubro de 1946, como o principal agente soviético em ação nos Estados Unidos. Primeiro, o próprio governo forneceu à HUAC grande parte das informações sobre Eisler — entre elas, uma longa declaração do diretor do FBI. Depois, o procurador-geral Clark ordenou pessoalmente a desnecessária prisão do acusado, a pretexto de colocá-lo à disposição da comissão. E até o Departamento de Estado entrou nessa jogada tão útil à legitimação da HUAC ao usar a sua Divisão de Passaportes para fornecer provas de falsificação de documentos. Bem consciente do seu papel, como do vínculo — no qual insistia a administração Truman — com a política externa e os planos de ajuda exterior, o diretor Hoover compareceu também perante a comissão para um espetaculoso depoimento, acusando o Partido Comunista de “quinta coluna” e de ter como objetivo “a derrubada do nosso governo”. Disse ele: “Desde

que o presidente pediu a ajuda para a Grécia e a Turquia, os comunistas, que se opõem ao plano, estão mobilizando-se, promovendo manifestações de massa e enviando telegramas e cartas para exercer pressão sobre o Congresso”.

O resultado prático do Programa de Lealdade, vinculado aos objetivos da política externa com sua versão doméstica da Doutrina Truman, e da cooperação do governo democrata com a HUAC, afinal legitimada e aceita como respeitável após o longo período de hostilidade na administração Roosevelt, foi a consagração oficial da caça às bruxas. O papel ativo que Hoover passava a desempenhar nas audiências da comissão invertia uma tendência estabelecida no período Roosevelt pelo então procurador-geral Francis Biddle que, crítico da preconceituosa obsessão anticomunista de Hoover “contra os vermelhos”, proibira o diretor do FBI de falar na HUAC.

Os desdobramentos de 1947 confirmaram plenamente a profecia de Henry Wallace, logo após o discurso da Doutrina Truman, de que as liberdades civis acabariam sofrendo os efeitos do clima gerado pela nova política exterior. Tão logo Truman baixou a Ordem Executiva 9358, impondo o Programa de Lealdade, o mesmo Wallace — como uma espécie de consciência rooseveltiana da América — veio a público de novo, para denunciar que aquilo lançaria os norte-americanos uns contra os outros, faria crescer a intolerância no país, colocaria sob suspeita pessoas da maior integridade, ameaçaria tudo o que havia de mais valioso nos Estados Unidos. Em carta aberta, os democratas progressistas que acompanhavam Wallace dispostos a apoiar sua candidatura presidencial na eleição de 1948, conclamaram à imediata revogação da Ordem Executiva. Mas de nada adiantaram seus argumentos de que ela violava antigos e sagrados princípios da lei anglo-saxônica, segundo a qual uma pessoa é inocente até que sua culpa seja provada, tem o direito de conhecer as acusações específicas que lhe são feitas, como também o direito de enfrentar e reinquirir os acusadores em tribunal aberto.¹⁵

O próprio Truman, muito tempo depois, usaria quase os mesmos argumentos ao se ver alvo da fúria macartista que ele

tanto contribuiu para liberar e legitimar nesse período. Mas já então era muito tarde, pois entre 1947 e 1950, antes mesmo do senador McCarthy passar ao primeiro plano, o caso de Alger Hiss e a obsessão da espionagem atômica se encarregariam de consolidar o clima de histeria. O jornalista Alan Barth percebeu isso com clareza na época. E escreveu, no diário *The Washington Post*:

“É um pouco estúpido ouvir porta-vozes da administração (Truman) denunciar o senador McCarthy por imputar culpa por associação. Ora, os comitês de lealdade, operando a partir de um decreto presidencial, já vinham há dois anos e meio condenando pessoas acusadas de “associação simpática” com organizações arbitrariamente chamadas de *subversivas* pelo procurador geral. Sem dúvida o senador McCarthy só pode ser condenado ao convocar delatores profissionais e ex-comunistas desacreditados para testemunharem contra pessoas respeitáveis. Mas os comitês de lealdade de Truman sempre usaram depoimentos dessas mesmas fontes, prestados sem juramento e até anônimos”.¹⁶

NOTAS

¹ Um grande número de livros tem como tema específico as atividades da Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara. Destacam-se entre eles: Robert K. Carr, *The House Committee on Un-American Activities, 1945-1950* (Ithaca, Nova Iorque, 1952), que se concentra no período mais conturbado; Eric Bentley, *Thirty Years of Treason, (Niking Press, Nova Iorque, 1971)* e que transcreve interrogatórios selecionados e outros documentos e análises até 1968; Walter Goodman, *The Committee — The extraordinary career of the House Committee on Un-American Activities* (Secker & Warburg, Londres, 1969), que se estende até os anos 60; Telford Taylor, *Grand Inquest: The Story of Congressional Investigations* (Simon and Schuster, Nova Iorque, 1955).

² Seymour Martin Lipset e Earl Raab, *The Politics of Unreason —*

Right-Wing Extremism in America, 1790-1970 (Harper & Row, Nova Iorque, 1970), 133-134.

³ Frank T. Donner, *The Age of Surveillance: The Aims and Methods of America's Political Intelligence System* (Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1980), 16-18.

⁴ Citado em E. Bentley, op. cit., 3.

⁵ W. Goodman, op. cit., 165.

⁶ Citado em J. Aronson, op. cit., 32. A manobra de Rankin para salvar e perpetuar a HUAC é relatada no capítulo 6 ("1945-1946: Rankin's Coup") de W. Goodman, op. cit., 167-189 e também por R. K. Carr, op. cit.

⁷ W. Goodman, op. cit., 174

⁸ Essa análise, com a vinculação entre a política externa e a segurança interna é desenvolvida por Richard M. Freeland, ao longo de seu *The Truman Doctrine & the Origins of McCarthyism*.

⁹ Criada com membros tanto da Assembléia como do Senado da Califórnia, a Comissão Tenney era chamada oficialmente State Un-American Activities Committee. Como radical de esquerda, Tenney tinha sido o primeiro, já em 1939, a ridicularizar a Comissão Dies (a HUAC original), exigindo sua dissolução num discurso no qual afirmava: "Companheiros subversivos, acabo de ouvir que o camundongo Mickey está conspirando com Shirley Temple para derrubar o governo e que há uma testemunha que viu a carteira de vermelho do Pato Donald. Quando a comissão Dies insiste em chamar o presidente Roosevelt de comunista e dizer que a sra. Roosevelt é mera fachada de elementos subversivos, então acho que o resto do país devia sentir-se honrado de ser colocado nessa categoria". Nancy Lynn Schwartz, *The Hollywood Writers' Wars* (Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1982), 158-159.

¹⁰ As origens dos confrontos de Hollywood, especialmente as guerras dos roteiristas, constituem o tema estudado com riqueza de detalhes por N.L. Schwartz, op. cit.

¹¹ Cabell Phillips, op. cit., 278.

¹² Harry Dexter White renunciaria ao cargo no FMI em abril de 1947, para se dedicar à iniciativa privada, recebendo uma carta elogiosa na qual Truman exaltava os serviços prestados à nação. Em 1948, intimado perante a HUAC, ele solicitou períodos de descanso, devido às suas condições cardíacas, sendo ridicularizado pelo presidente da comissão, Thomas, que rejeitou o pedido. Dois dias depois do depoimento, ele morreu de um colapso cardíaco. Seu caso é citado por R. M. Freeland, op. cit., 121-122; Cabell Phillips, op. cit. 359-360; W. Goodman, op. cit., 252-253; F. Dooner, op. cit., 173-176; e outros.

¹³ Essa análise, inclusive as citações, é de R. M. Freeland, op. cit., 119-131.

¹⁴ R.M. Freeland, idem.

¹⁵ Richard J. Walton, op. cit., 150-151.

¹⁶ E. R. Bayley, op. cit., 7.

5. De Alger Hiss à espionagem atômica

Embora nos dias atuais o conhecimento capaz de permitir a construção de uma bomba atômica esteja ao alcance até de estudantes universitários, como o norte-americano que há alguns anos publicou seu projeto numa revistinha estudantil, depois da Segunda Guerra Mundial não se concebia nos Estados Unidos que os soviéticos, cujos avanços científicos eram subestimados mesmo entre os especialistas, pudessem realizar a proeza antes de 1954. Daí o escândalo causado nos Estados Unidos pela primeira explosão de uma bomba atômica soviética em setembro de 1949, pondo fim ao monopólio nuclear norte-americano.

Para os patriotas de Washington só poderia haver uma explicação: espionagem. E em pouco tempo, verdadeiro clamor tomava conta do país: quem entregou a bomba aos russos?

O efeito desse teste nuclear soviético, ocorrido quase ao mesmo tempo em que os norte-americanos tomavam conhecimento do triunfo final de Mao Tsé-tung na China foi açular a caça às bruxas, como se tivesse sido encontrada a prova definitiva de que os comunistas internos — já transformados em tema diário de reportagens jornalísticas pouco responsáveis — estivessem por trás de tudo, como espiões e traidores. Era o caso dos 12 líderes do partido então em julgamento em Nova Iorque, enquadrados na Lei Smith e acusados de conspiração para derru-

bar o governo. E era o caso, aos olhos de uma opinião pública atordoada pelo noticiário sistematicamente manipulado dos grandes jornais, do diplomata Alger Hiss, condenado a 21 de janeiro de 1950, num clima emocional e após um processo no mínimo duvidoso, por perjúrio, com conotação de espionagem e traição.

O nome de Alger Hiss tornou-se símbolo de traição. Os meios de comunicação o condenaram na prática como arquitrador de uma geração. Nem o casal Rosenberg, igualmente manipulado como exemplo nos anos seguintes, quase como explicação definitiva para o êxito soviético no desenvolvimento da bomba atômica, conseguiu atrair tanta desonra e infâmia. No entanto, são numerosos hoje os estudos minuciosos destinados a relatar o amontoado de irregularidades que colocam em questão o desfecho judiciário dos dois casos.¹ Foi nessa mesma época tempestuosa, sob esse mesmo clima sombrio, que também se investiu contra a reputação de cientistas como J. Robert Oppenheimer, Albert Einstein, Edward U. Condon, e outros, suspeitos até a morte depois de terem ajudado o país a criar o Projeto Manhattan para desenvolver a bomba atômica norte-americana.

O desdobramento do caso Hiss, entre 1947 e 1950, reflete, de forma eloquente, as mudanças processadas até o estabelecimento do que é conhecido hoje como consenso da Guerra Fria. Legitimada pelo Programa de Lealdade estabelecido por Truman e também pela estreita colaboração que passaram a prestar personalidades do Executivo, a HUAC obteve seu primeiro grande escândalo em fevereiro de 1947, durante ação conjunta com o FBI e o Departamento de Justiça para fechar o cerco sobre Gerhart Eisler, apontado pelo ex-comunista Louis Budenz, ex-editor do órgão oficial do PC norte-americano, *The Daily Worker*, como espião soviético e chefe comunista dos Estados Unidos.

Tratava-se da investigação que também envolveu o teatrólogo e escritor de cinema Bertolt Brecht, amigo e companheiro de trabalho em Hollywood do músico Hans Eisler, irmão de Gerhart. De certa forma, surgia aí a primeira conexão de Holly-

wood, que exercia sobre os membros da HUAC o compreensível fascínio da publicidade automática garantida por seus astros e estrelas. O caso Eisler começou em fevereiro e os depoimentos das personalidades do cinema ocorreram em outubro, quando a comissão também passou vários dias prometendo uma testemunha misteriosa com revelações sensacionais. Não havia testemunha de verdade, mas apenas uma exposição do próprio investigador da HUAC, Louis Russell, que abandonou subitamente a questão em exame — infiltração comunista em Hollywood — para abordar a possibilidade de espionagem atômica, à época da guerra, no Laboratório de Radiação da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Conforme escreveu Robert K. Carr, aquilo constituía um tema que iria interessar periodicamente a HUAC durante os anos seguintes, mas tinha tão pouco a ver com o que vinha sendo investigado nos dias anteriores que a transição súbita confundiu a imprensa e o público — uma aparente manobra para levar as pessoas a vincularem Hollywood com espionagem atômica.² Russel dissera ter apurado que, em 1942, o vice-cônsul soviético em San Francisco tinha pedido ao físico George Charles Eltenton que conseguisse informações sobre o trabalho de radiação da universidade. Eltenton, então, teria se referido ao assunto com um professor de literatura, Haakon Chevalier, amigo de Oppenheimer, mais tarde diretor científico do Projeto Manhattan.

Foi a primeira sugestão relacionada ao tema atômico, que muito tempo depois iria gerar a controvérsia Oppenheimer-Chevalier, da qual aproveitou-se o físico Edward Teller para destruir a reputação de Oppenheimer e ganhar a disputa pela construção da bomba de hidrogênio. Mas era ainda um caso meio incubado, num momento em que as atenções se concentravam nos esforços da administração Truman para varrer os supostos comunistas infiltrados. Alger Hiss, diplomata formado em Harvard, ex-integrante da delegação norte-americana às conferências de Yalta e de San Francisco (para a criação da ONU), já tinha sido citado entre os 37 nomes que os ex-comunistas Elizabeth Bentley e Whitaker Chambers forneceram ao

FBI, em sigilo. Mas nem sequer estava mais no Departamento de Estado.

O empenho de Truman nesses dias contra os suspeitos da administração parecia bem real, a julgar pela execução zelosa do Programa de Lealdade. Estavam sendo checados os antecedentes de mais de dois milhões de funcionários federais, dos contínuos aos ministros, sem falar dos 500 mil que anualmente candidatavam-se a empregos. Conforme explica Cabell Phillips, que escreveu um livro sobre a administração Truman, o critério para definir um dado considerado comprometedor era uma frase semanticamente vulnerável: “motivos razoáveis existem para se acreditar que (fulano de tal) é desleal”. Invertia-se assim, o preceito jurídico segundo o qual a existência de “dúvida razoável” favorece a inocência e não a culpa de uma pessoa (o critério permanecería, mesmo com a pequena alteração da linguagem, que em 1951 passou a ser “dúvida razoável quanto à lealdade”). O efeito disso, evidentemente, era transferir o ônus da prova para o suspeito. Partia-se da suposição de culpa, exigindo-se que o acusado provasse o contrário.³

Phillips cita o caso típico de Dorothy Bailey, uma mulher demitida por deslealdade após 15 anos de serviço, com base em informações anônimas que a denunciavam como membro do Partido Comunista e ligada a outros comunistas. Negou-se a ela até o direito de conhecer os nomes dos delatores, apesar de seus advogados argumentarem que pessoas empenhadas numa luta pelo poder na entidade a que pertencia poderiam estar por trás da manobra, desejosos de afastá-la do caminho. O diretor do Comitê de Lealdade não soube dizer sequer se o depoimento dos acusadores fora prestado sob juramento. Dorothy recorreu à Suprema Corte, mas o máximo que conseguiu foi o voto discordante de um dos juizes, que considerou aquilo um “arremedo de Justiça”. Como ela, centenas de pessoas foram demitidas dessa forma.

Alger Hiss não passou por nada disso. Ao ser acusado publicamente pela primeira vez — em agosto de 1948, por Whitaker Chambers, na HUAC — já havia trocado o posto no Departamento de Estado pelo cargo de presidente da Carnegie En-

dowment for International Peace, para o qual tinha sido indicado pelo feroz anticomunista e futuro secretário de Estado John Foster Dulles. Hiss era apontado, entre dezenas de nomes, como parte de uma rede de espionagem. Embora os outros tenham preferido nem tomar conhecimento, esse ex-diplomata destacado do New Deal resolveu reagir imediatamente. Em carta à HUAC, considerou falsa a denúncia declarando mesmo não se lembrar de já ter conhecido alguém com o nome de Chambers e oferecendo-se para prestar depoimento e ser acareado com o delator, se o desejassem.

Na HUAC, o deputado Richard Nixon assumiu o assunto, com a assistência do FBI de Hoover, embora os demais membros achassem o caso irrelevante.⁴ Chambers era então jornalista da revista *Time* e seria transformado no mais destacado integrante de uma equipe de delatores que o FBI usou ao longo de toda a fase aguda do macartismo, elevando-os à condição de heróis nacionais e quase santos intocáveis. O papel mais importante, no entanto, foi o do próprio Nixon, que se agarrou ao caso Hiss como a grande oportunidade da sua carreira, em meio à confusão do público com a Guerra Fria e a mitologia anticomunista.

Numa primeira audiência reservada, ao ser colocado frente a frente com Chambers, Hiss admitiu tê-lo conhecido no passado, mas sob outro nome — o de George Crosley, um escritor *free-lancer* que o procurara nos anos 30 em busca de ajuda, na esperança de escrever artigos para revistas. Nada ficou provado, mas Hiss advertiu que se Chambers voltasse a acusá-lo publicamente, seria processado por difamação. Nixon então arranjou uma entrevista, num programa de rádio, em cadeia nacional, para que Chambers o fizesse, no dia 30 de agosto de 1948. “Alger Hiss era um comunista na época e pode continuar sendo ainda hoje”, declarou textualmente o entrevistado, o que motivou o imediato processo de 75 mil dólares iniciado por Alger Hiss.

Graças à manipulação de Nixon, ao clima sombrio no país e ao agravamento da Guerra Fria, esse processo foi virado pelo avesso — e serviu para condenar não o réu caluniador e sim a sua vítima, sentenciada a quatro anos de cadeia por perjúrio. A his-

teria macartista encarregara-se de transformar o caso Hiss numa rocambolesca história de espionagem, com documentos secretos e microfilmes escondidos dentro de uma abóbora. Com seu nome nas manchetes de costa a costa como arquitraidor, Hiss era acusado de ter mentido ao dizer que jamais voltara a ver Chambers depois de 1937 — coisa que ele nega até hoje. Se tivesse sido espião, como tentavam fazer crer os meios de comunicação, seria esse um crime prescrito. Afinal, nenhuma das pessoas apontadas junto com ele, as quais não deram importância ao depoimento de Chambers, sofreu qualquer processo.

Como desdobramento do caso, Nixon construiu sua carreira política — tornando-se, sucessivamente, senador, vice-presidente e presidente, antes de ver seus famosos truques sujos (*Tricky Dick* era a expressão dos adversários para defini-lo) serem desmascarados no caso Watergate. E em meio já à histeria da espionagem atômica, a campanha republicana adotou Hiss como símbolo na sua denúncia contra a infiltração comunista no governo, explorando o fato de personalidades respeitáveis como Dean Acheson, os juizes Felix Frankfurter e Stanley Reed, da Suprema Corte, o governador democrata Adlai Stevenson, de Illinois e outras personalidades terem atestado publicamente o caráter de Hiss, em alguns casos contribuindo financeiramente para a sua defesa.

A obsessão do FBI na defesa da credibilidade e da reputação de seus delatores-testemunhas foi outro aspecto significativo do caso, já que hoje não existe dúvida de que tanto Chambers como Bentley e outros eram movidos por motivações neuróticas. Nos dias atuais, quando já se sabe que Chambers era homossexual e pode ter sido também manipulado o tempo todo pelos interesses do FBI e de Nixon, o caso tem outras conotações. Como disse o renomado escritor e estudioso do marcatis-mo Richard Rovere, Chambers — que se matou em 1961 — era “um espião confesso e perjuro, foi ladrão na juventude, homossexual atormentado, abjeto na aparência e tudo menos amistoso, além de obcecado pelo anticomunismo da mesma forma como estivera obcecado antes pelo evangelho da revolução”.⁵

Ainda hoje o desfecho do caso divide os norte-americanos

de tal forma que são numerosos aqueles que, a despeito dos esforços desenvolvidos permanentemente desde 1950 pelo próprio Hiss para livrar o nome da pecha de traidor, anulando a decisão judicial daquele ano (a partir de 1975 ele recuperou o direito de praticar a advocacia), não acreditam na possibilidade de um esclarecimento definitivo. Mas com base nos 40 mil documentos secretos que o FBI escondia e foi obrigado a liberar nos últimos anos por força da nova Lei de Liberdade de Informação, um amontoado de irregularidades do processo veio a público, através de livros novos. No mais recente capítulo da controvérsia, o livro *Alger Hiss: The True Story*, editado em 1976 e simpático ao ex-diplomata, foi imediatamente contestado num artigo de Allen Weinstein; este, por sua vez, publicou as conclusões — contrárias a Hiss — de suas próprias pesquisas em 1978, em *Perjury: The Hiss-Chambers Case*, e foi imediatamente contestado por outro especialista na matéria, Victor Navasky. As dúvidas em torno do processo, na verdade, multiplicaram-se com os anos, incluindo desde a predisposição de dois jurados contra Hiss (relatada em 1957 pelo próprio Hiss, no seu *In the Court of Public Opinion*), e o parentesco de outros dois com funcionários do FBI (contado por Tony Hiss, filho de Alger, no seu *Laughing Last*, em 1977), até a falsificação de provas por Nixon (a máquina de escrever Woodstock, conforme teria admitido o próprio presidente, em conversa, de acordo com depoimento do assessor da Casa Branca John Dean, em *Blind Ambition*, de 1976), a farsa do conteúdo dos microfilmes supostamente comprometedores (abordada em 1976 por I.F. Stone) e o homossexualismo de Chambers (escondido zelosamente durante 27 anos pelo FBI, mas constante de documento secreto descoberto em 1976).⁶

Se poucos meses antes do desfecho do caso Hiss o diário *The New York Times* já tinha registrado, em editorial, a exploração pouco responsável da imprensa nova-iorquina, cujos jornais publicavam em apenas uma semana histórias de espionagem cobrindo 32 por cento da soma de todo o espaço da primeira página,⁷ naquele janeiro de 1950 a confissão detalhada, na Inglaterra, do controverso cientista atômico Klaus Emil Fuchs de que vinha passando segredos nucleares aos soviéticos teria efeito

explosivo nos Estados Unidos. Alemão de nascimento, naturalizado britânico, Fuchs era filho de um pastor evangélico ligado aos quakers e aos socialistas cristãos. Na década de 1930, com a consolidação do nazismo, ele fugiu da Alemanha para a Inglaterra, prosseguindo na Universidade de Bristol os estudos iniciados na de Leipzig, onde se formara em Física.

Fuchs fora um dos primeiros físicos recrutados para o programa britânico de energia atômica, sediado em Harwell. No fim de 1943, chegara aos Estados Unidos e em dezembro de 1944, a Los Alamos, onde se integrou, como um dos principais membros, à equipe de pesquisadores ingleses do Projeto Manhattan. Segundo Robert Jungk, foi menos por orgulho do que por simpatia para com os companheiros decepcionados com os rumos da discussão sobre o emprego da bomba, em fevereiro e junho de 1945, em Cambridge e em Santa Fé, que Fuchs revelou a um agente soviético tudo o que sabia sobre a nova arma.⁸

As motivações de Fuchs são discutidas ainda hoje, no âmbito dos compromissos entre a ciência e o poder. Na visão dele, “a nova arma constrangia a Humanidade a uma maneira de pensar que ultrapassava o conceito de Estado e a atitudes inabituais, opostas às noções anteriores de patriotismo e de fidelidade nacional”. Entre as posições discutidas na ocasião estava a dos que achavam necessário, para a garantia da paz, que os soviéticos também tivessem a bomba, estabelecendo o equilíbrio — o que, evidentemente, subvertia as noções morais de lealdade reconhecidas em toda parte.

Ainda que Fuchs não tenha conseguido identificar com precisão seu contato soviético nos Estados Unidos, limitando-se a descrevê-lo fisicamente e a revelar o nome que usava (“Raymond”), o FBI prendeu meses depois o químico — suíço de nascimento — Harry Gold, cuja confissão posterior comprometeu mais três pessoas: David Greenglass e o casal Julius e Ethel Rosenberg. Mediante acordo com a promotoria para denunciar os outros, Gold escapou da pena máxima e cumpriu apenas 15 anos de prisão. Ao morrer, em 1972, já em liberdade, nem a imprensa noticiou. Mas bem antes disso, o advogado Marshall Perlin — a serviço dos filhos do casal Rosenberg, Michael e Ro-

bert — obtivera, em 1959, numa prisão britânica, a declaração formal de Fuchs de que jamais identificara Gold positivamente como seu contato, como afirmara o FBI em juízo. “Ele (Gold) insistia em se dizer o mensageiro dos segredos atômicos, por isso eu disse ao FBI: ‘Se ele quer ser o homem, então que seja’.”⁹

Essa é apenas uma das muitas falhas do processo contra Julius e Ethel, executados na cadeira elétrica a 19 de junho de 1953, numa espécie de ritual exemplar. A execução não é defendida hoje nem pelos representantes mais ortodoxos da Justiça norte-americana — como o advogado Louis Nizer, que em 1973 escreveu um *best-seller* em defesa dos procedimentos seguidos no processo.¹⁰ A liberação a partir de 1975 — principalmente através de ações iniciadas pelos filhos do casal executado, com base na Lei de Liberdade de Informação — de umas 30 mil laudas de documentos que o FBI escondia da opinião pública permitiu o conhecimento de fatos relevantes como: 1. o desequilíbrio mental e a neurose de Harry Gold, além da maneira como fora manipulado pela promotoria; 2. os muitos depoimentos contraditórios, antes do julgamento, de David Greenglass, testemunha-chave da acusação; 3. a manobra do FBI para usar Ethel como refém, na esperança de assim arrancar a confissão do marido; 4. a absoluta falta de provas contra Ethel, executada assim mesmo; 5. o comportamento flagrantemente parcial do juiz Irving Kaufman, com suas consultas secretas no mínimo impróprias com o FBI e a promotoria; e outros.¹¹

Muitos dos documentos já liberados pelo FBI estão ainda largamente censurados, com nomes, frases e até períodos inteiros suprimidos. E um grande número ainda é mantido em sigilo, como também ocorre no caso Hiss. Criado em 1974, um Comitê Nacional para Reabrir o Caso Rosenberg trabalha em conjunto com os filhos Rosenberg — Robert e Michael, que adotaram o sobrenome Meeropol, após a execução dos pais como espiões — para a onerosa liberação de documentos, que sistematicamente encontra a resistência do FBI. Só no seu primeiro ano e meio de existência, o comitê teve de gastar em seus esforços 115 mil dólares de contribuições recebidas de norte-americanos interessados em esclarecer a verdade sobre o caso.¹² Foi esse, provavelmente,

o julgamento desenvolvido de forma mais amargamente política em muitos anos, conforme a avaliação de um especialista — o professor de Direito Arthur Kinoy, da Universidade Rutgers, fundador do Centro pelos Direitos Constitucionais. Não estavam em causa apenas as vidas e a liberdade dos acusados. Diz ele: “Hoje, mais de um quarto de século mais tarde, os historiadores do período estão começando a entender que aquele julgamento foi a pedra angular de um plano, do qual o senador Joe McCarthy tornou-se um dos arquitetos básicos, para gerar um estado de espírito nacional de histeria que iria permitir a supressão de toda a oposição política, para o desdobramento da estratégia da Guerra Fria. O plano previa o desenvolvimento da ameaça vermelha em torno do espectro dos ‘espiões atômicos’ a roubar os mais preciosos segredos do país, ameaçando nossa segurança nacional. Esses espiões atômicos seriam, então, claramente identificados como radicais, como membros do Partido Comunista, forjando na mente das pessoas a identificação política que o *establishment* pretendia fazer. Uma técnica clássica dos reacionários consiste em caricaturar seus oponentes, marcando-os com uma imagem que os próprios reacionários moldaram. Os radicais que se opunham à Guerra Fria eram espiões ou agentes russos, de acordo com os anticomunistas extremados. Estavam vendendo seu país a uma potência estrangeira e tinham de ser tratados como traidores. A sobrevivência da América exigia medidas extremas. Os radicais devem ser varridos das fábricas, das escolas, das profissões — até assassinados, se necessário.”¹³

Outros escândalos atômicos menores contribuíram também para ampliar a histeria. Antes mesmo do caso Rosenberg, a HUAC patrocinara, em 1948, um assalto contra o físico Edward U. Condon, apontado irresponsavelmente por um investigador da comissão como “um dos elos mais fracos da nossa segurança atômica”. Ele era então diretor do Bureau of Standards, mas participara antes dos esforços científicos para o desenvolvimento da bomba atômica. Seu pecado foi um comportamento excessivamente honesto, que não fazia concessões ao extremismo da HUAC, o que acabou levando-o a perder o emprego, e a en-

frentar outros problemas constrangedores. O caso Oppenheimer também ganhou manchetes no período macartista — e em 1954 esse cientista, delatado pelo colega superpatriota Edward Teller, foi considerado culpado daquilo que a Comissão de Energia Atômica (AEC) julgara irrelevante em 1947, de um suposto pecado no passado que o próprio general Leslie Groves, do Projeto Manhattan, não levava em conta anteriormente, durante o desenvolvimento da bomba. Oppenheimer foi removido de seu cargo na AEC e declarado risco de segurança.¹⁴

Especialmente significativa, nesse mesmo contexto, era a perseguição movida pelo FBI contra Albert Einstein (de 1932 até o ano de sua morte, 1955), conforme descobriu e revelou recentemente — com base em 1.500 páginas de documentos secretos, liberados através da Lei de Liberdade de Informação — o professor universitário Richard Alan Schwartz. Trata-se de um catálogo de horrores, no qual o eminente físico — o homem cuja carta convenceu o presidente Roosevelt a ordenar o desenvolvimento da bomba atômica — é suspeito, em vários períodos, de dirigir uma rede de espionagem, ser o “cérebro” por trás da conspiração comunista para tomar conta de Hollywood, de inventar um raio milagroso, de descobrir um robô capaz de ler as mentes humanas e exercer controle do pensamento e até mesmo de estar por trás do seqüestro do bebê Lindbergh. O que, na verdade, o FBI e a HUAC não conseguiam suportar era a independência e a coragem de Einstein, em seu compromisso com o pacifismo, os direitos civis, a igualdade racial, a liberdade de expressão, o antifascismo. Einstein apoiou a candidatura presidencial de Henry Wallace, criticou a linha dura na política externa, pediu a abolição da HUAC, foi amigo de Paul Robeson, Charles Chaplin, Frank Lloyd Wright — todos suspeitos na época —, escreveu ao juiz Kaufman para defender o casal Rosenberg e recomendou, numa carta famosa, que os intelectuais desafiassem a HUAC ou a comissão McCarthy, negando-se a responder àquelas perguntas que “violam o espírito da Constituição”.¹⁵

A obsessão da espionagem atômica, na qual se pretendeu arrastar até Einstein, era o ingrediente definitivo no quadro da

histeria macartista, depois da primeira experiência nuclear soviética. A administração Truman, que vencera a eleição de 1948, tinha exercido um papel importante para gerar aquele clima que favoreceria em seguida a ascensão do senador McCarthy, mas já então o monstro escapava ao controle do governo. Não por acaso, um dos promotores do caso Rosenberg, o advogado Roy Cohn, foi também o braço direito de McCarthy nos anos seguintes — os anos McCarthy.

NOTAS

¹ Entre os muitos livros sobre os dois casos, estão: Alger Hiss, *In the Court of Public Opinion* (Knopf, Nova Iorque, 1957); Whitaker Chambers, *Witness* (Random House, Nova Iorque, 1962); John Chabot Smith, *Alger Hiss: The True Story* (Holt, Rinehart & Winston, Nova Iorque, 1976); Ronald Seth, *The Sleeping Truth; The Hiss-Chambers Affair Reappraised* (Hart, Nova Iorque, 1968); Allen Weinstein, *Perjury: The Hiss-Chambers Case* (Knopf, Nova Iorque, 1978); Morton Levitt & Michael Levitt, *A Tissue of Lies: Nix vs. Hiss* (McGraw Hill, Nova Iorque, 1979); John Wexley, *The Judgement of Julius and Ethel Rosenberg* (Cameron and Kahn, Nova Iorque, 1955); Virginia Gardner, *The Rosenberg Story* (Masses & Mainstream, Nova Iorque, 1954); William A. Reuben, *The Atom Spy Hoax* (Action Books, Nova Iorque, 1954); Walter and Miriam Schneir, *Invitation to an Inquest* (Penguin, 1973); Malcolm Sharp, *Was Justice Done?* (Monthly Review Press, Nova Iorque, 1956); Louis Nizer, *The Implosion Conspiracy* (Doubleday, Nova Iorque, 1974); Robert and Michael Meeropol, *We Are Your Sons — The Legacy of Ethel and Julius Rosenberg* (Ballantine Books, Nova Iorque, 1976); Ronald Radosh e Joyce Milton, *The Rosenberg File: A Search for the Truth* (Vintage Books, 1984).

² Robert K. Carr, op. cit., refere-se à manobra, também citada por W. Goodman, op. cit. A tragédia posterior de J. Robert Oppenheimer é relatada por Robert Jungk, *Mais Brilhante que Mil Sóis* (Europa-América, Lisboa, 1960), 336-339, 389-399; Alden Whitman relata a

mesma história em *Come to Judgement* (The Viking Press, Nova Iorque 1980); mas o relato definitivo está nas 591 páginas de Philip Stern, *The Oppenheimer Case — Security on Trial* (Harper & Row, Nova Iorque, 1969).

³ C. Phillips, *The 1940s*, 366.

⁴ Muitos anos depois, Hiss continuava convencido de que Chambers, Nixon e o FBI prepararam tudo cuidadosamente, com bastante antecedência. Nas gravações de Watergate, Nixon cita Hiss sete vezes. A obsessão de Nixon com o próprio sucesso no caso é comentada por Hiss em entrevista a Larry Adler, “Richard Nixon, Hiss is your life” e “Nixon’s hurt the country far more than he’s hurt me”, *The Spectator*, 28-9-1974 e 5-10-1974.

⁵ Citado por William F. Buckley Jr, “Some Still Missing the Hiss Facts”, *New York Post*, 2-6-1978.

⁶ As referências são feitas com base em “A Verdict”: ‘Hiss Has Been Lying’ “, *Time*, 29-3-1976; Jane Perlez, “Weinstein vs. Navasky — The Hiss Hassle”, *The Soho Weekly News*, 13-4-1978; Peter Kihss, “Hiss’s Son’s Book Links 2 Jurors To Relative Employed by F.B.I.”, *The New York Times*, 28-11-1976; Harriet Van Horne, “Dean: Nixon Admitted Faking Hiss Typewriter”, *New York Post*, 8-10-1976; I. F. Stone, “The ‘Flimpfam’ in the Pumpkin Papers”, *The New York Times*, 1-4-1976; e “Chambers Homosexuality Told”, *The Washington Post*, 10-2-1976. A última palavra da Justiça sobre o caso Hiss foi a decisão da Corte Federal Distrital de Nova Iorque em 1982 (ratificada pela Suprema Corte em 1983), mantendo a condenação por perjúrio. O jornalista William A. Reuben, que acompanha o caso desde os anos 40, identificou 114 erros nessa decisão, em *Footnote on an Historic Case: In Re Alger Hiss* (The Nation Institute, 1989). Hiss ainda insiste em obter sua reabilitação na Justiça.

⁷ C. Phillips, op. cit., 374.

⁸ R. Jungk, op. cit., 236-239, 354.

⁹ Citado por A. Whitman, “A morte anônima de um espião”, *Jornal do Brasil*, 17-2-74.

¹⁰ L. Nizer, *The Implosion Conspiracy*.

¹¹ As irregularidades estão citadas em Peter Kihss, “Report in Rosenberg Files Held Harry Gold Neurotic”, *The New York Times*, 6-12-1975; William Chapman, “Key Rosenberg Witness Altered Story”, *The Washington Post*, 6-12-1975; P. Kihss, “Files Viewed as Clearing Ethel Rosenberg”, *The New York Times*, 24-6-1979; “The Need to Reopen the Rosenberg Case for Public Scrutiny”, carta de Sol Stern e

Ronald Radosh, *The New York Times*, 26-7-1979; “Of the Rosenbergs, Judge Kaufman and the Media’s Responsibility”, carta de Michael e Robert Meeropol, *The New York Times*, 10-4-1977. O National Committee to Reopen the Rosenberg Case, dirigido por Aaron Katz, continua tentando reabrir o caso.

¹² Robert e Michael Meeropol só se revelaram publicamente como filhos do casal Rosenberg 20 anos após a execução, indignados com o livro de Louis Nizer, *The Implosion Conspiracy*. Processaram a editora e o autor e assumiram a campanha pela reabilitação dos pais em entrevista a Robert Reinhold, “2 Rosenberg Sons Try to Vindicate Executed Parents”, *The New York Times*, 10-3-1975, e no livro publicado em 1976, *We Are Yours Sons*. Ver ainda, “Rosenberg Files Show FBI Pressed Hard to Expand Spy Trial”, *The New York Times*, 8-12-1975; e “Freeing the Rosenberg Files”, editorial do *The Washington Post*, 21-11-1975, sobre os obstáculos levantados pelo FBI para dificultar a liberação de documentos contendo revelações embaraçosas.

¹³ Arthur Kinoy, “The Left’s Failure of Nerve: Reflections on the Rosenbergs”, *The Nation*, 11-6-1983. Trata-se de um trecho do livro de Kinoy, *Rights on Trial: The Odyssey of a People’s Lawyer* (Harvard University Press, 1983). O advogado Roy Cohn, promotor-assistente no caso Rosenberg (e, mais tarde, principal assessor do senador McCarthy) morreu de AIDS em 1987. Dois livros publicados sobre ele no ano seguinte afirmam que Cohn se vangloriava de ter convencido o juiz Irving Kaufman (mediante contatos extrajulgamento, ilegais) de que a decisão certa seria a pena de morte *para os dois*. “Kaufman disse-me antes de começar o julgamento que ia sentenciar Julius Rosenberg à morte”, contou Cohn a Sidney Zion, que era amigo íntimo do advogado, sobre quem escreveu não uma biografia e sim uma “autobiografia”. Cohn acrescentou que como o juiz estava em dúvida quanto a Ethel Rosenberg, tratou de convencê-lo, garantindo que ela era pior do que o marido, “verdadeiro cérebro da conspiração dele”. Os contatos ilegais de Cohn e Kaufman eram através de um telefone público. Ver Robert Sherril, “King Cohn”, *The Nation*, 21-5-1988, uma resenha dos dois livros: S. Zion, *The Autobiography of Roy Cohn* (Lyle Stuart, 1988); e Nicholas von Hoffman, *Citizen Cohn* (Doubleday, 1988).

¹⁴ Walter Goodman relata o caso Condon em *The Committee*, 231-241; e Richard Freeland, *The Truman Doctrine*, 313-318. O caso Oppenheimer é o tema do livro de Philip Stern, citado antes. Ver nota 2.

¹⁵ Richard Alan Schwartz resume suas descobertas nos documentos do

FBI em "What the File Tells: The FBI and Dr. Einstein", *The Nation*, 3-9-1983. A carta de Einstein, recomendando aos intelectuais desafiar a inquisição parlamentar, está reproduzida em Eric Bentley, *Thirty Years of Treason*, 667-668.

6. A ascensão do senador McCarthy

A grande ironia das eleições de 1946, que instalaram McCarthy no Senado dos Estados Unidos, é que seu triunfo se deveu, pelo menos em parte, aos votos de esquerdistas — inclusive os do Partido Comunista — e adeptos do Partido Democrata, ainda nas primárias de Wisconsin. McCarthy já era então republicano e decidira enfrentar nas primárias o favorito de seu partido, Robert (“Young Bob”) M. La Follette Jr., que tinha substituído o pai (“Fighting Bob”) após sua morte, em 1925, e reelegera-se sucessivamente.

Nascido em 1908, numa fazenda relativamente modesta do estado de Wisconsin, Meio-Oeste dos Estados Unidos, McCarthy era formado em Direito pela Universidade de Marquette, Milwaukee, desde 1935. Entrou para a política como advogado praticante, primeiro no Partido Democrata e depois no Republicano. Juiz de Circuito, eleito em 1939, abandonou a magistratura três anos depois para se alistar no Corpo de Fuzileiros Navais, do qual foi oficial durante a guerra.¹

Em 1946, os democratas eram uma força inexpressiva no Wisconsin. A legenda e o populismo dos La Follette estavam suficientemente consolidados para permitir ao Jovem Bob ganhar eleições (1934 e 1940) também fora do Partido Republicano, sob a bandeira do Partido Progressista. De qualquer forma, nas pri-

márias de 1946 La Follette já retornara ao Partido Republicano e seu triunfo parecia certo.

Wisconsin era um dos estados nos quais os regulamentos eleitorais permitiam ao eleitor de um partido, nas primárias, sufragar algum nome do outro partido — operação conhecida na política norte-americana como *cross over*. E uma das táticas do partido que se julgava inferiorizado consistia em recomendar ao seu eleitor, nas primárias, o voto no candidato mais fraco do partido rival — com o que, na eleição decisiva entre os dois partidos, ficaria com as chances melhoradas.

Foi assim em 1946. A organização nacional do Partido Democrata enviou 10 mil dólares para o financiamento de uma unidade política encoberta, cuja missão seria a de persuadir eleitores democratas a votarem no desafiante McCarthy, considerado o candidato mais fácil de derrotar mais tarde, no pleito definitivo. McCarthy teve ainda uma outra colaboração: a publicação sindical *CIO News*, considerada à época sob controle de uma facção pró-comunista da CIO (a central sindical Congresso de Organizações Industriais), conclamou seus eleitores a votarem em favor de McCarthy como um meio de derrotar La Follette, que vinha sistematicamente fazendo advertências contra “as ambições expansionistas da Rússia na Europa Oriental”.²

De fato, McCarthy teve votação expressiva em Milwaukee e demais áreas industriais do estado. No cômputo geral, esse republicano meio desconhecido derrotou La Follette nas primárias por uma diferença de apenas 5.378 votos — do total de 440.097 dados aos dois candidatos do partido. Richard Rovere registra a frase com que ele comentara a ajuda dos comunistas: “Os comunistas têm tanto direito de votar como qualquer outra pessoa, não é?”. E a frase pronunciada pelo candidato na esperança de ampliar tal apoio: “A proposta de Stalin em favor do desarmamento mundial é uma grande coisa”.³ Na rodada definitiva da eleição, prevaleceu a maioria republicana de Wisconsin. E McCarthy conquistou sem maiores problemas a cadeira no Senado, com uma vitória sobre o democrata Howard McMurray.

Durante os anos de 1947, 1948 e 1949, enquanto a cruzada anticomunista se estendia pelo país, com o incentivo oficial da Doutrina Truman e do Programa de Lealdade lançado pela administração democrata, McCarthy era simplesmente um senador obscuro do Meio-Oeste à procura de um bom tema e não demonstrava grande preocupação com a chamada “a ameaça vermelha”. Mas na certa observava com atenção as tendências dos políticos e não é improvável que tenha percebido o potencial anticomunista através da própria atuação da HUAC. Certa vez, ainda nos primeiros momentos da investigação da comissão Thomas sobre infiltração em Hollywood (como testemunha, o senador estadual californiano Tenney tinha acusado Charles Chaplin, Fredric March, John Garfield, Edward G. Robinson e Frank Sinatra de cúmplices do comunismo), McCarthy apareceu numa audiência e foi convidado pelo presidente da HUAC a também fazer perguntas. Agradeceu a distinção e explicou que só tinha passado para ver “o excelente trabalho que vocês, cavaleiros, estão realizando. Estou aqui apenas para ouvir e não para fazer perguntas” — acrescentou.⁴

O aprendiz de feiticeiro iria em pouco tempo superar até o mais diligente dos mestres. A ponto de um dos estudiosos de suas façanhas, o mesmo que o chamou de “mestre do escabroso e do escatológico”, ter assim relacionado o que realizou no curto período entre 1950 e 1954:

1. Desconhecido em 1950, fez-se personalidade global em 1952. Em muitas partes do mundo, personificou tudo o que havia de mal na política e na vida dos Estados Unidos, sendo um dos poucos norte-americanos ativamente temidos e odiados pelos estrangeiros.

2. Menos de dois anos após ascender da obscuridade, tornou-se o tema central de uma campanha presidencial, embora não passasse de um senador em primeiro mandato de um partido minoritário. Não dispunha então nem de posto e nem de poder, a não ser o que tinha criado para si mesmo, dentro de si mesmo.

3. Ganhou enorme influência sobre a política exterior de Washington numa época em que essa política influiu profunda-

mente na história mundial. A diplomacia norte-americana no Extremo Oriente, sob muitos aspectos chave para a política seguida no resto do mundo pelo país, podia ter sido bem diferente, não fosse o poder de McCarthy.

4. Estigmatizou com seu nome uma tendência, todo um conjunto de tendências na vida norte-americana. O nome sobrevive e, para muitos norte-americanos, qualquer coisa que seja antiliberal, antiintelectual, repressiva, reacionária, totalitária ou simplesmente abjeta e desprezível passou a ser “macartismo”. A palavra, apesar de imprecisa, exprime um significado e transmite uma imagem poderosa.⁵

O ponto de partida para tudo isso foi a eleição intermediária de 1946, quando um furacão republicano varreu o país em nome do anticomunismo e introduziu uma maioria esmagadora no Congresso. Ao contrário daquela, a eleição presidencial de 1948 acabou resultando, por circunstâncias diversas, no surpreendente triunfo de Truman. Reverteu-se a tendência, sendo restabelecida a maioria democrata no Congresso.

Como aconteceu tal mudança? No verão de 1948 dificilmente alguém poderia supor que Truman ainda tivesse qualquer possibilidade de vencer. O candidato republicano Thomas (Tom) Dewey mostrava-se então determinado a obter o máximo de sua furiosa retórica anticomunista. Além disso, no campo democrata a divisão parecia fatal às aspirações de reeleição do presidente. Ao lançar-se candidato por um terceiro partido — o Progressista — o ex-vice-presidente Wallace fora acompanhado por parte substancial dos setor progressista e sindical dos democratas. Na primeira metade do ano, atraía multidões aos seus comícios, nos quais denunciava a linha dura na política externa de Truman e pregava uma plataforma pacifista e de diálogo com os soviéticos.

Além da divisão pela esquerda, Truman ainda teve de enfrentar outra, pela direita. Liberais que rejeitaram o apelo pacifista de Wallace, como o então prefeito de Minneapolis — mais tarde senador e vice-presidente — Hubert H. Humphrey, apoiaram o presidente com a condição de compensarem a falta de um candidato liberal mediante a elaboração ao menos de uma plata-

forma liberal. Humphrey e seus partidários venceram essa parada, mas isso acabou custando um preço alto aos democratas nos seus tradicionais redutos conservadores e racistas do sul. Alarmados com a vigorosa defesa dos Direitos Civis contida na plataforma, os democratas sulistas, em sua maioria, abandonaram a chapa oficial e lançaram o segregacionista J. Strom Thurmond, governador da Carolina do' Sul, como candidato presidencial por um partido nostálgico da Confederação, o Dixiecrat.

Diante de tal quadro, os republicanos consideraram-se já com um pé na Casa Branca — o que pode ter sido um erro fundamental. Atacada como “dura demais” por Wallace e como “mole demais” por Dewey, a política externa de Truman era o ponto mais vulnerável da campanha democrata. Wallace insistia na sua pregação pacifista, mas os acontecimentos internacionais conspiravam contra ele. A 24 de junho, em represália à decisão dos Estados Unidos, Inglaterra e França de integrar a economia da Alemanha Ocidental à da Europa Ocidental, combinando ao mesmo tempo as três zonas ocidentais da dividida Alemanha, Josef Stalin impôs o bloqueio completo de Berlim Ocidental, localizada bem no interior da área alemã sob ocupação soviética. O raciocínio do Kremlin era conhecido: impedir que a parte mais vigorosa da Alemanha, inimiga mortal da Rússia apenas três anos antes, se somasse ao campo ocidental, encarado por Stalin como ameaça à União Soviética.

O bloqueio, evidentemente, consolidou para os soviéticos, nas manchetes dos jornais, o papel de grandes vilões da política internacional. E Truman, denunciado freqüentemente pelos republicanos como pouco duro, não apenas conseguiu em nome do patriotismo impedir que Dewey, exageradamente otimista, insistisse no questionamento de sua política externa, como assumiu a imagem de herói graças à ponte aérea estabelecida para levar alimentos, suprimentos e até carvão à cidade sitiada. O claro favoritismo de Dewey nas pesquisas o levou à conclusão equivocada de que poderia dispensar na campanha os ataques mais violentos à política externa de Truman. Limitou-se a manifestar apoio à sua formulação bipartidária, garantindo que poderia

administrá-la melhor. Nessa pose de estadista, certo da vitória, deixou de trabalhar com determinação para conquistá-la.

A dissidência democrata dos segregacionistas do sul também acabou beneficiando Truman, na medida em que reabilitava o presidente aos olhos do eleitorado negro das grandes cidades — um voto considerado crucial nessa eleição. Se o Sul racista tivesse ficado sem reservas com Truman, os negros certamente optariam por Henry Wallace, o candidato comprometido de forma mais decidida e enfática com a causa dos Direitos Civis.⁶ Mas o declínio de Wallace, a partir de junho, tornou-se tão evidente como os benefícios que isso traria a Truman, com o raciocínio do “voto útil”: já que era impossível vencer com Wallace, os liberais achavam sensato ao menos impedir a vitória de Dewey, votando pela reeleição do presidente. Na contagem final, graças a tantos fatores surgidos a partir de junho, Truman conquistou a reeleição com 24 milhões de votos contra quase 22 milhões de Dewey e 1.169.032 do sulista Thurmond. Wallace, a quem as pesquisas chegaram a dar, uns seis meses antes, 13 por cento da votação, não passou de 1.157.063 — um total bem menor até do que tinham obtido alguns candidatos socialistas no passado, como Eugene Debs.

À decepção republicana com esses números pode ser atribuída em grande parte a fúria redobrada com que os parlamentares oposicionistas passaram a investir contra a administração democrata nos meses e anos seguintes. E nessa onda de denúncias, responsável pela expressão “20 anos de traição” para caracterizar todo o período democrata iniciado com a primeira eleição de Franklin Roosevelt em 1932, o papel principal iria caber ao senador obscuro do Meio-Oeste que em 1950, quase por acaso, recebeu a tarefa menor de representar o partido oposicionista na cidadezinha de Wheeling, na Virgínia Ocidental.

Era uma data de significado especial para os republicanos — o Lincoln Day, aniversário de Abraham Lincoln. Como convidado especial de um jantar oferecido pelo Clube Republicano das Mulheres do Condado de Ohio, o senador McCarthy deveria ser o orador da noite, no salão do hotel McClure. Um parágrafo de seu discurso, registrado no dia seguinte pelo jornal lo-

cal, *The Wheeling Intelligencer*, pelo influente *The Chicago Tribune* e por um despacho da Associated Press veiculado em jornais de outras cidades chamou a atenção do país: “Embora eu não tenha tempo para relacionar todos os homens do Departamento de Estado que foram apontados como membros do Partido Comunista e membros de uma rede de espiões, estou aqui com uma lista de 205 que o secretário de Estado sabe serem membros do Partido Comunista e que, apesar disso, continuam a trabalhar na formulação da política do Departamento de Estado”.⁷

O senador estava, de fato, com um papel na mão — exibido como se fosse a tal lista de comunistas. Mas aquilo tanto podia ser a conta do bar do hotel, como o rol de roupas ou uma cobrança de telefonemas interurbanos. Ninguém teve permissão para examinar o papel. E nos dias e semanas seguintes, o número 205 foi sucessivamente mudado para 57, 116, 207, 121, 106, 81 ou apenas 3, em diferentes ocasiões. As acusações também variavam: “comunistas”, “riscos de segurança”, “inadequados para a função”, “membros do partido com carteirinha”, “de alguma forma subversivos”, etc. Richard Rovere, biógrafo de McCarthy, foi um dos estudiosos mais atentos do arsenal de truques do senador e coube a ele fazer o paralelo com uma das técnicas de Hitler. O führer nazista, segundo Rovere, “descobriu as aplicações da Grande Mentira — a falsidade tão imensa e rotunda que a razão, que se detém em particularidades, revela-se quase impotente para combatê-la. McCarthy inventou a Mentira Múltipla — a mentira com tantas particularidades, com tantas partes intercambiáveis e em mutação, tantas engrenagens minúsculas e barras de ligação que a razão se esgota no esforço para combatê-la. Ele dizia tantas coisas diferentes sobre tantas pessoas diferentes (geralmente pessoas de identidade incerta e até, no que se referia ao público, de existência questionável) que ninguém poderia se fixar naquilo tudo”.⁸ No caso inicial dos 205 comunistas do Departamento de Estado, ele acabou por fornecer quatro nomes, dos quais três nem sequer pertenciam ao Departamento.

Em tempos normais, acusações irresponsáveis de um sena-

dor obscuro pouca atenção teriam merecido da imprensa e da população do país. Mas não eram tempos normais. Naquele mês de fevereiro de 1950, a nação já estava à beira da histeria, com uma substancial contribuição dos jornais.⁹

O teste nuclear soviético, em setembro de 1949, e a condenação de Alger Hiss, em janeiro de 1950, continuavam a alimentar os inesgotáveis relatos jornalísticos de espionagem, vinculados à subversão interna, mas também passara ao primeiro plano o destino da China, onde as forças de Mao Tsé-tung — confirmando previsões dos diplomatas do Departamento de Estado — varreram do continente, em outubro, as tropas desmoralizadas de Chiang Kai-shek, o corrupto aliado de Washington. O episódio chinês, que se tornaria nos anos seguintes um dos temas permanentes do macartismo, especialmente para justificar o expurgo dos especialistas que tinham ousado advertir com competência para a realidade, resultou de sucessivos confrontos entre o Kuomintang — herdado por Chiang de seu sogro Sun Yat-sen — e os comunistas, parcialmente suspensos após a agressão japonesa.

O primeiro rompimento aberto entre o Kuomintang e os comunistas ocorreu em 1927, embora a China tenha estado à beira da revolução social desde o início do século. A partir da ocupação japonesa da Manchúria em 1937 e com as hostilidades da Segunda Guerra Mundial, Chiang e Mao ficaram teoricamente do mesmo lado. Mas o governo de Chiang — beneficiário da ajuda maciça em dinheiro, armas e suprimentos dos Estados Unidos — mostrou-se desde logo um aliado ineficaz na guerra contra os invasores japoneses, incapaz de impor sua autoridade política aos seguidores de Mao e pouco interessado em combater a generalizada corrupção em suas próprias fileiras. Com dois comandos hostis, militares e políticos, a frágil aliança desmoronou imediatamente após a derrota japonesa, em 1945. Na posição cômoda de favorito de Washington, enquanto Mao queixava-se da falta de apoio de Stalin, Chiang continuou obcecado pela idéia de exterminar os comunistas pela força. O governo do Kuomintang preferia ignorar as recomendações dos conselheiros norte-americanos. Desviava a substancial e crescente ajuda

financeira para as aventuras militares, esquecia a tarefa de reconstrução do país e fingia não enxergar a corrupção maciça na própria burocracia oficial.

O último grande esforço de Truman, quando a ameaça de deterioração tornou-se insuportável, foi o envio, em janeiro de 1946, do general George Marshall, que acabara de ser reformado na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Como emissário especial do presidente, sua missão era tentar que os dois lados da guerra civil formassem um governo de coalizão, tendo Chiang como parte dominante. Nesse sentido, a contínua ajuda norte-americana e a promessa de mais recursos deveriam funcionar como estímulos. Mas o general Marshall desistiu em janeiro de 1947, ante o fracasso de todos os seus esforços e a insistência de Chiang em rejeitar quaisquer reformas políticas e concentrar-se apenas na liquidação dos comunistas. Uma tentativa de última hora, em 1948, quando Truman mandou à China o general David Barr, em nada alterou a situação: o novo emissário concluiu que só a participação ativa de tropas norte-americanas poderia mudar os rumos da guerra civil, que Chiang perdia não por falta de munição e equipamentos e sim em consequência da “pior liderança do mundo e de muitos outros fatores que destruíam o moral e levavam à completa falta de vontade de lutar”.¹⁰

A “perda da China”, obsessão onerosamente sustentada junto à opinião pública norte-americana pelo chamado Lobby da China, foi um ingrediente relevante do período de caça às bruxas e uma das questões preferidas do próprio senador McCarthy. Mesmo sem ter formalizado uma organização, a confederação de interesses que se tornou conhecida como Lobby da China tornou-se uma influência vigorosa, graças ao empenho e à generosidade dos grandes empresários e homens de negócios que ou tinham tido grandes lucros com os chineses no passado ou esperavam tê-los no futuro, através de Chiang. A eles somavam-se os oportunistas e extremistas de direita em ascensão no país, todos juntos no coro que exigia o fornecimento de mais armas para Chiang, a encarnação do Bem em luta contra o comunismo ateu.

O então jornalista Theodore White, que se afastou nesse período do cargo de correspondente do *Time* na China devido à deliberada deturpação da realidade nas páginas dessa revista, acha que no episódio chinês revelou-se decisivo o papel da imprensa. Para ele, foi a queda da China e o trauma que isso produziu nos Estados Unidos (a China Cristã adorável, amistosa e subserviente transformando-se, da noite para o dia, em 600 milhões de comunistas chineses raivosos e hostis) que levaram diretamente aos excessos do período McCarthy.¹¹ O envolvimento pessoal de White na questão chinesa pode tê-lo induzido a uma conclusão apressada, mas certamente a obsessão dessa “perda” — para usar a palavra tão do agrado dos macartistas de todos os tempos, da China à Nicarágua — somou-se de forma poderosa à explosão soviética, ao caso Hiss, ao escândalo Fuchs (seguido da prisão dos Rosenberg) para preparar a ascensão do senador de Wisconsin, que seria logo consolidada — a 25 de junho — pelo início da Guerra da Coréia. Tudo isso aconteceu num prazo inferior a um ano.

De fato, no fim de fevereiro McCarthy já era uma personalidade nacional, embora tenha chegado com um atraso de quase cinco anos ao compensador negócio do anticomunismo. No início de março, a cobertura que obtinha nos jornais era ampla — mais de 90 por cento dos jornais falavam nele, conforme mostrou a pesquisa de Edwin Bayley. “Seria esse o padrão para os cinco anos seguintes — matérias diárias, geralmente na primeira página, freqüentemente mais de uma por dia, chegando ao pico em 1954, quando não era incomum determinado jornal publicar 15 a 20 matérias por dia nas quais McCarthy era o personagem central.”¹²

Menos de um mês após o discurso de Wheeling, o Senado já tinha criado uma comissão de investigação, sob a presidência do democrata Millard Tydings, para apurar as acusações de McCarthy contra o Departamento de Estado. O senador de Wisconsin voltou-se contra a própria comissão, criticando-a, reprovando-a, ministrando lições de anticomunismo. O Partido Republicano preferiu a omissão — manteve-se à margem, para ver primeiro o que poderia resultar daquilo. Os republicanos es-

tavam convencidos — conforme assinalou um observador político na época — que se McCarthy conseguisse corroborar pelo menos um único caso, transformando-o num novo caso Hiss, seria um duro golpe para a administração Truman.¹³ Não foi o que ocorreu, pois após seis meses de investigações, a comissão Tydings concluiu enfaticamente que todo o barulho de McCarthy não passava de “uma fraude e uma farsa”.

Mesmo assim, longe de sair do episódio como um homem destruído, o senador McCarthy emergiu como um conquistador.¹⁴

NOTAS

¹ A biografia clássica de McCarthy, com uma visão crítica, é de Richard H. Rovere, *Senator Joe McCarthy* (Harcourt Brace, Nova Iorque 1959); uma visão favorável é a de William F. Buckley Jr. e L. Brent Bozell, *McCarthy and His Enemies: The Record and Its Meaning* (Henry Regnery, Chicago, 1954). O próprio McCarthy publicou *McCarthyism, the Fight for America: Documented Answers to Questions Asked by Friend and Foe* (Devin-Adair, Nova Iorque, 1952) e *America's Retreat from Victory* (Devin-Adair, Nova Iorque, 1951) quando era maior sua influência no país. De seu mais próximo assessor, Roy Cohn, é *McCarthy* (New American Library, Nova Iorque, 1968). Outros livros significativos: Jack Anderson e Roland W. May, *McCarthy, the Man, the Senator, the Ism* (Beacon, Boston, 1952); Robert Griffith, *The Politics of Fear: Joseph R. McCarthy and the Senate*; Michael Paul Rogin, *The Intellectuals and McCarthy: The Radical Spectre* (M.I.T. Press, Cambridge, 1967).

² A análise é de Edwin R. Bayley, *Joe McCarthy and the Press*, 90. Bayley foi analista político do *Milwaukee Journal* e cobriu McCarthy durante os anos críticos.

³ As duas frases de McCarthy estão em Richard H. Rovere, “The Last Days of Joe McCarthy”, em *Esquire — The Best of Forty Years* (David McKay Co, Nova Iorque, 1973), 109.

⁴ Citado por Walter Goodman, *The Committee*, 199.

⁵ R. H. Rovere, “The Last Days of Joe McCarthy”, 104-106.

⁶ Essa avaliação eleitoral, que parece bem lógica, é feita por Richard J. Walton, *Henry Wallace, Harry Truman and the Cold War*, 224-247

⁷ E. R. Bayley, op. cit., 17-18.

⁸ R. H. Rovere, idem, 106.

⁹ Sobre a culpa da imprensa, ver os detalhes nos capítulos 10 e 11.

¹⁰ Citado em C. Phillips, *The 1940s*. Sua síntese da crise chinesa está nas páginas 318-323.

¹¹ Citado em David Halberstam, *The Powers That Be* (Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1979), 86. O episódio do rompimento de White com o dono do *Time*, Henry Luce, está também em W. A. Swanberg, *Luce and His Empire* (Charles Scribner's Sons, Nova Iorque, 1972), 242-247.

¹² E. R. Bayley, op. cit., 38.

¹³ Idem, 48.

¹⁴ A descrição é de Alfred Friendly, "McCarthyism Revisited — The Role of the Press in a Dark Hour", *The Washington Post*, 13-2-1977.

7. A queda inglória de um demagogo

Um paradoxo profundamente comprometedor para o *establishment* político da época foi a consolidação do poder do senador McCarthy no momento mesmo em que a comissão Tydings expunha o caráter fraudulento de suas acusações e repreendia seu comportamento irracional e ultrajante durante as investigações. A tendência atual, entre as muitas avaliações disponíveis, é no sentido de identificar uma força misteriosa a sintonizar McCarthy com o sentimento da nação.

Diz Alfred Friendly, que viveu e combateu o fenômeno na imprensa: “Ele tinha tocado o filão profundo da ansiedade que predominava entre as pessoas comuns do país. Convencera-os, apesar da absoluta falta de provas e a despeito das provas em contrário, de que tinham arranjado um bode expiatório. O Partido Republicano e cada um dos que se opunham àquela *gente de Washington* perceberam que estava ali sua chance. Agarraram-se a ela. Em consequência disso, o Congresso, o governo e o povo norte-americano como um todo não puderam mais ignorar McCarthy ou desprezar sua influência — da mesma forma como o papa Urbano VI em Roma não podia ignorar o papa Clemente VII em Avignon”.¹

É curioso como os autores conservadores de hoje preferem buscar as raízes do apoio a McCarthy em teorias de comporta-

mento coletivo, quase isolando o fenômeno de outros fatores que o determinaram, como o papel duvidoso das elites. Inclina-se especialmente nesse sentido, por exemplo, a análise de Seymour Martin Lipset e Earl Raab em um dos capítulos do livro que escreveram sobre “a política do irracional”. E talvez por isso os quadros e estatísticas que oferecem, relacionando o nível intelectual, as tendências religiosas, as profissões e os preconceitos com as atitudes das pessoas em relação ao senador McCarthy, nem sempre parecem coerentes.

Lipset e Raab chamam atenção para a união ocorrida entre os isolacionistas agrários do Meio-Oeste (a classificação é mais étnica e emocional do que geográfica, dizem eles), que eram pró-alemães e antibritânicos, com o segmento crescente de católicos urbanos, historicamente adversários do socialismo e do comunismo e que viam no avanço comunista na Europa Oriental a ameaça à Igreja Católica. Tais grupos identificavam o comunismo com as forças internacionalistas da sociedade norte-americana — a chamada elite intelectual do Leste — e atacavam os liberais supostamente anglófilos que controlavam a política exterior do país.² Mas ainda que o católico McCarthy tenha efetivamente tirado partido de tais tendências — particularmente nas campanhas eleitorais de seu estado de Wisconsin, onde arrebatou o eleitorado do populista La Follette — a consolidação de seu poder nacional teve muito mais a ver com o próprio comportamento do *establishment* político e dos dois grandes partidos.

Até Lipset e Raab reconhecem que “embora McCarthy nunca tenha formulado ou esposado um programa econômico conseqüente ou uma filosofia de qualquer tipo, recebeu o apoio financeiro de conservadores econômicos ansiosos para verem a derrota da administração democrata”, da mesma forma como foi adotado — ainda que em certos momentos de forma cautelosa — pelas expressões maiores do Partido Republicano, como o senador Robert Taft, responsável pela entrega a McCarthy do comitê parlamentar usado para ameaçar a nação. Os políticos dos dois partidos ficaram particularmente acovardados depois da vingança de McCarthy contra Tydings, cuja investigação tinha mostrado a absoluta falta de fundamento das acusações do

senador de Wisconsin. Pois McCarthy fizera questão de se integrar à campanha eleitoral do estado de Maryland, naquele mesmo ano de 1950, para derrotar Tydings, que perdeu assim sua cadeira no Senado.

Anos depois do desaparecimento de McCarthy, mesmo um político de extrema habilidade como Lyndon Johnson continuava convencido de que o senador de Wisconsin fora o líder de um movimento de massa desencadeado pela perda da China e pelo impasse na Coreia e de que o Congresso e os políticos ficaram impossibilitados de desafiá-lo devido à sua imensa popularidade.³ O próprio Taft, se privadamente professava desprezo pelos métodos de McCarthy, publicamente preferiu proclamar que “as políticas pró-comunistas do Departamento de Estado justificavam a realização da ampla investigação exigida por ele”.⁴

Os democratas, com a Doutrina Truman e o Programa de Lealdade, tinham contribuído para a histeria que se alastrava pelo país. E a partir de 1950, confiantes na ajuda dos métodos do senador de Wisconsin para o crescimento do partido oposicionista, os republicanos apostaram em McCarthy, de olho nas eleições de 1952. Na convenção desse ano, foi ele a celebridade maior, superada apenas pelo próprio candidato presidencial, Dwight Eisenhower. E na campanha de Eisenhower, McCarthy assumiu um papel ativo e sórdido, disparando as baterias contra o candidato democrata Adlai Stevenson, acusado de estar sob controle comunista ou de advogar políticas formuladas pelo Kremlin.

Embora gente respeitável, e até alguns jornais, tenham conclamado Eisenhower a repudiar as alegações sem fundamento e os ataques de baixo nível formulados por McCarthy, o candidato presidencial republicano preferiu omitir-se — o que lhe permitiu, sem qualquer ônus, receber os benefícios das denúncias irresponsáveis. Não foi a única vez que o respeitável Eisenhower curvou-se ante o poder de McCarthy. Uma cena dramática e meio simbólica da campanha, registrada pelos fotógrafos em Milwaukee, mostrava o senador a apertar a mão relutante de Eisenhower, depois de ter o general, submetendo-se à exigência

de McCarthy, retirado de seu discurso um elogio que pretendia fazer ao antigo amigo e camarada de Exército George Marshall, então um dos alvos do anticomunismo macartista.

O tom de McCarthy na campanha de Eisenhower era o mesmo do mais famoso de seus discursos, denominado “America’s Retreat from Victory”, no qual ele buscava atribuir ao presidente Truman, ao secretário de Estado Marshall, a muitos diplomatas do Departamento de Estado e várias autoridades do governo uma parte na conspiração comunista contra o país — “uma infâmia tão negra e uma conspiração tão imensa que tornam insignificantes quaisquer outras que tenham acontecido na história da Humanidade”. Como os anticomunistas respeitáveis que na Alemanha do III Reich diziam discordar dos métodos de Hitler, prometendo livrarem-se dos nazistas depois que estes concluíssem o “trabalho sujo”, os republicanos responsáveis garantiam nos bastidores que após a conquista da Casa Branca tudo ia ser diferente. Mas com o triunfo de 1952, a primeira providência do senador Taft — o *Mr. Integrity*, que passara a liderar a maioria no Senado — foi presentear o senador McCarthy com o Comitê de Operações Governamentais, que ele usou para se fazer presidente de seu temido Subcomitê de Investigações Permanentes.

De posse desse novo e poderoso instrumento, McCarthy em pouco tempo começou a atropelar aqueles mesmos republicanos respeitáveis que acreditavam ter aplacado sua ambição crescente com a nomeação para o posto. Da mesma forma como o macartismo pré-McCarthy, estimulado por Truman, voltara-se contra a própria administração democrata, o senador passava agora a investir igualmente contra o governo republicano que se julgava acima de suspeitas. À frente de seu subcomitê, McCarthy iria passar os dois anos seguintes a investigar — e a difamar — cada agência oficial, na nova e ainda mais devastadora fase da sua cruzada santa contra a conspiração comunista infiltrada no governo do presidente Eisenhower.

O apoio a McCarthy tinha vindo muito mais das necessidades políticas dos diferentes grupos em Washington — especialmente dos republicanos ansiosos para conquistar a Casa Branca

— do que de sua liderança de massa, mas prevalecia naquela época o mito da grande influência popular do senador de Wisconsin e os políticos pensavam duas vezes para se decidir a enfrentá-lo. Antes do insucesso no confronto com o próprio Exército dos Estados Unidos — um processo lento e penoso, à espera ainda de uma explicação definitiva — McCarthy já tinha colocado praticamente de joelhos, a seus pés, toda a administração republicana. Os métodos do senador e sua disposição de não alterá-los em razão da mudança de governo estavam presentes já nas primeiras semanas de Eisenhower, com a investigação iniciada contra a Voz da América e a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA). E ficou logo evidente também que quanto mais o governo e suas vítimas passavam à defensiva, intimidados e amedrontados, mais McCarthy e seu subcomitê ganhavam em poder.

O interrogatório público de Reed Harris, diretor da USIA, foi um bom exemplo dessa atitude amedrontada, que contribuía para legitimar o poder e a ação do senador. Ele era acusado de, 20 anos antes, como estudante da Universidade de Columbia, ter publicado um livro denunciando irregularidades no futebol americano, o que tinha provocado sua suspensão e mais tarde renúncia. McCarthy o acusava de ter defendido na ocasião o direito de também professores socialistas e comunistas ensinarem nas escolas universitárias. E Harris, na defensiva, apavorado, apressava-se a esclarecer que já não pensava assim — que nas duas décadas seguintes aprendera a pensar como McCarthy, ou seja, que professores comunistas são uma ameaça ao país, embora nem o senador Taft o julgasse dessa forma. Vejam esse pequeno trecho do interrogatório:

“Harris — Na ocasião, eu achava que os professores deveriam ter o direito de manifestar livremente suas opiniões sobre todos os temas, quaisquer que elas fossem.

McCarthy — Vou fazer a pergunta de novo.

Harris — A citação feita é no sentido de que eles deviam ter o direito de ensinar o que julgassem apropriado.

McCarthy — Vou obrigar o senhor a responder isso.

Harris — Eu responderei, mas o senhor atribui à frase de-

terminado significado, tirando o trecho do contexto do livro, o que não dá a impressão adequada do livro como um todo. O público americano, pelas suas palavras, não fica com uma idéia correta do livro, por pior que ele seja.

McCarthy — Então vou continuar a ler o que o senhor escreveu.

Harris — Há 21 anos atrás, volto a repetir.

McCarthy — E vamos trazer o senhor à data de hoje, se possível.

Harris — Sr. Presidente, duas semanas atrás o senador Taft defendeu a mesma posição que eu defendia há 21 anos — a de que se devia permitir que comunistas e socialistas ensinassem nas escolas. Mas nos dias de hoje não concordo com o senador Taft no que se refere a professores comunistas nas escolas. Porque agora estou convencido de que os comunistas são, na verdade, auxiliares à paisana do Exército Vermelho — o Exército Vermelho soviético. E eu não queria vê-los ensinando em nenhuma de nossas escolas”.⁵

Reed Harris renunciou ao seu cargo na direção da USIA dias após esse interrogatório, talvez por saber que no Departamento de Estado de John Foster Dulles, ao qual era subordinada a agência, não poderia contar com nenhum tipo de apoio. O secretário de Estado Dulles, de fato, parecia tão intimidado ante McCarthy como o próprio Harris, conforme deixam, bem claro pelo menos dois de seus biógrafos.⁶ Um deles, Leonard Mosley, escreveu que poucas pessoas tinham mais condições do que Dulles para denunciar o senador, graças ao seu prestígio de “pilar da Igreja e destacado crente da caridade cristã, homem de moral impecável, com a reputação de republicano sem mácula e toda uma existência dedicada à defesa do sistema americano de vida”.

Para espanto de seus amigos — conforme o relato de Mosley — o secretário de Estado demonstrava estar tão acovardado ante McCarthy como qualquer dos alvos do senador. Ao reunir sua equipe pela primeira vez no Departamento de Estado, o tom de voz que usou para exigir de todos “lealdade positiva” parecia indicar que acreditava nas acusações de McCarthy sobre a pre-

sença ali de comunistas disfarçados. Pessoalmente, Dulles sabia serem absurdas as suspeitas de McCarthy e do Lobby da China em relação aos diplomatas — John Paton Davies e John Carter Vincent, entre outros — que tinham cometido o pecado de prever com precisão a ascensão de Mao e dos comunistas chineses, beneficiados pela corrupção do regime de Chiang Kai-shek e a falta de apoio na população. O secretário de Estado, ansioso para colocar-se fora do alcance do senador, foi logo entregando as cabeças reclamadas por ele.

Nem George Kennan escapou. O famoso teórico do *containment*, considerado por McCarthy amigo de comunistas, caiu em desgraça e optou pela aposentadoria, enquanto Dulles mostrava-se temeroso até de ser fotografado, no mesmo carro, ao lado de Charles (Chip) Bohlen, o embaixador que Eisenhower escolhera para Moscou mas que era injuriado por McCarthy. Num depoimento gravado muitos anos depois, Averrell Harriman contou que na ocasião, fora do governo, tinha a impressão de que certas carreiras diplomáticas estavam sendo destruídas pela falta de apoio de Dulles, que simplesmente os sacrificava, atirando-os aos lobos. A tese de Harriman é que como fora o próprio Dulles um protetor de Alger Hiss, cujo nome indicara para a presidência da Carnegie Foundation, sacrificava outros na esperança de proteger-se de McCarthy. Também para agradar aos caçadores de bruxas, ele nomeou um ex-agente do FBI, Scott McLeod, famoso pelo passado de anticomunista obtuso, para investigar a vida particular dos funcionários e promover um expurgo tão amplo como irresponsável. Segundo Townsend Hoopes, na sua biografia de Dulles, um silencioso reino do terror foi implantado então através da colaboração entre McLeod e a própria comissão McCarthy, pondo fim às carreiras de centenas de diplomatas e empregados.⁷

Como também tinha acontecido no governo anterior, houve um momento em que a administração Eisenhower julgou-se em condições de exorcizar o demônio comunista, cooptando o tema macartista da infiltração no governo como uma maneira de sobrepor-se à ação de McCarthy. Foi quando o procurador-geral Herbert Brownell, num discurso, acusou Truman de ter

promovido Harry Dexter White, secretário assistente do Tesouro, a um posto elevado e sensível mesmo sabendo que se tratava de um “espião comunista”. Aparentemente, McCarthy viu nessa atitude apenas uma demonstração de fraqueza da administração Eisenhower — uma espécie de apaziguamento que fortalecia ainda mais o senador. E soube tirar proveito disso, com afaços complacentes: reconheceu publicamente que Eisenhower fazia melhor trabalho do que Truman para livrar o governo dos comunistas, mas destacou que mesmo assim existiam “uns poucos casos nos quais a nova administração andou para trás”.

Para muitos, já se caracterizava uma guerra aberta entre McCarthy e o governo. Em dezembro de 1953, finalmente, a situação chegou ao limite. Pronto a desafiar a liderança de Eisenhower dentro do partido, o senador partiu para o confronto com o Exército, exigindo o direito de acesso aos arquivos confidenciais de lealdade da instituição militar. O pretexto foi o caso, mais ou menos irrelevante, do dentista Irving Peress, dispensado do Exército por ter invocado a Quinta Emenda à Constituição, recusando-se a responder perguntas sobre suas convicções políticas. Como dispositivos da legislação tinham provocado um ano antes da promoção automática de Peress a major, McCarthy apegou-se publicitariamente a esse dado e entregou-se a uma campanha de denúncia de infiltração comunista no Exército, cujo *slogan* era a pergunta “Quem promoveu Peress?”

O confronto com o Exército foi encarado durante muito tempo, nos anos posteriores, como uma ação meio suicida do senador. Sabe-se hoje, no entanto, que ele não se envolveu nisso sem incitação e cobertura militar. Oficiais da inteligência colaboravam secretamente com McCarthy, para desafiar a liderança civil do Exército. Segundo proeminente advogado que estudou a questão, uma disputa de inteligência de nível mais baixo com superiores hierárquicos foi responsável pelo envolvimento do senador na questão da segurança entre o pessoal de Forte Monmouth, sendo sintomática a negativa de McCarthy em revelar a fonte de certo documento que usou. De fato, elementos do Exército, especialmente da área de informação e espionagem, ti-

nham se aliado à ultradireita, como parte de um esforço mais amplo no sentido de fortalecer o poder militar no país explorando o medo da subversão.⁸

O senador, de qualquer forma, exagerou no seu desafio, encorajado provavelmente pela convicção de que não havia limites para sua ação. Intimado a depor em março de 1954 pelo subcomitê de McCarthy, o general Ralph W. Zwicker, comandante da área na qual servia o maior Peress, negou-se a fornecer nomes de oficiais envolvidos no processo burocrático que culminara com a promoção do militar suspeito. A audiência era transmitida pela televisão — veículo que o senador aprendera a manipular tão bem como os jornais — e perante espectadores perplexos, McCarthy passou uma descompostura no general. Chamou-o de militar indigno de usar o uniforme do Exército e sem a inteligência de uma criança de cinco anos de idade. Eram insultos usados habitualmente pelo senador, mas o fato de estarem sendo aplicados a um militar respeitado, herói da Normandia, foi um choque para muita gente e chamava atenção para a arrogância e a impunidade de McCarthy.

Mesmo diante do novo episódio a administração Eisenhower não ousou dar um basta aos abusos do macartismo. Muitos republicanos recomendaram então ao presidente um pronunciamento vigoroso de denúncia do senador; há quem diga que o texto nesse sentido chegou a ser redigido. Mas o presidente acabou por preferir um pronunciamento pouco incisivo, sem qualquer referência específica a McCarthy. Dias depois, o candidato presidencial democrata Adlai Stevenson buscou explorar a situação, descrevendo publicamente os republicanos como um partido “dividido contra si mesmo, meio McCarthy e meio Eisenhower”. E a 9 de março de 1954, o famoso jornalista de televisão Edward Murrow dedicou a McCarthy e sua ação devastadora todo o seu programa *See It Now*, com a repetição de imagens ultrajantes do senador a torturar suas vítimas com interrogatórios, a humilhá-las e ridicularizá-las publicamente.⁹

Já então as pesquisas de opinião pública indicavam um declínio em todo o país no apoio ao senador, demonstrando estarem equivocados aqueles que — como o próprio presidente Ei-

senhower — preferiam a omissão por acreditarem ser McCarthy um grande líder de massas, capaz de destruí-los da noite para o dia em nome do anticomunismo. Animado pelo novo quadro, o Exército resolveu então retomar a disputa com o senador, formalizando contra ele a queixa de que buscava proteção e tratamento privilegiado para o recruta G. David Schine — um jovem milionário, herdeiro de uma cadeia de hotéis, que funcionara como “consultor principal” da comissão McCarthy, ao lado de Roy Cohn, até ser incorporado para o serviço militar. Como Schine não tinha curso universitário, o senador e Cohn tudo tinham feito para arranjar-lhe alguma sinecura ao invés do serviço militar normal. Tentaram impingir-lo ao secretário do Exército como “assistente especial” e depois fracassaram também no esforço para transformá-lo em “conselheiro contra influências subversivas nas bibliotecas militares”. O milionário Schine acabou na tropa, como recruta comum de Forte Dix, Nova Jersey mas ali tanto o comandante como outros oficiais passaram a ser diariamente importunados por McCarthy e Cohn. O recruta obteve cinco vezes mais licenças do que os demais e num pequeno período fora responsável por nada menos de 250 chamadas telefônicas interurbanas.

Diante da queixa, McCarthy denunciou uma tentativa de impedi-lo de investigar a infiltração comunista no Exército. A questão foi entregue, para apuração, ao próprio comitê McCarthy, no qual o senador Karl Mundt, republicano, assumiria a presidência interinamente, ficando o acusado — McCarthy — no papel de testemunha, com o direito de contra-interrogar as demais testemunhas — o que ele jamais tinha permitido às suas vítimas. A série de audiências, durante 36 dias, a partir de 22 de abril de 1954, foi transmitida pela televisão — inicialmente, todas as redes, depois apenas a ABC, cujo prestígio cresceu consideravelmente em razão disso. McCarthy e Cohn, no desdobramento, ampliaram as acusações ao Exército, considerando Schine um refém de autoridades militares determinadas a chantagear o subcomitê senatorial.¹⁰

O clímax das audiências, que monopolizaram o país inteiro, foi o ataque de McCarthy a um jovem advogado da firma

bostoniana Hale & Dorr, que se encarregava do caso pelo Exército: Frederick Fisher, ainda como estudante de Direito em Harvard, filiara-se ao National Lawyers Guild (Sindicato Nacional de Advogados), mais tarde incluído na lista de entidades suspeitas do procurador-geral. Ele não trabalhava na equipe dirigida pelo hábil e teatral Joseph N. Welch no caso entre McCarthy e o Exército, mas o senador irritou-se a certa altura de um interrogatório conduzido por Welch e investiu contra a reputação do jovem. E diante daquilo, o veterano advogado, acostumado a dramatizar situações em tribunais, interpretou a cena com tamanha competência e talento histriônico que McCarthy apareceu aos olhos do público como o mais perfeito e acabado dos vilões, tão ridículo quanto cruel. “Não vamos continuar assassinando aqui esse moço dedicado, senador. O que o senhor já fez, basta. Será que o senhor não tem qualquer senso de decência? Afinal, o senhor não tem mesmo nenhum senso de decência?”

Depois daquilo, McCarthy não conseguia mais assustar ninguém. A etapa seguinte foi sua condenação pelo Senado, por violação de procedimentos e comportamento inadequado. O vice-presidente Nixon ainda conseguiu tirar o caráter de censura da resolução senatorial, com o que ela deixou de ter qualquer efeito prático. Mas era o fim do período dominado por McCarthy, que já nem foi levado em conta quando acusou de “agente involuntário” do Partido Comunista o comitê do senador Arthur V. Watkins, cujo relatório (“resultado de uma conspiração comunista”) fora aprovado no plenário do Senado em dezembro, por 67 votos contra 22, formalizando a condenação. Entre o fim das audiências do Exército e a votação contra McCarthy, houve a eleição intermediária de 1954, na qual os candidatos republicanos já dispensaram a ajuda eleitoral de McCarthy em seus respectivos estados. O tom anticomunista ficou então por conta do vice-presidente Nixon (ele fez um bom trabalho, segundo a avaliação de McCarthy), mas o eleitorado preferiu, desta vez, eleger um Congresso democrata. McCarthy continuava com seu mandato, mas perdera o comitê — e o poder.

O advogado Frank Donner está convencido de que

McCarthy caiu apenas por ter-se recusado a respeitar o jogo estabelecido. O Senado interveio não para repudiar a postura pseudolegislativa mas para protegê-la de danos maiores. O sistema de comitês parlamentares impõe poucas restrições formais à ação de seus presidentes além da observância do protocolo no relacionamento com outros membros da maioria, da minoria, e da Câmara ou do Senado como um todo. Na medida em que os costumes tribais são observados, o presidente do comitê faz o que bem entende, certo de ser protegido pela majestade institucional do processo legislativo. A queda de McCarthy, de fato, em nada afetou a fórmula macartista das audiências parlamentares com as chamadas testemunhas amistosas (os delatores, algumas vezes ex-comunistas), as listas de nomes de supostos comunistas, a intimação das testemunhas inamistosas citadas pelas amistosas, a colaboração e o aplauso das entidades patrióticas, as manchetes da imprensa, etc.¹¹

No expurgo de McCarthy, enfim, o sistema apenas defendeu-se, protegendo-se contra danos maiores. Tolerava-se perfeitamente o macartismo, desde que com bons modos. Antes de ser iniciado o confronto entre o senador e o Exército, a Casa Branca de Eisenhower tentou mais de uma vez o acordo com McCarthy — inclusive numa gestão do próprio irmão do presidente, Milton Eisenhower. Uma das propostas era para que o senador realizasse apenas sessões secretas sobre a influência comunista no governo. Os textos das sessões seriam então levados ao presidente, que se comprometia a adotar medidas apropriadas de ordem administrativa contra todas as pessoas suspeitas. McCarthy rejeitou a proposta provavelmente confiado no seu crescimento político como desafiante de Eisenhower.¹² Outro detalhe significativo foi a utilização, para derrotar o senador, dos próprios métodos que mais eram condenados no seu comportamento. E isso começou antes mesmo das audiências do Exército.

O programa de Ed Murrow na CBS — para muita gente, o princípio do fim de McCarthy — foi criticado por alguns, inclusive o respeitado antimacartista John Cogley, que viu ali um precedente potencialmente perigoso. “Aqueles que neste momento

aplaudem o programa, podem no futuro descobrir boas razões para lamentá-lo”, escreveu. Gilbert Seldes, outro adversário de McCarthy, e Jack Gould, crítico igualmente respeitado, concordaram com as observações de Cogley, alertando para o perigo de serem as técnicas de Murrow, na hábil edição do programa, usadas no futuro por algum comentarista demagógico e irresponsável. O historiador John E. O’Connor, na mesma linha, escreveu que “no processo de juntar pedaços de filme para mostrar o senador da pior forma possível, Murrow parece ter caído em algumas das mesmas técnicas usadas pelo homem que estava denunciando. Partes de discursos de McCarthy foram tiradas do contexto e certas seqüências só foram incluídas por causa da expressão do rosto do senador ou seu tom de voz”. Segundo Fred Friendly, o produtor do programa, Murrow disse pessoalmente a um dos críticos, Gilbert Seldes, que se sentira pouco confortável fazendo o programa, mas esperava que uma utilização tão drástica da televisão jamais voltasse a ser necessária. E que não se arrependia de ter feito o programa daquela forma, devido às circunstâncias.¹³

Mas foi durante as audiências do Exército no Senado que McCarthy viu suas técnicas e métodos virarem-se mais vigorosamente contra ele próprio. “Nenhum dramaturgo poderia escrever uma cena mais eloqüente e emocionante”, afirmou Roy Cohn referindo-se à encenação do advogado Welch na questão Fisher. Para o mesmo Cohn, aquilo tudo tinha sido teatro e drama, com heróis e vilões, “a *extravaganza* mais onerosa já montada para o público norte-americano”. Na verdade, Welch foi acusado de superar o próprio McCarthy nos interrogatórios ultrajantes. E a Casa Branca, o Pentágono e o Departamento de Estado foram acusados de recorrer ainda a outras técnicas do senador, como a de vazar para a imprensa um documento secreto sobre o recruta Schine antes de seu envio ao Senado.¹⁴

A administração Eisenhower não colocava em questão a caça às bruxas. Propunha-se realizá-la melhor do que o senador. Tanto que quando o presidente proibiu a liberação de um documento secreto do FBI sobre pessoas suspeitas no Exército, McCarthy lembrou que seis meses antes o próprio Eisenhower

defendera com veemência a atitude de seu procurador-geral, que fizera exatamente aquilo — divulgara, com propósitos políticos evidentes, o conteúdo de um documento secreto do FBI sobre o secretário-assistente do Tesouro da administração anterior, Harry Dexter White.

Como observou o jornalista I. F. Stone, após a condenação de McCarthy pelo Senado, o senador tinha sido pessoalmente derrotado, mas o macartismo prosseguia.¹⁵ McCarthy morreu a 2 de maio de 1957, na seção neurológica do Hospital Naval de Bethesda, aos 48 anos de idade. Teve enterro de herói e foi velado no Senado, mas ao morrer estava desgostoso e no ostracismo. A imprensa passara a ignorá-lo solenemente e ele nem sequer se candidatara à reeleição no fim de seu segundo mandato.

NOTAS

¹ Alfred Friendly, "McCarthyism Revisited", *The Washington Post*, 13-2-1977.

² S. M. Lipset e E. Raab, *The Politics of Unreason*, 213.

³ Ver, a propósito, o relato de Doris Kearns, *Lyndon Johnson & The American Dream* (Harper & Row, Nova Iorque, 1976), 148.

⁴ Lipset e Raab, *idem*, 219.

⁵ Citado em Fred W. Friendly, *Due To Circumstances Beyond Our Control...* Vintage Books, Nova Iorque, 1968), 39.

⁶ Leonard Mosley, *Dulles: A Biography of Eleanor, Allen and John Foster Dulles and Their Family Network* Dell Book, Nova Iorque, 1979), 338-339. Townsend Hoopes, *The Devil and John Foster Dulles* (Little, Brown, Boston, 1973), 153-156.

⁷ T. Hoopes, *op. cit.*, 158.

⁸ Frank T. Donner, *The Age of Surveillance*, 292.

⁹ A história do programa de Murrow sobre McCarthy é contada no segundo capítulo do livro citado de Fred W. Friendly, que foi o produtor da Série *See It Now*. *Op. cit.*, 23-67.

¹⁰ Ver a versão de McCarthy e seu grupo em Roy Cohn, "Believe me, this is the truth about the Army-McCarthy hearings. Honest.", em *Esquire*, Fevereiro 1968.

¹¹ F. T. Donner, *op. cit.*, 389.

¹² Ver R. Cohn, op. cit.

¹³ F. Friendly, op. cit., 61. Cogley, Gould, Seldes e O'Connor são citados em E. R. Bayley, *Joe McCarthy and the Press*, 200-201.

¹⁴ R. Cohn, op. cit.

¹⁵ *I. F. Stone's Weekly Reader*, 43.

8. Hollywood no banco dos réus

O naufrágio político do senador McCarthy em nada reduziu a caça às bruxas — da mesma forma como não se devera a ele o aparecimento daquela histeria obscurantista. Antes mesmo de McCarthy conquistar sua cadeira no Senado, como se viu no capítulo 3, a administração Truman tinha cooptado o ferocíssimo macartismo *avant-la-lettre* da oposição republicana, através da aplicação da Doutrina Truman no plano da segurança interna. Acabara por legitimar a ação da HUAC e dos grupos de extrema direita, até então ameaçados pelo ridículo.

Durante todo o tempo de sua existência — conforme assinalou o escritor Dalton Trumbo, um dos perseguidos de Hollywood — a HUAC tinha ficado sob ataque, “não apenas das pessoas progressistas e de inteligência liberal, mas de todos aqueles que, independentemente da inclinação político-partidária, desprezavam a autoridade arbitrária e acreditavam na realidade do procedimento constitucional”.¹

O mais notável inimigo da HUAC, recordava Trumbo, era o próprio presidente Franklin Roosevelt, que raramente perdia uma oportunidade para denunciar seus métodos e objetivos. Numerosas personalidades públicas respeitáveis manifestaram idêntica hostilidade à comissão. Também entidades de advogados, grupos cívicos, sindicatos e organismos profissionais e aca-

dêmicos bombardearam o Congresso com críticas contundentes à HUAC, em alguns casos até reclamando sua extinção.

Em longos e fundamentais artigos, importantes publicações jurídicas do país chamaram a atenção para a ameaça de destruição dos direitos civis representada por essa comissão e seus agentes. Mesmo assim a HUAC — inicialmente presidida por Martin Dies — passou de temporária a permanente e seu orçamento cresceu de 25 mil para 200 mil dólares, enquanto acumulava dossiês de milhões de norte-americanos e tornava-se cada vez mais temida.

Os campos educacional, sindical, artístico, científico e cultural tornaram-se alvo dos investigadores da HUAC principalmente após o fim da guerra. É significativo que já em 1949 o professor e historiador Bernard De Voto, em artigo para a revista *Harper's*, tenha denunciado a exigência da HUAC de que uns 70 colégios e universidades do país submetessem à sua investigação “listas de textos didáticos e leituras suplementares, com os respectivos autores... no campo da sociologia, geografia, economia, governo, filosofia, história, ciência política e literatura norte-americana”.²

Mas antes do assalto à liberdade acadêmica e do amplo expurgo nas escolas e universidades, o alvo da HUAC foi a indústria do cinema. E se com a cooptação de Truman a comissão parlamentar tinha conquistado uma capa de legitimidade, dando-se até ao luxo de colocar a seu serviço o FBI de Hoover e o Departamento de Justiça em geral, a investida contra Hollywood oferecia-lhe a cobertura publicitária com que sonhava para impor-se popular e institucionalmente com sua caça às bruxas.

A investigação de Hollywood e do conjunto da indústria do entretenimento — talvez a mais ampla, sistemática e de efeitos mais devastadores — entrou para a história como exemplo revelador de ação inquisitorial contra toda uma comunidade. Documentada, estudada e dissecada em grande número de livros³, ilustrada em vários filmes⁴, ela permite — melhor do que qualquer outra coisa — reconstituir o clima do macartismo, suas cerimônias de degradação e seus rituais de delação, além dos efei-

tos diretos ou indiretos na vida cotidiana de uma comunidade, nos dramas familiares e nos comportamentos individuais.

Curiosamente, essa área estava fora da jurisdição do senador McCarthy, cujo comitê senatorial concentrava-se nas operações governamentais, ocupando-se do que ele considerava infiltração comunista na administração pública. Ao contrário do que se lê com frequência em textos de autores pouco familiarizados com a questão, o cinema jamais foi investigado pela chamada comissão McCarthy e sim pela HUAC, que realizou duas séries distintas de audiências — a primeira delas em 1947, bem antes do discurso de Wheeling, que lançou McCarthy nacionalmente, desencadeando o processo de sua consagração como caçador número um do país.

A estrela maior do obscurantismo inquisitorial era então o deputado J. Parnell Thomas, republicano de Nova Jersey, membro da HUAC desde a criação da comissão em caráter provisório, no ano de 1938, e seu presidente no período 1947-49. Sentado numa almofada de seda vermelha — que colocava estrategicamente em cima de um grosso catálogo telefônico do Distrito de Columbia, para ganhar boa altura e assim facilitar sua filmagem em *close-up* pelas câmaras de televisão —, o deputado Thomas conduziu na segunda quinzena de outubro de 1947 a primeira série de interrogatórios relacionados com a indústria do cinema.

Foram sete dias durante os quais, segundo dois críticos de cinema ingleses, “o que estava sob investigação não era simplesmente a infiltração do comunismo na indústria: era a própria consciência de Hollywood”.⁵ A segunda série de interrogatórios da HUAC sobre comunismo no cinema só seria realizada bem mais tarde, em 1951 e 1952, já em plena fase de influência do senador McCarthy na política nacional.

Em maio de 1947, a comissão Thomas tinha apresentado um *trailer* do que seria o espetáculo de outubro: após uma semana de audiências a portas fechadas em Hollywood, o presidente da HUAC anunciou à imprensa que já tinha “centenas de nomes” de comunistas infiltrados em postos-chaves da indústria. Ironicamente, a afirmação fora feita apenas três dias depois de

ter uma importante publicação soviética — a revista *Ciência e Vida* — acusado Hollywood de inundar o mundo com “filmes que glorificam o capitalismo e o expansionismo dos Estados Unidos”.⁶

Ainda hoje a direita norte-americana e aqueles que estiveram comprometidos na caça às bruxas insistem em que o cinema fora dominado pelos comunistas — da mesma forma como tentam, deliberadamente, confundir New Deal com comunismo e repetem que o período iniciado pelo triunfo eleitoral de Roosevelt, em 1932, constituiu “vinte anos de traição”.

De fato, a depressão e os tempos duros da década de 1930 geraram as primeiras manifestações de uma consciência social em Hollywood: estrelas do cinema boicotavam as meias de seda para protestar contra o Japão, davam dinheiro, secreta ou abertamente, para os grevistas da Califórnia, financiavam ambulâncias na guerra civil espanhola; atores, escritores e diretores uniam-se em ligas, comitês e entidades para a promoção de comícios e protestos contra o fascismo, inclusive recolhendo dinheiro para vítimas do nazismo. É difícil avaliar até que ponto tudo isso resultava da influência dos comunistas, mas na época eles eram aliados entusiastas do governo Roosevelt.

Depoimentos e análises posteriores de pesquisadores respeitáveis revelaram detalhes sobre o tipo de atuação dos comunistas na comunidade, registrando ao mesmo tempo que Hollywood era muito mais liberal e anarquizante do que comunista. Ao mesmo tempo, mostrava-se decididamente progressista, como todos os meios artísticos e intelectuais nos Estados Unidos à aproximação da guerra.⁷

Houve estreitas ligações entre liberais, democratas, esquerdistas e comunistas, por exemplo, na campanha eleitoral de 1934, na união em torno da candidatura do escritor Upton Sinclair, derrotado por uma coligação conservadora no pleito para o governo da Califórnia. As mesmas ligações favoreceram o aparecimento dos muitos grupos e entidades antifascistas e levaram gente do cinema a ingressar nos quadros do Partido Comunista.

De qualquer forma, até depoimentos dos que mais tarde se

tornaram delatores a serviço da HUAC ou do FBI deixaram evidentes as dificuldades encontradas pelo pessoal do cinema para se adaptar à linha e à disciplina do partido. Elia Kazan, Edward Dmytryk, Sterling Hayden, Clifford Odets, como tantos outros, só pertenceram de fato ao PC durante curtíssimo período, nunca superior a dois anos.

A filiação, de acordo com tais depoimentos, rompia-se no momento em que surgia a primeira discordância. Os comunistas, além de estarem na legalidade, eram aliados dos democratas liberais. E o pessoal de Hollywood que se unia ao partido parecia ter suas próprias idéias, geralmente evidenciando tendências individualistas e só concordando com a linha partidária quando ela não as contrariava.

De qualquer forma, a primeira reação da comunidade cinematográfica naquele ano de 1947 foi no sentido de resistir à inquisição — num quase consenso de empresários, artistas e técnicos, sem a participação apenas do pequeno grupo direitista reunido em torno da MPAPAI (Aliança do Cinema para a Preservação dos Ideais Americanos), integrada pelas mais extremadas personalidades conservadoras, como Cecil B. de Mille, Sam Wood, Walt Disney, Cedric Gibbons, King Vidor, John Wayne e outros.

O próprio presidente da entidade que representava a indústria e os estúdios — a Motion Picture Association of America (MPAA) — foi enfático: “Não se pode fazer filmes bons e honestos numa atmosfera de medo”, afirmou Eric A. Johnston à comissão Thomas. Na mesma ocasião, o advogado da indústria cinematográfica, Paul F. McNutt, disse que o propósito da HUAC era “usar as audiências para ditar e controlar o que acontece nas telas da América”. E acrescentou: “Isso não compete a nenhuma comissão do Congresso. É da competência dos que produzem filmes. E nós lutaremos para continuar a ter um cinema livre no país”.⁸

Em *The Time of the Toad*, Trumbo relacionou cronologicamente as sucessivas declarações de Johnston de que não se tornaria totalitário para agradar a HUAC e de que jamais aceitaria algo “tão antiamericano como uma lista negra”. Nessas frases,

o representante oficial da indústria cinematográfica mostrava-se tão radical na defesa da liberdade de expressão como o maior dos radicais da época.⁹

Foi certamente com a garantia oferecida por esse respaldo que cresceu e se consolidou no meio artístico a disposição para a resistência às vésperas dos interrogatórios de 1947 na HUAC. Os diretores William Wyler, John Huston e Phillip Dunne anunciaram a criação de um Comitê pela Primeira Emenda (a liberdade de pensamento e expressão é assegurada pela Primeira Emenda à Constituição), destinado a defender os profissionais de Hollywood dispostos a desafiar o poder da HUAC.

O movimento de resistência começou a ser organizado quando se verificou que embora algumas pessoas convocadas estivessem prontas a colaborar com as investigações da comissão Thomas, fornecendo quaisquer informações pedidas pelos deputados, outras tinham decidido contestar o direito da HUAC de conhecer suas convicções políticas. Depois de intimadas, 19 das 41 testemunhas foram chamadas de inamistosas graças a essa posição rebelde.

Passados os primeiros cinco dias de audiências em Washington, durante os quais desfilaram, entre outros amistosos, Adolphe Menjou, Ronald Reagan, Robert Montgomery, George Murphy, Gary Cooper, Jack L. Warner, Louis B. Mayer, Walt Disney, Sam Wood, Leo McCarey, Lela E. Rogers e Ayn Rand, chegou a vez dos inamistosos. Como era esperado, eles invocaram a Primeira Emenda, negando-se a responder às perguntas — tanto à pergunta-chave (“Você é ou já foi membro do Partido Comunista?”) como às inofensivas (como “Você é filiado ao sindicato?”). Consideravam todas elas violadoras da liberdade de opinião e de associação.

Dos 19 inamistosos, apenas 11 foram chamados ao banco das testemunhas nessa primeira série de interrogatórios: os escritores (roteiristas) Alvah Bessie, Lester Cole, Ring Lardner Jr., John Howard Lawson, Albert Maltz, Samuel Ornitz, Dalton Trumbo, os diretores Herbert Biberman e Edward Dmytryk e o produtor Adrian Scott, grupo que ficou conhecido daí para a frente como os Dez de Hollywood, além do teatrólogo e escritor

Bertolt Brecht, que preferiu — por ser estrangeiro e “um convidado neste país” — afastar-se dos demais, responder às perguntas da comissão e, pouco depois, retornar definitivamente à Europa.

Os outros oito — os escritores Richard Collins, Gordon Kahn, Howard Koch e Waldo Salt, os diretores Lewis Milestone, Irving Pichel e Robert Rossen e o ator Larry Parks — não chegaram a ser interrogados nessa primeira investida inquisitorial. Como os Dez, estavam previamente comprometidos com a estratégia da defesa, que consistia em questionar, com base nas garantias oferecidas pela Primeira Emenda, o direito da comissão de fazer aquelas perguntas, e afirmar o direito das testemunhas de permanecerem caladas. Todos estavam cientes de que a HUAC pretendia indiciá-los na Justiça por desacato ao Congresso se insistissem nesse desafio.

Os advogados dos Dez acreditavam que a Justiça acataria a tese deles de que a HUAC estava exorbitando — desfecho que, segundo esperavam, contribuiria para destruir a comissão ou, ao menos, para pôr fim a tal tipo de investigação no Congresso. Tratava-se de um risco calculado, que os inamistosos assumiam convencidos de que ficariam definitivamente estabelecidos os princípios da liberdade de pensamento e de filiação a qualquer partido.

A questão, para eles, não dizia respeito apenas a um pequeno grupo de pessoas — estava em causa um princípio que afetava toda a sociedade. “Os dispositivos jurídicos que protegem uma pessoa contra a força do Estado representam uma proteção para todos. Se se transigir quando ocorre o assalto a alguém por ser comunista, a brecha aberta tende a tornar-se uma avenida para o avanço do inimigo”, explicava Trumbo. E acrescentava: “Você não precisa estar de acordo com um comunista ao se engajar na defesa dele e dos demais. Na verdade, pode opor-se a ele com qualquer arma honrada de seu arsenal, pode dissociar-se de suas teorias e convicções, pode repudiar os objetivos finais dele. Mas é preciso defendê-lo porque a derrota dele nessa batalha constitucional significaria a revogação de princípios que até ago-

ra prevaleceram como a barreira maior — antes do derramamento de sangue — contra o fascismo”.¹⁰

Argumentos assim, aliados ao respaldo obtido no primeiro momento entre os próprios empresários e donos de estúdio, permitiram desencadear a ampla campanha de resistência à HUAC como base da estratégia dos inamistosos. Num avião fretado, mais de 20 celebridades do Comitê pela Primeira Emenda — entre elas Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Danny Kaye, Gene Kelly, Jane Wyatt, John Huston e Sterling Hayden — desembarcaram em Washington às vésperas do primeiro interrogatório.

Num programa de rádio, “Hollywood Fights Back”, transmitido de costa a costa, os artistas e outras personalidades, inclusive quatro senadores, denunciaram a HUAC e seus métodos. Uns lembravam que o próprio general Dwight Eisenhower negara-se uma vez a revelar suas convicções políticas. Outros, como o advogado da indústria do cinema Paul McNutt, desafiavam os deputados a apontar filmes que consideravam de propaganda comunista.

Havia ainda as enfáticas manifestações individuais do pessoal de Hollywood. “Por favor, protestem antes que toda a consciência da América seja processada”, pediu Judy Garland. “Há mais de um meio de perder a liberdade”, advertia Gregory Peck. “Ela pode ser arrancada das mãos da gente por um tirano, mas também pode ir escapando dia a dia, enquanto a gente está ocupado demais para perceber ou confuso demais, ou amedrontado demais”. Frank Sinatra, acusado então de ajudar os comunistas (“Ele é uma Eleanor Roosevelt de calça comprida”, disse o deputado Thomas), conclamou os colegas com uma pergunta. “Será que conseguirão nos assustar até calarmos?”¹¹

O interrogatório dos Dez — cujo desafio à HUAC chegou a extremos, especialmente no caso de Howard Lawson — deixou embaraçados os membros liberais do Comitê da Primeira Emenda, mas assustou principalmente os produtores de Hollywood, preocupados com a repercussão de tudo aquilo nos negócios. Uma pesquisa Gallup mostrava o país dividido em relação

à HUAC: 37 por cento aprovavam a comissão, 36 por cento a condenavam.

Encerrada a série de interrogatórios, a comissão Thomas anunciou a disposição de levar até o fim o processo contra os Dez, por desacato ao Congresso. O plenário da Câmara aprovou a decisão a 24 de novembro e no dia seguinte, 25, veio a marcha-a-ré dos chefões dos estúdios de Hollywood. Em reunião realizada no hotel Waldorf Astoria, de Nova Iorque, eles resolveram sujeitar-se às exigências da HUAC, demitindo imediatamente os Dez inamistosos (cujos argumentos vinham acatando até então) e comprometendo-se ainda a livrar a indústria cinematográfica de todos os “elementos subversivos e desleais”. Coube ao mesmo Eric Johnston, que presidia a MPAA, anunciar a decisão. “Não empregaremos ninguém que saibamos ser comunista ou membro de qualquer partido ou grupo que advoga a derrubada do governo dos Estados Unidos pela força ou através de quaisquer métodos ilegais e inconstitucionais”, disse ainda.¹²

A nova posição da indústria foi atribuída na época, pela imprensa, à pressão da Wall Street, que controlava todos os estúdios. Mas a perplexidade ante o recuo foi geral. O jornal *Los Angeles Times* estranhou: “Antes a comissão estava errada ao interrogar; agora, as testemunhas é que estão erradas ao se negarem a responder às perguntas”. Em Nova Iorque, o crítico de cinema do *Times*, Bosley Crowther, afirmou que a ação foi engendrada “pelos grandes homens de negócios nova-iorquinos, os senhores da indústria, e não pelos produtores de Hollywood, que constituem um grupo diverso e subordinado”. No *Daily News*, Ed Sullivan completou: “A Wall Street puxou as rédeas, isso é tudo”.¹³

O Comitê pela Primeira Emenda praticamente deixou de existir, enquanto muitos liberais corajosos do primeiro momento batiam em retirada ante a possibilidade de também ficarem sem emprego, como os Dez. Alguns, como o ator Humphrey Bogart, chegariam mais tarde ao requinte de mimeografar, assinar e distribuir cartas declarando o próprio arrependimento pelos esforços em favor da liberdade de expressão. “Aquela via-

gem (a Washington, para defender a Primeira Emenda) foi uma tolice, resultado de má assessoria”, escreveu Bogart, entre outras coisas.¹⁴

Os liberais arrependidos alegaram posteriormente terem sido usados pelos advogados do Partido Comunista, acusados ainda de se apegarem a uma estratégia equivocada ao invocar a Primeira Emenda. Mas a participação destacada, na defesa dos Dez, de um advogado republicano, Bartley Crum, e de um respeitado liberal, o ex-procurador-geral da Califórnia Robert Kenny — ambos profissionais brilhantes e experimentados, sem qualquer vínculo com o PC — desautoriza a suspeita de manipulação, ainda que as testemunhas inamistosas pudessem efetivamente ter escapado da prisão se tivessem invocado a Quinta Emenda, ao invés da Primeira.¹⁵

A Quinta é a que garante à pessoa o direito de não responder a perguntas que possam incriminá-la. Invocada habitualmente pelos criminosos comuns, constituiu o fundamento da defesa de numerosas vítimas da caça às bruxas nos anos seguintes. Mesmo no início de 1987, antes do acordo com a promotoria, os dois principais envolvidos no escândalo Irã-Contras — o tenente-coronel Oliver North e o almirante John Poindexter — apoiaram-se nela para deixar sem resposta as perguntas das comissões de investigação.¹⁶ Mas em 1947 havia dúvidas também sobre a proteção da Quinta Emenda, pois só três anos mais tarde uma decisão da Suprema Corte admitiu que esse dispositivo constitucional poderia ser invocado ante perguntas sobre filiação ao Partido Comunista.¹⁷

O que fez desmoronar a estratégia dos Dez de Hollywood, deixando o campo livre à ação obscurantista da HUAC, foi a morte, no verão de 1949, de dois membros liberais da Suprema Corte, Frank Murphy e Wiley Rutledge, substituídos em seguida pelos conservadores Tom Clark (o linha-dura que, como secretário de Justiça de Truman, impusera a drástica política de segurança interna) e Sherman Minton. Até então, os advogados de defesa dos inamistosos estavam confiantes numa decisão favorável quando o recurso dos Dez chegasse à Suprema Corte.¹⁸

De qualquer forma, foi uma longa e penosa batalha judi-

cial. Oito dos Dez receberam na primeira instância a pena máxima de um ano de cadeia mais multa de mil dólares. Dois (Biberman e Dmytryk) foram condenados a seis meses e multa idêntica. A apelação de Lawson e Trumbo, em nome de todo o grupo, então em dificuldades financeiras para enfrentar as custas do processo, argumentava que o direito de livre expressão incluía também o direito de permanecer em silêncio e foi violado quando se forçou os inamistosos, sob ameaça de punição, a revelar suas convicções políticas e filiação partidária. Mas na Suprema Corte, só os juizes Hugo Black e William Douglas, discordando da maioria, acolheram essa tese.¹⁹

O desfecho final das audiências de 1947 só aconteceu em 1950, quando os Dez foram para a cadeia, após a decisão em última instância. A nova série de interrogatórios da HUAC sobre infiltração comunista em Hollywood, em 1951-52, já começou sob novo clima, sem desafios, mas com mudanças significativas na composição da HUAC. É que o poderoso presidente, J. Parnell Thomas, também se dera mal, sendo condenado por corrupção em 1948 (ele obrigava as pessoas que nomeava a lhe entregarem parte do salário) e tornando-se colega de prisão, dois anos depois, de Ring Lardner e Lester Cole, que ele processara por desacato.²⁰ Seu sucessor, o democrata sulista John S. Wood, da Georgia, manteve a linha agressiva, embora tivesse agora de disputar as manchetes com os dois notórios caçadores de bruxas que tinham passado ao primeiro plano no Senado — Joe McCarthy, à frente da subcomissão de Investigações, e Pat McCarran, que chefiava a subcomissão de Segurança Interna.

A comissão Thomas tinha encerrado a investigação de 1947 anunciando bombasticamente uma “testemunha misteriosa” (um dos investigadores da própria comissão, Louis Russell), que procurara deliberadamente confundir o público ao introduzir o tema de espionagem atômica no Laboratório de Radiação da Universidade da Califórnia (caso Oppenheimer-Haakon Chevalier), que nada tinha a ver com Hollywood. Logo depois Thomas suspendeu inesperadamente os interrogatórios, prometendo retomá-los “logo que seja possível”.

Para dois historiadores da HUAC, Robert E. Carr e Walter

Goodman, nada se provara até então sobre infiltração comunista no cinema. Um dos membros da comissão, o republicano John McDowell, assegurou na ocasião não ter visto qualquer evidência real de propaganda comunista nos filmes ou atividades subversivas e antiamericanas na indústria. Segundo Goodman, a premissa da comissão “de que o cinema estava sendo subvertido por uma ação subterrânea dos vermelhos em conluio com burocratas do New Deal era pura bobagem; os métodos da HUAC eram grosseiros e suas intenções desprezíveis.” Mas floresceu a partir da comissão Thomas a filosofia que prevaleceria nos anos seguintes, segundo a qual “o comunismo não apenas era uma doutrina subversiva e os comunistas em posições sensíveis representavam ameaça à nação, mas a presença nesta terra de qualquer indivíduo comunista, ou simpatizante, ou mesmo um ex-comunista que deixe de se penitenciar publicamente é algo intolerável; e que o destino adequado a cada uma de tais criaturas é ser denunciada em sua comunidade, perder o emprego e ser varrida para o exílio”.²¹

Essa foi a mentalidade que fundamentou a lista negra, consolidada como instituição nos anos seguintes. Começou com os nomes das testemunhas inamistosas; cresceu com os nomes delatados nos depoimentos dos amistosos; e foi ampliada prodigamente com a contribuição decisiva dos grupos privados de direita, entre eles a poderosa Legião Americana (American Legion), os Veteranos de Guerra Católicos (Catholic War Veterans), a MPAPAI de Hollywood, a American Business Consultants, a Aware, Inc., publicações como *Red Channels*, *Counterattack*, *Firing Line*, etc. Oficialmente inaugurada no cinema com os Dez de Hollywood, ela se expandiu e extravasou para diferentes segmentos da sociedade norte-americana, mas foi na indústria de entretenimento que sua ação devastadora deixou marcas mais dramáticas e lições mais profundas.

NOTAS

¹ Dalton Trumbo, *The Time of the Toad — A Study of Inquisition in America* (Perennial Library, Nova Iorque, 1972), 6.

² D. Trumbo, *idem*, 8.

³ Além dos livros dedicados especificamente à ação da HUAC, já citados, estão entre os trabalhos mais conhecidos os seguintes: Alvah Bessie, *Inquisition in Eden* (Macmillan, 1965); Frank Donner, *The Un-Americans* (Ballantine, 1961); Gordon Kahn, *Hollywood on Trial* (Boni & Gaer, 1948); Stefan Kanfer, *A Journal of the Plague Years* (Atheneum, 1973); Telford Taylor, *Grand Inquest* (Simon and Schuster, 1955); Nancy Lynn Schwartz, *The Hollywood Writer's Wars* (Alfred A. Knopf, 1982); John Cogley, *Report on Blacklisting* (The Fund for the Republic, 1956); Robert Vaughn, *Only Victims* (Putnam, 1972); Lillian Hellman, *Scoundrel Time* (Bantam Book, 1976); Larry Ceplair e Steven Englund, *The Inquisition in Hollywood: Politics in the Film Community, 1930-1960* (University of California Press, 1979); Victor Navasky, *Naming Names* (Penguin Books, 1980); Dalton Trumbo, *Additional Dialogue* (Bantam Books, 1972); Bruce Cook, *Dalton Trumbo* (Charles Scribner's Sons, 1977); Lester Cole, *Hollywood Red* (Ramparts Press, 1981); Garry Wills, *Reagan's America: Innocents at Home* (Doubleday, 1987). As tribulações macartistas também aparecem em livros de ficção como *The Producer*, de Richard Brooks; *The Way We Were*, de Arthur Laurents; *The Troubled Air*, de Irwin Shaw.

⁴ O documentário *Hollywood on Trial*, de David Helfern, foi produzido em 1976; reproduz imagens da época e apresenta depoimentos de personagens envolvidos. Mas a ficção cinematográfica também se ocupou várias vezes do tema, inclusive em *The Front* (Testa de Ferro por Acaso), de Woody Allen (1976); *The Way We Were* (Nosso Amor de Ontem), de Sidney Pollack (1973); e, de forma, indireta, *On The Waterfront* (Sindicato de Ladrões), de Elia Kazan (1954); *Les Sorcières de Salem* (As Feiticeiras de Salem), de Raymond Rouleau (1956); *The View from the Bridge* (O Panorama Visto da Ponte), de Sidney Lumet (1962); *Big Jim McLain* (Uma Aventura no Pacífico), de Edward Ludwig (1952); *My Son John* (Não Desonres o Teu Sangue), de Leo McCarey (1952); *High Noon* (Matar ou Morrer), de Fred Zinnemann (1952).

⁵ John Cutts e Penelope Houston, "Blacklisted", em *Sight and Sound*, Summer 1957.

⁶ Citado em *Facts on File*, 12/5/1947.

⁷ Em um dos capítulos de *Report on Blacklisting*, John Cogley tenta reconstituir, com base em depoimentos, o clima político ativista de Hollywood no período da guerra, com uma avaliação também do papel desempenhado pelos comunistas e pelo Partido Comunista. Um retrato ainda mais minucioso, íntimo mesmo, da agitação política e da participação do pessoal do cinema é oferecido por Nancy Lynn Schwartz, *The Hollywood Writer's Wars*. Aí são relacionadas até as pequenas escaramuças políticas iniciadas nos anos 30 e 40.

⁸ As citações estão em J. Cogley, op. cit., 9-10. E também em D. Trumbo, *The Time of the Road*, 19-22.

⁹ D. Trumbo, p. cit., idem.

¹⁰ D. Trumbo, op. cit., 60-61.

¹¹ J. Cogley, op. cit., 3-4. Citações semelhantes são feitas também em John Howard Lawson, *Film in the Battle of Ideas* (Masses & Mainstream, 1953), 108; *Facts on File*, 1947.

¹² A íntegra de declaração do Waldorf Astoria está em J. Cogley, op. cit., 22-23.

¹³ J. Cogley, p. cit., 23.

¹⁴ A carta-circular que Bogart mimeografou está transcrita em V. Navasky, *Naming Names*, 153.

¹⁵ V. Navasky, op. cit., 82. Aos olhos da opinião pública, invocar a Quinta Emenda equivalia a uma confissão de culpa. Ver, no Apêndice 3, a carta de Lillian Hellman.

¹⁶ Quando o almirante Poindexter e o tenente-coronel North invocaram a Quinta Emenda para não responder às perguntas dos investigadores, o presidente Reagan, em entrevista, declarou que não os condenava, pois simplesmente não podiam abrir mão de suas prerrogativas constitucionais. Como presidente do sindicato dos atores, no entanto, ele avisou à atriz Gale Sondergaard que, por ter invocado a Quinta a fim de não responder às perguntas da HUAC, o sindicato nada poderia fazer em favor dela, irremediavelmente condenada à lista negra e ao desemprego. O caso Sondergaard está relatado em Garry Wills, *Reagan's America*, 254. O de North e Poindexter, que mais tarde fizeram acordo com o promotor especial Lawrence Walsh para terem imunidade parcial, motivou o fracasso da comissão de alto nível nomeada pelo próprio Reagan para apurar o escândalo Irã-Contras, sob a presidência do ex-senador John Tower. O relatório Tower explica que "a comissão solicitou ao presidente (Reagan) para usar seus poderes como comandante-chefe e ordenar o comparecimento do vice-almirante Poindexter e do tenente-coronel North. O presidente declinou". *The*

Tower Commission Report (Bantam-Times Books, Nova Iorque, 1987), 17.

¹⁷ Trata-se da decisão da Suprema Corte no caso *Blau v. U. S.* Citado por V. Navasky, op. cit., 84.

¹⁸ Trinta anos depois, o escritor Ring Lardner Jr., um dos Dez de Hollywood, escreveu que tanto ele como os nove companheiros estavam absolutamente convencidos em 1947 de que venceriam o desafio na Justiça. “Foi a morte de dois deles (ministros da Suprema Corte) no verão de 1949, quando nosso caso ainda estava pendente, e a nomeação para substituí-los de dois reacionários, feita por Truman, que nos fez perder os quatro votos de que precisávamos para revogar a decisão desfavorável da primeira instância”. Ring Lardner Jr., “30 Years After the Hollywood 10”, em *The New York Times*, 18/3/1978.

¹⁹ A Corte de Apelações ratificou a condenação dos Dez em 1949, em decisão mantida pela Suprema Corte contra o voto em separado, discordante, de Black e Douglas. Walter Goodman, *The Committee — The extraordinary career of the House Committee on Un-American Activities* (Secker & Warburg, Londres, 1969), 222-223.

²⁰ Lester Cole relata o encontro na sua autobiografia. Thomas cuidava do galinheiro do presídio de Danbury, Connecticut, recolhendo a sujeira deixada pelas galinhas. Cole, carregando uma foice, foi trabalhar na horta, do outro lado da cerca. Ao vê-lo, Thomas comentou: “Ei, comuna. Vejo que continua com a foice. E onde está o martelo?”. E Cole, referindo-se às migalhas que Thomas tomava dos funcionários nomeados por ele: “E vejo que você continua fazendo aqui o que fazia no Congresso: recolhendo titica de galinha”. A história do encontro espalhou-se e Thomas acabou sendo tratado sistematicamente, pelos colegas presidiários, como “deputado Titica de Galinha” (Chickenshit). L. Cole, *Hollywood Red*, 320.

²¹ W. Goodman, op. cit., 225. Robert K. Carr, *The House Committee on Un-American Activities, 1945-1950* (Cornell University Press, Nova Iorque, 1952).

9. A lista negra, uma instituição

Não apenas Ronald Reagan, que começou a carreira política à frente do Sindicato dos Atores de Hollywood, mas a maioria das personalidades envolvidas na caça às bruxas sempre insistiu em negar a existência de uma ou mais listas negras. A preocupação é compreensível, uma vez que tal prática — parte da rotina na indústria do entretenimento, principalmente a partir dos primeiros anos da década de 1950 — tinha implicações jurídicas comprometedoras.¹

O escritor Garry Wills refere-se a algumas declarações sugestivas sobre o tema. O célebre produtor Irving Thalberg, por exemplo, ao ouvir que não deixavam Luis Buñuel trabalhar em Hollywood, protestou: “Ora, não temos lista negra aqui. Mas vou tomar providências para que ele seja retirado dela”. Anos depois, o ator John Wayne, outro exagerado no zelo patriótico, disse coisa semelhante: “Não havia lista negra. (...) A única coisa parecida que nosso lado fez foi correr com um monte de gente de Hollywood. (...) Eu, por exemplo, nunca lamentei ter ajudado a correr com (o escritor Carl) Foreman para fora do país”.²

Quanto a Reagan, compreende-se sua obsessão em negar publicamente a existência de qualquer lista negra, mas nos informes privados ao FBI ele não hesitava em apresentar-se como um dos principais responsáveis por tal prática obscurantista em

Hollywood. Como alcagüete oficial, codinome T-10, Reagan comunicou ao Bureau, em novembro de 1947, que seria membro de um conselho, encabeçado por L. B. Mayer, o chefe da Metro, com o propósito de promover amplo expurgo de subversivos na indústria cinematográfica. Segundo o registro feito à época pelo FBI, Reagan prometia que o novo comitê seria um desdobramento das investigações da HUAC.³ Referia-se, obviamente, à fundação do Motion Picture Industrial Council (MPIC), que passaria a dirigir — apoiado pelos patrões de todos os estúdios — juntamente com Roy Brewer, notório caçador de comunistas, premiado pouco depois com o emprego de executivo da Allied Artists e nomeado bem mais tarde (pelo amigo Reagan, já então presidente dos Estados Unidos) para um alto cargo da área trabalhista do governo.

A lista negra, na verdade, tinha antecedentes históricos — sendo significativa, mesmo no passado, a participação do setor privado. Segundo um estudioso dos métodos da espionagem política dentro dos Estados Unidos, a mística daqueles arquivos nos quais são colecionados nomes de pessoas inconvenientes data do século XIX.

O século começou ainda em meio aos temores desencadeados pela Revolução Francesa — o espectro de um assalto em massa contra a propriedade e o privilégio, ou seja, contra os fundamentos sociais da estrutura de poder estabelecida. Os Federalistas chegaram a identificar seus opositores, liderados por Jefferson e Madison, com aqueles perigosos princípios igualitários e anticlericais.⁴ A imagem de uma conspiração revolucionária dirigida por potência inimiga tornava-se a arma fundamental, tanto para a defesa do *status quo*, como para se desacreditar a oposição interna.

A Revolução Francesa, usada para justificar o Sedition Act de 1798, prevaleceu como fantasma ameaçador durante muito tempo, bastando lembrar os textos alarmistas que diziam estar o país infestado de sabotadores e espiões. Mas Frank Donner, um especialista no tema, observa que os norte-americanos, contrariando a experiência européia, não desenvolveram resposta dire-

ta às ameaças à segurança e estabilidade do Estado e sim a interesses menos relevantes.

Nesse sentido, ganha importância o papel desempenhado por uma agência privada de detetives, a Pinkerton Detective Agency, que gerou a partir dos anos 1870 a expressão “Pinkertonism” para definir o fenômeno da disseminação de organizações particulares dedicadas a faturar o temor à inquietação social e política.⁵ O estímulo maior era o esforço da indústria norte-americana para combater a organização trabalhista e sindical.

A princípio, justificava-se a infiltração entre os trabalhadores e a espionagem em sua atividade sindical como defesa da propriedade privada. Aos poucos, isso passou a ser vinculado também à necessidade de proteção contra o radicalismo e a violência revolucionária. Logo vieram os entendimentos entre os grupos privados (corporações e entidades de classe, que contratavam seus detetives) e as autoridades policiais, até que o padrão de tal colaboração passasse a dominar a trajetória da repressão, inclusive com a consagração das listas negras.

É impressionante como na indústria do entretenimento, na segunda metade do século XX, também houve essa conjugação de interesses, favorecendo a instituição da lista negra. No campo oficial, as famosas listas de subversivos do procurador-geral, os arquivos do FBI, as audiências e investigações da HUAC na Câmara e da Subcomissão de Segurança Interna do Senado (SISS, Senate Internal Security Subcommittee); do outro lado, os estúdios e produtores de Hollywood e as emissoras de rádio e televisão (com as empresas patrocinadoras e agências de propaganda), os grupos patrióticos, entidades de extrema direita e profissionais do anticomunismo.⁶

No caso de Hollywood, os estúdios abraçaram as teses em favor da lista negra a partir da reunião da cúpula da indústria no Waldorf Astoria, onde ficou decidida a nova linha, contrária à resistência inicial. Também as empresas de rádio e televisão mostraram-se inicialmente incomodadas, mas os anunciantes e as agências de propaganda encarregaram-se de convencê-las da

conveniência de se sujeitar à chantagem dos caçadores de bruxas.

Além disso, havia antigos ressentimentos nas relações entre empregados e empregadores. Em Hollywood, alguns sindicatos combativos sob influência esquerdista — como o Conference of Studio Unions (CSU) e o Screen Writers Guild (SWG, dos roteiristas) — tinham participado de greves e disputas, inclusive para a própria afirmação, que deixaram graves seqüelas. Nessas lutas, às quais já se fez referência no capítulo 4, grupos direitistas adotaram a posição patronal, denunciando o outro lado por subversão, devido à ativa presença do Partido Comunista.⁷

Em Nova Iorque, nos sindicatos do pessoal do rádio e da televisão, ocorreram brigas semelhantes, com os direitistas entrando ativamente na disputa pelos cargos de direção, contra comunistas, esquerdistas e liberais. O Sindicato dos Escritores de Rádio (RWG, Radio Writers Guild) morreu em meio a tais guerras, após estourar o conflito da Coréia, e a American Federation of Radio & Television Artists (AFTRA) foi alvo de disputa encarniçada entre facções extremistas rivais.

Complexos e mal definidos, os mecanismos da lista negra eram acionados pelos mesmos grupos e pessoas a quem as vítimas tinham de recorrer mais tarde, na esperança de limpar o nome e recuperar o emprego perdido. No cinema, o destaque maior era para a MPAPAI, de Sam Wood, Roy Brewer, Walt Disney, King Vidor, bastião da direita mais empedernida. Posteriormente, foi criada o MPIC, como um conselho superior com representação da indústria e dos empregados e no qual pontificavam Roy Brewer e Ronald Reagan — sacerdotes supremos, com poder para dar e tirar empregos.

Mas ainda havia os grupos que também atuavam na área do rádio, como a *newsletter* semanal *Counterattack*, da American Business Consultants, de Nova Iorque. Fundada em 1947, cresceu em importância na medida em que se ampliava a histeria macartista. Suas listas de nomes eram freqüentemente atualizadas em relatórios especiais editados sem periodicidade — o principal dos quais ganhou o título de *Red Channels* e foi considerado “a bíblia das agências”. Mas o grupo que se tornou mais

atuante na área do rádio e televisão foi o Aware, Inc., que também editava um boletim. E os principais personagens ligados a ele foram Vincent Harnett, um “consultor” que mantinha seu próprio arquivo, e o empresário de supermercados Laurence A. Johnson, que se especializou em técnicas de pressão contra anunciantes, agências e emissoras.

Entidades patrióticas diversas somavam-se a esse esforço conjunto, notabilizando-se entre elas, pelo empenho zeloso e permanente, a Legião Americana, que se responsabilizava por um boletim de pregação anticomunista, *Firing Line*, e também publicava artigos especiais na sua revista oficial, *American Legion*. Foi um desses artigos, assinado em dezembro de 1951 pelo profissional de anticomunismo J. B. Mathews, que levou Hollywood a retomar a caça às bruxas em ritmo frenético. “Did the Movies Really Clean House?”/O Cinema Realmente Limpou a Casa? — perguntava Mathews no título, antes de relacionar sua gigantesca lista de suspeitos, semeando o pânico na comunidade do cinema.

Todas essas pessoas e grupos dedicados em tempo integral à caça às bruxas contavam com a ajuda sistemática da imprensa, principalmente de alguns colunistas famosos.⁸ Mas é importante, também, conhecer certas diferenças entre o mecanismo da lista negra no cinema, no rádio e na televisão.

Os arquivos de nomes eram formados da mesma forma: pessoas que tinham pertencido abertamente ao Partido Comunista relacionadas deliberadamente ao lado daquelas que apenas tinham participado de movimentos atribuídos ao partido ou daquilo que se denominava “organizações de fachada do PC”; e outras que simplesmente tinham assinado determinados manifestos, apoiado certas causas que também contavam com respaldo comunista, etc. As listas do procurador-geral e as investigações das comissões do Congresso funcionavam como fonte permanente de nomes, mas os “consultores” privados davam-se ainda ao requinte de vasculhar velhos jornais (entre eles o *Daily Worker*, diário comunista) em busca de mais nomes.

Não raras vezes um nome ia para a lista negra sob a acusação de ter apoiado uma causa (por exemplo, a abertura de uma

segunda frente na guerra) que também tinha o apoio oficial do governo dos Estados Unidos. E isso era comum no período da Segunda Guerra Mundial, quando o presidente Roosevelt era aliado da União Soviética na guerra e tinha em casa o respaldo do PC, inclusive no esforço de guerra, de que os comunistas tinham participado com entusiasmo no rádio e no cinema.

Detalhes assim, no entanto, estavam longe de perturbar os colecionadores de nomes. E os empregadores tinham seus motivos para não subestimar as denúncias: em Hollywood, os estúdios agiam rapidamente porque temiam grandes prejuízos se houvesse alguma eventual decisão de boicote por parte de entidades patrióticas; no caso do rádio e da televisão, os instrumentos eram ainda mais assustadores, já que os grupos de pressão atuavam diretamente sobre os anunciantes e suas agências de propaganda, gerando pânico nas emissoras.

Assim, ter o nome incluído em alguma lista — mesmo na mais leviana delas — significava desemprego, a menos que a vítima comesçasse a tomar certas providências para livrar-se do estigma. Mas nem sempre o esforço para limpar o nome — “clearance”, no jargão macartista — obtinha sucesso, já que, no caso de alguém com passado esquerdista, costumava exigir o arrependimento público e a submissão humilhante ao ritual da delação.

Esse procedimento de limpeza de nomes, como o da própria elaboração das listas negras, praticamente criou uma nova profissão para os radicais de direita — a de “consultor” de empresas, emissoras e agências de propaganda empenhadas em evitar problemas. Os “consultores” cobravam taxas fixas para cada um dos nomes que lhes eram submetidos (uma espécie de SPC político) e ainda cobravam fortunas de uma vítima empenhada em voltar a ter emprego.

Os primeiros desafios na Justiça às listas negras, por iniciativa dos Dez de Hollywood, fracassaram inteiramente. Logo após a reunião do Waldorf Astoria, em novembro de 1947, a RKO demitiu Adrian Scott e Edward Dmytryk, a Twentieth Century-Fox demitiu Ring Lardner Jr. e a M-G-M

“suspendeu” os contratos de Lester Cole e Dalton Trumbo. Os outros cinco estavam sem contrato naquele momento.

Até então, Lester Cole era o mais prolífico de todos: tivera o nome nos créditos (como roteirista) de 36 filmes e acabara de firmar contrato milionário para escrever roteiros da primeira linha de produção. Em razão disso, a defesa dos Dez resolveu concentrar os esforços num processo de Cole contra a M-G-M, que invocava a chamada “cláusula moral” para a suspensão do contrato.⁹

A cláusula dá ao empregador o direito de descumprir o contrato caso o comportamento do empregado comprometa a imagem da companhia. No julgamento em primeira instância, Cole venceu — com os advogados alegando quebra de contrato e conspiração para negar-lhe emprego por causa da lista negra. Mas o caso encerrou-se melancolicamente em abril de 1952, devido à disposição dos produtores de apelar e ir até à Suprema Corte.

Em suas memórias,¹⁰ Cole explica assim o desfecho: “Não ia ser fácil para nós. Era óbvio que os produtores tinham dinheiro para continuar, enquanto nós ainda éramos obrigados a enfrentar as dez condenações (por desacato à HUAC, ainda à espera da decisão final) na Corte de Apelações e, caso perdêssemos, na Suprema Corte. Sabendo disso, os produtores nos ofereceram um acordo. A soma total devida a Trumbo e a mim, pelos contratos, era bem superior a 300 mil dólares. Eles propuseram 125 mil para encerrar naquele momento”.

Segundo Cole, a questão foi discutida entre os Dez. “Tínhamos pouca escolha. Muito daquele dinheiro seria necessário não apenas para as custas dos advogados, mas até para sobrevivermos — para casa e comida. Pelo menos cinco dos Dez estavam duros. Trumbo e eu decidimos topar o acordo. Fizemos uma votação para resolver quanto devia ser destinado às despesas judiciais e quanto devia ser dado aos demais, para as necessidades prementes de cada um. Dividimos com eles. Acho que Trumbo e eu terminamos com 9 mil dólares daqueles 62.500 que caberiam a cada um no acordo. De certa forma, ainda foi uma vitória, (...) útil talvez quando o sindicato se dispusesse a iniciar

um processo antilista negra contra os produtores. Só que naquele momento, a lista negra continuava”.¹¹

De fato, o primeiro grande triunfo judicial contra a lista negra foi adiado. Só veio a acontecer em 1962, graças à determinação de uma personalidade do rádio e da televisão, que sustentou uma batalha de seis anos para limpar o nome e expor, num julgamento, a verdadeira natureza da lista negra.

John Henry Faulk chegara a fazer sucesso nos anos 50, em Nova Iorque, bem no coração da indústria de rádio e televisão. Com charme texano, sabedoria caipira e grande apelo urbano, tornou-se um astro daquilo que os norte-americanos chamam de *talk show*. Em 1956, tinha um programa diário de rádio na CBS e preparava o lançamento de outro, ainda mais ambicioso, na TV. O salário era superior a US\$ 4 mil por mês.

Apesar dos crescentes índices de audiência e de já estar sendo comparado ao célebre Will Rogers, Faulk despencou da noite para o dia, perdeu todos os empregos, endividou-se e viu-se obrigado a retornar a sua cidade natal no Texas e mudar de profissão.¹² O drama dele começou num domingo de fevereiro de 1956, quando um repórter do *The New York Times* telefonou para informar que o boletim da organização Aware, Inc. publicava o seu nome, vinculando-o a grupos, movimentos e pessoas supostamente comprometidos com o Partido Comunista.

“Esta é uma história de violência”, escreveu Faulk no primeiro parágrafo de seu livro. “Não violência envolvendo brutalidade física, concupiscência ou derramamento de sangue, mas um tipo mais sutil de violência — a violência do *vigilantismo*”.¹³ Se a Aware se propunha livrar o rádio e a televisão dos comunistas, tinha outro motivo naquele momento para se voltar contra Faulk: pouco antes, ele ganhara a eleição no sindicato (AFTRA) com uma plataforma que prometia enfrentar a lista negra em vigor. Até então, o AFTRA estivera sob controle da própria Aware, partidária do expurgo nas emissoras.

Para encarregar-se do processo, Faulk procurou um dos advogados mais brilhantes do país, Louis Nizer. Os réus eram figuras conspícuas da rendosa indústria do anticomunismo — o “consultor profissional” Vincent Harnett, seu protetor (dono

de supermercados e financiador de causas da extrema direita) Laurence A. Johnson e a própria Aware, todos acusados de conspiração para privar Faulk do emprego.

Documentos e testemunhas ouvidas no tribunal — entre elas, os apresentadores Charles Collingwood e David Susskind, os atores Tony Randall, Everett Sloan e Kim Hunter — deixaram claro que Harnett e Johnson tornaram-se tão poderosos que as grandes redes CBS, NBC e ABC, além das agências e anunciantes, tremiam à simples menção dos nomes deles. Harnett extorquia uma fortuna das diversas empresas, a pretexto de fazer, como “consultor”, pesquisas sobre as pessoas a serem contratadas. Isso sem falar do dinheiro que arrancava das próprias vítimas, quando elas tentavam “limpar o nome” para voltar a ter emprego.

Susskind, que tinha um escritório de produção independente e era obrigado a submeter os nomes dos participantes de seus programas às emissoras, agências e patrocinadores para a triagem política, relatou detalhes contundentes sobre o mecanismo da lista negra, respondendo às perguntas de Nizer. Vejam algumas de suas respostas:

Susskind — Ao vender o programa à agência, estava implícita a condição de que os nomes de todas as pessoas, em todas as categorias, tinham de ser submetidos ao crivo político pela agência. Ninguém podia ser admitido antes da aprovação deles.

Nizer — O senhor pode fazer um cálculo para nós de quantos nomes costumavam ser rejeitados?

Susskind — Eu diria que um terço, talvez mais, sofria esse veto político. Um terço de cinco mil nomes, mais ou menos.

Nizer — E o que o senhor dizia ao ator ou ao escritor que rejeitava? Como explicava a eles que não podiam ser admitidos?

Susskind — Éramos proibidos de dizer a eles que o veto era por motivos políticos. Tínhamos de arranjar uma desculpa, dizer que o sujeito era muito baixo, por exemplo. Ou então inventar alguma razão artística qualquer. Por exemplo, uma vez consegui a duras penas arranjar uma atriz infantil, de sete ou oito anos de idade. Como o nome dela foi considerado politicamente inaceitável, não agüentei. Procurei o executivo encarregado e

disse: “Sei que você não admite protesto, mas isso é uma loucura. Essa garota de oito anos, será que ela também é parte da conspiração comunista internacional?” Ele prometeu apurar o que havia com a menina. Depois, telefonou, explicou que estava fazendo uma exceção e que em outros casos não daria explicações. Em seguida, contou que o consultor Vincent Harnett (da Aware) considerava o pai da garota suspeito, por isso não permitia a admissão dela.

Nizer — E o que o senhor fez?

Susskind — Procurei outra garota. Uma com um pai ok.¹⁴

As várias testemunhas ofereceram depoimentos impressionantes. Retrataram de forma tão convincente a situação existente na indústria do entretenimento, em virtude da lista negra, que a decisão do júri não chegou a ser surpresa. Os réus foram condenados a pagar a Faulk uma indenização de 3,5 milhões de dólares.

O pagamento, na verdade, nunca chegou a acontecer. O milionário Johnson morreu antes do desfecho, seus supermercados revelaram-se em situação financeira bem menos saudável do que imaginavam as temerosas redes de televisão, e os demais acusados conseguiram, a pretexto de falta de recursos, limitar a indenização a uns 75 mil dólares (que mal cobriram as despesas do processo e honorários de Nizer).

Faulk tampouco conseguiu recuperar o emprego: a CBS jamais o convidou a voltar, talvez porque após seis anos de ausência — durante a batalha judicial — o público já não se lembrava dele e de seus antigos programas. Mesmo assim, o ex-astro de rádio e televisão encarou o desfecho do julgamento como uma reabilitação que limpou seu nome. Pelo menos é o que ele diz no livro que escreveu sobre o julgamento, transformado 13 anos depois num especial de televisão — apresentado pela própria CBS,¹⁵ como uma espécie de *mea culpa*.

Enquanto se desdobrava o processo de Faulk, outros fatos também contribuíam para desmoralizar a lista negra, especialmente em Hollywood. Diretores e atores proscritos só podiam voltar a trabalhar fora do país — como aconteceu com Jules

Dassin e Joseph Losey, que logo passaram a construir uma obra no exterior.

Mas escritores e roteiristas tentaram manter-se na profissão, vendendo roteiros no mercado negro, sob nomes supostos ou utilizando testas-de-ferro (*fronts*, no jargão da lista negra). Após cumprir sua pena por desacato ao Congresso, Dalton Trumbo instalou-se no México em 1951, numa época em que também foram para lá Albert Maltz, Ring Lardner Jr., Hugo Butler, Gordon Kahn, John Wexley e Ian McLellan Hunter.

Para continuar trabalhando na profissão, às escondidas, Trumbo recorreu a uma coleção de pseudônimos — entre eles, John Abbott, Sam Jackson, C. F. Domaine e Peter Finch. Mas os insaciáveis caçadores de bruxas da MPAAI e outros grupos criaram sua rede de espiões e delatores na comunidade cinematográfica para detectar a atividade oculta do pessoal da lista negra, chegando ao extremo de checar até contas bancárias.¹⁶

O primeiro grande escândalo nesse mercado negro de roteiros aconteceu em 1956, na noite da premiação da Academia de Hollywood. A atriz Deborah Kerr, encarregada de anunciar o ganhador do Oscar para melhor roteiro original, leu o nome: Robert Rich, pelo filme *Arenas Sangrentas* (*The Brave One*). Como o vencedor não estava presente, o Sindicato dos Escritores de Cinema foi solicitado a consultar seus arquivos.

Simplesmente não existia o tal Robert Rich. Era mais um pseudônimo de Dalton Trumbo — fato só reconhecido oficialmente pela Academia 20 anos depois, quando o escritor, velho e doente, recebeu seu Oscar em cerimônia discreta, sem publicidade.

Houve ainda outros escândalos relacionados com a lista negra. Michael Wilson ganhou o Oscar de melhor roteiro por *Um Lugar ao Sol*, filme distribuído pouco antes de sua intimação, em 1951, para depor na HUAC (e entrar oficialmente para a lista negra). No ano seguinte, outro filme com roteiro de Wilson, *Sublime Tentação*, foi premiado em Cannes, mas os créditos não identificavam o autor.

Em 1957, foi a vez do filme *A Ponte do Rio Kwai*. O roteiro de Wilson e Carl Foreman — outro nome da lista negra — foi

premiado com o Oscar, mas os créditos do filme identificavam como autor o francês Pierre Bouille, que escrevera o romance, mas nem era roteirista e nem tinha conhecimento suficiente de inglês para adaptá-lo à tela. “Ele teve o bom gosto de não aparecer pessoalmente para receber o prêmio da Academia”, comentou Foreman.¹⁷

Também houve constrangimento na premiação de 1958. Depois que o Oscar de melhor roteiro foi dado ao filme *Acorrentados* (The Defiant Ones), descobriu-se que Nathan E. Douglas (que o assinara, juntamente com Jacob Smith) era apenas o pseudônimo adotado pelo ator Nedrick Young, que se tornara escritor no mercado negro por ter sido incluído na lista negra.

O caso Robert Rich levou Dalton Trumbo a intensificar sua campanha contra a lista negra. Em 1959, ele lançou com espalhato a firma Robert Rich Productions Inc, que tinha como presidente Adrian Scott (produtor e roteirista, um dos Dez), como vice-presidente o próprio Trumbo e como secretária-tesoureira a atriz proscrita Anne Revere.

Em sucessivas entrevistas a jornais e emissoras de rádio e televisão, Trumbo também fazia questão de levantar dúvidas sobre a verdadeira autoria de grande número de roteiros de Hollywood, levando o produtor-diretor Jerry Wald a reagir com indignação: “É um insulto a todos os roteiristas. Pois ele insinua que, qualquer que seja o roteiro votado (para o Oscar), o real autor é ele, Trumbo”.¹⁸

Como presidente da Academia, o diretor George Stevens também ficou irritado e fez uma declaração pública dirigida pessoalmente contra Trumbo e outros escritores que atuavam no mercado negro. Mas através do produtor George Seaton, Trumbo convenceu-o a retirar a declaração (que saíra apenas numa primeira edição do jornal *Los Angeles Times*) e não mais pronunciar-se daquela forma, para não ser forçado a responder-lhe diretamente e assim criar um confronto. “Stevens tem de entender — escreveu Trumbo a Seaton — que não estou mais numa posição em que se pode jogar lama em mim impunemente — especialmente pessoas em relação às quais não tenho má vontade

de e a quem nunca fiz mal algum. Hoje, o pessoal da imprensa está do meu lado”.¹⁹

De fato, antes de morrer — em 1976 — Trumbo já tinha registrado um bom número de vitórias sobre a lista negra. O primeiro produtor a desafiar ostensivamente a instituição foi Otto Preminger, que em 1960 anunciou a intenção de ignorar a lista negra e contratar Trumbo para escrever *Exodus* — o que efetivamente aconteceu. No mesmo ano, ele escreveu *Spartacus* para Kirk Douglas.

Mas se a lista negra deixou de existir desde então para Dalton Trumbo — e também, nos anos seguintes, para outros — a verdade é que muitos jamais puderam voltar à profissão. O caso de Lester Cole é eloqüente. Em 1978, numa carta ao jornal *The New York Times*, ele revelou ressentimento em relação a outros proscritos de Hollywood, como Ring Lardner e Albert Maltz, que eram aceitos de novo e podiam trabalhar.²⁰ Acusou-os de terem, de alguma forma, se retratado, para serem reabsorvidos no mercado. Maltz respondeu, na mesma ocasião, argumentando que tal não acontecera e que a irritação de Cole devia-se talvez ao fato de não partilharem mais as mesmas posições políticas.²¹

O próprio Lardner, no artigo que tinha provocado a carta de Cole, deixara claro que a lista negra continuava valendo para muita gente — inclusive Alvah Bessie e Cole, que morreram em 1985 sem jamais terem voltado a trabalhar como escritores de cinema em Hollywood.²² Cole insistia em que suas atitudes políticas tinham alguma coisa a ver com isso, pois permaneciam fundamentalmente as mesmas do tempo em que fora intimado pela HUAC:

“Nunca tomei decisões políticas com o objetivo de melhorar de qualquer forma minha posição pessoal”, escreveu. “Alguns o fizeram, é claro. Alguns tornaram-se delatores e outros mudaram de posição de forma mais sutil, para se tornar aceitáveis. Nunca agi assim”.²³

Jamais foi feita uma relação definitiva dos nomes incluídos na lista negra. O esforço mais completo nesse sentido foi na área do cinema, mas sempre existem dificuldades. É grande, por exemplo, o número daqueles que estiveram apenas por pequeno

período impossibilitados de conseguir emprego, submetendo-se depois a certas imposições dos caçadores de bruxas para que seus nomes fossem retirados da lista. Existem ainda os casos dos que eram considerados perigosos por alguns, mas não por outros — o que ficou conhecido como lista cinza.

Em 1955, o escritor Adrian Scott fez a primeira tentativa de sistematizar os dados, chegando a conclusões importantes. Escreveu então que naquele momento a lista negra tinha um total de 214 nomes de artistas e técnicos: 106 escritores, 36 atores, três dançarinos, 11 diretores, quatro produtores, seis músicos, quatro desenhistas (de desenho animado), 44 técnicos diversos.²⁴ Scott também acrescentou que a lista cinza compreendia centenas de artistas e técnicos — todos parcialmente impossibilitados de obter emprego (empregáveis aqui, não empregáveis ali). Em seu livro, publicado em 1978, David Cate refere-se a números posteriores. Não chega a oferecer um balanço, mas afirma que 72 testemunhas ouvidas nas investigações inquisitoriais forneceram nada menos de 325 nomes: 50% escritores, 17% atores, 5% diretores, 2% produtores. Como nem todos os incluídos na lista negra eram apontados nesses depoimentos (os nomes de muitos eram obtidos em recortes de jornal, assinaturas em manifestos, presença em acontecimento, etc.), é possível concluir que a lista negra foi bem mais extensa do que isso.²⁵

Stefan Kanfer, um respeitado crítico de cinema (o primeiro a assinar críticas na revista *Time*), acha que os estragos causados pela lista negra não se limitam às desgraças pessoais e ao desemprego de tanta gente. Os danos estenderam-se de forma devastadora, conforme afirmou, ao próprio conteúdo dos filmes realizados durante duas décadas. “Nesses anos, a sociedade norte-americana sofreu mudanças graves e profundas — ou não registradas pelo cinema, ou só registradas de forma desonesta e distorcida. E a televisão foi afetada de forma ainda pior”.²⁶ Como Bessie e Cole, numerosos nomes da lista negra do cinema, rádio e televisão, menos conhecidos, desapareceram para sempre do mercado de trabalho, apesar da reabilitação tardia e constrangida de uma Lillian Hellman, de um Dalton Trumbo, de um Charlie Chaplin, às vezes até naquelas festas suntuosas do Oscar,

promovidas pela Academia de Hollywood. Ao mesmo tempo, Hollywood privou-se da contribuição de gente como Joseph Losey, Jules Dassin, Sidney Buchman, Dorothy Parker, Howard Koch, Abraham Polonsky, Donald Ogden Stewart — para ficar só nuns poucos, mais conhecidos. E o cinema dos Estados Unidos embarcava — sob a pressão dos grupos macartistas — naquela fase de indigência intelectual, com subprodutos da Guerra Fria sem um mínimo de qualidade. Intimidados, até cineastas maduros como Elia Kazan e Edward Dmytryk, transformados em delatores da HUAC, se entregaram à retórica anti-comunista, em produções como *Os Saltimbancos* (*Man on a Tightrope*, 1953) e *O Malabarista* (*The Juggler*, 1953), indignas da filmografia dos dois.

No artigo que escreveu para o *Times* em 1978, Lardner Jr. considerou importante lembrar a fase aguda da caça às bruxas e seus efeitos dentro do país, em diferentes setores de atividade. Pois não considera excluída a possibilidade de uma reedição por remota que possa parecer a alguns. “Ao longo de dois séculos — afirmou — este país tem cumprido um ciclo contínuo entre a liberdade e a repressão, que vem e volta. E não há razão agora para relaxar a vigilância, como não havia naqueles dias em que muita gente pensava que tínhamos, através da revolução de Roosevelt, chegado a uma grande aliança e à rendição incondicional das forças do ódio, da intolerância e da agressão”.²⁷

NOTAS

¹ Segundo o especialista Harold W. Horowitz, a doutrina jurídica aplicável é a da conspiração — uma combinação entre empresários para negar emprego a determinadas pessoas. Ver H. W. Horowitz, “The Legal Aspects”, em J. Cogley, *Report on Blacklisting* (The Fund for the Republic, 1956), 174-195.

² Garry Wills, *Reagan's America: Innocents at Home* (Doubleday, 1987), 254.

³ A ficha de Reagan no FBI é citada textualmente por G. Wills, op. cit., 256.

⁴ Uma antologia de textos sobre as imagens de subversão antiamericana desde o nascimento da nação é feita em David Brion Davis, editor, *The Fear of Conspiracy* (Cornell University, 1971).

⁵ Frank J. Donner, *The Age of Surveillance — The Aims and Methods of America's Political Intelligence System* (Álfred A. Knopf, Nova Iorque, 1980), 30-31.

⁶ Essa colaboração é documentada ao longo dos dois volumes (*I. Movies; II. Radio — Television*) de J. Cogley, op. cit.

⁷ Detalhes das disputas estão em Nancy Lynn Schwartz, *The Hollywood Writer's Wars* (Álfred A. Knopf, 1982), 220-238; J. Cogley, op. cit., 60-73; John Henry Faulk, *Fear on Trial* (Simon and Schuster, Nova Iorque, 1964), 9-15; e outros livros.

⁸ O papel da imprensa é o tema do capítulo seguinte.

⁹ V. Navasky, *Naming Names*, 233. O autor também transcreve carta de Albert Maltz a Edward Dmytryk, em novembro de 1948, referindo-se ao processo de Cole contra a M-G-M: “É um caso piloto — e muito crítico — para todos que têm contrato assinado. Nossos advogados se prepararam para isso literalmente durante meses de pesquisa e estudo, etc. Nosso caso é excelente e a vitória pode significar o rompimento da lista negra e um bom acordo financeiro em todos os casos”.

¹⁰ Lester Cole, *Hollywood Red*, 301.

¹¹ L. Cole, op. cit., 301-302.

¹² Essas informações constam do próprio relato de J. H. Faulk, op. cit., como também de Tom Curtis, “John Henry Faulk: Back From Broadcasting Blacklist”, *The Washington Post*, 5-9-1975; e Victor Navasky, “A CBS Documentary About a CBS Blacklist”, *The New York Times*, 28-9-1975.

¹³ J. H. Faulk, op. cit., 9. A palavra “vigilantism” refere-se àqueles bandos zelosos que aparentemente se propõem defender a sociedade fazendo justiça pelas próprias mãos e economizando as despesas de tribunal, juiz, júri e carrasco. Os vigilantes linchadores do velho Oeste, a Ku Klux Klan, etc.

¹⁴ Essa é uma transcrição fiel mas abreviada, tal como aparece no especial de televisão sobre o caso (com Susskind fazendo o papel de Susskind), citada em V. Navasky, “A CBS Documentary...”, op. cit. A íntegra do depoimento de Susskind está em J. H. Faulk, op. cit., 166-187.

¹⁵ *Fear on Trial*, direção de Lamont Johnson, adaptado do livro por David Rantels (Prêmio Emmy, 1975), com William Devane (no papel

de Faulk), George C. Scott (Luis Nizer) e John Houseman. 100 minutos, 1975.

¹⁶ Ver os capítulos 10 e 11 de Bruce Cook, *Dalton Trumbo*, 222-278. E também as cartas de Dalton Trumbo, *Additional Dialogue* (Bantam Books, 1970), 576.

¹⁷ V. Navasky, *Naming Names*, 161. Apesar de não ter comparecido à festa do Oscar, Bouille recebeu a estatueta mais tarde. Escolhido para entregar o prêmio especial do sindicato em 1976 ao amigo Michael Wilson, Foreman propôs, em seu discurso, que os dois enviassem um telegrama a Bouille: "Caro Pierre, esperamos que esteja bem. A propósito, será que poderia nos mandar o nosso Oscar?". Ver V. Navasky, *idem*, 328.

¹⁸ Bruce Cook, *op. cit.*, 261.

¹⁹ *Idem*, 265.

²⁰ *The New York Times*, 9-4-1978.

²¹ *The New York Times*, 5-5-1978.

²² Ring Lardner Jr., "30 Years After the Holywood 10", *The New York Times*, 10-3-1978.

²³ B. Cook, *op. cit.*, 198.

²⁴ Adrian Scott, "Historique de la Liste Noire — 1. La chasse aux sorcières; 2. La ceinture de chasteté", *Cahiers du Cinéma* números 54 (Natal, 1955) e 55 (Janeiro, 1956). Uma relação de nomes da lista negra está no final deste livro, Apêndice 2.

²⁵ D. Caute, *The Great Fear*, 504.

²⁶ Stefan Kanfer, *A Journal of the Plague Year* (Atheneum, Nova Iorque, 1973), 284.

²⁷ R. Lardner Jr, *idem*.

10. A culpa da imprensa (I)

Tem sido geralmente reconhecido nos últimos anos que sem a contribuição da imprensa teria sido difícil criar o clima de histeria que favoreceu a onda macartista, e a caça às bruxas. Mas também se repete com insistência que certos veículos representativos da mídia liberal — em especial os jornais *The Washington Post*, *The New York Times*, a revista *Time* e a rede de televisão CBS — resistiram heroicamente à investida obscurantista.

Um pouco dessa ambigüidade refletiu-se no especial de televisão produzido em 1977 sobre o senador McCarthy,¹ principalmente num diálogo fictício ali apresentado, entre uma pesquisadora e um veterano repórter do time que cobrira os fatos 20 anos antes:

“Repórter — Espere aí, garota. Eu estava lá, vivendo os fatos. Ele era notícia. Era o maior assunto deste país. Não tente botar em mim ou nos jornalistas em geral uma culpa que era dele.

Pesquisadora — Aquela cobertura de vocês, no dia-a-dia, é que o transformou no maior assunto deste país. ‘McCarthy chama Truman de traidor’, lembra-se? Ora, isso aí não era notícia. Era pura maluquice. Devia ir para a página de humor, não para a primeira página.

Repórter — E como você acha que a gente devia ter agido?

Pesquisadora — Acho que vocês deviam simplesmente ter cortado a dele”.

Um jornalista aposentado do *Washington Post*, repórter no tempo de McCarthy e *managing editor* mais tarde, reproduziu esse diálogo ao tentar fazer uma defesa do papel da imprensa.² Segundo Alfred Friendly, a imprensa não era um monolito, houve resistência de veículos responsáveis e os jornalistas não poderiam simplesmente “desligar” McCarthy, como sugeriu a pesquisadora do diálogo. E para defender melhor a imprensa, ele também recordou as forças supostamente respeitáveis que apostavam na intolerância — como os republicanos, obcecados em recuperar o poder após 18 anos e até o senador Robert Taft, “o sr. Integridade em pessoa”, que aderiu aos métodos de McCarthy para ganhar a eleição de 1952. Acrescenta Friendly:

“Havia aqueles trogloditas no Pentágono, MacArthuristas a uma só voz, bradando pelo uso da bomba atômica numa guerra coreana que ia mal; os ricos industriais comunofóbicos como Joseph P. Kennedy e os do petróleo texano, isolacionistas residuais que odiavam Truman e Acheson, mostrando-se tão ignorantes em relação aos problemas internacionais como os ilhéus de Trobriand; havia o herói oracular inatacável J. Edgar Hoover; o corrupto e vingativo Lobby da China (cujo papel crucial durante a era McCarthy passou tanto tempo sem ser relatado) e, é claro, os superpatriotas das organizações de veteranos”.

Nesse esforço para mudar a direção das críticas feitas à imprensa, Friendly acabou por subestimar dados fundamentais de uma discussão rica e cheia de lições para os próprios jornalistas. Afinal, em plena vigência da Primeira Emenda e de todos os princípios contidos na Carta de Direitos, a imprensa foi no mínimo impotente — quando não cúmplice ou omissa — ante um conjunto de abusos obscurantistas, o que sugere uma busca de respostas a perguntas como: 1. a maioria esmagadora da imprensa é sempre aliada das forças mais retrógradas das sociedades? 2. a chamada “doutrina da objetividade” tende a favorecer essa aliança, empurrando também a mídia mais responsável para a defensiva e o conformismo? 3. é sempre possível a um polí-

tico inescrupuloso e hábil tirar proveito das normas e regras em vigor na imprensa? 4. Até que ponto veículos determinados a resistir correm o risco de se tornar também alvo da ação obscurantista? 5. Que papel pode ser desempenhado em tal situação por veículos menores, alternativos?

Bem antes da ascensão de McCarthy às manchetes a imprensa já se entregava a excessos, na exploração sensacionalista dos temas que se tornaram bandeira dos grupos patrióticos. Em fevereiro de 1950, antes do discurso de Wheeling (através do qual McCarthy abraçou a nova causa), os jornais pareciam à beira da histeria. Uma pesquisa de Edwin R. Bayley³ reconstituiu esse quadro com base nas páginas da maioria deles. A 12 de fevereiro, a manchete do *New York Journal-American*, da cadeia Hearst, dizia: “Planeja-se o cerco de 4.000 vermelhos em tempo de guerra”. Outra matéria citava palestra de um padre católico na Legião Americana, segundo a qual “os comunistas e seus inocentes úteis” assumiram o controle da política externa norte-americana, o secretário de Estado Dean Acheson era “bêbado e fraco” e as redes de rádio estavam infiltradas pelos subversivos.

Outra matéria do *Journal-American* denunciava que “certo poder político misterioso” protegia 100 cientistas norte-americanos que eram espiões russos. Na primeira página de 19 de fevereiro, uma fotomontagem ocupava cinco colunas mostrando uma vista aérea imaginária da cidade de Nova Iorque atingida por uma bomba atômica soviética.

No *New York Post* de 10 de fevereiro, havia declarações do general Leslie R. Groves, chefe do Projeto Manhattan (construção da bomba atômica), atribuindo ao falecido presidente Roosevelt a responsabilidade pelo acesso do físico britânico Klaus Fuchs, acusado de espionagem, aos segredos atômicos norte-americanos. Outra matéria do *Post* nova-iorquino proclamava que seis professores de escolas públicas locais eram suspeitos de inclinações comunistas. E uma ampla reportagem em capítulos relatava a aventura de um jornalista que penetrara escondido numa escola que dizia estar sob controle vermelho: “Doze Longas Noites numa Universidade Comunista”.

A manchete do mesmo *Post*, dias depois, era fornecida por declaração do pouco confiável deputado (racista e anti-semita) John Rankin: “Einstein, Falsário Vermelho, Devia Ser Deportado”. A 13 de fevereiro, o *Atlanta Constitution* noticiou que George M. Craig, comandante nacional da Legião Americana, falando em Springfield, Missouri, do palanque onde também estava o governador (democrata) Adlai Stevenson, de Illinois, declarou: “Nos mais altos cargos da nação existem hoje inimigos do nosso sistema de vida”. O mesmo *Constitution* também publicou depois, com destaque, a conclamação do chefe de uma das numerosas organizações patrióticas para o combate ao comunismo que “paira sobre o mundo como uma sombra do mal”.

Como a cadeia Hearst se destacava nessa campanha, convém lembrar que ainda tinha um papel conspícuo na época. Eram duas dezenas de jornais diários espalhados pelo país, nove revistas e três estações de rádio.⁴ Em Nova Iorque, o *Journal-American* e o *Daily Mirror* vociferavam diariamente contra os vermelhos da Casa Branca, os espões e sabotadores, acrescentando ainda os “perversos rosados” do Departamento de Estado e os professores pederastas que se deixavam usar como instrumentos do Kremlin. Na costa oeste, o *Los Angeles Examiner*, o *San Francisco Examiner*, o *Oakland Post-Enquirer* e outros do grupo Hearst conclamavam a comissão Tenney (versão californiana da HUAC) a ir em frente nas investigações da influência comunista, com títulos como estes: “Investigadores Vêem Ameaça no Porto”, “Infiltração em Área de Defesa”, “Agente do FBI Descobre Recrutamento de 3.500 Estudantes para a Quinta Coluna Vermelha”, “Editor Admite que Foi Vermelho Quando Jovem”.

As manchetes e reportagens sensacionalistas eram complementadas pelas intrigas e fofocas de certos colunistas (alguns deles publicados simultaneamente em numerosos jornais), que recorriam à linguagem irresponsável e, em certos casos, tornaram-se eles próprios membros ativos das organizações dedicadas ao esporte da caça às bruxas. Embora o destaque maior seja para os jornais Hearst, onde pontificavam George Sokolsky, Howard

Rushmore, Westbrook Pegler, Victor Riesel e J. B. Matthews, colunistas de outros veículos de grande tiragem — entre eles, o *Daily News* nova-iorquino, o *Chicago Tribune* e o *Washington Times-Herald*, caçadores em tempo integral — competiam freneticamente, no mesmo tom, pregando o evangelho da intolerância e expondo pessoas à execração pública como parte da “conspiração comunista internacional”.

A mesma coisa acontecia em publicações especializadas sobre a indústria do entretenimento, que passaram a destinar amplo espaço às denúncias de artistas. Em seu livro sobre a HUAC, o escritor Eric Bentley reproduz, como exemplos típicos, as colunas de baixíssimo nível de um certo Jimmie Tarantino, da revista *Hollywood Life*.⁵ E através do país, centenas de jornais locais somavam-se a essa tendência da maioria de adesão entusiástica aos caçadores de subversivos, intoxicando os leitores com doses variadas de pânico e ódio.

O escritor David Cate refere-se também a casos insólitos de jornais que tentavam denegrir os rivais vasculhando o passado de um ou outro repórter.⁶ Em Detroit, o *News* e o *Free Press* entregaram-se a uma competição de denúncias extravagantes — um acusando o outro. Em outro ponto do país, o *Miami Daily News* imaginava supostos planos do Exército Vermelho soviético para transformar a Flórida em ponto de desembarque. O *Cincinnati Enquirer* dava-se ao requinte, na mesma época, de especificar 12 instalações potenciais para a sabotagem comunista em sua cidade — reclamando ainda providências urgentes da HUAC para ouvir os informantes de seus repórteres, permitindo assim a publicação de novas matérias sem o risco de processos de difamação.

Um investigador da equipe da HUAC, William Wheeler, contou que alguns jornalistas — Rushmore, Ed Nellor e Willard Edwards foram citados nominalmente — levavam os artigos a parlamentares como Parnell Thomas e Joe McCarthy, solicitando a transcrição no *Congressional Record* (o *Diário Oficial* do Congresso norte-americano) para assim livrarem-se de eventuais processos.⁷ Essas relações promíscuas entre os jornalistas e as autoridades (não apenas do Congresso, já que alguns tinham

linha direta com o diretor do FBI, J. Edgar Hoover) eram outra faceta comprometedora para a imprensa, especialmente no caso de gente como Rushmore e Matthews, ex-comunistas contratados também como “consultores” pelas comissões inquisidoras.

Havia, desta forma, um verdadeiro exército de jornalistas alistados voluntariamente na causa macartista, antes e depois da ascensão do senador. Além de Rushmore, Pegler, Riesel, Sokolsky, Matthews, lá estavam também Fulton Lewis Jr., Ralph de Toledano, Hedda Hopper, Leonard Lyons, William F. Buckley Jr., Louella Parsons e muita gente mais. Nem o celebrado colunista Walter Winchell, que tinha sido vigoroso aliado dos liberais de Roosevelt, resistiu à tentação da moda — tornando-se mesmo um dos beneficiários dos vazamentos à imprensa (supostos furos) em que se especializaram McCarthy e seu assessor Roy Cohn.⁸

Essa adesão da maioria da imprensa repetiu, de certa forma, o que já tinha acontecido três décadas antes durante a histeria nacional que se seguiu à Revolução Soviética. O preconceito contra estrangeiros em geral encontrava respaldo nas páginas dos jornais, que não se constrangeram em dar cobertura às prisões em massa desencadeadas pelo procurador-geral A. Mitchell Palmer, em sua ofensiva prepotente contra os radicais. Só em 1927, segundo a análise de um estudioso da imprensa,⁹ jornais responsáveis perceberam que tinham tido comportamento melancólico ao encorajar o coro histérico que negou um julgamento legítimo aos imigrantes anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti.

Assim, mesmo o segmento consciente da imprensa acordou tarde demais para a própria responsabilidade, não conseguindo impedir, seis anos depois do julgamento, que os dois estrangeiros fossem eletrocutados. Como Alfred Friendly, que cobriu McCarthy ocasionalmente para o *Post* e rejeita as acusações generalizadas à imprensa desse período, seu colega Ben H. Bagdikian¹⁰ afirma também que a mídia não é um monólito. Mas ele observa que os veículos padecem de preconceitos instintivos em favor do *status quo*. Tais preconceitos, diz Bagdikian, não parecem alterar-se com o tempo. Prevaleceram durante o

caso Sacco e Vanzetti. E quando o senador McCarthy obteve poder demagógico, pôde contar — como tinha ocorrido à época da ofensiva de Mitchell Palmer — com o apoio entusiástico da maioria dos jornais.

William Randolph Hearst Jr., herdeiro do império jornalístico criado pelo inspirador do *Cidadão Kane* de Orson Welles, era amigo pessoal e adepto de McCarthy. William Loeb, poderoso dono do *Manchester Union* de New Hampshire, era um macartista exaltado. O coronel Robert McCormick (*Chicago Tribune*, *Washington Times-Herald*, *Daily News* de Nova Iorque) sempre esteve ideologicamente afinado com a cruzada de McCarthy. Mas até aqueles jornais que o senador chegara a colocar na sua lista negra como esquerdistas (entre os quais, o *New York Times*, *Washington Post*, *Christian Science Monitor*, *Milwaukee Journal*, *New York Post*, *New York Herald Tribune*, *Baltimore Sun*), como se verá no capítulo seguinte, deram algum tipo de ajuda ao senador, contribuindo para uma severa avaliação de Jack Anderson e Ronald W. May: “se Joe McCarthy é um monstro político, a imprensa foi seu dr. Frankenstein”.¹¹

É nesse ponto que se coloca em questão a doutrina jornalística da objetividade. A pretexto de encorajar a disciplina e a ética na reportagem — impedindo o repórter de infiltrar nas matérias seus próprios valores e opiniões, como também de ficcionalizar os textos — nasceram essas regras da objetividade, através das quais praticamente qualquer tipo de fenômeno precisa ser certificado oficialmente por uma autoridade, com o peso de seu título. Para Ben Bagdikian,¹² sob essa doutrina as notícias de jornal nos Estados Unidos tornaram-se cada vez mais conservadoras — não verdadeiramente neutras, mas despojadas de significado. A tendência dos jornalistas em geral inclinou-se para os temas “seguros”, politicamente neutros, como crimes e desastres naturais, “o que retardou por décadas as análises inteligentes das causas dos acontecimentos”.

Apesar do que ela também trouxe de positivo, com suas regras rígidas de observação e verificação dos fatos mais rotineiras, Bagdikian está convencido de que a doutrina da objetivida-

de levou “a algumas das falhas mais ruinosas do relato jornalístico — nas guerras, nas explosões sociais e em episódios como o do senador Joseph McCarthy, cujas fantasias foram aceitas porque ele era uma autoridade certificante, de acordo com as regras básicas da objetividade”.

Antes mesmo de Bagdikian, vários outros praticantes ou estudiosos do jornalismo relacionaram essas regras ao fenômeno McCarthy, nem sempre com análises coincidentes — Richard Rovere, James Aronson, Walter Lippman, Edwin Bayley, Alan Barth, Alfred Friendly, Jack Anderson & Ronald May, Douglass Cater, Richard L. Strout, Michael Parenti, Robert Griffith, entre outros. O centro do debate é sempre o mesmo: não foi a própria “objetividade” da imprensa que a impediu de desmascarar em suas colunas as mentiras de McCarthy?

Os diversos participantes dessa discussão costumam concordar pelo menos num ponto. Os repórteres que cobriam o assunto, inclusive o célebre *goon squad* que acompanhava o senador permanentemente, tinham plena consciência da fraude — tanto que chegaram a escolher McCarthy, por unanimidade, como o pior de todos os senadores. Por que, então, ele ganhava habitualmente as manchetes, com suas revelações e denúncias inconsistentes que destruíam carreiras e reputações? Se em todos aqueles anos ele não foi responsável pela revelação de um só nome de espião comunista, por que a imprensa se dedicava a amplificar, dia após dia, sem qualquer questionamento real, suas declarações fraudulentas?

Bagdikian observa que muitos jornalistas competentes tinham provas de que aquelas declarações eram ou mentirosas ou distorções grosseiras; em alguns casos isso era admitido privadamente pelo próprio senador, em tiradas jocosas durante sessões de bebedeira com repórteres e editores. Mesmo assim, as empresas jornalísticas — com uma ou outra exceção honrosa, em momentos específicos — apegavam-se aos princípios doutrinários segundo os quais as afirmações em contrário tinham também de ser feitas oficialmente por autoridades. Walter Lippman, o respeitado filósofo da imprensa, chegou a escrever: “As acusações de McCarthy de traição, espionagem, corrupção, perversão

eram notícia que não podia ser suprimida ou ignorada. Partiam de um senador dos Estados Unidos, de um político tido em alta conta no QG do Partido Republicano”.

Ao citar essa afirmação de Lippman, em defesa do comportamento da imprensa, Rovere e Bayley¹³ reconhecem que também era notícia o fato de um senador dos Estados Unidos estar mentindo e fraudando o país. Mas alegam que mesmo os jornais desejosos de expor tal situação revelavam-se carentes de “recursos técnicos” para fazê-lo. Acrescenta Rovere: “Se McCarthy tinha de ser chamado de mentiroso, alguém teria de chamá-lo de mentiroso. A imprensa norte-americana simplesmente não se considerava suficientemente calçada para publicar matérias tipo ‘Mentiras de McCarthy’ para acompanhar aquelas tipo ‘McCarthy Afirma...’ Se outros senadores estivessem dispostos a desafiar cada uma daquelas falsidades ou se algum dos dois presidentes daquele período (Truman e Eisenhower) mostrassem disposição e capacidade para denunciá-lo regularmente, teria funcionado. Mas não foi esse o caso”.¹⁴

Outra alegação de Rovere é de que McCarthy foi um autêntico inovador, que mentia com audácia sem precedentes, que inventou novas modalidades de mentira e que conhecia intimamente tanto as regras como as práticas jornalísticas, colocando-as a seu serviço. Os repórteres às vezes pareciam amestrados por ele, exibindo reflexos pavlovianos. Circulavam muitas histórias sobre isso, como também sobre a familiaridade do senador com os horários de fechamento de jornais e noticiários de rádio e televisão, a técnica de redação das agências e os ingredientes de seu texto apressado (*lead, overnight, sidebar*). Ele colocava-se permanentemente à disposição dos repórteres, oferecendo-se para fornecer notícias quando elas estavam escassas e até “desclassificando” certos documentos oficiais antes dos censores do governo para agradar a imprensa.

Mais de um autor refere-se à técnica desenvolvida por McCarthy para promover suas entrevistas. De manhã, a tempo de pegar o fechamento dos vespertinos e o noticiário principal das emissoras, ele prometia entrevista, com denúncias sensacionais, para certa hora da tarde — um horário calculado para

atender ao *deadline* dos matutinos e dos jornais de sete horas da noite no rádio e televisão. Na hora da entrevista, às vezes simplesmente limitava-se a dizer que fora obrigado a retardar as revelações, à espera de nova e misteriosa testemunha. Tudo isso faturava generosos espaços na mídia. Ainda sobre esse talento para a manipulação jornalística, conta-se a história de dois repórteres que o encontraram certa vez nos corredores do Senado. “Estão atrás de uma boa matéria?” — perguntou o senador. “Então venham comigo”. Enquanto o acompanhavam, os jornalistas iam anotando, perplexos, o que McCarthy dizia — que tinha decidido intimar o próprio presidente Truman a depor, em sua comissão, sobre o escândalo envolvendo Harry Dexter White. A intimação nunca aconteceu, mas nem por isso a notícia deixou de ser publicada com destaque.

É sintomático que a escalada de McCarthy só tenha sido detida a partir do desafio ao Exército — quando as autoridades militares e o próprio secretário da Defesa, colocados contra a parede, resolveram enfrentá-lo e questioná-lo. A imprensa encontrou, então, autoridades que, embora relutantes, responderam às acusações dele. Mas para James Aronson, que dirigia a redação do semanário alternativo *National Guardian* nos anos 50, nada justifica o comportamento passivo, durante tanto tempo, da imprensa liberal e responsável do país. Ele discorda frontalmente da descrição feita por Rovere de uma imprensa honrada mas atrapalhada, acorrentada e silenciada por suas próprias regras inexoráveis, que a impediam de dizer a verdade sobre McCarthy.

A própria objetividade a que essa imprensa jurava fidelidade, segundo Aronson, não passava de um mito: nada existia nos cânones do jornalismo a compelir os repórteres a aceitarem e os editores a publicarem informação supostamente contida em documentos que sequer tinham inspecionado e que o senador limitava-se a acenar de longe para eles. “Que publicassem uma ou duas vezes, pressionados pelo horário de fechamento e pelo próprio zelo profissional, seria desculpável. Mas já que isso aconteceu quotidianamente, durante anos, embora todos os correspondentes respeitados de Washington soubessem perfei-

tamente que o disseminador da informação era um mentiroso reincidente, não havia desculpa possível”, escreveu Aronson.¹⁵ De acordo com a mesma análise, a razão básica para tal comportamento era a aceitação generalizada, na imprensa, do objetivo declarado de McCarthy, ainda que em certos casos se deplorasse os métodos dele. O objetivo, obviamente, de livrar o país do ramo norte-americano da “conspiração comunista internacional”.

Fica evidente, assim, que os padrões do jornalismo norte-americano exageram a dependência das fontes oficiais, deixando as notícias, de alguma forma, fora do contexto social, o que lhes retira muito do significado. Ben Bagdikian, que responsabiliza largamente esses padrões pela deficiência da imprensa ante o fenômeno do macartismo, observa que, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, as notícias em outros países, especialmente da Europa, não são apresentadas como fatos e eventos públicos isolados e sim num contexto de significado político e social. “As idéias políticas e sociais constituem ingredientes habituais da notícia em outras sociedades, mas são minimizadas nos Estados Unidos”, afirma.¹⁶ Bagdikian também acha que a dependência exagerada dos fatos que recebem o *imprimatur* das autoridades, combinada com as limitações de contexto, deixou o jornalismo norte-americano relativamente indefeso ante autoridades que mentem ou sonegam informações relevantes. Além disso, consagrou como imagem ideal de profissional do jornalismo aquele que não vai além do que ouve das autoridades — e não, como em outras partes, o que é capaz de analisar, interpretar, buscar as causas dos fatos e situá-los no contexto.

Resta, finalmente, examinar a propalada resistência de uma parte da imprensa liberal à investida macartista e as dificuldades dos veículos alternativos.

NOTAS

- ¹ *Tail Gunner Joe*, dirigido por Jud Taylor, escrito por Lane Slate. Com Peter Boyle (McCarthy), John Forsythe, Heather Menzies, Burgess Meredith, Patricia Neal, John Carradine. 1977, 144 minutos.
- ² Alfred Friendly, "McCarthyism Revisited — The Role of the Press in a Dark Hour", em *The Washington Post*, 13-2-1977.
- ³ O resultado da pesquisa, como os dados que se seguem, estão em Edwin R. Bayley, *Joe McCarthy and the Press* (The University of Wisconsin Press, 1981), 3-4.
- ⁴ Os números (de 1952), como as informações seguintes, estão em David Caute, *The Great Fear — The Anti-Communist Purge Under Truman and Eisenhower* (Simon and Schuster, Nova Iorque, 1978, 446-449.
- ⁵ Eric Bentley, *Thirty Years of Treason*, 302-307.
- ⁶ D. Caute, *idem*, 447.
- ⁷ Citado por Victor Navasky, *Naming Names*, 151.
- ⁸ O fato é confirmado em Herman Klurfeld, *Winchell — His Life and Times* (Praeger Publishers, Nova Iorque, 1976), 142-143. Sintomaticamente, os jornais e os colunistas desprezaram todas as dicas sobre escândalos envolvendo McCarthy — sonegação de imposto de renda, recebimento de contribuições ilegais de lobistas, etc. Ver Richard H. Rovere, *Senator Joe McCarthy* (Harper Colophone Books, 1973), 106-109, 141.
- ⁹ Ben H. Bagdikian, *The Media Monopoly* (Beacon Press, Boston, 1987), XIV-XV.
- ¹⁰ Embora dedicado atualmente à área acadêmica, Bagdikian também pertenceu à redação do jornal *The Washington Post*, inclusive como *ombudsman*.
- ¹¹ Citado por J. Aronson, *The Press and the Cold War*, 67. Também George Seldes, crítico implacável da imprensa, responsabiliza a mídia pelo sucesso de McCarthy. Ver G. Seldes, *Never Tire of Protesting* (Stuart, Nova Iorque, 1968).
- ¹² B. H. Bagdikian, *op. cit.*, 130.
- ¹³ Na era McCarthy, Rovere escrevia de Washington para a revista *The New Yorker*; e Bayley cobria McCarthy para o *Milwaukee Journal*, de Wisconsin. Os dois publicaram livros mais tarde sobre o senador.
- ¹⁴ Richard H. Rovere, *Senator Joe McCarthy*, 166-167.
- ¹⁵ J. Aronson, *op. cit.*, 71.
- ¹⁶ B. H. Bagdikian, *op. cit.*, 204.

11. A culpa da imprensa (II)

A lista de jornais que o senador McCarthy considerava “esquerdistas” é também uma relação daqueles poucos que ousaram criticá-lo: *The New York Times*, *The Christian Science Monitor*, *The Washington Post*, *The Milwaukee Journal*, *Louisville Courier-Journal*, *St. Luis Post-Dispatch*, *New York Herald Tribune*, *Baltimore Sun*, *New York Post*, *Denver Post* e *Portland Oregonian*. Ele costumava citar ainda a revista *Time*; e seus partidários certa vez chamaram a CBS de “canal vermelho”.

Os oito primeiros dessa lista estavam colocados em 1952, segundo uma pesquisa, entre os 10 melhores jornais do país.¹ Ao se referir à “imprensa responsável” que resistiu a McCarthy, o jornalista Alfred Friendly relaciona sete desse mesmo grupo e assinala que existiam “talvez uns 20 mais”, desculpando-se por não citá-los nominalmente. E acrescenta nomes de revistas mais intelectuais, como *Harper's*, *The Atlantic*, *The New Yorker*, etc., “e um honroso time de excelentes colunistas e comentaristas”.²

Entre esses últimos, certamente figuram aqueles geralmente lembrados pela coragem ante a intimidação macartista, como Drew Pearson, Jack Anderson, James Wechsler, os irmãos Joseph e Stewart Alsop, Alan Barth, Walter Lippman, Marquis

Childs, Richard Rovere, Miles McMillin, William T. Evjue e Edwin Bayley, além dos que estavam no rádio e na televisão (CBS), como Ed Murrow, Fred Friendly, Elmer Davis e Don Hollenbeck (que se matou quando sofria campanha de difamação da cadeia Hearst, vinculando-o à “conspiração comunista”).

Assim, McCarthy contava com um respaldo majoritário na imprensa e sentia-se especialmente seguro junto aos repórteres de agências de notícias,³ mas também enfrentava uma oposição qualificada. O problema em relação a esses veículos que de alguma forma resistiram à ofensiva obscurantista é que eles tinham a preocupação de proclamar a aceitação do objetivo básico dos caçadores, limitando a discordância aos métodos. De fato, antes de McCarthy a imprensa já se integrara ao consenso da Guerra Fria, aplaudindo a Doutrina Truman, recebendo com indiferença — ou respaldo — a aprovação do Internal Security (McCarran) Act em 1950 e do Immigration (Walter-McCarran) Act em 1952, como ainda a aplicação do Alien Registration (Smith) Act de 1940 para perseguir membros do Partido Comunista e dirigentes sindicais combativos.

Alfred Friendly lembrou, como vimos, que nas eleições de 1952 até o respeitado senador republicano Robert Taft, encarado como a integridade em pessoa, aderira aos métodos de McCarthy, na obsessão de recuperar o poder para o seu partido.⁴ Se a histeria já estava então varrendo o país — com a cumplicidade de tantos setores do governo e da sociedade, conforme se destacou — não pode ser esquecido que já na eleição presidencial anterior (de 1948, vencida surpreendentemente por Truman) quase 80 por cento (78,8 foi a percentagem aferida) dos jornais do país tinham apoiado o republicano Thomas E. Dewey.⁵

O confronto fora entre Truman e Dewey, mas a participação incômoda, perturbadora mesmo, do ex-vice-presidente Henry Wallace, apresentando-se como herdeiro do New Deal de Roosevelt e de uma política externa alternativa à da Guerra Fria, parecia irritar especialmente a imprensa liberal. Daí a insistência nas páginas dos jornais do tema da infiltração comunista na

campanha do terceiro candidato. E não havia discordância na imprensa na cobertura posterior do caso Rosenberg. O *Herald Tribune* nova-iorquino recusava-se a receber uma delegação do comitê de defesa do casal (alegou já ter informação suficiente) e omitia no noticiário, até as vésperas da execução, os apelos chegados de toda parte (inclusive do ultraconservador Papa Pio XII) em favor de Julius e Ethel.

O *New York Times* agia de forma semelhante, negando-se ainda a publicar anúncios pedindo pela vida do casal. Ao surgir uma esperança de revisão judicial (ou clemência), o *New York Post* e o *World-Telegram* retomaram a publicação de artigos histéricos contra essa possibilidade. Numa das últimas cartas à mulher Ethel, o próprio Julius Rosenberg registrou sua perplexidade ante a unanimidade e violência “da campanha dos jornais contra nós”. Escreveu ainda: “Há um novo bode expiatório no país, o casal Rosenberg, e todas as pessoas ditas responsáveis têm de se purificar jogando pedras em nós”.⁶

Seria de fato injusto ignorar as atitudes adotadas por algumas grandes empresas que hoje gostam de alardear que ficaram contra o macartismo. Mas também vale a pena examinar melhor, pelo menos em relação às principais delas (*Washington Post*, *CBS*, *Time*, *The New York Times*), como efetivamente se deu essa resistência, freqüentemente marcada pela ambigüidade ou pelo contraste entre o destemor de alguns jornalistas e o conformismo — e fraqueza — da cúpula.

Um caso típico foi o *Washington Post*, que começou a criticar os caçadores de bruxas antes mesmo do furacão McCarthy — ainda ao tempo da ofensiva da HUAC contra Hollywood. As charges de Herblock e os editoriais altivos do jornal irritavam os membros da controversa comissão da Câmara — em especial o deputado Richard Nixon, que se queixou disso mais tarde, ao publicar seu primeiro livro em 1962 (*Six Crises*).

Ao mesmo tempo, os grupos de extrema direita passaram a atacar essas posições do *Post*, chamado na ocasião por um deles — na publicação extremista *Plain Talk*, especializada em delatar suspeitos de esquerdismo — de “cavalo de Tróia do totalitarismo”. A ofensiva direitista passou a assustar a direção do jornal

quando uma agência de propaganda tomou a iniciativa de reproduzir e fazer circular os ataques; e o diário *Chicago Tribune* somou-se a eles, acusando o *Post* de “defender os vermelhos e rosados”.

Desde dezembro de 1947, os editoriais — geralmente escritos por Alan Barth — vinham deixando claro que as críticas do *Post* eram “contra os métodos (das comissões parlamentares de investigação) e não contra seus objetivos”. A conduta das comissões parecia ao editorialista “mais perigosamente antiamericana do que quaisquer dos grupos e indivíduos investigados”. Outro editorial deixaria a direita ainda mais enfurecida ao afirmar que nem todos na América testam a lealdade de um homem para com sua pátria através de sua disposição de trair antigos amigos. A apoteose do delator não se realizou plenamente nos Estados Unidos.

Philip Graham, que recebera o jornal do sogro Eugene Meyer após o casamento com a filha Katharine, era então um jovem liberal de 35 anos, mas concluiu que a linha editorial, marcada pela influência de Barth e Herblock, tornara-se praticamente incompatível com os planos ambiciosos que tinha para a empresa. O *Chicago Tribune* já estava chamando o *Post* de “*Pravda* de Washington”. Quando surgiu um novo editorial no qual Barth atacava a técnica do FBI de recolher informação irrelevante para engrossar dossiês de pessoas consideradas suspeitas, Graham tomou as providências para que não fosse publicado.

Vetado no *Post*, o texto foi ampliado e levado por Barth, como artigo, à revista *Harper's*. E como o autor rejeitou pedido do diretor Graham para suspender a publicação na revista, as relações entre os dois ficaram praticamente rompidas a partir daí. Os movimentos posteriores do jornal foram determinados pela extrema cautela de Graham, que se aproximou intimamente do caçador de bruxas Richard Nixon, ignorou a tendência da redação em favor do candidato democrata Adlai Stevenson e apostou tudo na chapa republicana encabeçada pelo general Eisenhower.

Graham argumentava então, ao ouvir cobranças dos liberais, que continuava contrário ao macartismo, mas que a melhor ma-

neira de deter McCarthy era elegendo Eisenhower. Os democratas, dizia ele, jamais teriam êxito em tal empreitada. Graham abraçou esse realismo com tanto entusiasmo que, além de comprometer o *Post* editorialmente com a chapa republicana, assumiu pessoalmente um posto na arrecadação de fundos para a campanha em Washington. E mais: a serviço de Eisenhower e Nixon, censurou as charges de Herblock nas duas semanas que antecederam a eleição — a primeira vez que o premiadíssimo chargista foi censurado em toda a sua carreira.

Nos editoriais, alguns dos quais escritos pelo próprio Graham, a vigorosa linha libertária de Barth cedeu lugar à ambigüidade, no que a direção se esforçava por caracterizar como deslocamento para “o centro”. Significava, no dizer do jornal, condenar nos mesmos termos tanto o comunismo como os caçadores de bruxas — no último caso, a pretexto de que o expurgo pode “privar o governo daqueles cérebros necessários à vitória na Guerra Fria”.⁷

A CBS considera hoje como um dos melhores momentos de sua história o programa jornalístico *See It Now*, de Ed Murrow e Fred W. Friendly, transmitido a 9 de março de 1954. Um programa que denunciava abertamente o senador McCarthy e a sua caça às feiticeiras. Paradoxalmente, se dependesse da iniciativa da direção da CBS, esse programa jamais teria ido ao ar — e sequer chegaria a ser feito. Os heróis da façanha foram apenas os jornalistas da equipe de Murrow e Friendly, cujo sucesso profissional determinou, a médio prazo, tanto a extinção da série *See It Now* como a saída do patrocinador e o fim da independência e autonomia de que desfrutava até então o jornalismo da emissora.

Contado num depoimento (em livro) de Fred Friendly⁸ após a morte de Murrow e numa história não-oficial da CBS escrita por Robert Metz,⁹ o caso foi mais tarde enriquecido com dados preciosos em minuciosa pesquisa do jornalista David Halberstam.¹⁰ Murrow era um gigante do jornalismo do rádio e da televisão, após o grande prestígio adquirido com as transmissões internacionais (principalmente de Londres) durante a Se-

gunda Guerra Mundial — quando também ficou amigo de William S. Paley, o dono da CBS.

De volta aos Estados Unidos, após o triunfo aliado sobre o nazi-fascismo, tinha independência e autonomia em seus programas jornalísticos, mas logo viu-se às voltas com os problemas resultantes da Guerra Fria. Criticada por seu liberalismo, a CBS tornava-se cada vez mais o alvo da direita radical empenhada em purificar a vida do país. Num primeiro confronto interno grave, Murrow aliou-se à direção da empresa ao permitir a demissão de William Shirer (autor de *Ascensão e Queda do III Reich* e também correspondente internacional, junto com Murrow, durante a Segunda Guerra). Os comentários de Shirer estavam sendo vetados pela agência J. Walter Thompson, devido às críticas ao programa de lealdade, à Doutrina Truman e ao governo de Chiang Kai-shek. “Já enfrentei esse tipo de problema antes em jornais. Mas não se engane, você também vai ter de enfrentá-los daqui a pouco”, disse Shirer a Murrow.

Talvez a cautela exagerada de Murrow explique por que demorou tanto a fazer na série *See It Now* um programa sobre McCarthy. Segundo Halberstam, Murrow já parecia embaraçado com a cobrança dos amigos, pois os abusos de McCarthy tinham atravessado impunemente os anos de 1950, 51, 52, 53 e continuavam, no mesmo ritmo, em 1954. O material sobre McCarthy — filmes de pronunciamentos e discursos dele — vinha sendo acumulado há muito tempo, pela equipe do programa, aparentemente à espera do momento oportuno.

Nas primeiras semanas de 1954, o senador também estava em aberta divergência com a administração Eisenhower. Passara a investir contra os republicanos no poder e atacava as novas autoridades do Departamento de Estado, o Alto Comissário dos Estados Unidos para a Alemanha, James Conant, o embaixador na União Soviética Charles Bohlen e o nome indicado por Eisenhower para a administração de Operações no Exterior, Harold Stassen. Além disso, começara a disputa entre McCarthy e o Exército, que provocaria pouco depois as audiências televisionadas de investigação.

Mesmo após a decisão de fazer o programa, Murrow e

Friendly mantiveram o assunto muito tempo em sigilo dentro da própria CBS, certos de que quanto menos fosse sabido no 20º andar (onde ficava a alta direção), melhor. Por questão de espartezza, Paley preferia ser envolvido o menos possível numa questão tão controversa — o que lhe permitiria manter boa margem de manobra, caso tivesse de negar qualquer responsabilidade no futuro. De tal forma a empresa procurou manter essa “distância institucional” do programa, que os dois produtores nem se surpreenderam quando a administração negou-se a pagar um anúncio de jornal e até a permitir o uso do logotipo da CBS nesse anúncio. Assim, só pôde sair — no *New York Times* — uma pequena comunicação publicitária assinada por Murrow e Friendly, que ainda pagaram a conta com dinheiro do bolso deles (ao ser confrontado com esse detalhe, 20 anos mais tarde, Paley alegou, em entrevista, que teria mandado pagar o anúncio, se Murrow lhe pedisse).

O jogo da CBS, enfim, era bem óbvio: caso a repercussão do programa fosse negativa, bastaria à cúpula desautorizar o que fora dito e aplacar a direita fazendo rolar algumas cabeças (entre elas, presumivelmente, a do próprio Murrow). O depoimento de Friendly e a narrativa de Halberstam referem-se, por exemplo, à reação ambígua dos altos executivos no dia seguinte. Jack Van Valkenburg, presidente da rede, encontrou Friendly no elevador e limitou-se a perguntar pela família, fingindo que não tivesse havido programa. Evidentemente, nada soubera ainda sobre a repercussão. Outros também evitavam comprometer-se de qualquer forma antes de observar em que direção iria soprar o vento. Dias depois, Frank Stanton — o segundo de Paley — chamou Friendly e, sem fazer qualquer elogio ou crítica à qualidade do programa, disse haver comentários desfavoráveis em Washington, segundo os quais a CBS pagaria alto preço pela ousadia da reportagem. Ao mesmo tempo, exibiu pesquisa indicando que as pessoas acreditavam mais em McCarthy do que em Murrow. E mais: 33 por cento das pessoas achavam Murrow ou comunista ou simpatizante dos vermelhos.

Os telefonemas, telegramas e cartas que a CBS passou a receber foram esmagadoramente favoráveis ao programa. Harry

Truman, Groucho Marx e Albert Einstein estavam entre os primeiros a se manifestar, dando parabéns. Dos grupos macartistas chegaram ameaças (inclusive de seqüestro do filho de oito anos de Ed Murrow), mas o apresentador do programa, em poucos dias, estava transformado numa espécie de herói nacional, cumprimentado pessoalmente por motoristas de táxi e até pelo presidente Eisenhower, que ainda se referiu a ele, numa entrevista, como “meu amigo” Murrow.

Hoje o programa é encarado como um marco histórico: o princípio do fim do poder de McCarthy, que pouco mais de um mês depois enfrentaria as audiências de seu confronto fatal com o Exército e, ainda em 1954, sofreria a censura do Senado, que selou sua carreira. Mas dentro da CBS, o quadro era pouco animador nos dias que se seguiram à reportagem de Murrow e Friendly. O próprio Murrow resumiu numa frase a reação da cúpula da empresa: “Bom programa, lamento que você o tenha feito”. Stanton reafirmava que a reação dos executivos das estações afiliadas da rede era negativa.

No desdobramento, Murrow perdeu seu lugar no comitê de direção da CBS, o jornalismo ficou sem a antiga autonomia, o *See It Now* perdeu seu caráter regular, Murrow foi separado de seu principal colaborador, Friendly. Em quatro anos, o programa seria extinto. E em menos de seis anos, Murrow estava fora da CBS, que nem por isso deixa de recordá-lo nos dias atuais como prova definitiva do jornalismo corajoso ali praticado.

A revista *Time* e demais veículos do grupo Time-Life, de Henry Luce, também se vangloriam até hoje de ter combatido McCarthy e o macartismo. Isso de fato aconteceu, a partir do número de 22 de outubro de 1951, no qual o senador foi assunto de capa (sob o título “Demagogue McCarthy”). A reação de McCarthy foi de tal forma violenta na época que ele chegou a enviar cartas a agências de propaganda, conclamando ao boicote contra o *Time*, e ainda fez duras acusações públicas à revista e seu proprietário Luce.¹¹ Mas também nesse episódio existe outra faceta, cuidadosamente omitida pelo *Time*.

Em matéria de caçador de bruxas, Luce e suas revistas efetivamente preferiam Richard Nixon, que soube — ainda como

deputado da HUAC — usar o extravagante depoimento de um redator da revista, Whitaker Chambers, para arruinar a carreira de Alger Hiss. Mas um biógrafo de Luce, W. A. Swanberg,¹² registra a cautela anterior do dono do império Time-Life, que “deu a McCarthy mais apoio do que crítica ao longo de sua carreira” — tudo em nome da obsessão anticomunista e da então recente derrota de Chiang Kai-shek na China, que não conseguira digerir.

Em uma de suas primeiras análises do fenômeno McCarthy, a revista *Life* fez coro com a denúncia dele das políticas “pró-soviéticas” do Departamento de Estado, embora lamentando aquele estilo de ataque como ameaça à unidade nacional. Durante um ano e meio, depois disso, o *Time* e demais publicações do império Luce acompanharam sem qualquer protesto as peripécias do senador, cujo futuro ainda parecia uma incógnita. Na verdade, Luce não escondia, nos memorandos internos, seu reconhecimento pelos extravagantes mas eficientes serviços de McCarthy em favor da disseminação do evangelho anticomunista e da denúncia da conexão democrata-comunista como responsável pelo fracasso de Chiang na China.

Como observou Halberstam, Luce não chegou a ser um macartista assumido, mas estava convencido de que certa dose de macartismo, dentro de limites que ele pudesse fixar, era conveniente ao país — colocaria os liberais um pouco na defensiva. Talvez por isso não revelava qualquer simpatia pelas vítimas da caça às bruxas, comportando-se como aliado de McCarthy até mesmo nas acusações a Marshall, Acheson e ao Departamento de Estado.¹³

Bem mais corajosa — como também mais reveladora em relação às contradições da imprensa liberal — foi a atitude desafiadora do jornal *The New York Times* que, no entanto, deixou-se intimidar pelos caçadores de bruxas na própria relação de trabalho com seus empregados apontados como suspeitos. E outro dado relevante, no caso do *Times*, é que esse jornal, por adotar posição firme contra a persistência do racismo sulista, tornou-se vítima da vingança de uma comissão macartista — liderada pelo

senador James Eastland, do Mississippi — bem depois de ter o senador Joe McCarthy caído em desgraça.

Nos momentos iniciais da obsessão anticomunista, após a Segunda Guerra Mundial, o austero jornal nova-iorquino — que no passado tinha escorregado na deformação dos acontecimentos posteriores à Revolução de 1917, conforme documentaram Walter Lippman e Charles Merz¹⁴ — aderiu à Doutrina Truman e seu corolário interno. Fiel a essa linha, passou até a rejeitar, de 1947 em diante, qualquer anúncio do Partido Comunista ou de organizações consideradas subversivas pelo procurador-geral.

Pesquisa do escritor inglês David Cauter anotou algumas manchetes alarmistas do *Times* no mesmo período. “Observado o avanço comunista em todos os campos”, dizia uma delas. Quando o Departamento de Estado negou passaporte, em abril de 1948, ao deputado nova-iorquino Leo Isaacson, comprometido com a campanha de Henry Wallace, o *Times* também aplaudiu, em editorial. Mesmo manifestando reservas diante do “estilo” da HUAC, o jornal reconhecia o suposto acerto de seus objetivos. Linha idêntica foi mantida em relação a McCarthy, chegando o jornal a arrepender-se, em janeiro de 1954, de ter publicado matérias enganosas com base em denúncias do senador, sob títulos como: “Mais Dois Especialistas em Radar do Exército Afastados por Atividades Vermelhas”; “Personagem do Forte Monmouth Ligada à Turma de Hiss”; e “Importante Agente Vermelho Agia em Forte Monmouth”.¹⁵

Ainda assim, o *Times* atrevera-se a criticar com moderação a legislação obscurantista, condenando tanto a Lei de Segurança Interna de 1950, também conhecida como McCarran Act, como a Lei de Restrição da Imigração, Walter-McCarran Act. À frente da Subcomissão de Segurança Interna do Senado (SISS, Senate Internal Security Subcommittee), o senador Eastland desencadeou sua investigação sobre subversão na imprensa em junho de 1955, intimando a depor nesse mesmo ano, como suspeitos, dezenas de jornalistas — 30 dos quais ou pertenciam à redação do *Times* ou já tinham passado por ela.

Não apenas os jornalistas citados nominalmente em depoi-

mentos de testemunhas-delatores mas também os jornais de Nova Iorque, aparentemente satisfeitos com o ostracismo de McCarthy após o confronto com o Exército, em um primeiro momento reagiram contra a SISS. “É hora de diretores e editores dos jornais levantarem-se para resistir”, sugeriu o *New York Post*, que ainda qualificou as táticas da subcomissão de “chantagem política grosseira”. Agora sob novo dono, até o *Daily News*, que tanto apoiara McCarthy, desta vez ousou protestar.¹⁶

Pouca gente esperava, no entanto, que o comportamento do *Times*, no desdobramento do episódio, fosse tão pusilânime. Em junho de 1953, em pleno apogeu de McCarthy, o então presidente da empresa, Arthur Hays Sulzberger, tinha denunciado vigorosamente o senador. O chefe maior da empresa afirmara com ênfase que também os comunistas tinham o direito de ganhar a vida, inclusive no *Times*, embora “conscientemente eu preferira não empregar comunista em um posto sensível da redação”. Sulzberger acrescentara que jamais permitiria caça às bruxas em seu jornal, pois tal coisa “destruiria o respeito e a confiança mútua que se construiu ao longo de anos”.

Em 1955 e 1956, ele capitulou. Com o agravante de que a cúpula da empresa nem sequer se submetia a um McCarthy todo-poderoso e sim a um macartista menor (Eastland), determinado a fazer o jornal pagar caro pelo apoio dado à ordem da Suprema Corte (em 1954) para a integração racial nas escolas do Sul. A primeira vítima da redação do *Times* foi o jornalista Melvin L. Barnet, copidesque da editoria de Economia: por ter invocado um privilégio constitucional (a Quinta Emenda) para não responder às perguntas da subcomissão, foi sumariamente demitido, em carta firmada por Sulzberger e entregue imediatamente após a audiência.

Na prática, o *Times* adotava nova posição: o empregado que invocasse os privilégios constitucionais para deixar de cooperar com a subcomissão Eastland seria demitido. O próprio Sulzberger caracterizou assim o quadro, ante a decepção das vozes mais liberais da redação e para responder a uma carta da ACLU (União Americana pelas Liberdades Cívicas). “Ao invocar a Quinta Emenda — escreveu o presidente da empresa — o jor-

nalista coloca em xeque a própria capacidade para o exercício de um posto de confiança relacionado com a transmissão de notícias. O jornal tem, assim, a obrigação de examinar se, em virtude de tais fatos, entre os quais a posição adotada por esse empregado, continua ele qualificado ou não para o desempenho de suas funções”.

Entre os que duvidavam do acerto dessa posição, claramente ditada pelo temor aos inquisidores, estava o liberal John B. Oakes, também membro da família proprietária do jornal.¹⁷ Ao receber circular sobre o assunto — no fim de novembro de 1955, quando mais jornalistas do *Times* manifestavam a intenção de resistir à subcomissão — Oakes manifestou ao vice-presidente Orville Dryfoos¹⁸ sua opinião inteiramente contrária, formalizada em seguida também a Sulzberger. Como autor dos mais vigorosos editoriais de denúncia do macartismo, Oakes escreveu a Sulzberger: “Não sei como podemos conciliar essa decisão de demitir automaticamente quem invoca a Quinta Emenda com as posições manifestadas em nossos editoriais. O que me parece ainda mais sério é que não vejo como podemos fazer isso sem dar razão aos que nos acusam de rendição aos Eastlands. (...) Se preferíssemos nos conduzir de acordo com os méritos de cada caso e se não fizéssemos declarações de princípio sobre a Quinta Emenda, estaríamos em posição infinitamente mais forte, poupando-nos embaraços futuros”.

Mais dois jornalistas da redação do *Times* invocaram a Quinta e foram demitidos. Depois disso, passou a prevalecer linha menos dura — cada caso, um caso, de acordo com a sugestão de Oakes. Pelo menos essa foi a interpretação dada por Gay Talese a um pomposo editorial de janeiro de 1956, sob o título “A Voz de uma Imprensa Livre”, do qual selecionou um trecho: “No caso de empregados que reconheçam alguma associação no passado com os comunistas ou que invoquem a Quinta Emenda por motivos de foro íntimo, nossa política será a de julgar os méritos de cada um dos casos, levando em conta a responsabilidade da pessoa em nossa organização e o nível de confiança em suas relações com o jornal”.¹⁹ Aronson, pessoal e emocionalmente envolvido no episódio, considerou firme o tom do editorial, mas

deplorou a discrepância entre seu conteúdo e a demissão sumária de três profissionais qualificados que, por questão de princípio, negaram-se ao papel de delator que a subcomissão Eastland exigia deles.²⁰

Embora esse editorial, atribuído ao então *managing editor* Charles Merz, tenha sido geralmente bem recebido nas redações do país, o *Times* não escapou de puxões de orelha aplicados pelos colunistas Drew Pearson (“não houve antes esforço algum do jornal para se defender ou para defender o pessoal de sua redação”, afirmou) e Walter Lippman, para quem a rendição perante Eastland equivalia a dar ao Congresso o direito de impor regras de seleção de pessoal às empresas jornalísticas.

De acordo com a análise de Aronson, editor naquele período de um semanário alternativo (*The National Guardian*) sob violenta pressão dos inquisidores oficiais, nem a posição de Lippman — que em termos constitucionais afinava com a melhor tradição americana — penetrava no cerne da questão. O debate todo ficara confinado, diz ele, ao *New York Times* e à chamada grande imprensa. Era legítimo deixar os pequenos fora do alcance da Primeira Emenda? Ou, como perguntou Aronson: “Um jornal como o *National Guardian*, que rejeitava inteiramente o mito da conspiração comunista internacional, devia ficar sujeito à perseguição permanente das autoridades, que o submetiam a três investigações parlamentares e ainda deportavam seu editor-fundador?”

Em janeiro de 1956, McCarthy já desaparecera das manchetes, banido (para a obscuridade) pelo desafio ao Exército, mas a pergunta vinha do tempo dele, permanecendo sem uma resposta convincente. Ele tinha liderado a primeira investigação da imprensa em abril de 1953, num esforço para intimidar o editor James Wechsler do *New York Post*, que ousara denunciar os métodos macartistas numa série de 17 matérias, sob o título “Smear Inc. — A One-Man Job”. Os grandes jornais liberais, entre eles o *Times*, saíram em defesa de Wechsler, que se tornara respeitável por ter abjurado o passado esquerdista, adotando um anticomunismo quase tão feroz como o do próprio senador. Mas nenhum desses jornais concordou, na mesma ocasião, em

cerrar fileiras para socorrer a liberdade de imprensa também da investida inquisitorial contra o *National Guardian* e seus editores Cedric Belfrage (nascido na Inglaterra, residente durante quase três décadas nos Estados Unidos), James Aronson e John T. McManus.

O *Guardian* defendera Alger Hiss, opusera-se à intervenção americana na Coreia, denunciara como farsa o julgamento do casal Rosenberg. Submetido a um processo de intimidação devastador (Belfrage foi preso várias vezes e passou três meses na cadeia antes de ser deportado), esse semanário viu seu caso ser praticamente ignorado pelos irmãos maiores (e respeitáveis), à exceção da revista de esquerda *The Nation*. Em sua *newsletter* semanal, I. F. Stone explicou os motivos, a 30 de maio de 1953: “O *National Guardian* é uma das poucas vozes que ainda discordam da linha oficial da Guerra Fria. (...) Restam poucos americanos que ousam falar abertamente em favor da paz. O ataque contra Belfrage e o *National Guardian* representa uma tentativa de intimidar e silenciar esses poucos. (...) Os respeitáveis preferem olhar para o outro lado. O *New York Times* manifestou-se em defesa de Wechsler do *Post*, mas o *Post* não se manifestou em favor do *National Guardian*. O caso de Belfrage, realmente, é mais difícil: ele nem confessou nada, nem se arrependeu de nada e nem delatou ninguém. Mas a diferença ilumina a questão real que tem de ser enfrentada se se pretende preservar a liberdade de imprensa”.

O próprio *Guardian*, em declaração pública, fez uma advertência que, ao menos no caso do *Times*, resultou profética: “Trata-se de uma tentativa de suprimir todas as vozes da oposição que ainda restam na imprensa. É mais do que hora de editores e diretores de jornais de todo o país reconhecerem esses avisos sinistros. Caso se neguem a defender os editores de publicações menores, as próximas vítimas serão eles, quaisquer que sejam as opiniões que professem”.²¹

A fraqueza do *Times* evidenciou-se a partir do momento em que evitou o risco de defender o semanário combativo que condenava não apenas os métodos de McCarthy, mas também sua premissa básica sobre a existência de uma conspiração inter-

nacional comunista com uma ramificação nacional a colocar em xeque o sistema americano de vida. A aceitação dessa premissa e o permanente esforço para demonstrar aos caçadores de bruxas, antes e depois de McCarthy, que estava de pleno acordo com o objetivo final deles, eclipsaram possíveis méritos da grande imprensa liberal na defesa da liberdade de expressão ameaçada pelo macartismo.

NOTAS

¹ E. R. Bayley, *Joe McCarthy and the Press*, 127. Na verdade, o início da temporada de caça aos comunistas, após a Segunda Guerra Mundial, significou também o fim de jornais mais progressistas. Só em Nova Iorque, até 1952, fecharam os diários *PM*, *The Daily Compass*, *The New York Star*. Ver J. Aronson, *The Press and the Cold War*, 22.

² A. Friendly, "McCarthyism Revisited", *The Washington Post*, 13-2-1977.

³ Associated Press (AP), United Press (UP) e International News Service (INS) eram as grandes agências norte-americanas da época. As duas últimas fundiram-se mais tarde, formando a UPI. Elas davam cobertura amplamente favorável a McCarthy, especialmente a AP, que não hesitava em ignorar até a doutrina da objetividade para apresentá-lo como cruzado da democracia. Talvez por isso tenha se esforçado tanto, após a queda do senador, em convencer o público do contrário, inclusive tomando a iniciativa de publicar um livro sobre isso. Ver E. R. Bayley, op. cit., 80.

⁴ A. Friendly, idem.

⁵ J. Aronson, idem, 47.

⁶ Idem, ibidem, 60-61. A distorção da imprensa na cobertura, em 1949, da Conferência Cultural e Científica pela Paz Mundial, realizada no hotel Waldorf-Astoria, de Nova Iorque, foi também denunciada na época. Ver o artigo de Tom O'Connor, "News Tailored to Fit", *The Nation*, vol. 168, n. 16 (1949).

⁷ Esses fatos sobre o *Post* são relatados por David Halberstam, *The Powers That Be* (Alfred A. Knopf, Nova Iorque, 1979), 101-104. Estão confirmados, em grande parte, na história oficiosa publicada no centenário do jornal: Chalmers M. Roberts, *The Washington Post — The First 100 Years* (Houghton Mifflin, Boston, 1977), 281-284.

- ⁸ Fred Friendly, *Due to Circumstances Beyond Our Control*, 23-67
- ⁹ Robert Metz, *CBS: Reflections in a Bloodshot Eye* (Signet Book, Nova Iorque, 1976), 279-292.
- ¹⁰ D. Halberstam, op. cit., 133-157.
- ¹¹ E. R. Bayley, op. cit., 168-170. J. Aronson, op. cit. 90.
- ¹² W. A. Swanberg, *Luce and His Empire* (Charles Scribner's Sons, Nova Iorque, 1972), 298-302.
- ¹³ D. Halberstam, idem, 86-87.
- ¹⁴ O trabalho de 42 páginas assinado por Lippman e Merz, sob o título "A Test of the News", foi publicado como suplemento da revista *The New Republic* a 4-8-1920. Citado por J. Aronson, op. cit., 25.
- ¹⁵ D. Cate, *The Great Fear*, 447-448. No editorial arrendido de 14-1-54, o jornal, insolitamente, transfere ao leitor a tarefa de distinguir a verdade da mentira: "É difícil, se não impossível, ignorar as acusações do senador McCarthy apenas pelo fato de se revelarem geralmente exageradas ou falsas. Cabe ao leitor remediar isso".
- ¹⁶ As informações detalhadas sobre a ofensiva da subcomissão Eastland estão em dois capítulos (9 e 10) de J. Aronson, op. cit., 127-152. O autor voltou ao assunto em J. Aronson, "The Fifth Remembered", *The Nation*, 3-1-1987. Veja também Gay Talese, *The Kingdom and the Power* (Bantam Books, Nova Iorque, 1970), 289-295.
- ¹⁷ John B. Oakes, embora tenha alterado a grafia do sobrenome (a pronúncia permanece), é sobrinho de Adolph Ochs, que em 1896 comprou um *Times* quase falido para transformá-lo no gigante do jornalismo norte-americano. O atual presidente da empresa, Arthur Ochs Sulzberger, é filho de Arthur Hays Sulzberger e Iphigene Ochs (filha do velho Adolph).
- ¹⁸ Casado com Marian Sulzberger, filha de Arthur Hays, Orville Dryfoos também foi presidente da empresa, durante curto período.
- ¹⁹ G. Talese, op. cit., 294-295.
- ²⁰ J. Aronson, op. cit., 145-146.
- ²¹ O caso do *National Guardian* está contado aqui conforme o relato do próprio J. Aronson, op. cit., 88-102.

12. Os liberais da Guerra Fria

O debate entre os intelectuais liberais dos Estados Unidos nos últimos 40 anos foi marcado por um rompimento traumático ante os temas colocados no momento em que o país embarcou na caça às bruxas, ainda na década de 1940. E essa cisão alimentou ainda a ofensiva contra professores e pesquisadores da área acadêmica — alguns dos quais arrastaram, ao cair em desgraça, também diplomatas do Departamento de Estado, numa derrocada que afetou o ensino em geral, a partir das escolas secundárias.

O consenso liberal frente ao New Deal do presidente Roosevelt chegou ao fim durante a discussão em torno do endurecimento de Truman na política externa e seu programa de lealdade, às vésperas da eleição presidencial de 1948. Geralmente democratas, os intelectuais liberais dividiram-se entre a candidatura de Truman e a do democrata dissidente Henry Wallace. Os primeiros criaram, a partir de janeiro de 1947, o grupo partidário Americans for Democratic Action (ADA), alinhado com as teses oficiais de Truman. Os demais fundaram a organização Progressive Citizens of America (PCA), vinculado ao novo Partido Progressista, de Wallace.

As seqüelas desse cisma do liberalismo norte-americano — que se refletiu especialmente na rivalidade desenvolvida mais

tarde entre os intelectuais das revistas nova-iorquinas *Commentary* e *The New York Review of Books* — foram sentidas também no debate em torno da intervenção no Vietnã, nas polêmicas geradas pela rebelião jovem dos anos 60 e até na definição frente às opções eleitorais dos últimos anos. Uma das manifestações mais candentes desse confronto na comunidade intelectual foi a publicação em 1976-77 dos livros *Scoundrel Time*, de Lillian Hellman,¹ e *We Must March My Darlings*, de Diana Trilling,² que reviveram os acontecimentos das décadas de 1940 e 1950.

Autora teatral e roteirista de cinema, Lillian Hellman foi uma das mais notórias vítimas do macartismo, por se negar a delatar pessoas. Embora não tivesse pertencido ao Partido Comunista, vivera durante anos com o escritor comunista Dashiell Hammet, condenado por desacato ao Congresso depois de deixar sem respostas as perguntas sobre uma organização considerada de fachada. Em *Scoundrel Time*, Hellman recordou o drama dela à época (ficou sem emprego, vendeu a casa e sobreviveu com biscates como o de balconista da Macy's). Ao fazer uma referência a Diana e Lionel Trilling, ela estranhou que os dois, “velhos e respeitados amigos”, divergissem dela de forma tão violenta em relação ao macartismo.

Na sua resposta indignada, em *We Must March My Darlings*, Diana Trilling acusou Lillian Hellman de ter apoiado “todas as atrocidades da potência comunista desde (...) os anos 30”. Afirmou ainda que a famosa carta de Hellman à HUAC, oferecendo-se para falar sobre o passado dela mas negando-se a comprometer nomes de outras pessoas, fora “uma obra-prima de exibicionismo moral” que lhe valera “celebração permanente de uma fortaleza moral que, na verdade, ela não demonstrou”.³ Trilling ganhou imediatamente outros aliados na polêmica, entre eles o escritor de direita William F. Buckley Jr., defensor impenitente de McCarthy,⁴ e o jornalista James A. Wechsler, o liberal que em 1953 enfrentara a comissão McCarthy, questionara seus métodos, mas concordara em delatar ex-companheiros. Em duas colunas,⁵ Wechsler (cujo comportamento no banco de testemunha é também repudiado em

Scoundrel Time) acusou Hellman de ter atacado o macartismo sem fazer a mesma coisa em relação ao stalinismo e de não ser nenhuma Joana D'Arc na vida real, ao contrário do que estaria tentando sugerir no livro. Quanto a Buckley, desencadeou uma tempestade irada de acusações na mesma linha (de que Hellman "defendeu Stalin"), terminando com a citação de uma frase do escritor Sidney Hook, sobre a culpa dos que apóiam os conspiradores comunistas: "Aqueles que os ajudaram engenhosamente, mesmo quando não chegaram a pagar as contribuições cobradas pelo partido, foram moralmente culpados no engodo praticado pelos comunistas. Pois estiveram engajados no mesmo esforço para destruir a sociedade aberta cujos benefícios e liberdades desfrutavam".

A citação de Sidney Hook por um dos expoentes da direita norte-americana, no contexto da disputa entre Trilling (apoiada por Wechsler) e Hellman, foi mais do que reveladora. De fato, Hook tinha sido o teórico máximo do grupo que em 1947 criou a ADA, defendendo um liberalismo profundamente anticomunista, cujos adeptos passaram a ser identificados desde então como liberais da Guerra Fria e partidários dóceis da Pax Americana defendida em Washington. Gradativamente, a trajetória deles afastou-se do liberalismo político, aproximando-se da direita intelectual: em 1967, ficaram abalados pela descoberta na imprensa de que eram beneficiários de verbas secretas da Agência Central de Espionagem (CIA); e em 1972, alguns (inclusive Hook) firmaram o documento de professores favoráveis à reeleição do presidente Nixon. Depois disso, o nome de Hook chegou mesmo a ser citado como futuro membro do gabinete caso Spiro T. Agnew — o vice-presidente forçado a renunciar por corrupção pouco antes da queda de Nixon — chegasse à Casa Branca. Nos anos seguintes, o mesmo grupo — reunido principalmente em torno da revista *Commentary* — também aderiu ao reaganismo, que entregou um cargo no governo a Norman Podhoretz, diretor dessa publicação.

O início de tudo isso tinha sido a disputa entre a ADA e o PCA, em 1947, mas a formulação da doutrina Hook viera com o confronto da primavera de 1949, quando os intelectuais libe-

rais da candidatura Wallace, aliados dos comunistas, patrocinaram a realização no hotel Waldorf-Astoria, de Nova Iorque, da Conferência Cultural e Científica pela Paz Mundial.⁶ Em represália, Hook organizou uma contraconferência de intelectuais anticomunistas, ao mesmo tempo em que o Departamento de Estado rejeitava a concessão de visto a convidados da reunião do Waldorf. Essa guerra de intelectuais teve também momentos dramáticos, com troca de insultos no plenário e piquetes em frente ao hotel. Dela resultou ainda, no lado dos liberais anticomunistas, a recriação do Congresso pela Liberdade Cultural, com um Comitê Americano pela Liberdade Cultural (ACCF: American Committee for Cultural Freedom), ambos financiados e manipulados nos anos seguintes pela CIA.⁷ Em seu livro *Heresy, Yes — Conspiracy, No*, editado em 1953, Sidney Hook expôs o fundamento de sua posição: “Nossa obrigação moral, na vida política, é tolerar a dissidência, não importa quão herética seja ela; mas não tolerar a conspiração, não importa o quão disfarçada seja ela”.

Ao insistir nessa tese de que o comunismo é uma conspiração, não uma heresia, e de que os comunistas, por serem conspiradores, não podem ter a mesma proteção constitucional concedida aos demais norte-americanos, Hook dava sinal verde aos caçadores de bruxas. Ele chegava mesmo a argumentar que os comunistas deviam ser excluídos da comunidade acadêmica e desqualificados para as funções de professor e pesquisador, independentemente da formação profissional e da competência. Em 1951, Hook também tomou a iniciativa de enviar carta à Casa Branca denunciando a revista *The Nation* como aliada da União Soviética, da China Comunista e da Coreia do Norte.⁹ E em 1959, no seu livro *Political Power and Personal Freedom*, ele praticamente justificou a lista negra: “Já que as indústrias de rádio e televisão operam sob patrocínio comercial — escreveu — seria irrealista e injusto obrigar os patrocinadores, cujo faturamento está sendo prejudicado por boicote contra intérpretes comunistas ou fascistas de seus programas, a continuarem tal patrocínio”. Ao mesmo tempo, Hook criticava como fantasioso “o quadro de pesadelo que se pinta na imprensa européia, como se McCarthy estivesse caçando bruxas de um extremo ao outro

do país, intimidando escritores, educadores, jornalistas e outros grupos profissionais”. Nessa mesma linha, Diana Trilling também considerou “de inspiração comunista” a idéia de que “a América é um país aterrorizado e à beira da histeria”.¹⁰

Na área educacional, no entanto, foi exatamente isso o que aconteceu. Os expurgos políticos que atingiam escolas secundárias e de nível superior (*colleges*) durante os governos Truman e Eisenhower em diferentes pontos do país levaram pelo menos 600 professores — provavelmente mais — a perder seus empregos. Só na cidade de Nova Iorque — onde morava Sidney Hook — o total elevou-se a 380. A escalada da intimidação, segundo David Caute, refletia-se parcialmente numa avaliação conduzida em 1955, envolvendo 2.451 professores de ciências sociais em 165 *colleges* e universidades, que relataram um total de 386 incidentes nos quais se alegava comunismo, subversão e coisas afins.¹¹ Comissões de investigação locais ou do Congresso desempenharam papel destacado, especialmente a HUAC e a SISS. Um dos professores mais respeitados do país, Robert M. Hutchins, observou: “Não se trata de saber quantos professores foram demitidos, mas quantos pensam que podem ser demitidos — e por que motivos. (...) Toda a profissão está intimidada hoje nos Estados Unidos”.

A caça às bruxas deixou marcas especialmente profundas em Nova Iorque, áreas metropolitanas da Califórnia e Filadélfia. Mas nem a reverenciada Universidade de Harvard ou o Massachusetts Institute of Technology (MIT) ficaram imunes à ofensiva, que alcançou praticamente o país inteiro. A rotina era a mesma: denúncias, intimações, Quinta Emenda, demissões, eventualmente processos por desacato ao Congresso ou perjúrio. Algumas testemunhas profissionais também entraram em cena, o FBI espalhou seus agentes pelos campus do país. Em Los Angeles um personagem da comissão de investigação local chamado Richard Combs, supostamente especialista em comunismo, tornou-se o grande censor da área educacional. O Escritório Educacional (Board of Education) submeteu a ele, para avaliação, toda a lista de 30 mil professores, além dos currículos e livros adotados. Em Nova Iorque, que chegou a convocar Harvey Matusow para uma “consultoria especial”, ao preço de 25 dóla-

res por dia, os católicos (Cardeal Francis Spellman, Bispo Fulton Sheen) escolheram George A. Timone para papel-chave no expurgo, que ainda teve caráter anti-semita. Atribuía-se à hierarquia católica, entre outras coisas, o objetivo de criar um clima favorável às escolas paroquianas. Eram judeus, em sua maioria, os professores atingidos pelo expurgo.

Em toda parte, os currículos escolares, textos didáticos e acervos das bibliotecas eram igualmente alcançados pela onda obscurantista. Na Califórnia, foram apresentados no Legislativo estadual oito projetos sobre o ensino de temas considerados controversos e para estender o controle parlamentar aos livros didáticos. Os pais e os californianos em geral foram conclamados a delatar qualquer conceito considerado duvidoso que tenha sido exposto por professores em aulas ou palestras. Com apoio do maior jornal do estado, o *Los Angeles Times*, até a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) passou a ser considerada subversiva. A fase macartista no âmbito da educação, como ocorreu também em outros setores de atividades, ultrapassou de muito o período de proeminência do senador McCarthy. Em junho de 1959, Henry Steele Commager comentou que em Nova Iorque o Escritório de Educação Superior (Board of Higher Education) — cujo comportamento não diferia do Board of Education (escolas primárias e secundárias) — não parecia ter percebido que o tempo de McCarthy já tinha terminado, pois as investigações, demissões e censura continuavam.

Já a intimidação de bibliotecários em todo o país contou com o encorajamento e a participação ativa dos grupos Legião Americana, Filhos e Filhas da Revolução Americana, Minute-women e vários outros. Novos livros, em algumas cidades, tinham de ser previamente submetidos à censura de escritórios locais da Legião Americana. Todo o material da UNESCO era sistematicamente expurgado das bibliotecas. O caso de uma bibliotecária ficou célebre. Por ter invocado a Quinta Emenda perante a SISS em 1953, Mary Knowles — denunciada pela testemunha profissional Herbert Philbrick — foi demitida da biblioteca pública de Norwood, Massachusetts. Simpatizando com a causa

dela, o grupo quaker que administrava uma biblioteca em Plymouth Meeting, Pensilvânia, resolveu oferecer-lhe emprego — e contou, para isso, com a doação da Fund for the Republic, da Fundação Ford. Em represália, a SISS intimou Knowles a depor pela terceira vez em setembro de 1955. Indiciada no ano seguinte por desacato ao Congresso, ela acabou condenada a 120 dias de cadeia e multa de 500 dólares — decisão só revertida em junho de 1960, pela Corte de Apelações de Washington D. C.

O drama vivido pelo pesquisador acadêmico Owen Lattimore, da Universidade John Hopkins — diretamente relacionado à obsessão dos caçadores de bruxas com o que chamavam de “perda da China” para os comunistas — resultou do empenho pessoal do senador McCarthy em sua campanha contra a infiltração comunista no Departamento de Estado. Lattimore tinha sido editor da revista *Pacific Affairs*, do Institute of Pacific Relations, e suas análises costumavam ser respeitadas pela diplomacia norte-americana. Para o senador McCarthy, no entanto, ele era apenas um agente soviético, como outros membros do IPR (Michael Geenberg, Chao Ting Chi e Frederick V. Field). Testemunhas profissionais como Elizabeth Bentley citavam esses e mais uns 60 outros nomes de funcionários e escritores ligados ao IPR como comunistas ou simpatizantes, declarando ser esse instituto “o centro de toda a atividade comunista relacionada com o Extremo Oriente”. Outros especialistas acadêmicos — Thomas A. Bisson, Lawrence Rosinger, Joseph Barnes, Maxwell Stewart, William Marx Mandel e o professor de Harvard John K. Fairbank — eram igualmente denunciados, levando o Departamento de Estado a deixar de consultá-los.

Mas o esforço de McCarthy e demais críticos da política externa democrata foi concentrado principalmente na pessoa de Lattimore, que vivera na China antes de formar-se como antropólogo em Harvard, aprender russo, viajar à Manchúria e Mongólia Interior, visitar a União Soviética e atuar — a pedido de Roosevelt — como conselheiro político especial de Chiang Kai-shek. Para McCarthy, ele era o “arquiteto principal de nossa política para o Extremo Oriente” e um “risco de segurança extremamente grave”. O senador chegava mesmo a afirmar que

Lattimore fora “o chefe de Alger Hiss na rede de espionagem do Departamento de Estado” e se tornara o maior dos agentes soviéticos em operação nos Estados Unidos. Até Sidney Hook, o líder dos liberais da Guerra Fria, juntou-se aos mais escrachados caçadores de bruxas no coro de denúncias contra Lattimore — que, na verdade, não tinha qualquer cargo oficial ou responsabilidade pela formulação da política externa, sendo ouvido apenas como *expert*. Mas após ser interrogado no Senado, em audiências que também incluíram os depoimentos rotineiros de acadêmicos anticomunistas e testemunhas profissionais, Lattimore foi indiciado por perjúrio em dezembro de 1952, no que parecia ser um segundo caso Alger Hiss. Acusaram-no de ter mentido ao dizer que não era simpatizante comunista e em outras seis respostas semelhantes. As acusações não se sustentavam e o caso teve de ser reiniciado, em outubro de 1954. Só em junho de 1955 — cinco anos e meio depois de McCarthy ter começado a enxovalhar o nome, a carreira e a reputação de Lattimore — o Departamento de Justiça dos Estados Unidos finalmente desistiu do processo e retirou todas as acusações. Aos 63 anos, ele resolveu então abandonar a Universidade John Hopkins — que o suspendera no dia em que fora indiciado — e aceitar convite da Universidade Leeds, da Inglaterra, para assumir a cadeira de Estudos Chineses.

No trauma da “perda da China”, que deixara Lattimore tanto tempo nas manchetes, McCarthy, o Partido Republicano e o temido Lobby da China também investiram contra Dean Acheson e George Marshall, mas o estrago no Departamento de Estado alcançou mais diplomatas de carreira. Entre os outros vilões caçados como bruxas estavam John Paton Davies, John Stewart Service, Carl Marzani, Raymond P. Ludden, O. Edmund Clubb Jr., Haldore Hanson, John Carter Vincent, Philip Jessup. Após a ascensão de Eisenhower, o novo secretário de Estado John Foster Dulles instalou como poderoso fiscal de segurança — na chefia do Bureau of Security and Consular Affairs — um protegido de McCarthy, o ex-agente do FBI R. W. Scott McLeod, zeloso guardião da pureza ideológica. Numa carta ao *New York Times*, em janeiro de 1954, cinco destacados

ex-diplomatas alertaram para a situação de insegurança criada na carreira. Mas a avaliação mais dura coube ao ex-secretário de Estado Acheson, em 1955: “O julgamento de oficiais do Serviço Diplomático (...) por causa de ponto de vista que sustentaram 10 anos atrás e que agora são encarados como heréticos por um grupo politicamente poderoso e barulhento, representa um expurgo não muito diferente daqueles de Moscou”. Acheson também teve a honestidade de reconhecer que tais práticas tinham suas raízes no tempo de Truman, na Ordem Executiva 9835, de 21 de março de 1947. Admitiu ainda sua própria responsabilidade de “no que, estou convencido agora, foi um grave erro”.

Provavelmente um erro semelhante ao dos liberais da Guerra Fria — o grupo da ADA e da ACCF, liderado por Sidney Hook e de que também faziam parte o casal Trilling, Daniel Bell, Irving Howe, Irving Kristol, Norman Podhoretz e Midge Decter, James Wechsler, Arthur Schlesinger Jr., Mary McCarthy, Dwight MacDonald, Norman Cousins, entre outros. A diferença é que faltou humildade a esses intelectuais — e sobrou auto-suficiência para se apresentarem como ideólogos do anticomunismo aos poderosos do momento. Ao contrário de Acheson, eles jamais reconheceram o erro. Nenhum deles admitiu que, ao caracterizar o comunismo como conspiração, e não heresia, forneceram o pretexto intelectual para a caça às bruxas no campo da educação e da cultura, criando um clima de submissão e conformismo, ideal para o ataque obscurantista à liberdade acadêmica.¹²

NOTAS

¹ Lillian Hellman, *Scoundrel Time* (Little Brown, Nova Iorque, 1976).

² Diana Trilling, *We Must March My Darlings — A Critical Decade* (Harcourt Bruce Jovanovich, 1977). Antes mesmo da publicação desse livro, a polêmica já estava nas manchetes, pois os originais de Trilling tinham sido recusados pela editora Little Brown, devido aos ataques a Hellman.

³ Citado por Thomas R. Edwards, "A Provocative Moral Voice", em *The New York Times Book Review*, 29-5-1977. A carta de Lillian Hellman está reproduzida no final deste livro (Apêndice 3).

⁴ William F. Buckley Jr., "Night of the Cuckoo", *New York Post*, 2-4-1977. Durante anos Buckley assinou a coluna "On the Right" (À Direita).

⁵ James A. Wechsler, "Trilling vs. Hellman", *New York Post*, 1-10-1976; J. A. Wechsler, "Single Standard", *New York Post*, 23-3-1977.

⁶ Ver Philip Nobile, *Intellectual Skywriting — Literary Politics and the The New York Review of Books* (Charterhouse, Nova Iorque, 1974), 42-45 e 139; e G. Wills, "Introduction", em *Scoundrel Time*, 21-24.

⁷ G. Wills, *idem*.

⁸ D. Caute, *The Great Fear*, 51-52.

⁹ Ver carta de Sidney Hook e resposta de Ronald Radosh em "Letters to the Editor", *The New York Times Book Review*, 15-12-1976.

¹⁰ Citado por D. Caute, *op. cit.*, *idem*. Para uma visão crítica e polémica sobre a responsabilidade dos intelectuais e uma dura condenação da esquerda aos mesmos liberais da Guerra Fria, mas ao tempo da guerra do Vietnã, ver Noam Chomsky, *American Power and the New Mandarins* (A Vintage Book, 1969), especialmente o ensaio "The Responsibility of Intellectuals", 323-366.

¹¹ *Idem*, 406.

¹² Obcecados em proclamar convicções anticomunistas e agradar aos poderosos do momento, os liberais da Guerra Fria cometeram o disparate de saudar o livro *Witness*, de Whitaker Chambers, como obra-prima da literatura universal. Schlesinger Jr. comparou-o à *Autobiografia*, de Lincoln Steffens e John dos Passos elevou-o à estatura de um Dostoievski. Após semanas a fio liderando a lista dos mais vendidos no país, *Witness* caiu no ostracismo, mesmo com o suicídio de seu autor-delator, testemunha central do caso Alger Hiss, que deu popularidade a Nixon. Hoje o livro não passa de extravagante curiosidade macartista. Ver J. H. Lawson, *Film in the Battle of Ideas*, 73.

13 Heróis? Vilões? Ou apenas vítimas?

Em 1970, quando já tinha voltado a trabalhar em Hollywood usando o próprio nome, o escritor Dalton Trumbo esteve no sindicato dos escritores para receber o prêmio concedido a cada 12 meses a um autor que tenha contribuído através dos anos para elevar o padrão literário no cinema e a profissão de roteirista. Antes dele, Carl Foreman e Sidney Buchman, outros nomes da lista negra, tinham sido distinguidos com a mesma homenagem, mas desta vez, segundo o biógrafo de Trumbo,¹ as circunstâncias sugeriam que se tratava de um gesto de conciliação — ou mesmo “um pedido simbólico de perdão a um daqueles muitos escritores injustiçados no passado pelo sindicato”.

Trumbo escolheu esse momento — o da entrega a ele do mais importante prêmio do sindicato que, ao invés de defender, ajudara a perseguir as vítimas da lista negra — para fazer a declaração que reavaliou a questão moral da caça às bruxas em Hollywood. Disse ele, no discurso: “em nada ajudará uma busca de vilões ou de heróis, de santos ou de demônios. Eles não existiram. Houve apenas vítimas. Alguns sofreram menos do que outros, alguns cresceram, outros se apequenaram. Mas no cômputo final, fomos todos vítimas porque, quase sem exceção, cada um de nós sentiu-se compelido a dizer coisas que não queria dizer, a fazer coisas que não queria fazer, a desferir e a sofrer

golpes que verdadeiramente não queria trocar. Daí por que nenhum de nós — direita, esquerda ou centro — emergiu sem pecado daquele longo pesadelo”.²

A idéia de passar uma borracha no passado ou — ainda mais grave — transformar em vítimas também os que estavam “do outro lado” foi recebida com indignação pelos remanescentes dos Dez de Hollywood, a exceção de Ring Lardner Jr., e por outros perseguidos do macartismo. Até a mulher de Trumbo, Cleo, considerou o discurso “excessivamente generoso”. Alvah Bessie reafirmou que tinha havido, sim, heróis e vilões — e que Trumbo, apesar do que estava dizendo, era um dos heróis.³ Lester Cole reagiu com extrema irritação ao que qualificou de “uma bênção sublime e eclesiástica, vinda lá de cima, para a canalha mais desprezível da indústria do cinema”. Para ele, começou aí a aberta hostilidade entre os sobreviventes dos Dez de Hollywood, “que talvez só tivessem sido forçados a uma unidade no passado devido ao inimigo comum”.⁴ Mas talvez a oposição mais sistemática e bem fundamentada tenha sido a do escritor Albert Maltz, encarado algumas vezes como o de mais inclinação literária em todo o grupo.

Pouco antes, Maltz tinha destinado publicamente todos os *royalties* em rublos de seus livros publicados na União Soviética (dois milhões de exemplares vendidos) ao dissidente Alexander Soljenitsin, que então desafiava o Kremlin. Diante da teoria “apenas vítimas”, enunciada por Trumbo, ele escreveu uma primeira resposta a pedido de Victor Navasky,⁵ que então preparava, para o jornal *The New York Times*, um extenso artigo sobre os Dez de Hollywood. Condenou como “posição moral desnorteante” e “absurdo factual” a tese segundo a qual “durante os anos da lista negra todos foram igualmente vítimas”. E acrescentou:

“Para colocar a questão de forma bem direta, é como se a gente considerasse igualmente vítimas, durante a Resistência francesa, tanto o delator como o amigo que ele enviou para as câmaras de tortura da Gestapo. Nesse caso, não haveria o certo e o errado na vida”.

No mesmo texto, Maltz compara os casos do produtor

Adrian Scott e do diretor Edward Dmytryk. Após cumprirem pena de prisão, por desacato ao Congresso, Scott permaneceu fiel aos seus princípios e ficou impedido de trabalhar, amargando 21 anos de lista negra. Dmytryk, ao contrário, “subitamente viu a luz celestial e compareceu de novo frente à comissão (HUAC) para elogiar os propósitos e as práticas dela, denunciando todos os que ainda resistiam aos inquisidores. Encontrou emprego imediatamente como diretor e tem trabalhado normalmente desde então. Afirmar que Scott e Dmytryk são igualmente vítimas é algo que fica além da minha compreensão”.

Maltz também observou que Trumbo jamais discutira sua doutrina, em particular ou em público, durante os anos em que estivera na lista negra ou à época em que escrevera seu panfleto *The Time of the Toad*. “Não sei como consegue, ao mesmo tempo, republicar esse livro e apresentar a doutrina de que houve ‘apenas vítimas’. Ele não fala por mim e nem por muitos outros. É preciso ressaltar, no entanto, que essa ética dele das ‘vítimas iguais’ foi abraçada com embevecimento por todos aqueles que colaboraram com a Comissão de Atividades Antiamericanas naquele período em que havia punições para quem não o fizesse”.

Apesar das graves divergências ideológicas com Maltz, também era essa a visão de Lester Cole: “embora eu não me veja como herói, os vilões de fato existiram — e no bálsamo refrescante oferecido por Trumbo, eles encontraram a maior ajuda e consolo. Quando ele terminou o discurso, os criminosos da direita estavam em festa; a maioria das outras pessoas ficou perplexa. Era mais uma do imprevisível Trumbo. E desta vez ele próprio tinha sido vítima — da própria retórica”.⁶ Cole também reconhecia o papel de Trumbo como responsável pela derrubada da lista negra, alegando não apenas que muitos (inclusive o próprio Cole) continuavam impossibilitados de trabalhar, como também que os sucessivos escândalos do mercado negro de roteiros desmoralizaram e ridicularizaram a instituição.

Por causa da determinação de Maltz, essa discussão perseguiu Trumbo, na forma de uma troca de cartas agressivas, até o

fim da vida — ou melhor, até que Cleo Trumbo decidisse devolver, ainda no envelope fechado, a última carta de Maltz, devido ao agravamento do estado de saúde do marido dela (Dalton morreu de câncer a 10 de setembro de 1976). Em defesa de sua posição, Trumbo negava ter afirmado que “*todos foram igualmente vítimas*”. Alegava ainda: “Num país em que, após período razoável de punição, os assassinos e estupradores retornam à sociedade, conforme a teoria humanitária de que ainda podem se tornar cidadãos decentes e úteis, não tenho a intenção de reavivar o ódio que queimou de forma tão candente há 25 anos”. Referindo-se aos que fraquejaram, Trumbo destacou haver provas de que *não queriam* ser delatores, que agiram com grande relutância, movidos pelo medo. E acrescentou: “Se não foram vilões, então o que foram? Foram pessoas que optaram num determinado momento e numa determinada situação (embora não necessariamente em todos os momentos e situações) por abandonar a honra e se tornar deladoras. Que sejam. Elas viveram durante duas décadas com esse conhecimento terrível sobre elas próprias. E, o que foi pior: os filhos delas também sabiam o que os pais tinham feito”.⁷

Assim colocada, é uma discussão circunscrita à comunidade cinematográfica. Diz respeito a antigas camaradagens rompidas, amizades traídas, boas maneiras, bons costumes (como se comportar socialmente diante de alguém que o denunciou no passado?), etc. Ring Lardner, aliado de Trumbo, observou: “Há certo valor histórico na lembrança de que algumas pessoas se degradaram, quão longe foram por medo. Muita gente se comportou mal. É nesse sentido que Dalton diz ter havido apenas vítimas”.⁸ Pode ser observado ainda que um dos Dez de Hollywood — John Howard Lawson, que em nenhum momento renunciou ao Partido Comunista — também não tinha em alta conta os que vendiam roteiros no mercado negro, por achar que dessa forma os escritores estavam se corrompendo.

Mas o debate extravasa os limites de Hollywood. Se Trumbo achava que também os colegas escritores que delataram companheiros foram vítimas, isso certamente não significa que reavaliava da mesma forma o papel das instituições oficiais, das au-

toridades do Executivo e do Legislativo, da HUAC, dos beneficiários da histeria macartista, dos profissionais que fizeram disso um meio de vida, dos grupos e entidades disseminadores de ódio e intolerância, dos que construíram toda uma carreira política sobre os alicerces supostamente patrióticos da caça às bruxas. Ele pode ter passado a encarar como vítimas os escritores Richard Collins, que entregou 26 ex-companheiros, ou Martin Berkeley, que fixou o recorde de 162, ou até o diretor Elia Kazan, que publicou anúncio no jornal conclamando o pessoal do cinema a ir ao posto policial mais próximo e entregar nomes de suspeitos. Mas certamente até Trumbo concordava que naquele momento histórico do país não faltaram vilões sem escrúpulos, comparáveis aos mais desprezíveis da abundante ficção hollywoodiana.

Nessa categoria estão, sem nenhuma dúvida, os Thomas e os McCarthys, os Hoovers e os Nixons, os Hearsts e os McCormicks. Como também os que se tornaram testemunhas profissionais das comissões investigadoras (Elizabeth Bentley, Whittaker Chambers, Harvey Matusow, Louis Budenz, John Lautner, Paul Crouch, Manning Johnson, Matthew Cvetic, Angela Calomiris, Herbert Philbrick, etc.), ganhando proteção oficial e sendo recompensados com pagamentos fixos em troca de depoimentos comprometendo os nomes desejados pelos investigadores. Outros vilões do mesmo nível foram colunistas especializados em difamação, como Hedda Hopper, George Sokolsky, Victor Riesel, Westbrook Pegler, Walter Winchell, Howard Rushmore, Jack O'Brian; investigadores e assessores das comissões, como William Wheeler, Frank Taverner, J. B. Matthews, Roy Cohn; ex-agentes do FBI, como Ken Bierly, Ted Kirkpatrick e John Keenan, que construíram fortunas com suas publicações especializadas *Counterattack* e *Plain Talk*; milionários que financiavam operações de caça às bruxas, como Laurence Johnson e Alfred Kohlberg; os supostos especialistas em arquivos, como Vincent Hartnett (*Red Channels*) e Paul Milton (Aware Inc.); os que colocavam a própria experiência sindical a serviço da perseguição macartista, como Ronald Reagan e seu amigo Roy Brewer; os que vendiam seus serviços para limpar

nomes da lista negra, como o advogado Martin Gang (e muitos dos citados acima); e até um psicanalista de nome Phil Cohn (ou Cohen) que, a serviço do FBI e demais caçadores de subversivos, convencia pacientes, durante a terapia, a se tornarem delatores.

Esses foram os verdadeiros fabricantes de vítimas — e de delatores. Ainda hoje, macartistas mais sofisticados, como o escritor William Buckley Jr., ainda buscam racionalizar, quando alguém lhes aponta os abusos e crimes da caça às bruxas, garantindo que as comissões de investigação estavam empenhadas numa tarefa honesta e honrosa. Da mesma forma, dizia-se no passado ser inevitável que no processo de expurgo houvesse uma ou outra injustiça. “A vida de um soldado americano vale muito mais do que todas as carreiras de Hollywood”, afirmou certa vez Hedda Hopper, indiferente até às muitas tragédias do período, dentro e fora da comunidade cinematográfica. As tragédias contrastavam com a súbita projeção, enriquecimento — e, em alguns casos, negócios milionários — dos vilões do macartismo.

Alguns casos particularmente notáveis, como não podia deixar de ser, ficaram no campo político. J. Edgar Hoover, o poderoso chefe do FBI, desenvolveu no período macartista os arquivos que lhe permitiram chantagear parlamentares e até presidentes, eternizando-se no poder como um pequeno tirano e obtendo no Congresso todas as verbas desejadas.⁹ Aqueles arquivos, segundo o colunista Westbrook Pegler, eram “o maior depósito de imundície pessoal já acumulado até hoje”. Vários autores simpáticos a Hoover confirmam que ele passava horas com o senador McCarthy, a quem dava aulas sobre tática e estratégia comunista, sugerindo nomes de suspeitos a serem perseguidos. O ex-agente do FBI William W. Turner chega mesmo a afirmar que McCarthy só sobreviveu tanto tempo com sua campanha por causa da munição dada a ele pelo diretor do FBI.¹⁰

O fato é que Hoover evidenciava a mesma hostilidade aos liberais, com instintos autoritários, preconceitos direitistas, egolatria e temperamento vingativo. Segundo um autor, recusava-se a ler o *Washington Post* ou o *New York Times* e suspeitava até do *Wall Street Journal*.¹¹ Metia-se a pensador político e cuidava zelosamente da prosperidade de seu Bureau mediante orçamen-

tos mirabolantes, mas negligenciava aquilo que primeiro conquistara prestígio para o FBI — o combate ao crime. Cada vez mais conservador e anacrônico, também repudiava qualquer trabalho em favor da reabilitação de criminosos, preferindo pregar a pena de morte, insurgir-se obstinadamente contra os esforços integracionistas (para ele, relações sexuais entre brancos e negros significavam “degeneração racial”) e perseguir esquerdistas (conspiradores e criminosos, na sua opinião). A Máfia prevalecia-se da obsessão política de Hoover para ampliar a atividade criminosa e fazer o diabo em Nova Iorque.¹² Hoover tinha boas razões para se considerar acima da lei, já que de alguma forma contribuiu para a chegada à Casa Branca de um ex-agente e de um ex-alcagüete do FBI — Richard Nixon e Ronald Reagan.

Nixon tinha 33 anos quando estreou na política recorrendo à tática de enxovalhar o adversário e ganhou a eleição para a Câmara dos Deputados, em 1946. Sua primeira vítima foi o deputado democrata Jerry Voorhis, atacado no mais devastador estilo macartista (McCarthy só chegaria às manchetes três anos depois), como “instrumento dos vermelhos”, embora fosse apenas um liberal moderado que criticava os comunistas. Como ativo membro da HUAC, até então o maior reduto de caçadores de comunistas do país, Nixon ganhou o respaldo do ex-patrão Edgar Hoover para destruir o ex-diplomata Alger Hiss com base nos mesmos truques sujos e no depoimento duvidoso de Whitaker Chambers. Com a projeção nacional conquistada no caso, voltou à campanha eleitoral da Califórnia em 1950 determinado a arruinar uma nova reputação para ganhar a cadeira de senador. Desta vez a vítima de seus insultos difamantes foi a democrata Helen Gahagan Douglas, cantora de ópera, atriz e mulher do ator Melvyn Douglas. Estigmatizada na campanha como “the pink lady” (a dama cor-de-rosa), ela foi acusada de cúmplice da conspiração comunista internacional. Nixon manteve o tom macartista até chegar à presidência, cunhando rótulos para muita gente, inclusive o governo Truman (*K1-C3: Korea, Communism, Corruption, Controls*) e para o secretário de Estado

Dean Acheson (*KKKK: Kollege of Kommunism, Kowardice and Korrupcion*).¹³

A trajetória de Reagan também começou no FBI, mas às escondidas, como dedo-duro infiltrado na comunidade cinematográfica. Embora os companheiros dele não o soubessem, Reagan entregava regularmente seus relatórios desde 1947, quando também depôs como testemunha amistosa na HUAC.¹⁴ Na mesma ocasião, tornou-se presidente do Sindicato dos Atores (SAG, Screen Actors Guild) em cinco mandatos sucessivos de um ano. Ao contrário de outros atores que aceitaram na HUAC, e assim mesmo com relutância, o papel de dedo-duro — entre eles, Sterling Hayden, Lee J. Cobb e Larry Parks — Reagan jamais se arrependeu: como alcagüete atento e diligente, tornou-se um bem-sucedido (e bem-remunerado) profissional do anticomunismo, inclusive à frente do sindicato. Na presidência do SAG, além de ter negado apoio aos associados vítimas da caça às bruxas, como a atriz Gale Sondergaard, ainda se encarregava pessoalmente de impor a lista negra.¹⁵ No campo trabalhista, ele se aliou ao sindicalismo controlado pela Máfia (IATSE, International Alliance of Theatrical Stage Employees), dirigido por um personagem sinistro, Roy Brewer, obcecado pela caça às bruxas. Juntos, Reagan e Brewer tornaram-se a instância máxima da lista negra na entidade que fundaram com os patrões (L. B. Mayer à frente) para cumprir essa missão, a Motion Picture Industrial Council (MPIC).¹⁶ Num artigo publicado em 1951, como convidado do colunista de extrema direita Victor Riesel, Reagan descreveu a própria coragem ante “os inimigos vermelhos”, acusados por ele de ter ameaçado jogar ácido em seu rosto. “Usei revólver durante algum tempo e policiais passaram a vigiar minha casa para proteger meus filhos”, escreveu.¹⁷

Mas o grande empurrão na carreira política de Reagan só aconteceu depois de seus favores especiais, como presidente do sindicato, à MCA (iniciais de Music Corporation of America), que até então era apenas uma agência como tantas outras que se propunham, em troca de um percentual, arranjar empregos para os artistas a elas vinculados.¹⁸ A MCA foi a agência do ator Ronald Reagan a vida inteira. Seu criador, Jules Stein, era liga-

do à Máfia e impôs-se no negócio a partir da época áurea dos gângsters, que controlavam os cassinos e bares clandestinos. A MCA contratava cantores para esses lugares, mas através de um ex-relações públicas de cassino, Lew Wasserman, passou também a representar artistas do cinema. Ao perceber o novo mercado da televisão no início da década de 1950, a MCA decidiu envolver-se em produção, com uma subsidiária. O obstáculo era o conflito de interesses: a MCA não poderia, legalmente, ser ao mesmo tempo empregador (como produtora) e representante de artistas (como agente). Entre os atores, isso era de tal forma encarado como aberração que o antecessor de Reagan na presidência do sindicato, George Montgomery, sentira a conveniência de afastar-se do cargo ao passar a trabalhar também como produtor. Mas Reagan, às escondidas, assinou acordo secreto, em nome do sindicato, com a MCA, abrindo uma exceção que permitia a ela, excepcionalmente, produzir programas e, ao mesmo tempo, representar artistas. Embora tenha usado o pretexto de que isso ampliaria as oportunidades de emprego para os atores, logo depois Reagan negou-se a fazer concessão idêntica a qualquer outro grupo. Graças a isso, a MCA pôde penetrar com grande vantagem no mercado da produção de programas para televisão.

Foi uma negociata tão imoral que a MCA recompensou todos os seus quatro contratados que integravam então a direção do sindicato — Reagan, sua mulher Nancy e mais os atores Leon Ames e Audrey Totter — com papéis extraordinariamente bem remunerados, nos anos seguintes, em programas de televisão. O episódio marca ainda o início da fortuna de Reagan e, ao mesmo tempo, o princípio dos negócios que transformaram a MCA-Universal numa das quatro gigantescas multinacionais que dominam a produção de filmes — as outras são a Warner Communications, a Gulf + Western (Paramount) e a Coca-Cola (Columbia Pictures). Depois do acordo com o sindicato, ela pôde comprar a antiga produção da Paramount e os estúdios da Universal (os maiores de Hollywood), a Decca Records e, finalmente, o resto da Universal. Em 1964, apenas uma década após o favorzinho especial de Reagan que permitira sua entrada no cam-

po da produção em larga escala, 60 por cento de toda a indústria do entretenimento estavam sob o controle da MCA, cuja atividade original — a representação de artistas — passou a representar apenas 10 por cento da receita total desse novo império empresarial. A negociata serviu ainda para estabelecer os novos padrões de Hollywood, determinando o fim dos estúdios nos termos em que tinham existido no passado.

A MCA demonstrou sua gratidão transformando Reagan num beneficiário especial de seus negócios. O papel dessa multinacional foi especialmente significativo no lançamento da carreira política de Reagan — primeiro através da TV, no espaço oferecido a ele, para proselitismo político, no Teatro General Electric; depois, também pela doação de contribuições financeiras, no patrocínio da mudança de partido (do Democrata para o Republicano), no seu envolvimento na campanha de Barry Goldwater à presidência em 1964 e na preparação da campanha de 1966 para o governo da Califórnia. Vieram ainda outros negócios duvidosos com a MCA nos anos seguintes, como o da venda do segundo rancho de Reagan nas montanhas de Santa Mônica. Comprado 15 anos antes ao preço de apenas 293 dólares o acre, foi vendido à Twentieth Century Fox (com a ajuda do dono da MCA, Jules Stein) por 8 mil dólares o acre. Só nessa transação (um investimento inicial de 65 mil dólares, pelos 236 acres), Reagan embolsou quase US\$ 2 milhões de lucro (cerca de 3.000 por cento). As relações promíscuas de Reagan com a MCA foram investigadas por um *Grand Jury*, que o intimou a depor em fevereiro de 1962. Mas Reagan conseguiu safar-se graças à falta de memória (não se lembrou de nada, ao ser interrogado) e à insuficiência de provas, que só surgiram em abundância nos anos seguintes, permitindo a Dan E. Moldea escrever um alentado volume sobre as negociatas.¹⁹

Outros vilões podem não ter conseguido tanto poder e tanto dinheiro como Reagan, mas também enriqueceram e permaneceram impunes. Brewer, que faturava o anticomunismo sindical, tornou-se alto executivo da produtora Allied Artists em Nova Iorque, a partir de 1955; e aos 74 anos de idade, foi nomeado por Reagan — já então presidente dos Estados Unidos

— para um dos mais altos cargos do Departamento do Trabalho: presidente do Federal Service Impasse Panel, o organismo encarregado de arbitrar disputas entre organismos federais e os sindicatos que representam empregados públicos da União. Mas um outro Roy fabricado pelo macartismo e pela histeria que varreu o país nos anos 50 permaneceu ativo, poderoso, temido e cortejado durante as três décadas e meia seguintes à queda de McCarthy, como um símbolo dramático de impunidade, ousadia e arrogância.

Roy M. Cohn, cuja trajetória foi interrompida pela AIDS em 1987, era um judeu fascinado por anti-semitas e que adorava desmoralizar judeus como parte da conspiração comunista; e um homossexual que não ousava assumir publicamente essa condição, mas se esmerava em arruinar — inclusive aplicando gírias ofensivas — as carreiras daqueles que tinham, abertamente ou não, as mesmas preferências sexuais. Em nome do patriotismo (que abominava, já que fugiu do serviço militar na Segunda Guerra Mundial e no conflito da Coréia), desempenhou papel-chave como promotor-assistente na condenação à cadeira elétrica do casal Rosenberg, especializando-se depois em enxovalhar reputações, como braço direito do senador McCarthy. Encarado por muitos como responsável maior pela derrocada do mito McCarthy (por ter forçado o senador a comprar a briga com o Exército, na esperança de livrar o amigo G. David Schine dos rigores do serviço militar), Roy Cohn não caiu com o chefe: nos últimos anos de vida ainda se dava ao luxo de freqüentar os corredores do poder e as altas rodas do país — e sempre com o namorado do dia a tiracolo, que fazia questão de apresentar até ao casal Reagan na Casa Branca.²⁰

Ele foi o exemplo irretocável de vilão — sem caráter, sem escrúpulos, sem qualquer senso de dignidade. Uma vergonha para a American Bar Association (uma espécie de Ordem dos Advogados dos EUA), que só o proibiu formalmente de exercer a advocacia quando já estava mesmo próximo da agonia e não teria mais condições de fazê-lo. As provas acumuladas contra ele incluíam mentira, fraude, roubo de dinheiro do seguro recebido após a queima de um iate (e a morte de um tripulante), falsi-

ficação de assinatura, trapaça contra clientes. Mas esses não eram seus únicos crimes, pois notabilizou-se em Nova Iorque pelas ligações com o submundo do crime, rendosas tramas conspirativas ilegais, suborno de autoridades públicas, juízes e testemunhas, traição de clientes e até de sócios de escritório, emissão compulsiva de cheques sem fundos, calotes sistemáticos, consumo de drogas e orgias homossexuais. Chegou ao extremo de usar um pistolão da Máfia, o bandido Frank Costello, para conseguir a nomeação de Irving Saypol, o promotor do caso Rosenberg, para procurador dos Estados Unidos.

Amigo íntimo dos colunistas George Sokolsky (um dos sacerdotes maiores da caça às bruxas), Walter Winchell, William Safire, Liz Smith, do chefe da cadeia Hearst, Richard Berlin, e da família Newhouse, proprietária de outra cadeia de jornais, Cohn ainda contou até o fim da vida com ligações dentro do austero *New York Times*, em cujas páginas aparecia sempre de forma favorável, e da CBS, que produziu sobre ele um especial elogioso no programa "60 Minutes". Usava freqüentemente esses jornais, inclusive o *Times*, para plantar informações contra terceiros ou para manipular situações em favor de seus clientes. Com tanta cobertura, Cohn teve vida de milionário e gastava como perdulário (deputados, senadores, autoridades e a nata de Nova Iorque iam às suas festas), embora não tivesse bens (preferia aluguel e *leasing*) e sua dívida com o Imposto de Renda, ao morrer, fosse de 7 milhões de dólares.

Empenhado na causa macartista até o fim da vida, Cohn tinha o hábito de iniciar processos contra quem ousasse criticar McCarthy (ele processou a CBS pelo especial *Tail Gunner Joe*), mas apenas com a intenção de extorquir dinheiro, com algum conchavo, antes do desfecho legal. Também fazia questão de defender os caçadores de bruxas (como os que arruinaram a carreira de John Henry Faulk). Com seu papel nesses casos, no julgamento dos Rosenberg e na comissão McCarthy, tornou-se parte inseparável da história macartista e símbolo de um tempo de vilões triunfantes — "tempo dos patifes" (*Scoundrel Time*), como definiu Lillian Hellman.

Pois esse criminoso impune não apenas morreu amigo de

milionários (como Donald Trump e Shearn Moody) e autoridades (entre elas o próprio presidente), como recebeu atestado de patriota, ao ser distinguido com a Medalha do Americanismo conferida pelo diretor da USIA (Agência de Informação dos EUA), Charles Wick, em recepção realizada em Washington, com as bênçãos do próprio Reagan (via vídeo). Supostos campeões de americanismo, Cohn e os demais vilões da caça às bruxas não condenaram apenas os Rosenberg e Hiss à desonra e à infâmia, como antiamericanos. A lista de vítimas incluía notórios ou obscuros diplomatas, professores, funcionários públicos, dirigentes sindicais e artistas de cinema, rádio e televisão. Símbolo adequado de todos esses perseguidos, Paul Robeson — cantor, ator, atleta — morreu em 1976, com 78 anos, após consumir a saúde durante mais de uma década na batalha judicial para reaver o passaporte, cassado pelo governo.²¹

Robeson ainda vivia quando começou o esforço nos Estados Unidos para apagar dos registros sua existência e seus triunfos como uma das maiores, se não a maior, das personalidades negras da história norte-americana. Filho de um escravo do Sul, destacou-se entre os grandes atletas da história do futebol americano, foi acadêmico respeitado e orador de sua turma na Universidade de Rutgers, Phi Beta Kappa, formou-se em Direito pela Universidade de Columbia, tornou-se ator de extrema versatilidade na Broadway, intérprete de Shakespeare em Londres e, principalmente, ator de cinema e cantor de grande sucesso.

Sua história poderia ter sido uma *success story* capaz de consagrar o *american way of life*. Mas a fidelidade de Robeson aos próprios princípios, ao compromisso com a liberdade de expressão, à solidariedade com a causa dos Direitos Civis, como sua incapacidade de transigir com a mediocridade e o obscurantismo, transformou-a numa tragédia americana. Perante os inquisidores e policiais do pensamento que se instalaram nas comissões de investigação do Congresso, ele invocou a Quinta Emenda para negar-se a responder a perguntas que julgava abusivas e violadoras da Constituição. Ao mesmo tempo, negava-se a cantar em lugares onde os negros ainda eram segregados e denunciava com veemência a situação inferior dos de sua raça no

cinema de Hollywood. Quando um deputado racista sugeriu que fosse morar em Moscou, respondeu: “Meu pai foi escravo aqui e meu povo morreu para construir este país. Vou ficar aqui mesmo e participar de tudo, exatamente como vocês. Nenhum fascistóide vai me tirar daqui, entendeu?”²²

Em pouco tempo, no entanto, os caçadores de bruxas infernizavam sua vida nos Estados Unidos, impossibilitando — a partir de distúrbios desencadeados em 1949, na cidade nova-iorquina de Peekskill — quaisquer de suas apresentações em espetáculos públicos. Os profissionais da desordem, a serviço da Legião Americana, invadiam os locais e impediam os shows. O passaporte cassado pelo Departamento de Estado, a pretexto de que suas viagens eram contrárias aos interesses externos de Washington, só foi devolvido após uma decisão da Suprema Corte, em junho de 1958. Depois disso ele deixou o país até 1963, vivendo principalmente na Inglaterra mas fazendo espetáculos em diferentes pontos do mundo.

Quando retornou, com a saúde deteriorada, tornara-se quase uma não-pessoa em sua pátria, graças ao blecaute imposto pelo governo e pela imprensa. Para publicar um livro, *Here I Stand*, nem sequer conseguira uma editora regular, distribuindo-o através de uma certa “Othello Associates”, incapaz até de fornecer o próprio endereço. Nos livros de referência sobre futebol americano, suas conquistas foram apagadas. O nome dele desapareceu inclusive da escalação da equipe All-American de 1918. Na década de 70, a maioria das grandes livrarias ou bibliotecas e dos livros sobre cantores já tinham retirado o nome de Paul Robeson, não o mencionando sequer de passagem a partir de 1949.

Ele também foi cuidadosamente removido dos noticiários cinematográficos da época e dos filmes em que aparecia como ator. Os filmes simplesmente desapareceram de circulação. Em 1973, o American Film Institute tentou exibir seu maior sucesso — *O Imperador Jones*, adaptação para a tela da peça de Eugene O'Neill, com Robeson no papel-título. Descobriu-se que todos os negativos e cópias em 35 mm tinham sido destruídos. Foi necessário um trabalho paciente e lento para reconstituir o filme

através de uns 300 pedaços do material disponível em 16 mm, penosamente remendados.

Mas Robeson, ao menos, chegou a presenciar um período de reparação parcial das injustiças. Foram muitos os que morreram em razão delas — e que não puderam testemunhar uma reavaliação histórica. Embora sintético e talvez ainda incompleto, o balanço feito em 1965 pelo escritor Alvah Bessie, no livro *Inquisition in Eden*, permanece como a única relação das tragédias pessoais em diferentes campos de atividade. Escreveu ele:

“Além daqueles que sofreram a exclusão permanente do setor que tinham escolhido para trabalhar, o ostracismo social, os processos de divórcio e o exílio voluntário (a lista totalizaria muitas centenas ou mesmo milhares), houve ainda tragédias maiores, que não podem ser esquecidas. Muitos há que não poderão responder presente quando se fizer a chamada das vítimas dos famosos e cada vez mais numerosos comitês locais, estaduais e nacionais de caça às bruxas. As mortes prematuras deles, de causas ‘naturais’ ou em consequência de suicídio, podem ser direta ou indiretamente vinculadas a essas guarnições inquisitoriais.

“Coloco entre eles: John Garfield, ataque do coração às vésperas da data marcada para seu segundo comparecimento perante a comissão antiamericana da Câmara; Harry Dexter White, secretário-assistente do Tesouro, ataque cardíaco em seguida ao depoimento perante a mesma comissão, no qual rejeitara as acusações de Whitaker Chambers de que tinha chefiado uma rede de espionagem; Mady Christians, atriz, morreu após ser incluída na lista negra em seguida a depoimento perante a comissão; John Brown, ator, falecido após ser colocado na lista negra por todos os veículos, depois de décadas de trabalho no rádio; Edwin Rolfe, poeta, incluído na lista negra e impossibilitado de arranjar emprego, ataque do coração.

“E também Frances Young, atriz colocada na lista negra, esposa de ator-escritor também da lista negra, suicídio; Madelyn Dmytryk, ex-esposa do diretor, então na lista negra, Edward Dmytryk, suicídio; Philip Loeb, ator incluído na lista negra, suicídio; E. Herbert Norman, embaixador canadense no Egito,

acusado por uma comissão senatorial de ter sido comunista, suicídio; Lawrence Duggan, funcionário do Departamento de Estado, suicídio em seguida a acusações na comissão antiamericana de que fora mensageiro para Whitaker Chambers; Abraham Feller, conselheiro-geral das Nações Unidas, suicídio após o comparecimento perante a Comissão de Segurança Interna do Senado; Raymond Kaplan, engenheiro da Voz da América, suicídio em seguida a um ataque feito pela comissão McCarthy.

“E ainda, Francis O. Matthiesson, professor de Harvard e crítico renomado, suicídio depois de sofrer acusação de J. B. Matthews na comissão legislativa de Massachusetts de que fora membro de uma organização de fachada; Walter Marvin Smith, advogado do Departamento de Justiça, suicídio após ser mencionado como notário numa transação envolvendo Alger Hiss; Norton E. Kent, ex-funcionário do Departamento de Estado, suicídio após ser perseguido pelo FBI; John Winant, embaixador norte-americano na Grã-Bretanha durante a administração Roosevelt, suicídio em seguida a acusações de que deixara de facilitar a entrada de tropas dos Estados Unidos em Berlim; William K. Sherwood, jovem e brilhante cientista e pesquisador da Universidade de Stanford, suicídio por envenenamento dois dias antes da data marcada para um depoimento na comissão antiamericana”.²³

Ou por generosidade, ou por não resistir a uma frase de efeito, Trumbo considerou também vítimas os que fraquejaram sob pressão, que relutaram em delatar colegas, mas ele próprio fez questão de negar que sua expressão tivesse sido “igualmente vítimas”. Da mesma forma, seria apenas exercício de *nonsense* deixar de reconhecer o sacrifício de tanta gente, o legado de tantas tragédias, sem chamar atenção para os que as provocaram menos por patriotismo ou convicções ideológicas do que por mera ambição política, oportunismo carreirista, leviandade ou simplesmente para faturar uns trocados. Houve vilões, sim. E eles foram bem mais numerosos do que os heróis.

NOTAS

¹ Bruce Cook, *Dalton Trumbo*, 309.

² O trecho principal do discurso está reproduzido por Bruce Cook, op. cit., 310. E também por V. Navasky, *Naming Names*, 387-388. Os dois autores apresentam as opiniões divergentes do debate. A posição contrária de outro participante do debate está em Lester Cole, *Hollywood Red*, 396-400. Com base em seu próprio caso e no de John Howard Lawson, que jamais pôde voltar a trabalhar no cinema, Cole afirmou ser apenas mito a derrubada da lista negra. “A lista negra é que os derrubou”, disse.

³ B. Cook, op. cit., idem.

⁴ L. Cole, op. cit., idem.

⁵ V. Navasky, “The Hollywood 10 recalled: To name or not to name”, *The New York Times*, 25-3-1973. No livro, Navasky incluiu o depoimento e ampliou a discussão.

⁶ L. Cole, op. cit., idem.

⁷ B. Cook, op. cit., 311-313.

⁸ V. Navasky, *The New York Times Magazine*, 25-3-1973.

⁹ Os métodos de Hoover são explicados em um capítulo de Arthur M. Schlesinger Jr., *Robert Kennedy and His Times* (Houghton Mifflin Co, Boston, 1978), 244-260.

¹⁰ A. M. Schlesinger Jr., op. cit., 247.

¹¹ Idem. Apesar do preconceito de Hoover, diz Schlesinger, não há nas páginas do *New York Times*, *Washington Post*, *Time* e *Newsweek* dos anos 50 qualquer restrição ou crítica. Criticar Hoover era como um crime de lesa-majestade. Fred Cook (*The Nation*), I. F. Stone (*Weekly*) e James Wechsler (*New York Post*) eram alguns dos pouquíssimos que ousavam.

¹² Em 1987, os jornalistas Natalie Robins (“Hoover and American Lit: The Defiling of Writers”, *The Nation*) e Herbert Mitgang (“Dangerous Dossiers: Exposing the Secret War Against America’s Greatest Authors”, *The New Yorker*) publicaram artigos com base em documentos obtidos pela Lei de Liberdade de Informação, mostrando a extensão da espionagem do FBI sobre os escritores, ao longo de décadas. Mais de uma centena e meia de escritores tinham pastas no Bureau.

¹³ Ver Theodore H. White, *Breach of Faith: The Fall of Richard Nixon* (A Dell Book, Nova Iorque, 1976), 87-88.

¹⁴ Como Ronald Reagan escondeu durante 41 anos esse passado de dedo-duro do FBI, supõe-se que não se orgulhava dele. A primeira vez que reconheceu oficialmente o fato foi em junho de 1988, em entrevista

à televisão britânica. Mas o público sabia disso desde 1985, graças aos documentos secretos do FBI obtidos, com base na Lei de Liberdade de Informação, pelo jornal californiano *San José Mercury News*. As 156 páginas de documentos sobre Reagan também são comentadas por Garry Wills, *Reagan's America: Innocents at Home*, 242-250.

¹⁵ Isso, pelo menos, é o que se pode concluir da afirmação feita por Reagan a Gale Sondergaard, que invocou a Quinta Emenda: “Se algum ator, por suas próprias ações fora das atividades sindicais, ofendeu de tal forma a opinião pública que se tornou invendável na bilheteria, o sindicato não pode e nem quer forçar qualquer empregador a admiti-lo”. Ver Walter Goodman, *The Committee*, 300.

¹⁶ Garry Wills, op. cit., 251-258.

¹⁷ R. Reagan, “Reds Beaten in Hollywood”, transcrito por Eric Bentley em *Thirty Years of Treason*, 293.

¹⁸ Os dados sobre o escândalo da MCA estão em Dan E. Moldea, *Dark Victory: Ronald Reagan, MCA and the Mob* (Penguin Books, 1987); e G. Wills, op. cit., 261-278.

¹⁹ D. E. Moldea, op. cit.

²⁰ Nicholas Von Hoffman, *Citizen Cohn — The Life and Times of Roy Cohn* (Bantam Books, Nova Iorque, 1988); Sidney Zion, *The Autobiography of Roy Cohn* (Lyle Stuart, 1988. Para se impor como principal assessor da comissão do Senado, conforme registram os dois autores, Cohn teve que tirar do caminho um rival igualmente jovem e ambicioso — Robert —, Kennedy, para quem o pai Joseph P. Kennedy pedira a proteção do amigo McCarthy. Com o inescrupuloso Cohn à frente, Bob foi simplesmente varrido da cena, buscando refúgio depois junto a senadores mais obscuros da comissão de McCarthy.

²¹ Dorothy Gilliam, “Paul Robeson: Renaissance Man of the Arts, Social Activist”, *The Washington Post*, 24-1-1976. O filme *Paul Robeson, Tribute to an Artist*, premiado pela Academia de Hollywood, foi escrito e dirigido por Saul J. Turell; e narrado por Sidney Poitier.

²² O depoimento de Robeson perante a HUAC está transcrito em E. Bentley, op. cit., 770-789.

²³ Citado por Eric Bentley, *Thirty Years of Treason*, XIX.

14. Resistindo ao novo macartismo

A pergunta, mais ou menos óbvia, é: poderá acontecer de novo?

Menos de uma década após a queda em desgraça do senador McCarthy e num momento em que a lista negra estava sendo desafiada abertamente, um professor de História da Universidade de Columbia, Richard Hofstadter, tornou-se um dos primeiros pesquisadores acadêmicos a chamar atenção para a obsessão periódica com a conspiração e a subversão na vida política norte-americana.

Ante a ascensão naquele momento — 1963 — de um novo conservadorismo republicano, liderado pelo então senador Barry Goldwater, o professor Hofstadter delineou pela primeira vez, num ensaio que ficou bem conhecido,¹ o *estilo paranóico* na política dos Estados Unidos. Recorreu à palavra do vocabulário psicanalítico, conforme explicou, “simplesmente porque nenhuma outra evoca adequadamente as qualidades que tenho em mente de exaltado exagero, suspeita e fantasia conspirativa”.

A expressão, observou ainda, é deliberadamente pejorativa, já que o estilo paranóico tem muito mais afinidade com causas más do que com as boas. “Mas nada impede que se advogue num estilo paranóico também um bom programa ou uma causa saudável. Ou seja, não se pode fixar os méritos de um argumen-

to apenas pelo fato de acreditarmos estar sendo apresentado sob uma ótica caracteristicamente paranóica”.

O ensaio de Hofstadter oferece exemplos históricos marcantes — do senador McCarthy para trás, até o passado norte-americano mais remoto, a intervalos de meio século — para deixar claro o estilo. Um manifesto de líderes do Partido Populista em 1895 denuncia suposto complô dos especuladores de ouro da Europa e da América; um jornal do Texas em 1855 fala da conspiração “dos monarcas europeus com o Papa de Roma” para destruir “nossas instituições políticas, civis e religiosas”; um sermão pronunciado em 1798 no estado de Massachusetts refere-se à ameaça representada pelos “conspiradores e filósofos ímpios que já alcançaram completamente seus objetivos em grande parte da Europa”. Sistemáticamente, a mesma imagem central da imensa e sinistra conspiração de que também falava McCarthy nos anos 50 — “máquina de influência sutil e gigantesca, colocada em ação para subverter e destruir o sistema americano de vida”, conforme descreveu Hofstadter.

Na mesma linha desse ensaio, o professor David Brion Davis aprofundou a incursão histórica num volume que reuniu em 1971 textos originais publicados desde o período da guerra da Independência e contendo “imagens da subversão antiamericana”, com uma ênfase especialmente reveladora nas respostas ideológicas à Revolução Francesa.² Mas entre a obsessão manifestada periodicamente por vozes isoladas, e a histeria coletiva de alguns momentos históricos existe certamente distância considerável. E nesse sentido tornam-se significativas as condições que favoreceram a caça às bruxas dos anos 40 e 50 — em contraste com os acontecimentos das décadas seguintes, quando a mesma pregação obscurantista deixou de encontrar terreno fértil, defrontando-se com resistência mais eficaz. Davis assinala que “a súbita disseminação e intensificação do estilo paranóico tem sido sintomática de graves tensões sociais e políticas na sociedade americana”.

Nos anos 60, a cruzada conservadora do senador Goldwater ruiu na devastadora derrota republicana frente ao presidente Lyndon Johnson. A pregação direitista não sensibilizou o país e

nem conseguiu deter o movimento dos Direitos Civis e a onda de protestos contra a guerra do Vietnã, embora sobrevivessem — em plena atividade — dois aliados fundamentais dos anos 50, a HUAC e J. Edgar Hoover. De fato, a Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara tentou reeditar as antigas investigações em 1966, determinada a revigorar o Internal Security (McCarran) Act de 1950, mas fracassou. “Existe um esforço disseminado e bem organizado de grupos comunistas dentro dos Estados Unidos” com o objetivo, a longo prazo, de “destruir o governo e instalar uma ditadura totalitária comunista”, diz, entre outras coisas, a conclusão das investigações da HUAC. O mesmo texto também ataca o governo por não ter adotado qualquer atitude para punir os responsáveis ou prevenir o agravamento da situação, acusando diretamente o então procurador-geral adjunto (vice-ministro da Justiça) Ramsey Clark de subestimar as atividades dos comunistas como meramente “excêntricas”. Apesar de subordinado ao Departamento de Justiça, J. Edgar Hoover parecia estar mais próximo da HUAC do que do Executivo: também advertiu na ocasião que várias organizações estudantis constituíam nova e generalizada ameaça de conspiração contra o *american way of life*.³

O novo Nixon que assumiu o poder em 1969 mostrou-se bem menos ideológico do que o antigo membro da HUAC e perseguidor de Alger Hiss, pois reconheceu a China comunista e melhorou o diálogo com os soviéticos. E contra a vontade dele, o período de sua presidência foi também de tomada de consciência nacional, de redescoberta dos Direitos Civis, graças à deterioração do lado norte-americano na guerra do Vietnã e à sucessão de revelações escandalosas no caso Watergate. Os crimes passados e presentes do FBI e da CIA ganharam as manchetes dos jornais e colocaram a direita na defensiva, enquanto o respeito pelos Direitos Humanos tornava-se tema relevante até na política externa. Essa situação só começa a mudar outra vez com a crise dos reféns norte-americanos no Irã — o grande fracasso do governo Jimmy Carter, que abriu caminho à histeria patriótica e devolveu a Casa Branca aos republicanos de Reagan, apoiados numa Nova Direita.

Sobre a possibilidade de outra onda de histeria coletiva obscurantista, há hoje opiniões — e indícios — divergentes, embora o temor tenha sido generalizado no início do governo Reagan. Em 1978, numa entrevista, o jornalista I. F. Stone, um dos heróis da resistência ao macartismo, declarou-me, enfaticamente, que não acreditava na repetição do fenômeno. Três anos depois, quando a Nova Direita se instalava no governo com uma retórica bem semelhante à dos “vinte anos de traição”, ele admitiu estar em dúvida sobre a hipótese. Mas mostrava-se menos preocupado em nova entrevista realizada após a eleição de novembro de 1988.⁴ Ring Lardner Jr., sobrevivente dos Dez de Hollywood, alimenta poucas ilusões: mais ou menos na linha de Hofstadter e Davis, ele tem advertido com frequência que “nosso país atravessou dois séculos num ciclo contínuo, da liberdade à repressão, que se repete”.⁵

Já o escritor Victor Navasky, que tão bem retratou a caça às bruxas em *Naming Names*, encara a questão de forma mais sutil, mas igualmente preocupante. O obscurantismo que prevaleceu naquela fase aguda da Guerra Fria, acha ele, não é um fenômeno cíclico, mas torna-se necessário identificar três estágios na história recente dos Estados Unidos: 1. o das investigações do Congresso, com seu poder de estigmatizar e, assim, condenar pessoas à execração pública e ao desemprego; 2. na segunda fase, após a morte do senador McCarthy, as comissões parlamentares mudam de nome (é o período do programa de contra-inteligência do FBI, dos agentes infiltrados nos grupos pacifistas contrários às armas nucleares, etc.) e as coisas são feitas às escondidas; 3. no momento atual, depois que a administração Reagan instalou no poder a Heritage Foundation, um *think tank* da direita, aquilo que se fazia às escondidas passa a ser legal (inclusive grampeamento de telefones, espionagem interna, etc.). Para Navasky, esse terceiro estágio tem caráter até mais perigoso porque deixa de ser apenas um problema de demagogos (como McCarthy) tentando tirar proveito de uma situação.⁶

Mesmo quem encara como excessivamente alarmista a análise de Navasky será forçado a considerar com preocupação as tendências registradas nos oito anos do que se convencionou

chamar “era Reagan”. Não se coloca em dúvida a realidade de políticos gerados pela retórica da Guerra Fria, como Nixon e Reagan, terem surpreendido ao chegar à Casa Branca — um deles promovendo a aproximação com a China comunista, o outro assinando os acordos de redução de armas com a União Soviética. Mas a história dos últimos 30 anos teria sido outra sem a resistência aos assaltos obscurantistas — a resistência que começou no movimento dos Direitos Civis e nos protestos antiguerra dos anos 60 e ainda sobrevive nas manifestações pacifistas e denúncias contra a política intervencionista na América Central, após ter passado pelo desafio da imprensa (em nome da Primeira Emenda) no episódio dos Documentos do Pentágono e pela aliança entre a Mídia, o Legislativo e o Judiciário no desfecho do escândalo Watergate.

Na era Reagan, houve dois momentos bem distintos, ao menos na aparência. O último deles, mais fresco na memória, é o do abraço do presidente dos Estados Unidos no secretário-geral do PC soviético Mikhail Gorbachev em plena Praça Vermelha — e da entrevista na qual Reagan declarou sem efeito sua célebre definição da União Soviética como “império do Mal”. Mas o momento inicial justificava a dúvida manifestada por I. F. Stone em 1981; e a marcha-a-ré da administração republicana em relação aos avanços saudáveis do período que se seguiu a Watergate e à derrota no Vietnã explica o aparente pessimismo de Navasky.

Mal recuperado da crise dos reféns do Irã, que tinha determinado a derrota eleitoral de Jimmy Carter, o país parecia de fato a caminho de nova paranóia, no quadro cíclico observado por Hofstadter, Davis e Lardner. Somara-se o populismo dos pregadores evangélicos da mídia eletrônica (reunidos na Moral Majority/Maioria Moral de Jerry Falwell) com a linha dura intelectual da Heritage Foundation, do American Enterprise Institute e do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown, que se encarregavam de fornecer a base ideológica às novas opções do Executivo. Uma subcomissão do Senado sobre Segurança e Terrorismo, liderada pelo senador Jeremiah Denton (almirante da reserva, ultraconservador, ex-prisioneiro

de guerra no Vietnã) prometia retomar o papel desempenhado no passado pela SISS. E na Câmara tentava-se (sem sucesso) criar uma comissão de Segurança Interna como herdeira da HUAC.⁷

A palavra-chave já não era tanto “subversão”, desgastada àquela altura, mas “terrorismo”, que ganhara força com a ajuda dos aiatolás xiitas. E de novo evidenciava-se a tendência a uma aliança entre o Executivo, os republicanos do Congresso e os democratas conservadores do Sul. O primeiro secretário de Estado de Reagan, general Alexander Haig, recomendava publicamente a leitura dos livros *The Terror Network*, de Claire Sterling, e *The Spike*, de Arnaud de Borchgrave e Robert Moss, para se conhecer bem a ameaça terrorista e a extensão da desinformação soviética. Os autores dos dois livros, jornalistas, foram também as primeiras testemunhas amistosas na investigação desencadeada pela comissão Denton.⁸ Sterling pretendia em seu livro fazer uma reportagem sobre uma suposta rede terrorista mundial, cujo comando central atribuía à KGB soviética. Borchgrave e Moss, numa ficção que diziam refletir a realidade, juravam que a desinformação soviética estava infiltrada em toda a imprensa ocidental.⁹

Após o barulho inicial, a comissão Denton desapareceu do noticiário nos meses seguintes, mas o terrorismo ainda persistiu como prioridade da política externa nessa primeira fase da era Reagan — uma prioridade alimentada por episódios traumáticos como o ataque xiita em outubro de 1983 aos fuzileiros americanos no aeroporto de Beirute (241 mortos), respondido com a invasão de Granada pelo Pentágono (e uma tentativa de disseminar histeria patriótica pelo país). O presidente também obteve certo sucesso na mobilização da imprensa contra a Líbia do coronel Kadafí, caracterizado na mídia, com o estímulo oficial, como “o maior terrorista do mundo”. De qualquer forma, no segundo mandato de Reagan as revelações devastadoras sobre o escândalo Irã-Contras, percebido com atraso constrangedor pela imprensa norte-americana, atropelaram principalmente os ideólogos direitistas do governo e seus *cowboys* do Conselho de Segurança Nacional (tenente-coronel Oliver North & Cia.), faci-

litando a conclusão dos acordos com Moscou e o reconhecimento da *perestroika* de Gorbachev.

Ao fim da era Reagan, os grupos de extrema direita não escondiam a decepção com a mudança de rumos do governo. A campanha deles contra a ratificação pelo Senado dos acordos Reagan-Gorbachev fracassou inteiramente e os candidatos mais conservadores — Robert Dole, Jack Kemp, Pat Robertson — foram mal nas primárias. Perturbados pelo caso Irã-Contras, tais grupos ainda tiveram de suportar os efeitos igualmente ruinosos dos escândalos de corrupção e sexo dos pregadores evangélicos (Jimmy Swaggart, Jim e Tammy Baker, Jerry Falwell),¹⁰ aliados preciosos na disseminação da intolerância e do obscurantismo. Diante de uma situação internacional menos sujeita às reduções macartistas do passado, a direita ficou em dificuldade até para imaginar novos *slogans*, como se observou numa reunião de ativistas e grupos conservadores realizada em março de 1988, em Washington.¹¹ Ali recolhia-se dinheiro para os “contras” da Nicarágua, atacava-se a mídia liberal, exibiam-se trechos em videotape do depoimento do coronel Oliver North, denunciavam-se o homossexualismo, o aborto e o excesso de gastos com pesquisas sobre a AIDS. Nada parecido com o clima contagiante da “ameaça vermelha” e dos “vinte anos de traição”. Quando um dos presentes à reunião denunciou o aumento na circulação da revista teórica do PC norte-americano, *Political Affairs*, despertou pouco entusiasmo (a publicação passara de 4.000 para 6.500 exemplares por mês, enquanto as grandes revistas do país vendem milhões por semana).

Apesar da pouca semelhança com os êxitos vigilantistas dos anos 40 e 50 e com as promessas de reabilitação patriótica na euforia da vitória neoconservadora de 1980, a verdade é que a extrema direita não pode ser acusada de ter economizado esforços, especialmente na intimidação da mídia liberal e no assalto à liberdade acadêmica — tarefas nas quais se destacaram uma organização denominada AIM (Accuracy in Media/Precisão na Mídia) e sua conexão acadêmica AIA (Accuracy in Academia).

Em 1983, após a apresentação pela rede de televisão ABC do filme pacifista *O Dia Seguinte* (The Day After) — sobre os

efeitos de um ataque nuclear nos Estados Unidos — a AIM capitaneou uma reação tão vigorosa da direita que a intimidada direção da ABC comprometeu-se a também apresentar uma espécie de resposta dos partidários da tese militarista *better-dead-than-red* (melhor morto do que vermelho), concretizada na série *Amerika*. Como só foi lançada em 1987, quando a nova fase da administração Reagan respondia positivamente à *perestroika* de Gorbachev, *Amerika* — um ataque não apenas aos supostos planos soviéticos de dominação mundial, mas também às Nações Unidas e ao Terceiro Mundo — “tornou-se obsoleta antes mesmo de ser apresentada”.¹² A AIM obteve outros sucessos, ao financiar um processo judicial contra a rede CBS (movido pelo general William Westmoreland, que se julgara ofendido pelo documentário *The Uncounted Enemy: A Vietnam Deception*) e contribuir para outro, contra a revista *Time* (movido pelo general israelense Ariel Sharon, descontente com o noticiário sobre seu papel no massacre de Sabra e Chatila).

Acuada pela direita, que a responsabilizava pela queda de Nixon nos anos 70, a mídia liberal tornou-se tão tímida e cautelosa na era Reagan que só ousou uma cobertura adequada do escândalo Irã-Contras após ser superada por uma publicação obscura do Líbano, *Al Shiraa*.¹³ Esse comportamento menos arrojado do que no tempo de Watergate mostrou uma imprensa contida nos limites de um discurso-padrão respeitável. “Não se pode sair fora dele”, explica I. F. Stone. “Se a gente vai um pouquinho mais para a esquerda — não muito, só um pouquinho — corre o risco, não de ser exilado na Sibéria, mas de limitar a própria atividade a certos veículos menores. Somos forçados, em tais circunstâncias, a escrever só para publicações como *The Nation*, *In These Times*, *The Progressive* e poucas mais. Nos veículos das grandes empresas, principalmente os eletrônicos, as pessoas se policiam à direita e à esquerda”.¹⁴

Mais prejudicial, para Stone, foi o que a era Reagan levou para a área acadêmica — um esforço, talvez, para sintonizá-la, mediante métodos novos, com a herança da década de 1950. “Nesses últimos anos — diz ele — os ricos aprenderam a comprar intelectuais e acadêmicos. Existem hoje variados tipos de

instituições intelectuais, como a Heritage Foundation. Os jovens que terminam a universidade e aderem ao conservadorismo estão com a carreira garantida. Podem ter boa vida. Se o jovem tem bom aproveitamento nos estudos mas é de tendência liberal ou de esquerda, enfrentará grandes dificuldades. Poucas fundações se interessarão por ele. Com isso, os intelectuais se tornam uma espécie de mercadoria. Podem ser comprados e vendidos, o que é lamentável. O crescimento do American Enterprise Institute e da Heritage Foundation está se voltando para a compra dos jovens. Esse pessoal compra a mente dos jovens, a alma dos jovens”.¹⁵

As instituições acadêmicas, de fato, têm sido alvo permanente da ação da direita, como também das agências oficiais de espionagem. Talvez por ter nascido nos campus universitários, depois da fase aguda da caça às bruxas, uma Nova Esquerda. O professor Maurice Isserman, estudioso da matéria, acha mesmo que a década macartista acabou produzindo, para a surpresa de todos, a geração bem mais radical dos estudantes dos anos 60 e 70.¹⁶ Ele rejeita ainda o mito de que o macartismo matou a velha esquerda e garante que a caça às bruxas não conseguiu sequer destruir a principal das organizações esquerdistas do país: o Partido Comunista, de acordo com sua análise, só foi neutralizado mais de um ano após a queda do senador McCarthy e, assim mesmo, por causa do relatório devastador de Krushev sobre os crimes de Stalin e da invasão da Hungria. Com isso, pôde surgir uma Nova Esquerda fora da órbita de influência do PC, antes dominante. O movimento — a começar pelo principal grupo, Students for Democratic Society (SDS) — teve o mérito de evitar a tradição autoritária do partido, mas falhou ao subestimar a necessidade de organização tão valorizada no PC. Isserman acha ainda que, mesmo sem macartismo, o partido estava condenado a um papel menor nos campus e outros setores, pois os filiados não costumavam durar mais de um ano em seus quadros.

De qualquer forma, é no mínimo sugestivo que o secretário de Educação do governo Reagan, William J. Bennett, tenha denunciado a universidade em 1986 como “uma espécie de fortale-

za em guerra com a sociedade, um arsenal cuja tarefa principal é levantar a 'consciência revolucionária', frustrar o governo, desacreditar a autoridade e promover uma transformação radical da sociedade".¹⁷ Foi explicado mais tarde que ele se referia menos aos alunos (a parte majoritária deles tinha votado em Reagan dois anos antes) do que aos "professores que foram alunos no final dos anos 60", mas pelo menos um estudo recente concluiu que durante a caça às bruxas o *establishment* acadêmico acomodara-se às demandas do Estado. "O governo administrou o primeiro estágio do macartismo, agindo através das comissões de investigação e do FBI para identificar os indesejáveis nos campus. Deixou a cargo das próprias universidades o segundo estágio — o das providências para se livrarem dos indivíduos apontados. (...) A universidade não combateu o macartismo — colaborou com ele. As demissões, as listas negras e, acima de tudo, a aceitação quase universal da legitimidade daquilo que as comissões parlamentares e outros investigadores estavam fazendo conferiam respeitabilidade aos elementos mais repressivos da cruzada anticomunista", garantindo a professores e administradores universitários o papel de auxiliares de McCarthy.¹⁸

Isso também permite entender melhor os protestos recentes contra certa acomodação na alta cúpula acadêmica ante ações tanto da CIA como do FBI. Um novo programa da CIA que instalou agentes como professores e pesquisadores acadêmicos gerou indignação entre os estudantes em 1987.¹⁹ Mas pelo menos quatro universidades importantes confirmaram estarem envolvidas (a da Califórnia em Santa Barbara, a de Georgetown na capital, a do Texas em Austin e a de Harvard). Os estudantes fizeram um enterro simbólico da liberdade acadêmica, enquanto a direção das escolas comprometidas limitava-se a apontar o fundamento legal do programa — a Ordem Executiva 12333, assinada por Reagan em dezembro de 1981, autorizando pela primeira vez na história uma ação doméstica da CIA.

Como agência legalmente habilitada a fazer a espionagem doméstica, o FBI manteve os ativistas dos anos 60 e 70 sob estrita vigilância, mas hoje estende essa ação até às bibliotecas do país, suspeitas de receber espiões. A primeira denúncia partiu do jor-

nal *The New York Times*, a 18 de setembro de 1987, mas depois disso o diretor do Bureau confirmou que tal atividade já vinha sendo desenvolvida há 10 anos. O programa, Library Awareness Program, não tem por objetivo — disse ele — transformar bibliotecários em alcagüetes e sim buscar a “assistência” desses profissionais para monitorar hábitos de leitura de estrangeiros à procura de informações de segurança nacional.²⁰ Mais graves do que isso, de qualquer forma, foram atividades denunciadas anteriormente, como o Programa de Contra-Inteligência (COIN-TELPRO), que o próprio FBI, pilhado em flagrante, reconheceu ser “tolo, mal orientado e às vezes ilegal” e jurou — enganosamente — ter sido encerrado em abril de 1971. Ou, então, a vigilância posterior sobre universidades, igrejas e organizações de Direitos Humanos que ajudam refugiados centro-americanos (especialmente salvadorenhos), sem falar no próprio presidente da Câmara, Jim Wright.²¹

Como nos anos críticos do macartismo, grupos privados suplementam essa ação oficial, sendo a AIA o mais notório deles na área acadêmica. Em 1986, a ACLU tomou a iniciativa de escrever a 123 grandes universidades e 36 organizações educacionais denunciando os esforços da AIA para monitorar supostos desvios ideológicos de professores como parte de um movimento mais amplo, destinado a censurar e restringir informações nas universidades, escolas públicas e bibliotecas.²² Outro exemplo desse trabalho obscurantista da iniciativa privada, não limitado à área acadêmica, é a organização Western Goals Foundation, criada pelo deputado Larry McDonald (extremista da Sociedade John Birch), dirigida pelo advogado Roy Cohn (ex-assessor de McCarthy) e dedicada a “espionar a esquerda”, com apoio financeiro de corporações, fundações ultraconservadoras e indivíduos milionários como Nelson Bunker Hunt.²³

A face mais ameaçadora do novo esforço macartista nascido sob as bênçãos de Reagan é aquela identificada por Navasky — a conquista da legalidade para ações que antes só eram feitas às escondidas. Mas a resistência vigorosa e as denúncias frequentes nos protestos, manifestações públicas, medidas legais (como o recurso da ACLU contra a Lei de Proteção à Identida-

de dos Espiões, sancionada por Reagan) e às vezes até editoriais da imprensa liberal contribuem para deter outra escalada capaz de reviver a histeria coletiva. Claro que o clima internacional de distensão tampouco favorece a pregação de intolerância e obscurantismo, também prejudicada hoje pela ausência de um Partido Comunista como o daquele tempo, vinculado a um movimento comunista mais ou menos monolítico, com sua última instância em Moscou.

A verdade é que durante três décadas inteiras foi possível nos Estados Unidos evitar um retorno coletivo à demonologia política dos anos 40 e 50, responsável por tragédias e simplificações maniqueístas que atentaram contra as próprias tradições democráticas de que se orgulha o povo americano. Foi possível evitar que prevalecesse de novo aquela mentalidade fundamentalista descrita por Richard Hofstadter — que encara o mundo “como uma arena para o conflito entre o bem absoluto e o mal absoluto, desprezando por isso quaisquer compromissos (quem iria transigir com o demônio?) e não tolerando nenhuma ambigüidade”.²⁴ Alguém ousaria afirmar com certeza até quando?

NOTAS

¹ Richard Hofstadter, “The Paranoid Style in American Politics”. Publicado originalmente como artigo na revista *Harper's*, foi depois transformado em livro, sob o mesmo título. As citações aqui são do texto incluído na antologia do professor David Brion Davis, *The Fear of Conspiracy — Images of Un-American Subversion from the Revolution to the Present* (Cornell University Press, 1971), 2.

² D. B. Davis, op. cit.

³ Idem, 358-360. O relatório da HUAC está parcialmente transcrito.

⁴ A entrevista de 1978 foi publicada no número 9 (março de 1979) da revista *Civilização Brasileira*: A. Ferreira, “Encontro com I. F. Stone, um Herói da Imprensa na Guerra Fria”. A de 1981 não chegou a ser publicada. A de 1988 foi feita a 22-11-1988.

⁵ Ring Lardner Jr., “30 Years After the Hollywood 10”, *The New York Times*, 18-3-1978.

⁶ Entrevista ao autor, 4-2-1988. Está parcialmente transcrita em A. Ferreira, "Os equívocos da grande imprensa", *Tribuna da Imprensa*, 19-2-88.

⁷ George Lardner Jr., "Assault on Terrorism: Internal Security or Witch Hunt?", *The Washington Post*, 20-4-1981; Robert Sherril, "Security and Terrorism: Opening Day at the Subcommittee", *The Nation*, 9-5-1981; "Cidadãos Sob Suspeita", *Veja*, 6-3-1981; William Sweet, "Anti-Terrorism: New Priority in Foreign Policy", *Editorial Research Reports*, 27-3-1981.

⁸ Após deixar a redação de *Newsweek*, que considerava infestada de comunistas, De Borchgrave tornou-se diretor do principal jornal da seita Moon, *The Washington Times*. Retratos devastadores dele e de Moss estão em L. Wolf e Fred Clarkson, "Arnaud de Borchgrave Boards Moon's Ship", *Convert Action*, Verão 1985; e Fred Landis, "Moscow Rules Moss's Mind", *idem*. O livro de Sterling é ridicularizado em Charles Mann, "Claire Sterling's Terrorist Fantasy: the Russians Are Coming", *Village Voice*, 8-4-1981; e Aryeh Neier, "A Sterling Vapor Gun", *The Nation*, 9-5-1981. Os serviços de imprensa das embaixadas dos EUA espalharam pelo mundo na época *press releases* exaltando Sterling, Borchgrave e a comissão Denton. No Brasil distribuíram, entre outros: Candis Cunningham, "Novo livro vincula soviéticos ao terrorismo internacional", 12-3-1981; Beth Knisley, "O papel soviético no terrorismo internacional", 4-5-1981. Meses depois, Sterling fabricou a famosa "conexão búlgara" do atentado contra João Paulo II, desmoralizada nos tribunais italianos.

⁹ Arnaud de Borchgrave, "The KGB's Bead on the Media", *The Washington Post*, 14-4-1981.

¹⁰ Um anticomunismo arrebatado complementa o moralismo de Swaggart, Baker, Falwell e outros pregadores eletrônicos. Entre outras coisas, Swaggart (cuja carreira sobreviveu ao escândalo de sua relação pouco ortodoxa com uma prostituta) costuma exigir a liquidação da ONU e a expulsão de todos os diplomatas comunistas do país.

¹¹ Ver David Corn, "Fear and Loathing In Washington", *The Nation*, 5-3-1988.

¹² A frase, como outras informações, é de Andrew Kopkind, "Amerika: It Can't Happen Here", *The Nation*, 14-2-1987.

¹³ *Al Shiraa* foi a primeira a revelar que autoridades do governo Reagan viajaram secretamente ao Irã para vender armas ilegalmente ao regime de Teerã.

¹⁴ I. F. Stone, entrevista ao autor, 22-11-1988.

¹⁵ Idem. Deve ser notado que à época do macartismo, a Fundação Ford — ao contrário das instituições que se acomodaram — ousou financiar um importante estudo sobre a lista negra, através do Fund for the Republic, Inc. Graças a isso, tornou-se também alvo dos investigadores.

¹⁶ Ver Maurice Isserman, "Academia Nuts" *The Nation*, 4-10-1986. É uma resenha do livro *No Ivory Tower: McCarthyism and the Universities*, de Ellen W. Schrecker, publicado nesse mesmo ano. E também Sean Wilentz, "Old Lessons", *The Nation*, 14-11-1987, uma resenha do livro de Isserman, *If I Had a Hammer...: The Death of the Old Left and the Birth of the New Left*, de 1987.

¹⁷ Citado por M. Isserman, "Academia Nuts", idem. Já a entidade National Coalition for Universities in the Public Interest (NCUPI), criada em 1984, denunciou que o número de professores demitidos por motivos políticos a partir de 1982 igualou o total da era McCarthy. A NCUPI propõe-se tornar coletiva a luta contra a repressão acadêmica.

¹⁸ A afirmação, feita no livro de E. W. Schrecker, é citada por Isserman, "Academia Nuts", idem.

¹⁹ Ver Jon Wiener, "The C.I.A. Goes Back to College", *The Nation*, 12-12-1987.

²⁰ Natalie Robins, "Spying in the Stacks: the F.B.I.'s Invasion of Libraries", *The Nation*, 9-4-1988. A entrevista do diretor do FBI foi dada a Robins.

²¹ Sobre o COINTELPRO, ver "Enough Is Enough", editorial do *The New York Times*, 10-10-1975. O jornal afirma que pelo menos até dezembro de 1973 o FBI persistia em usar as mesmas técnicas. Sobre os fatos mais recentes: Diana Gordon, "Old F.B.I. Tricks", *The Nation*, 13-2-1988. Mais dados em Cathy Perkus, *COINTELPRO — The FBI's Secret War on Political Freedom* (Monad Press, Nova Iorque, 1975).

²² A carta da ACLU está reproduzida em "Universities Urged to Join in Fighting AIA Threat", *St. Louis Journalism Review* número 13 (1986).

²³ Um dos principais dirigentes da Western Goals, Carl (Spitz) Channell, confessou-se culpado nas investigações do escândalo Irã-Contras, reconhecendo que trabalhava em íntimo contato com o coronel North para arrecadar dinheiro. *The Chronology — The Documented Day-by-Day Account of the Secret Military Assistance to Iran and the Con-*

tras (Warner Books, Nova Iorque, 1987), 642. Ver ainda Elton Manzione, "The Private Spy Agency", *The National Reporter*, vol. 9, n.º 2 (1985).

²⁴ Citado por Stefan Kanfer, *A Journal of the Plague Years* (Atheneum, Nova Iorque, 1973), 12-13.

15. Nós e a caça às bruxas

Países como o Brasil estão também sujeitos a fenômenos de histeria coletiva semelhantes ao macartismo norte-americano?

Mesmo sem considerar nossos antecedentes históricos mais remotos e o fato de também ter chegado aqui o braço longo da Inquisição ibérica, é bom não subestimar os riscos do século atual. A revolução fracassada da Aliança Nacional Libertadora em 1935, que reuniu comunistas, liberais e principalmente militares, num período de frente popular, serviu de pretexto para a devastadora repressão desencadeada pela ditadura Vargas e alimentou sistematicamente nos anos seguintes inclusive após a redemocratização de 1946 — uma retórica anticomunista bem próxima da manipulada ao norte pelo senador McCarthy.

Mas não deixa de ser estimulante a constatação de que nos períodos de nossa história recente mais favoráveis à fabricação de alguma coisa semelhante ao episódio macartista, os interessados fracassaram em seu esforço para contagiar a população com uma onda de intolerância comparável à que varreu os Estados Unidos. Em 1947, época da visita do presidente norte-americano Harry Truman e da assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também conhecido como Pacto do Rio de Janeiro, a vida política brasileira já sofria os reflexos da nascente Guerra Fria — o Partido Comunista foi colocado

na ilegalidade e os mandatos de seus parlamentares foram cassados.

Os jornais dessa fase mostram claramente que o Brasil, como o resto da América Latina, não estava alheio ao que acontecia nos Estados Unidos. E havia ainda a tentativa ostensiva de Washington de exportar o macartismo para outros países, com resultados pouco uniformes.

No Japão, sob a forte influência norte-americana depois da guerra, as conseqüências foram imediatas em diferentes setores de atividades. O crítico e escritor norte-mericano John Howard Lawson escreveu em 1953 que a tentativa japonesa, na área de cinema, de uniformizar a produção comercial mediante repressão e censura política, só encontrava paralelo naquilo que estava ocorrendo nos Estados Unidos. “Na primavera de 1948, 30 diretores, atores e técnicos foram despedidos da Toho, principal companhia cinematográfica japonesa. Uma greve organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Cinema foi esmagada por mil policiais japoneses apoiados por tropas e tanques dos Estados Unidos”.¹

Na Europa Ocidental, esse foi um período fecundo no que se refere à ingerência norte-americana — inclusive ações da espionagem — na política interna de cada país. Mas se os grupos políticos aliados de Washington conseguiam manter o poder, a verdade é que os partidos comunistas em países importantes como Itália e França conservaram sua identidade e um forte contingente eleitoral. Nem na Inglaterra, aliada mais próxima das posições norte-americanas na Guerra Fria, foi possível impor uma ação macartista demolidora como a dos Estados Unidos.

Na América Latina, onde estavam os votos automáticos que garantiam maioria em favor dos interesses norte-americanos nos organismos internacionais, o primeiro efeito prático da Guerra Fria foi o TIAR, mas esse tratado não teve inicialmente uma clara tintura anticomunista. Para a decepção do governo Truman, os países latino-americanos conseguiram incluir no texto do documento um compromisso claro de não-intervenção. O segundo grande triunfo diplomático da nova doutrina de Washington no após-guerra foi a fundação em 1948, em Bogo-

tá, da Organização dos Estados Americanos (OEA), a entidade que passaria a ser usada nos anos seguintes para manter os países do continente alinhados com a política externa dos Estados Unidos.²

A partir de 1954, quando o governo republicano do presidente Eisenhower decidiu esmagar a revolução da Guatemala, o Tratado do Rio de Janeiro ganhou afinal sua conotação abertamente anticomunista — desejada desde o início pelos Estados Unidos. Isso foi possível graças à aprovação em Caracas, sob violenta pressão da delegação chefiada pelo secretário de Estado John Foster Dulles, da chamada Resolução 93. Declarava esse documento “que o domínio ou controle das instituições políticas de qualquer estado americano por parte do movimento comunista internacional que tenha por resultado a extensão ao continente americano do sistema político de uma potência extracontinental constitui ameaça à soberania e independência política dos estados americanos, coloca em perigo a paz na América e exige uma reunião de consulta para considerar a adoção das medidas procedentes, nos termos dos tratados existentes”.³

O próprio chanceler guatemalteco da época, Guillermo Toriello Garrido, denunciou durante a reunião de Caracas que a proposta de Dulles significava a “internacionalização do macartismo”. A Guatemala até expediu uma declaração formal sobre o assunto: “Nós nos opomos (...) enfaticamente à internacionalização do macartismo, à queima de livros e à imposição do pensamento estereotipado”. Em livro publicado anos depois, Toriello admitiu que “muitos governos latino-americanos tinham recebido com beneplácito e até com entusiasmo a introdução do macartismo na Resolução 93, porquanto dessa forma podiam oficializar através de um instrumento latino-americano a perseguição que incansavelmente realizavam contra todas as formas democráticas em seus países”.⁴ A resolução, de fato, previa que os governos do continente deviam adotar medidas para impedir as atividades subversivas do movimento comunista internacional em suas respectivas jurisdições. Eram elas: “Medidas que exijam a declaração da identidade, atividade e procedência dos fundos de que dispõem as pessoas que façam propaganda do

movimento comunista internacional ou que viajem a serviço do referido movimento; 2. o intercâmbio de informação entre os governos, para facilitar o cumprimento dos propósitos das resoluções adotadas pelas conferências internacionais e pelas reuniões de consulta de ministros de Relações Exteriores relacionadas com o comunismo internacional".⁵

Lá mesmo, nos Estados Unidos, o jornalista I. F. Stone também observou na ocasião que enquanto o presidente Eisenhower envolvia-se, no plano doméstico, numa disputa com o senador McCarthy, que passara a investir contra a administração republicana e até contra a suposta infiltração comunista no Exército, em Caracas o secretário Foster Dulles exercia pressão sobre a América Latina para aprovar a resolução destinada a estender o macartismo ao resto do hemisfério através de uma ação conjunta pela "segurança" e contra a "subversão".⁶

O texto da resolução macartista foi incorporado à OEA a 14 de março de 1954, com o apoio entusiástico das ditaduras Somoza, Trujillo, Batista & Cia. Permanece em vigor ainda hoje, embora elaborado casuisticamente para facilitar na prática a invasão da Guatemala, concretizada poucas semanas depois, sob o comando da Agência Central de Espionagem (CIA) norte-americana. Os efeitos daquela ação conjunta prevista na resolução podem ser avaliados hoje à luz da articulação dos célebres órgãos de segurança do Cone Sul nos anos 60 e 70, sob a inspiração de Washington. Sem falar dos episódios extremos da invasão de Cuba (1961) e do desembarque de fuzileiros em São Domingos (1965).

A experiência macartista, no entanto, teve tonalidades diversificadas em cada país latino-americano. As ditaduras militares obcecadas pela doutrina de Segurança Nacional exportada pelo Pentágono foram mais longe no combate zeloso à subversão interna. Nas duas décadas que se seguiram ao golpe militar de 1964, em especial no período imediatamente posterior ao Ato Institucional número 5, o Brasil copiou com certa sofisticação até os rituais macartistas de purificação, encorajados aqui pela prática sistemática da tortura.

O estímulo à delação, inclusive às denúncias anônimas, foi

uma norma depois de 1964, com a proliferação dos IPMs, coordenados por uma gigantesca CGI (Comissão Geral de Investigações). Mas o macartismo brasileiro foi menos competente do que o modelo original ao não conseguir, por exemplo, santificar aos olhos do público a figura do delator — como acontecera nos Estados Unidos, com a cumplicidade dos meios de comunicação. Nesse sentido, os numerosos “terroristas arrependidos” (que o regime militar costumava exibir em cadeia nacional de televisão) dizendo-se convertidos à democracia pelo patriotismo do general Garrastazu Médici (Transamazônica, Copa do Mundo, mar territorial de 200 milhas) jamais viraram heróis. Ao contrário, alguns ídolos populares — como o cantor Wilson Simonal e o radialista César de Alencar — é que se tornaram vilões ao serem reveladas as vocações deles para a delação.

Antes mesmo de 1964, em plena fase aguda da Guerra Fria, algumas personalidades políticas brasileiras — como o almirante Pena Boto, o chefe integralista Plínio Salgado e, de certa forma, também o jornalista Carlos Lacerda — revelaram certa inclinação para o papel desempenhado com tanto sucesso, nos Estados Unidos, pelo senador McCarthy. Listas de comunistas infiltrados também chegaram a ser populares por aqui, em esforços claros para se lançar e disseminar a caça às bruxas. Após o golpe militar, a máquina do Estado foi mobilizada inutilmente no mesmo sentido.⁷

Em 1975, campanha semelhante à da imprensa Hearst norte-americana foi desencadeada em São Paulo por um colunista sem expressão, Cláudio Marques, contra uma equipe de jornalistas da TV Cultura de São Paulo, de propriedade do governo estadual. Mas os fatos posteriores revelaram tratar-se de desafio localizado de um alto comando militar, a cujo serviço estava Marques, ao governador paulista. A tragédia que se seguiu, com a prisão e o assassinato na cadeia do líder da equipe jornalística, Vladimir Herzog, encarregou-se de neutralizar o assalto macartista — de resto, hostilizado praticamente pelo conjunto da imprensa.⁸ Ao presidente Ernesto Geisel, que fizera valer sua autoridade no desdobramento dessa crise militar, também pode ser atribuído o mérito de outro golpe no macartismo, no episódio

da demissão do ministro do Exército, em outubro de 1977. Ao ser demitido, o general Sylvio Frota, que só aderira à linha dura após assumir o ministério, tentou mobilizar seus adeptos recorrendo ao mais surrado dos expedientes macartistas — a clássica denúncia de infiltração comunista no governo, com lista de nomes e tudo.⁹

O fato de ter fracassado sob alguns aspectos não significa que o macartismo brasileiro deixou de ser fiel ao modelo norte-americano. Durante muito tempo as ordens do dia dos comandantes militares — em especial aquelas destinadas a homenagear os mortos da chamada “Intentona de 35” — pareciam extraídas de discursos e pronunciamentos de McCarthy e seus aliados da caça às bruxas. Copiou-se no Brasil até mesmo alguns dos *slogans* mais populares do macartismo norte-americano, como o indefectível “Brasil, Ame-o ou Deixe-o” — mera adaptação do “America, Love It or Leave it” disseminado pela Legião Americana em meio à histeria dos anos 40 e 50.

Apesar do fracasso dos esforços por aqui, tem havido macartistas e caçadores de bruxas no Brasil em diferentes períodos. Cinco anos depois da morte de Herzog, por exemplo, a imprensa já não estava sob censura e o regime militar declarava-se determinado a restabelecer gradativamente a democracia, mas isso não impediu uma estranha proposta do então ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da presidência da República, Said Farhat. Empresário da área de propaganda e ex-dono de revista, ele propôs amplo expurgo macartista para purificar ideologicamente todas as redações do país.

Não por acaso, Farhat fez a sugestão em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra (ESG), usando o argumento de que os jornalistas traem a confiança dos veículos, engajando-se “em posições pseudodoutrinárias, alheias ou contrárias às convicções de seus proprietários”.¹⁰ O governo teve o bom senso de não insistir no projeto de Farhat: ele foi demitido pouco depois, enquanto um decreto presidencial extinguia sem choro e nem vela a sua Secom, cuja meta era manipular a opinião dos veículos mediante programação publicitária cuidadosamente dirigida.

Sugestão idêntica à de Farhat — generalizado expurgo nos veículos de comunicação — também foi feita, nos estertores do regime militar, por outro empresário, Henry Maksoud, durante um congresso de comunicação realizado em São Paulo.¹¹ Defensor extremado de uma livre iniciativa sem qualquer regulamentação do Estado, Maksoud adota posição ideológica próxima ao “objetivismo” da escritora norte-americana de extrema direita Ayn Rand, que funcionou como uma espécie de conselheira da HUAC no início da caça às bruxas: condena o altruísmo e a dedicação do Estado ao bem-estar dos povos como os mais graves pecados do mundo moderno e exalta o egoísmo empresarial e a ganância desenfreada como receita suprema do progresso humano.¹² A liberdade, na visão de Maksoud, só pode ser do empresário, dos donos dos meios de comunicação — jamais dos jornalistas, que são empregados e, como tal, inferiores aos homens “empreendedores” que constroem riqueza.

O Brasil, assim, não está imune à doença macartista. Mas a verdade é que em nenhuma parte do mundo não-comunista esse fenômeno logrou contaminar de forma tão generalizada o organismo de uma nação como nos Estados Unidos — exatamente o país que mais proclama orgulho pelas liberdades democráticas asseguradas na Constituição. O historiador, crítico e romancista britânico David Cauter, que analisou o problema num dos livros mais completos sobre o assunto, é extremamente rigoroso com o papel colaboracionista dos chamados liberais da Guerra Fria, como Sidney Hook. E recorda que na Inglaterra os intelectuais jamais se entregaram a tal jogo, apesar do compromisso britânico com a aliança política e militar contra os soviéticos.

Certamente pode-se dizer o mesmo dos intelectuais brasileiros. Ou dos franceses e italianos, que também se negaram a participar da caça às bruxas que comprometeu tantos liberais norte-americanos. Com o agravante de que na Inglaterra, na Itália, na França ou no Brasil, os comunistas sempre foram mais numerosos do que nos Estados Unidos. “A cada eleição italiana — escreveu com admiração o norte-americano Dalton Trumbo, em 1965 — a bandeira do Partido Comunista tem a sua vez no parapeito do Castel Sant’Angelo, a grande cidadela do Vaticano

sobre o Tíbre — e a pequena distância dali o Papa ainda reina, os santos e mártires no topo da Colonnade de Bernini ainda louvam Deus e o homem com aquelas formas encantadoras. Eles podem não ter nossa forma de governo, uma Primeira Emenda ou uma Suprema Corte para interpretar o conteúdo tão claro de seu texto, mas a maioria dos europeus tem o direito de se filiar a qualquer coisa que deseje e de gritar as próprias opiniões e filiações da colina mais alta que puder escalar, sem medo de ser processado criminalmente por isso ou de ter decretada a sua morte profissional. Isso é o que significa sociedade aberta — e é isso o que não temos na América”.¹³

Trumbo, ainda empenhado nessa ocasião na campanha para derrubar a lista negra, pode até ter carregado nas tintas. Mas a verdade é que o estudo cuidadoso da onda de intolerância dos anos 40 e 50 oferece lições a serem registradas e observadas com atenção em toda parte. O ensinamento maior é que não há pessoas mais (ou menos) habilitadas do que outras a desfrutar as garantias e direitos previstos na Constituição e nas leis. No momento em que deixamos de defender a extensão desses princípios a alguém — ou por discordarmos de suas idéias e convicções, ou por aceitarmos as eternas alegações de segurança nacional e patriotismo a que recorrem os acusadores — também começamos a abrir mão desses princípios para nós mesmos. E podemos ser as próximas vítimas.

NOTAS

¹ J.H. Lawson, *Film in the Battle of Ideas* (Masses & Mainstream, Nova Iorque, 1953), 121.

² O TIAR é o pacto constitutivo do chamado sistema interamericano, institucionalizado depois na OEA. Mas para submeter-se aos EUA, empenhados em dispor de um instrumento no continente para o confronto geral com a URSS, a América Latina conseguiu mudar a ênfase pretendida por Washington, dando ao TIAR um caráter antiintervencionista e pró-autodeterminação já no artigo 1, pelo qual cada país signatário compromete-se, “em suas relações internacionais, a não recor-

rer à ameaça ou ao emprego da força". Ver o texto completo em Pierre Queuille, *L'Amérique Latine — La Doctrine Monroe et le Panaméricanisme* (Payot, Paris, 1969), 271. Na Carta da OEA, o mesmo princípio ficou ainda mais explicitado e reforçado nos artigos 15, 16 e 17, o que explica por que até o governo esquerdista da Guatemala aprovou na época os dois documentos. Ver Guillermo Torrielo Garrido, *Tras la Cortina de Banano* (Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1981), 214-217.

³ A íntegra da Resolução 93 está em G. Torrielo, op. cit., 185-187. Ela foi aprovada contra apenas um voto (o da Guatemala). Argentina e México se abstiveram.

⁴ G. Torrielo, idem.

⁵ Idem, ibidem.

⁶ Neil Middleton, editor, *The I. F. Stone's Weekly Reader* (Random House, Nova Iorque, 1973), 43.

⁷ Circularam informações após o Ato Institucional número 2 de que até grandes empresários profundamente anticomunistas, como Roberto Marinho, repeliram a sugestão do então ministro da Justiça, Juracy Magalhães, para que os esquerdistas fossem expurgados das redações em 1965. No Itamarati, Magalhães — oficial reformado do Exército — fora o autor da célebre frase "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", o que certamente explica sua posição macartista.

⁸ O comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, foi demitido pelo presidente Ernesto Geisel quatro meses depois, ao ocorrer outra morte de preso político em circunstâncias semelhantes. O jornalista Marques escrevia na *Folha de S. Paulo* e no tablóide *O Expresso*, que se apresentava como porta-voz da linha dura militar.

⁹ Aparentemente, Frota via numa retomada do discurso macartista a oportunidade de afirmar sua liderança no Exército e desafiar Geisel. Mas Alfred Stepan, apoiado em relatos dos jornalistas André Gustavo Stumpf, Merval Pereira Filho e Bernardo Kucinski, afirma que Frota antes estivera empenhado em deter as ações da linha dura. A. Stepan, *Os Militares: Da Abertura à Nova República* (Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986), 53.

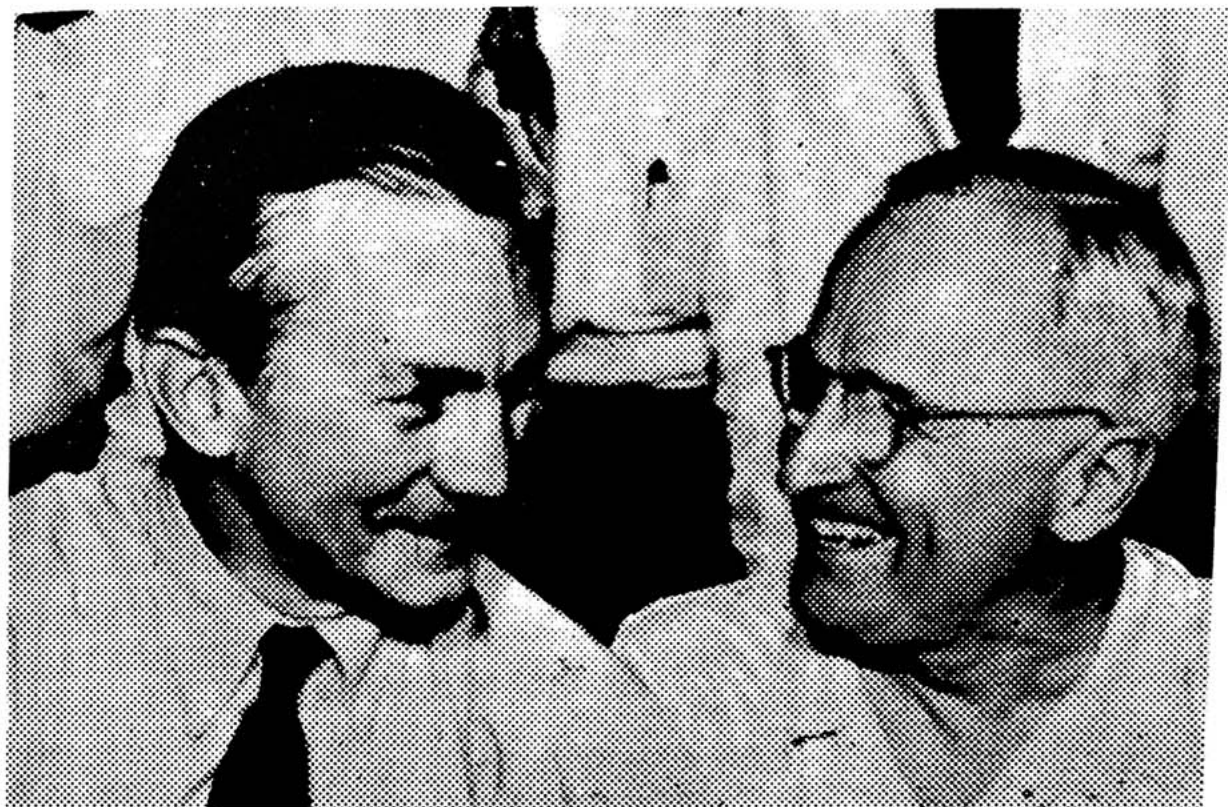
¹⁰ A conferência de Said Farhat, "Política de Comunicação Social e Opinião Pública no Brasil", foi pronunciada a 21-5-1980 e reproduzida parcialmente no balanço sobre liberdade de imprensa no Brasil levado à Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) por um diretor de O

Estado de S. Paulo. Ver “No Brasil, liberdade vigiada”, *O Estado*, 14-10-1980.

¹¹ Realizado durante toda uma semana de outubro de 1984, o Congresso Nacional de Comunicação e Informação foi promovido pelo governo (Ministério das Comunicações) e grandes empresas do ramo (inclusive multinacionais, como a IBM). Procurou-se excluir deliberadamente as entidades representativas dos 350 mil empregados do setor, como a Federação Nacional dos Jornalistas. Maksoud é chefe de um grupo empresarial poderoso (Hidroservice), de que faz parte a revista *Visão* (antes pertencente à Vision norte-americana, controlada pelos *lobbies* dos ditadores Somoza, Trujillo e outros).

¹² O alentado volume no qual Ayn Rand apresenta sua “filosofia” é o romance *Atlas Shrugged*, traduzido no Brasil (com 30 anos de atraso) por iniciativa de empresários e como parte da campanha pela desestatização, sob o título *Quem é John Galt?* (Expressão e Cultura, Rio, 1987). No desfecho do romance, Galt traça no espaço “um cifrão, símbolo do dólar”. Rand foi a primeira testemunha amistosa da HUAC em 1947. Apresentou-se como especialista em comunismo e acusou o filme *Canção da Rússia* de ser propaganda vermelha por mostrar cidadãos soviéticos sorrindo.

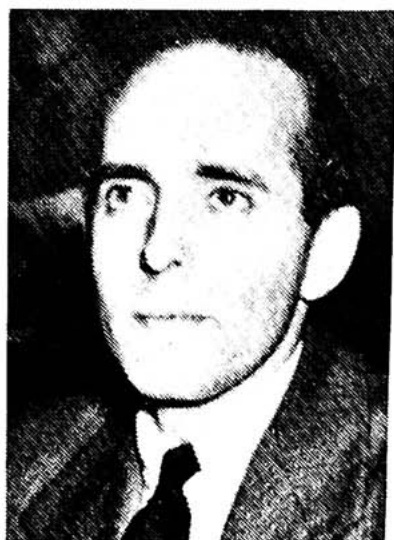
¹³ D. Trumbo, *The Time of the Toad — A Study of Inquisition in America* (Perennial Library, 1972), 148.



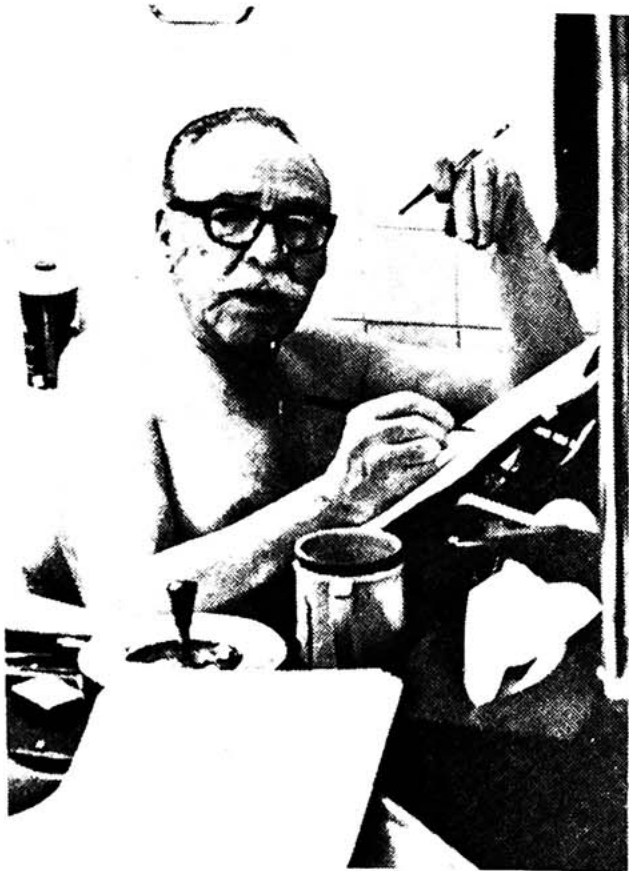
Em busca de apoio doméstico para as mudanças em sua política externa, depois da morte de Roosevelt, Truman abriu a caixa de Pandora ao aprofundar a retórica anticomunista. Obcecado pela “ameaça vermelha”, seu secretário da Defesa James V. Forrestal (ao lado de Truman na foto 1) saltou para a morte da janela do hospital onde tinha sido internado com problemas psiquiátricos. Truman assinou o Tratado do Atlântico Norte, que deu origem à OTAN. Auxiliares dele que tiveram papel crítico na criação do clima da Guerra Fria, como George Marshall e Dean Acheson (foto 2), tornaram-se mais tarde alvos do senador Joe McCarthy e seu assessor Roy Cohn (foto 3), que os denunciaram por cumplicidade com os comunistas.



Os deputados Richard Vail (Republicano-Illinois), J. Parnell Thomas (Republicano-Nova Jersey), John McDowell (Republicano-Pensilvânia), o famoso investigador-chefe da assessoria, Robert Stripling, e o deputado Richard Nixon (Republicano-Califórnia) posaram para uma foto em 1947 (foto 1) como os mais destacados caçadores de bruxas da HUAC (Comissão de Atividades Anti Americanas da Câmara). Harry Dexter White (foto 3), sub secretário do Tesouro e um dos fundadores do FMI e Banco Mundial, morreu do coração após o violento interrogatório na HUAC, que também conseguiu — graças aos esforços do deputado Richard Nixon, ajudado pelo FBI — a condenação por perjúrio do diplomata Alger Hiss, que saiu algemado do tribunal (foto 2). Os escândalos de espionagem firmaram-se depois nas manchetes com o julgamento e a execução do casal Julius e Ethel Rosenberg.



O ator Robert Taylor (foto 1) desculpou-se por ter feito o filme *Canção da Rússia*, responsabilizando por isso o governo Roosevelt. Ele e o colega Adolphe Menjou (foto 2) depuseram como “testemunhas amistosas”, denunciando a ação dos comunistas. O coreógrafo Jerome Robbins (foto 3), perturbado por insinuações de homossexualismo, o músico Artie Shaw (foto 4), que chorou no banco das testemunhas, e o ator John Garfield (foto 5), ex-membro do partido, relutaram em denunciar colegas. Garfield morreu do coração (após a sessão na qual finalmente se rendera à pressão dos inquisidores) dias antes da data prevista para o depoimento formal da confissão.



Os Dez de Hollywood tornaram-se o símbolo da resistência à inquisição desencadeada pela HUAC. Numa foto histórica (foto 1), eles aparecem com seus advogados Martin Popper e Robert W. Kenny: fila de baixo, da esquerda para a direita, Herbert Bibermann, Popper, Kenny, Albert Maltz e Lester Cole; fila do meio, Dalton Trumbo, John Howard Lawson, Alvah Bessie e Samuel Ornitz; fila do alto, Ring Lardner Jr. Edward Dmytryk e Adrian Scott. Por se negarem a responder às perguntas da HUAC, todos cumpriram pena na prisão e, como Lester Cole, foram fotografados de frente e perfil (foto 2). Anos mais tarde, Dalton Trumbo (foto 3), liderou a campanha contra a lista negra. Outro que foi preso por se negar a responder perguntas após prestar juramento no Congresso foi o escritor Dashiell Hammett (foto4). O teatrólogo Arthur Miller, em idênticas circunstâncias, escapou da cadeia por uma tecnicidade.



No primeiro momento, toda Hollywood parecia determinada a resistir à investigação da HUAC. Danny Kaye, June Havoc, Humphrey Bogart e Lauren Bacall estavam na delegação que compareceu a uma audiência em 1947, em Washington, acusando os deputados de atentarem contra a Primeira Emenda. Muitos artistas mudaram de posição tão logo os estúdios decidiram submeter-se à inquisição. Bogart deu-se até ao trabalho de mimeografar uma carta, arrependendo-se publicamente de ter ido à Washington defender a Primeira Emenda.

Apêndices

Apêndice 1

Um Glossário da Caça às Bruxas

Palavras, expressões e siglas invadiram o dia-a-dia das pessoas envolvidas de alguma forma na histeria macartista dos anos 50 e 60. Muitas já eram conhecidas, mas ganharam significado especial no contexto da Guerra Fria e do quadro político doméstico gerado por ela, o que se procura explicar aqui.

ABC — Iniciais de American Business Consultants (Consultores de Negócios da América), empresa criada por ex-agentes do FBI para acumular (e vender) informações sobre o passado das pessoas. Editava a revista *Counterattack* (ver).

ACCF — Iniciais de American Committee for Cultural Freedom (Comissão Americana pela Liberdade Cultural), braço doméstico do Congress for Cultural Freedom (CCF), que recebia verbas secretas da CIA. Reunia os liberais da Guerra Fria/*cold war liberals* (ver).

ACLU — Iniciais da American Civil Liberties Union (União Americana pelas Liberdades Cívicas). Apesar de seus compromissos básicos com a defesa das liberdades cívicas, tornou-se instrumento do macartismo. Fez expurgo em seus quadros e criou arquivo com nomes de suspeitos (ver *file/arquivo*). Diante disso, esquerdistas fundaram a Emergency Civil Liberties Committee (ver *ECLC*), para cumprir o papel negligenciado pela ACLU.

Affidavit — Termo jurídico que designa declaração escrita so-

bre antecedentes, redigida e assinada por um suspeito, em sua própria defesa.

Affiliation — Filiação. Vínculo com o Partido Comunista (ver *CP*) ou entidades consideradas de fachada/*front group* (ver). Podia ser o passaporte para a lista negra/*blacklist* (ver) e o desemprego.

Agent provocateur — Agente provocador. Expressão francesa do vocabulário comunista e esquerdista. Denunciava certo tipo de comportamento.

Agitprop — Palavra criada pelos comunistas para juntar “agitação” e “propaganda”. Incorporada à retórica anticomunista.

Alert — Literalmente, alerta. Publicação anticomunista de Los Angeles, na linha das folhas de difamação/*smear sheet* (ver).

American Legion — Legião Americana. A maior organização de ex-combatentes e veteranos de guerra do país. Uma das mais ativas na caça às bruxas.

Americanism — Americanismo. Expressão usada (inclusive numa campanha lançada após a Primeira Guerra Mundial) em oposição a comunismo, embora os comunistas chegassem a cunhar o *slogan* segundo o qual “americanismo é o comunismo do século XX”. (ver *Un-american*/antiamericano).

American Mercury — Literalmente, mercúrio americano. Revista de orientação anticomunista.

Anti-anti-communist — Anti-anticomunista. Aquele que se opunha à obsessão anticomunista, passando a ser encarado também como suspeito. Como os liberais de esquerda.

Anti-communist — Anticomunista. Às vezes também chamado *red-baiter* (ver).

Anti-labor — Antitrabalhista. Alguém que se opõe à ação sindical.

Anti-Nazi League — Liga Antinazista. Criada em Hollywood sob a influência do Partido Comunista, mudou de nome (para Hollywood League for Democratic Action) após o Pacto Nazista-Soviético/*Nazi-Soviet Pact* (ver).

Antinegro — Antinegro, racista. Acusação que costumava ser feita aos ativistas de direita, como também aos parlamentares do Sul, participantes das investigações.

Anti-semitic — Anti-semita. Acusação habitual aos parlamentares da *HUAC* (ver) e ativistas de direita, para quem comunista e judeu eram a mesma coisa.

Anti-subversive — Anti-subversivo. Equivalente a anticomunista.

Appendix Nine — Apêndice Nove. Lista elaborada pelo profissional de anticomunismo J. B. Matthews, também chamada *Matthews' List* (ver), acrescentado, como apêndice, a relatório da *HUAC* (ver).

Atom spy — Espião atômico. Expressão adotada pelos tablóides de escândalos para manchetes alarmistas. Aplicada ao casal Rosenberg, Klaus Fuchs e outros.

Attorney General's List — Lista do Procurador-geral. A principal lista oficial de entidades consideradas comunistas ou de fachada (ver *front group*/grupo de fachada).

Augmented Fifth — Literalmente, a Quinta ampliada. Estratégia para invocar a Quinta Emenda (ver *Fifth Amendment*), negando filiação atual ao partido mas recusando-se a fazer o mesmo quanto ao passado e declarando expressamente não ser simpático ao comunismo ou seus objetivos. Ver *Diminished Fifth*/Quinta Reduzida.

Aware, Inc. — Literalmente, Consciente & Cia. Entidade que publicava uma *newsletter* relacionando nomes de suspeitos. Uma das mais atuantes no negócio da lista negra/*blacklist* (ver).

Blacklist — Lista negra. No seu sentido geral, todos os nomes de pessoas que ficaram privadas do emprego (ou que não conseguiam emprego) por causa de antecedentes considerados suspeitos. Mas também se refere às muitas listas elaboradas pelas numerosas entidades dedicadas à caça aos comunistas.

Blacklisted/Blacklistee — Colocado na lista negra. Impossibilitado de ter emprego devido à lista — ou listas.

Blacklister — Fazedor de lista negra. Aplicado aos consultores ou donos de arquivo, como também aos parlamentares das comissões investigadoras.

Black market — Mercado negro. Venda clandestina de roteiros, através de nomes supostos ou de terceiros. Ver *front*/testa-de-ferro.

Bleeding-heart liberal — Literalmente, liberal de coração sangrando. Dizia-se do liberal que defendia comunistas por questão de princípio.

Blow the whistle — Literalmente, soprar o apito. Equivale ao nosso “botar a boca no trombone”, denunciar. Geralmente, não é usada como sinônimo de delatar, que tem conotação negativa.

Bolshevik — Bolchevique, bolchevista. Equivalente a comunista, usada como acusação.

Boss — Patrão. Mais usada no contexto da luta sindical, principalmente pelos ativistas de esquerda.

Bourgeois — Burguês. Como em *bourgeois decadence*/decadência burguesa. Do jargão comunista.

Boycott — Boicote. Arma dos grupos patrióticos e de extrema direita contra o uso de profissionais considerados suspeitos. Houve boicotes organizados contra filmes de Chaplin e outros.

Canary — Canário. Uma das palavras usadas para chamar alguém de delator. Ver *informer*/delator.

Carrying card communist — Comunista de carteirinha. Aquele cuja filiação ao partido está comprovada.

Catholic organizations — Organizações católicas, frequentemente envolvidas na perseguição a comunistas. A principal delas era a Catholic War Veterans (Veteranos de Guerra Católicos). Em Nova Iorque, destacaram-se nessa atividade altos chefes da Igreja (como o cardeal Francis Spellman e o bispo Fulton Sheen).

Censorship — Censura. Para os esquerdistas, o verdadeiro objetivo das comissões investigadoras do Congresso. Os jornais da cadeia Hearst publicaram editoriais pedindo o estabelecimento de censura, o que era denunciado por liberais e esquerdistas como esforço para controlar o pensamento. Ver *thought control*/controle do pensamento.

Character assassination — Literalmente, assassinato de caráter. Equivale a destruição de reputações — o que faziam os macaristas.

China lobby — Lobby da China. O mais poderoso e rico dos

lobbies, financiava grupos e ações anticomunistas, defendendo o regime de Chiang Kai-shek.

Christian Crusader — Cruzado cristão. Ativista dedicado à caça às bruxas em nome do cristianismo.

Clean house — Limpar a casa. Usada como sinônimo de expurgo de suspeitos.

Clearance — Limpeza. No contexto da caça às bruxas, designa os procedimentos das vítimas interessadas em limpar o nome e voltar ao emprego.

Clear the air — Limpar o ar. Mesmo sentido de limpar a casa/*clean house* (ver).

Cocktail-party circuit — circuito dos coquetéis. Reuniões promovidas geralmente pelo Partido Comunista, em casas particulares, para recolher dinheiro em favor de causas como a luta antifascista ou a ajuda aos republicanos espanhóis, num clima semelhante ao da esquerda festiva do Brasil.

Cold war — Guerra Fria. O confronto EUA-URSS, após a Segunda Guerra Mundial.

Cold warrior — Guerreiro frio. Diz-se daquele que mais se dedicava com zelo à Guerra Fria e à denúncia dos soviéticos.

Cold War liberal — Liberal da Guerra Fria. Aquele que, ante o avanço do macartismo, oferecia a justificação intelectual para a necessidade de varrer os comunistas das universidades e outros setores de atividade.

Committee — Comissão. Geralmente usada para designar a *HUAC* (ver), embora houvesse outras comissões, inclusive a Comissão pela Primeira Emenda/*Committee for the First Amendment* (ver).

Committee for the First Amendment — Comissão pela Primeira Emenda. Criada em 1947, às vésperas da primeira ofensiva da *HUAC* (ver) sobre Hollywood, que o pessoal do cinema encarou como atentado à liberdade de expressão. Ver *First Amendment*/Primeira Emenda.

Commie — Comuna. Usada geralmente pelos anticomunistas.

Commugressive — Comugressista. Palavra criada pela revista *Counterattack* para deliberadamente pôr no mesmo saco comu-

nistas e progressistas (inclusive o Partido Progressista de Henry Wallace).

Communist — Comunista. Usada com sentido tão elástico que se recorria a outras expressões quando se tratava de caracterizar a vítima de forma mais vigorosa. Como comunista de carteirinha/*carrying card communist* (ver).

Communist association — Associação comunista. Aquele que tinha ligações com entidades ou pessoas acusadas de comunismo.

Comsymp — Forma simplificada de “simpatizante comunista”. Usada contra liberais não suficientemente anticomunistas.

Confession — Confissão. Geralmente a confissão completa, com a delação de nomes de outros.

Confidential informant — Informante confidencial, alcagüete. Aqueles delatores que não se apresentavam publicamente como tal. Por exemplo, o ator Ronald Reagan, alcagüete do FBI sob o codinome T-10.

Contempt of Congress — Desrespeito (ou desacato) ao Congresso. Acusação feita aos que se recusavam a responder perguntas sem invocar a Quinta Emenda/*Fifth Amendment* (ver). Os Dez de Hollywood/*Hollywood Ten* (ver) cumpriram pena de prisão por isso.

Controversial — Controverso. Palavra predileta dos que preferiam não dizer à pessoa estar ela numa lista negra, suspeita de comunismo e, como tal, impossibilitada de ter emprego.

Cooperative witness — Outra expressão para a testemunha amistosa/*friendly witness* (ver), que colaborava com os investigadores.

Counterattack — Literalmente, contra-ataque. Nome de uma das publicações mais ativas na caça às bruxas.

CP/CPUSA — Partido Comunista/Partido Comunista dos EUA. São as siglas geralmente usadas nas referências ao partido, que também podia ser chamado simplesmente de *party*.

CP card — Carteira do partido. Eventualmente exibida nas comissões investigadoras, em fac-símile (de autenticidade às vezes contestada), para provar a culpa de alguém.

CP cell — Célula do partido.

Crawl through the mud — Chafurdar na lama. Expressão usada por uma testemunha referindo-se ao ato da delação — e, depois, repetida por outras.

Cross-examine — Reinterrogar. O que as vítimas de denúncias desejavam fazer com testemunhas que as apontavam, na esperança de provar a falsidade das acusações. Para a proteção do delator, não se permitia tal interrogatório cruzado.

Daily Worker — Literalmente, Trabalhador Diário. Nome do jornal do Partido Comunista em Nova Iorque. Também uma acusação: quando o senador McCarthy ou outros da mesma linha desejavam acusar de comunista um jornal liberal, chamavam-no de *Daily Worker*.

Deceit, Masters of — Mestres do Disfarce. Designação dos comunistas feita pelo diretor do FBI, J. Edgar Hoover. Título de um de seus livros.

Diminished Fifth — Literalmente, Quinta Diminuída. Artifício usado primeiro por Carl Foreman para se proteger apenas parcialmente, declarando não pertencer ao partido. Isso porque ao invocar plenamente a Quinta (ver *Fifth Amendment*), o suspeito passava automaticamente a ser considerado comunista.

Disloyal — Desleal. Acusação equivalente a antipatriota, quase traidor. Antiamericano/*un-american* (ver).

Dope — Literalmente, viciado em drogas ou bobalhão. Na gíria macartista, aquele que se deixava dominar pelos comunistas.

Dupe — Aquele que se deixa enganar facilmente. Na gíria macartista, o mesmo que *dope* (ver).

Dues-paying communist — Literalmente, comunista que paga mensalidade. Acusação equivalente a *Carrying card communist* (ver).

ECLC — Emergency Civil Liberties Committee (Comissão de Emergência pelas Liberdades Civas). Ver *ACLU*.

Executive session — Sessão executiva. Realizada pelas comissões investigadoras a portas fechadas, com o objetivo de proteger determinados delatores. Em oposição às sessões públicas/*public hearings* (ver).

Expose/eposé — Denunciar, denúncia. Dizia-se principalmente

de reportagens fazendo denúncias de pessoas por ligações comunistas.

Fascist — Fascista. Uma das acusações preferidas dos comunistas aos seus perseguidores.

Fear — Medo. O período macartista é também chamado o do Grande Medo/*Great Fear* (ver).

Fee — Taxa cobrada pelos “consultores” profissionais para levantar ou limpar fichas de suspeitos.

Fellow-traveller — Literalmente, companheiro de viagem. Aquele que não é comunista mas defende os direitos deste, às vezes como aliado.

Fifth Amendment — Quinta Emenda. É o dispositivo constitucional que dá ao cidadão o direito de não responder a perguntas que possam incriminá-lo. Invocando essa emenda, era possível escapar da acusação de desacato ao Congresso/*Contempt of Congress* (ver).

Fifth Amendment Communist — Comunista da Quinta Emenda. Expressão cunhada para rotular como comunista aquele que ousava invocar a Quinta.

Fifth Column — Quinta coluna, traidor. No período macartista, quinta coluna (também chamado “fifth columnist”) era o comunista.

Fight against fascism — Luta contra o fascismo. Um jargão comunista da época — a partir da aliança da Segunda Guerra Mundial.

File — Arquivo. Havia o do FBI, os das comissões investigadoras e também os de particulares. Ver *Matthews' file*, *Harnett's file*, *File 13*.

File 13 — Arquivo 13. Uma lista que atualizou, com mais nomes, a lista conhecida como *Red Channels* (ver).

Finger — Dedar, delatar.

Foley Square, Battle of — Batalha de Foley Square. Julgamento de dirigentes comunistas em 1949, no tribunal localizado nessa praça de Nova Iorque.

Firing Line — Linha de fogo. Nome de um boletim editado pelo Comitê Nacional de Defesa do Americanismo, da Legião Americana/*American Legion* (ver).

- First Amendment** — Primeira Emenda. A emenda constitucional que garante a liberdade de expressão.
- Foreign Agent** — Agente estrangeiro. Geralmente, acusação feita aos comunistas.
- Foreign born** — Estrangeiro. Usado quase sempre contra os judeus.
- Free** — Livre. Pessoa, país ou organização anticomunista.
- Free country** — País livre. Qualquer país não-comunista, ainda que governado por ditador feroz e sanguinário.
- Freedom** — Liberdade. Para os macartistas, o que existe do lado de cá da Cortina de Ferro/*Iron Curtain* (ver).
- Freedom of expression** — Liberdade de expressão. Para a esquerda, o que estava em xeque na caça às bruxas. Para os macartistas, o que não existia nos países comunistas.
- Free enterprise** — Livre empresa. Capitalismo, na visão dos comunistas.
- Free speech** — Liberdade de expressão. Ver *Freedom of expression*.
- Free World** — Mundo livre. O lado de cá da cortina de ferro/*Iron Curtain* (ver).
- Friendly witness** — Testemunha amistosa. A que colaborava com as comissões investigadoras. O mesmo que *cooperative witness* (ver).
- Front** — Pode significar tanto o testa-de-ferro que tentava vender roteiro no mercado negro/*blackmarket* (ver) para alguém da lista negra/*blacklist*, como qualificar uma entidade como de fachada/*front group* (ver).
- Front group/organization** — Grupo/organização de fachada do Partido Comunista. Incluído, na lista do procurador-geral/*Attorney General's List* (ver) ou em outras listas, mesmo de particulares.
- G-man** — Literalmente, homem-G (o G é de governo). Agente do governo que monitora comunistas, quase sempre agente do FBI.
- Goon squad** — Literalmente, esquadrão simplório. Apelido dado ao grupo de jornalistas que acompanhava o senador McCarthy, publicando credulamente tudo o que ele dizia.

Great fear — Grande medo. Expressão usada às vezes para definir o período McCarthy.

Greylist — Lista cinza. A daqueles que, vetados por alguns empregadores, eram usados por outros, mediante certos cuidados.

Guilt by association — Culpa por associação, base da maioria das acusações macartistas.

Guilt by kinship — Culpa por parentesco. A culpa de um filho cujos pais eram suspeitos. Ou de qualquer outro parente.

Hammer-and-sickle — Foice e martelo. Também usada para chamar alguém de comunista.

Hard-core red — Vermelhíssimo. Expressão destinada a explicitar a culpa do acusado.

Harnett's file — Arquivo de Harnett. Relativo ao arquivo anti-comunista colecionado por Vincent Harnett, um caçador obcecado. Ver Arquivo/*File*.

HCUA — Iniciais de House Committee on Un-American Activities (Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara), mais conhecida como *HUAC* (ver).

Hearings — Audiências, geralmente da *HUAC* (ver).

Hearsay — Boato, rumor. Frequentemente, a única base das acusações macartistas.

HISC — Iniciais de House Internal Security Committee (Comissão de Segurança Interna da Câmara), novo nome dado à *HUAC* (ver).

Hollywood Nineteen — Os dezenove de Hollywood. O grupo de testemunhas inamistosas (ver *unfriendly witness*), depois reduzido aos Dez de Hollywood/*Hollywood Ten* (ver).

Hollywood Ten — Os Dez de Hollywood. O grupo que desafiou a *HUAC* (ver) e acabou cumprindo pena de prisão por desacato ao Congresso/*contempt of Congress* (ver).

HUAC — Sigla com que ficou mais conhecida a *HCUA* (ver), aparentemente graças aos esforços de seus adversários para ridicularizá-la. A *HUAC* foi a principal comissão de investigação macartista do Congresso, já que a do senador McCarthy atuou durante um curto período e sua jurisdição ficava oficialmente limitada às operações do governo.

Hunted — Caçado. Vítima da lista negra/*blacklist* (ver), também chamado de *blacklistee/blacklisted* (ver).

Hunter — Caçador. Aquele que criava a lista negra/*blacklist* (ver), também chamado *blacklister* (ver).

Infiltration/Infiltrator — Infiltração/aquele que se infiltra. Refere-se geralmente aos comunistas. Eventualmente, um agente do FBI infiltrado entre os comunistas.

Informant — Informante, alcagüete. Quando sua identidade era protegida com rigor, tornava-se *confidential informant* (ver).

Informer — delator, dedo-duro. No episódio da caça às bruxas, o termo era aplicado principalmente àqueles que fraquejavam ante as comissões investigadoras e entregavam nomes de ex-companheiros. Também chamado *friendly witness* (ver).

Innuendo — Insinuação, alusão. Uma das técnicas macartistas de acusação.

Internal Security — Segurança interna. Expressão-chave usada para justificar a caça às bruxas.

International Communist conspiracy — Conspiração comunista internacional. Um chavão do período, geralmente abreviado, nas manchetes alarmistas dos tablóides, para *red plot* (ver).

Invoke the Fifth — Invocar a Quinta Emenda/*Fifth Amendment* (ver). Artifício que permitia deixar de responder a perguntas das comissões investigadoras sem risco de ser processado.

Invoke the First — Invocar a Primeira Emenda/*First Amendment* (ver). Expediente usado sem sucesso pelos Dez de Hollywood/*Hollywood Ten* (ver), a pretexto de que as perguntas dos interrogadores violavam as garantias de liberdade de expressão contidas nessa emenda à Constituição.

Iron Curtain — Cortina de ferro. Palavras empregadas num discurso por Winston Churchill para caracterizar o bloco de países liderados pela URSS. A expressão fora usada antes por dois ministros de Hitler, especialmente o da Propaganda (Goebbels). Originalmente atribuída a Clemenceau, no contexto de um ataque aos soviéticos.

Jim Crow/Jim Crowism — Estereótipo negro do século XIX,

cuja utilização caracteriza (ou denuncia) uma atitude racista, ofensiva aos negros.

Joe — Abreviatura de Joseph, tornou-se comum como alusão a Stalin nas colunas de jornalistas anticomunistas. Dizia-se que alguém estava a serviço de Joe, era criatura de Joe (ver *Stalin's little creature*), etc.

Kept witness — Testemunha cativa. Dizia-se das testemunhas profissionais/*professional witness* (ver), geralmente ex-comunistas.

Late confessor — Aquele que admitia tardiamente seu passado comprometedor. Usada por John Wayne para criticar o comportamento do colega Larry Parks.

Left/Leftist/Left-wing — Esquerda, esquerdistas. Ao tempo do macartismo, uma acusação quase igual a comunista, embora alguns esquerdistas, como o escritor trotsquista James Farrell e o anarquista John dos Passos fossem abominados pelo partido.

Letter-writing campaign — Campanha de cartas, enviadas a estúdios de cinema, produtores, emissoras de rádio e televisão, agências de propaganda, patrocinadores, etc., com o objetivo de dar a impressão de que o público queria o expurgo de determinadas pessoas. Geralmente era campanha dirigida por uma organização de extrema direita, que não hesitava em usar numerosos nomes supostos, num esforço para impressionar e intimidar os que empregavam suspeitos.

Libel suit — Processo de difamação. Reação de algumas vítimas da perseguição macartista, poucas das quais tiveram êxito.

Liberal — Liberal. Caso não fosse um liberal da Guerra Fria/*Cold war liberal* (ver), vociferando contra a ameaça vermelha, era acusado de cumplicidade com os comunistas.

Liberal informer — Delator liberal. O liberal que fraquejava ante os interrogadores do Congresso, dispondo-se a fornecer nomes de pessoas consideradas suspeitas. O que não tinha pertencido ao partido, ficava em situação especialmente difícil, já que nem sempre sabia de fato quem era comunista ou não.

Liberal press — Imprensa liberal, principalmente *The New York Times*.

Loyal — Leal, patriota. Nos anos 50, só anticomunista era patriota.

Loyalty/Loyalty Board/Loyalty Oath/Loyalty Program — Lealdade, Comitê de Lealdade, Juramento de Lealdade, Programa de Lealdade. O programa, que criava os comitês em repartições públicas, exigindo juramentos dos funcionários de que nunca tinham sido comunistas, marca o início do expurgo no governo, ainda na administração democrata de Harry Truman.

Lynch-mob — Turba de linchamento. Dizia-se dos caçadores de bruxas, empenhados na tarefa de enxovalhar reputações.

Mail campaign — Campanha de correspondência. O mesmo que *Letter-writing campaign* (ver).

Manchurian Candidate — Candidato da Manchúria. Obsessão segundo a qual os comunistas conseguiriam um dia instalar na presidência dos EUA um candidato que sofrera lavagem cerebral enquanto prisioneiro de guerra (durante a guerra da Coréia). Essa obsessão (cujo nome foi fornecido por um romance de Richard Condon, publicado em 1959 e também adaptado à tela) motivou controverso programa de controle da mente na CIA.

Masses & Mainstream — Título de uma editora e uma revista de intelectuais ligados ao Partido Comunista nos anos 50.

Matthew's file — Arquivo de J. B. Matthew. Lista de nomes, também conhecida como *Appendix Nine* (ver).

May Day Parade — Desfile de Primeiro de Maio, que costumava ser organizado pelo Partido Comunista americano antes da histeria macartista. Nas fotos antigas desses desfiles e solenidades correlatas, os caçadores de bruxas tentaram anos depois identificar pessoas (em alguns casos, houve grosseiros erros de identificação) para ampliar a lista negra/*blacklist* (ver).

McCarthyism — macartismo.

Moscow favorite — Favorito de Moscou. Uma das expressões usadas para estigmatizar pessoas. Equivalente a *Stalin's little creature* (ver) e outras.

Moscow trials — Julgamentos de Moscou. A expressão refere-se aos julgamentos e expurgos stalinistas de 1938 e 1939, larga-

mente explorados na retórica anticomunista dos anos 50, para justificar a caça às bruxas.

Motherland — Pátria-mãe. Usada para ligar um comunista ou simpatizante à URSS. Às vezes, usada pelos próprios comunistas para se referir à URSS.

MPA/MPAPAI — Iniciais usadas para identificar a Motion Picture Alliance for the Preservation of American Ideals (Aliança do Cinema para a Preservação dos Ideais Americanos), criada bem antes do período da histeria macartista. Reunia os mais fervorosos anticomunistas de Hollywood, mais tarde atuantes na caça às bruxas.

Named communist — Comunista apontado. Expressão com que se designava alguém que tinha sido apontado como comunista em depoimento nas comissões do Congresso. A palavra *named* ressalva a limitada responsabilidade de quem usava a expressão, já que a identificação poderia ter sido feita equivocadamente por alguma testemunha excessivamente zelosa, sem prova alguma.

Name names/Naming names — Dar nomes. O ato de delatar pessoas perante as comissões investigadoras, por parte de testemunha amistosa/*friendly witness* (ver).

Nazi-Soviet Pact — Pacto Nazista-Soviético. Também chamado de Pacto Hitler-Stalin, é o documento firmado por Berlim e Moscou em agosto de 1939 e que prevaleceu até junho de 1941. Provocou mudança radical na linha do PC norte-americano, às vezes com efeitos desastrosos em seus quadros.

New Deal/New Dealer — O programa do presidente Roosevelt e o nome dado àqueles que participaram do governo na época. Para os caçadores de bruxas, New Dealer e comunista eram praticamente a mesma coisa, já que a direita apontava Roosevelt como cúmplice do comunismo e responsável pelos vinte anos de traição/*twenty years of treason* (ver).

New Masses — Nome dado a uma nova fase da *Masses & Mainstream* (ver).

Paper waving — O ato de acenar um documento, um papel. Parte da técnica do senador McCarthy, que não mostrava o documento de perto, limitando-se a acená-lo de longe para os jor-

nalistas, garantindo que ali estavam os nomes de 205, ou 57, ou 81, ou 4 comunistas infiltrados no Departamento de Estado — ou no governo, ou em qualquer parte.

Party — Partido. Geralmente referência ao Partido Comunista/*CP/CPUSA* (ver).

Party line — Linha do partido. Expressão muito comum nas denúncias dos caçadores de bruxas. Não podendo provar que alguém pertencia ao partido, eles relacionavam as posições do indivíduo com o objetivo de mostrar que coincidiam com a linha do partido.

Past association — Associação passada. Na prática, o mesmo que *Communist association* (ver).

PCA — Iniciais de Progressive Citizens of America (Cidadãos Progressistas da América), o grupo criado por intelectuais, às vésperas da eleição presidencial de 1948, para apoiar o candidato Henry Wallace. Para os caçadores de bruxas, uma organização de fachada/*front group* (ver).

Peekskill — Nome de uma localidade no norte do estado de Nova Iorque, onde a realização de um espetáculo de Paul Robeson provocou violenta reação da extrema direita, a pretexto de combater o comunismo. Os distúrbios de Peekskill tornaram-se um marco do período.

People — Povo ou popular, conforme o contexto em que aparece a palavra. Frequentava o jargão comunista.

People's Education Center — Centro de Educação Popular, criado na Universidade da Califórnia antes da histeria macartista. Alguns dos professores eram comunistas, entre eles escritores do grupo *Hollywood Ten* (ver).

Petition — Uma espécie de abaixo-assinado, contra ou a favor de alguma coisa, encabeçado por comunistas ou simpatizantes ao tempo da luta contra o fascismo/ *Fight against fascism* (ver). Nos anos seguintes, eram fontes de nomes para a lista negra/*blacklist* (ver).

Petition signers — Aqueles que assinavam abaixo-assinados.

Pink — Rosa. Acusação a pessoas consideradas simpatizantes. Nixon chamou sua adversária na eleição para o Senado, Helen Gahagan Douglas, de “pink lady”.

Pinko — Expressão que buscava tornar o rosa/*pink* (ver) mais pejorativo no contexto macartista.

Pink group — Literalmente, grupo rosa. Entidade ou organização considerada aliada dos comunistas.

Plain Talk — Literalmente, conversa franca. Nome de publicação de extrema direita, ativa na caça às bruxas.

Police Spy — Espião da polícia. Geralmente uma acusação de comunistas e seus aliados a pessoas suspeitas de serem agentes.

Pro-communist — Pró-comunista. Simpatizante ou suspeito de apoiar os comunistas. Aplicado geralmente a liberais de esquerda.

Professional anti-communist — Anticomunista profissional. Ocupação que teve adeptos extremamente zelosos no período.

Professional witness — Testemunha profissional. Geralmente ex-membros do partido, extremamente prolíficos no fornecimento de nomes de suspeitos. Também chamados *kept witness* (ver). Um dos mais notórios, Harvey Matusow, escreveu o livro *False Witness*, declarando que seus testemunhos eram falsos, encomendados por pessoas interessadas, em troca de pagamentos altamente compensatórios.

Progressive — Progressista.

Progressive Party — Partido Progressista. Apoiou Henry Wallace para presidente, tornando-se alvo das denúncias da direita. Ver *Commugressive* e *PCA*.

Public hearing — Audiência pública (das comissões investigadoras do Congresso). O contrário de *executive session* (ver).

Pumpkin papers — Documentos da abóbora. Rocamboloso episódio do caso Alger Hiss, cujo acusador — a testemunha profissional Witakker Chambers — disse ter escondido documentos reservados na abóbora de uma fazenda.

Puppet — Fantoche. Acusação dos caçadores a supostos simpatizantes, equivalente a *dope*, *dupe*, *pinko*, *comsymp* (ver), etc.

Purge — Expurgo. Tanto os de Stalin como os do macartismo.

Racist — Racista. Acusação freqüente dos comunistas aos investigadores, alguns dos quais deixavam claro seu anti-semitismo e, às vezes, até vínculos com a Ku Klux Klan sulista. Ver *anti-negro* e *anti-semitic*.

Radical — Radical. Tanto os comunistas, como os herdeiros da tradição de denúncia dos poderosos, que marcou em especial o jornalismo dos EUA.

Recant — Retratar-se. Parte do ritual de purificação exigido de esquerdistas arrependidos.

Reactionary — Reacionário. Do jargão comunista da época. Usada contra os perseguidores e investigadores.

Reckless charge — Acusação irresponsável. Geralmente feita pelos caçadores de bruxas.

Red — Vermelho. Usada como equivalente a comunista, especialmente nas manchetes de jornais.

Red-bait/Red-baiting/Red-baiter — Literalmente, atormentar vermelho, atormentador de vermelho. Diz-se dos que se dedicam obsessivamente à denúncia de comunistas.

Red causes — Causas vermelhas. As mais variadas, desde que tenham apoio dos comunistas. Até a dos republicanos espanhóis ou a denúncia do fascismo.

Red Channels — Literalmente, canais vermelhos. Título de uma lista de nomes publicada em relatório especial da revista *Counterattack* (ver) e que se tornou uma espécie de bíblia de emissoras e patrocinadores antes de escolha do elenco de seus programas de rádio e TV.

Red conspirator — Conspirador vermelho. Usado com frequência em relação a comunistas.

Red expert — Especialista vermelho. Outra expressão para designar os especialistas e testemunhas profissionais/*professional witness* (ver) das comissões investigadoras.

Red Hunt — Caça ao vermelho. O mesmo que *witch-hunt* (ver).

Red Hunter — Caçador de vermelhos.

Red Menace — Ameaça Vermelha. Expressão que esteve em moda logo após a Revolução de 1917, retornando às manchetes nos anos 40 e 50.

Red Network — Literalmente, rede comunista. Título de livro publicado em 1934, num esforço para desencadear a caça às bruxas que se concretizou apenas 15 anos depois.

Red plot — Complô vermelho. Especialmente usado nas man-

chetes alarmistas dos tablóides de grande circulação, é uma síntese da expressão *international communist conspiracy* (ver).

Red scare — Medo vermelho. Equivalente a *Great Fear*, também usada para designar o período macartista.

Red web — Teia vermelha. Outra expressão das manchetes de tablóides para a conspiração comunista internacional/*international communist conspiracy* (ver).

Rehabilitation — Reabilitação. Processo de recuperação de empregos perdidos durante a caça às bruxas. O mesmo que *clearance* (ver).

Repentance — Arrependimento. Exigido daqueles perseguidos que se submetem ao ritual da purificação, mediante *clearance* (ver).

Security — Segurança. Palavra mais ou menos mágica no período, geralmente usada na expressão *internal security* (ver).

Security files — Arquivos de segurança do governo. Ver *files*.

Security officer — Oficial de segurança. Cargo comum na área do governo e também criado por empresas privadas, especialmente na indústria do entretenimento, onde o ocupante ficava encarregado de monitorar as pessoas antes ou depois de serem contratadas, levantando os antecedentes.

Security risk — Risco de segurança. Acusação ligeiramente menos grave do que a de comunista. Significava que a pessoa não merece confiança.

Sedition — Sedição. Crime de que eram acusados os comunistas.

Self-censorship — Autocensura. Prática de que eram acusados até os jornais liberais ao tempo do macartismo.

Self-incrimination — Auto-incriminação. O que se procurava evitar, ao ser invocada a Quinta Emenda/*Fifth Amendment* (ver).

Sign, The — Literalmente, o sinal. Nome de uma publicação católica de Nova Iorque, dedicada à caça às bruxas.

Sing — Cantar. Na gíria da época, confessar, delatar.

SISS — Iniciais da Senate Internal Security Subcommittee (Subcomissão de Segurança Interna do Senado), uma das mais ativas na caça às bruxas.

Shut the mouth — Fechar a boca, não confessar e nem delatar. O contrário de *sing* (ver).

Smear sheet — Folha de difamação. Nome dado por vítimas do macartismo às publicações dedicadas a enxovalhar a reputação das pessoas.

Soft on communism — Mole com o comunismo. Antiga e eterna acusação aos que não se mostram suficientemente anticomunistas.

Soviet agent — Agente soviético. Acusação habitual aos comunistas, como parte da *international communist conspiracy* (ver).

Soviet espionage ring — Rede de espionagem soviética. Expressão usada para caracterizar o partido no contexto da *international communist conspiracy* (ver).

Spotlight — Literalmente, refletor. Nome de publicação dedicada a expor comunistas.

Spy ring — Rede de espiões. Outra expressão comum nas manchetes alarmistas dos tablóides de grande circulação.

Stalin's little creature — Criaturinha de Stalin. Expressão que servia para acusar alguém de comunista. Variante: *Stalin's stooges* (patetas do Stalin). Havia ainda referências a Stalin como *Joe* (ver).

Stoolie — Diminutivo pejorativo para *stool pigeon* (ver). Podia ser também *stooley*.

Stool pigeon — Gíria para delator da polícia.

Subversion/subversive — Subversão/subversivo. Aplicadas rotineiramente ao comunismo e seus adeptos.

Sucker — Sugador. Geralmente usado pelos acusadores para designar quem eles consideram inocentes úteis, pessoas que se deixam iludir pelos comunistas. O mesmo que *dupe*, *dope* (ver) e outros.

Sympathizer — Simpatizante. Maneira simplificada de chamar alguém de simpatizante comunista.

Tablet — Publicação macartista de difamação, editada no Brooklyn, NI.

Take the Fifth — Literalmente, tomar a Quinta. O mesmo que *invoke the Fifth* (ver).

Tenney's committee — Versão californiana da *HUAC* (ver),

presidida pelo deputado estadual Jack B. Tenney, monitorava o pessoal de Hollywood.

Thought control — Controle do pensamento. Considerado pelos comunistas e liberais de esquerda como verdadeiro objetivo das comissões de investigação. Um seminário sobre controle do pensamento foi realizado em Hollywood pouco antes da investigação da *HUAC* (ver).

Too tall/Too short — Alto demais, baixo demais. Desculpas usadas para rejeitar atores ou atrizes quando o produtor, o estúdio, a emissora, o patrocinador ou a agência não queria confessar que a pessoa estava na lista negra/*blacklist* (ver).

Un-American — Antiamericano, na tradução usual no Brasil (na verdade, não-americano parece mais adequado). Pessoa considerada em desacordo com os princípios do *americanismo* (ver). A expressão é anterior ao fenômeno da caça às bruxas dos anos 40 e 50.

Unesco — Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura. Encarada como subversiva e ninho de comunistas pela direita norte-americana.

Un-christian — Não-cristão. Outra acusação comum aos comunistas e seus aliados.

Uncooperative witness — Testemunha que não coopera. O mesmo que *unfriendly witness* (ver).

Unfriendly witness — Testemunha inamistosa. Aquela que se negava a responder às perguntas dos investigadores, principalmente da *HUAC* (ver). Como os Dez de Hollywood/*Hollywood Ten* (ver). Todas iam automaticamente para a lista negra/*blacklist* (ver), de onde só saíam através do processo de *clearance* (ver).

Veteran organization — Organização de veteranos, ex-combatentes. A maioria de tais grupos dedicava-se com zelo e entusiasmo à caça às bruxas. A principal é a *American Legion* (ver).

Victim — Vítima. Na definição de Dalton Trumbo, tanto os que foram para a lista negra/*blacklist* (ver) como aqueles que, relutantemente, se tornaram delatores, submetendo-se à pressão intimidatória.

Vigilant — Vigilante. Designa indivíduos e grupos privados que

se entregam ao policiamento e purificação do país em nome do patriotismo e do anticomunismo. No passado mais remoto, linchadores do velho Oeste, que faziam justiça pelas próprias mãos.

War-monger — Literalmente, mercador de guerra. Acusação feita principalmente pelos comunistas aos que pregavam o ódio à URSS. Ver *cold warrior*.

We the Undersigned — Literalmente, “Nós os abaixo-assinados”. Facção criada antes da histeria macartista para combater a influência comunista no rádio e na televisão. A maioria de seus adeptos aderiu à caça às bruxas, como também ocorrera em Hollywood com a *MPA* (ver).

Witch-hunt — Caça às bruxas. Expressão cunhada a partir do episódio das feiticeiras de Salem no século XVII, retratado por Arthur Miller na peça *The Crucible*.

Woodstock — Marca da máquina de escrever de Alger Hiss, que teve importância como prova no caso em que a testemunha Whitaker Chambers acusava Hiss de pertencer a uma rede de espionagem.

Apêndice 2

A lista negra de Hollywood

Qualquer balanço da lista negra fica prejudicado pelo próprio caráter mal definido de tal instituição, não imposta por regras escritas (já que sua própria existência violava dispositivos legais) e freqüentemente alimentada e ampliada por pressão de indivíduos e grupos privados.

Ao mesmo tempo, era grande o número daqueles que, incluídos na lista e ameaçados na carreira profissional, submetiam-se rapidamente aos mecanismos de reabilitação (*clearance*) criados pelos próprios caçadores de bruxas, inclusive o clássico ritual da delação, sendo em seguida reinseridos no mercado de trabalho.

Existiam ainda os nomes atingidos apenas parcialmente — proibidos num estúdio, eram eventualmente usados em outro, que ou os considerava reabilitados (mediante alguma declaração formal, por escrito, renunciando aos ideais comunistas), ou não os encarava como suficientemente subversivos. A isso deu-se o nome, informalmente, de lista cinza (*greylist*).

Em seu livro *The Great Fear* (1978), David Cauter oferece talvez a relação mais ampla de vítimas que já se publicou, especificando o número de créditos de cada um antes e depois do mactismo e o tempo em que permaneceu na lista negra.

Na relação deste apêndice, deixei de lado os detalhes, mas acrescentei pelo menos quatro dezenas de nomes. Isso porque

Caute omitia gente tão importante como Howard Koch (roteirista de *Casablanca*), que entrou para a lista negra em 1951, quando já tinha 14 títulos em sua filmografia, e praticamente não voltou a assinar roteiros em Hollywood.

Feito o esclarecimento, aí vão os nomes, agrupados de acordo com as funções que exerciam em Hollywood:

PRODUTORES

Edward Chodorov (também escritor), Adrian Scott (também escritor).

DIRETORES

John Berry, Herbert Biberman (também escritor), Cyril Endfield, (também escritor), Michael Gordon, Lewis Milestone (também produtor), Irving Pichel (também produtor), Abraham Polonsky (também escritor), Robert Riskin (também produtor e escritor), Robert Rossen (também produtor e escritor), Bernard Vorhaus.

ESCRITORES (ROTEIRISTAS)

Eliot Asimov, Ben Barzman, Connie Lee Bennett, Leonardo Bercovici, Alvah Bessie, Walter Bernstein, Allen Boretz, John Bright, Harold Buchman, Sidney Buchman, Hugo Butler, Lester Cole, Howard Dimsdale, Edward Eliscu, Guy Endore, Carl Foreman, Morton Grant, Dashiell Hammett, Lillian Hellman, Edward Huebsch, Ian McLellan Hunter, Paul Jarrico, Gordon Kahn, Howard Koch, Millard Lampell, Ring Lardner Jr., John Howard Lawson, Robert Lees, Alfred Lewis Levitt, Ben Maddow, Albert Maltz, Sam More, Samuel Ornitz, Dorothy Parker, Maurice Rapf, Robert L. Richards, Frederick I. Rinaldo, Marguerite Roberts, Louise Rousseau, Waldo Salt, Irwin Shaw, Donald Ogden Stewart, Arthur Strawn, Dalton Trumbo, Richard Weil, John Wexley, Michael Wilson.

ATORES

Larry Adler, Orson Bean, Jocelyn Brando, J. Edward Bromberg*, John Brown*, Morris Carnovsky, Howland Chamberlain, Mady Christians*, Angela Clarke, Jeff Corey, Sarah Cunningham, Howard da Silva, Ludwig Donath, Paul Draper, Mary Virginia Farmer, David Fresco, John Garfield*, Will Geer, Jody Gilbert, Jack Gilford, Lloyd Gough, Uta Hagen, Marsha Hunt, Kim Hunter, George Keane, Victor Kilian, Tony Kraber, Canada Lee*, Madeleine Lee, Will Lee, Philip Loeb*, Paul McVey, Edwin Miller Max, Karen Morley, Zero Mostel, Jean Muir*, Albert M. Ottenheimer, Larry Parks, Stanley Prager, John Randolph, Anne Revere, Pete Seeger, Artie Shaw, Joshua Shelley, Everett Sloane, Art Smith, Gale Sondergaard, Lionel Stander, Elliot Sullivan, Dorothy Tree, George Tyne, Crane Whitley, Irene Wicker*, Frances Young*, Nedrick Young* (também escritor, sob o pseudônimo de "Nathan E. Douglas").

* Artistas cuja morte à época foi relacionada à perseguição macartista ou ao desemprego provocado pela lista negra.

Apêndice 3

Uma carta de Lillian Hellman

Uma carta dirigida pela escritora Lillian Hellman ao então presidente da Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara (HUAC), John S. Wood, datada de 19 de maio de 1952, deixa bem claro o dilema das pessoas que teriam preferido não invocar a Quinta Emenda (e tornarem-se “comunistas da Quinta Emenda”), mas o faziam com o objetivo de não terem de escolher entre a delação de colegas e a prisão por desacato ao Congresso.

Hellman fora intimada a depor porque um escritor de Hollywood, Martin Berkeley, citou o nome dela entre as pessoas presentes à casa dele, em junho de 1937, numa reunião realizada para criar a seção local do Partido Comunista. Na sua resposta à escritora, a HUAC afirmou que não poderia tolerar que uma testemunha impusesse as regras de atuação dos membros da comissão. Diante disso, Hellman invocou a Quinta, recusando-se a responder às perguntas — e entrou para a lista negra.

É a seguinte, na íntegra, a carta de Lillian Hellman:

19 de Maio de 1952

Deputado John S. Wood
Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara
Sala 226, Old House Office Building
Washington 25, D. C.

Caro Sr. Wood:

Como o senhor sabe, fui intimada a comparecer perante sua comissão a 21 de maio de 1952.

Estou disposta a responder, com a máxima boa vontade, às perguntas que se refiram à minha pessoa. Nada tenho a esconder dessa comissão e nada existe em minha vida de que me envergonhe. Meu advogado explicou-me que, pela Quinta Emenda, tenho o privilégio constitucional de negar-me a responder a quaisquer perguntas sobre minhas opiniões, atividades e vinculações políticas, nos termos do princípio que protege uma testemunha contra a auto-incriminação. Não desejo invocar esse privilégio. Estou pronta a testemunhar perante os representantes de nosso governo sobre minhas opiniões e minhas ações, sem levar em conta os possíveis riscos ou conseqüências.

Meu advogado alertou-me, no entanto, que ao responder às perguntas da comissão que digam respeito a mim, ficarei também obrigada a responder àquelas referentes a outras pessoas. E que, nesse caso, se me recusar a fazê-lo, poderei ser processada por desacato ao Congresso. Segundo a explicação dele, no momento em que eu responder às perguntas sobre minha pessoa, estarei abrindo mão dos direitos assegurados pela Quinta Emenda — podendo, então, ser forçada legalmente a falar também de outras pessoas.

Um leigo tem dificuldade para entender isso. Mas há um princípio que posso entender perfeitamente: não estou disposta, nem agora e nem no futuro, a trazer problemas para pessoas que, no relacionamento passado comigo, jamais agiram ou falaram de forma desleal ou subversiva. Nenhuma forma de subversão ou deslealdade me agrada. Eu não hesitaria em procurar as autoridades competentes para relatar qualquer coisa que pre-

senciassse nesse sentido. Para mim, no entanto, seria desumano, indecente e desonroso ferir pessoas inocentes, que conheci anos atrás, apenas para me salvar. Não posso e nem desejo violentar minha consciência para ajustá-la ao modismo do momento, embora há muito tempo tenha chegado à conclusão de que não sou uma pessoa política e de que não me sentiria bem em qualquer grupo político.

Fui criada na antiga tradição americana e aprendi certas coisas em casa: dizer a verdade, não prestar falso testemunho, não prejudicar o próximo, ser leal ao meu país e assim por diante. Em geral, sempre respeitei esses ideais de honra cristã, procurando ater-me a eles como pude. Estou convencida de que o senhor concorda com essas regras simples de decência humana e não espera que eu desrespeite a boa tradição americana na qual floresceram. Assim, gostaria de apresentar-me perante o senhor para falar sobre minha pessoa.

Estou disposta a abrir mão do privilégio contra a auto-incriminação e a contar, com franqueza, tudo o que os senhores queiram saber sobre minhas opiniões e minhas atividades, desde que a comissão concorde em não exigir que delate outras pessoas. Se a comissão não me der essa garantia, serei obrigada, na audiência, a recorrer ao privilégio da Quinta Emenda.

Ficaria grata se recebesse resposta a esta carta.

Sinceramente,

LILLIAN HELLMAN

Uma Traição Americana

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, a sociedade norte-americana foi abalada por uma onda de obscurantismo que ficou conhecida como “caça às bruxas”, numa alusão ao episódio da perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. “Ameaça vermelha” tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy o seu mais notório manipulador, a ponto de emprestar o nome ao neologismo criado para definir o fenômeno — “macartismo”.

A histeria macartista, cuja origem, afirmação e propagação este livro procura relatar, atingiu especialmente a chamada indústria do entretenimento (cinema, rádio e televisão), mas alcançou, com seu potencial destrutivo, todos os setores da sociedade. Suicídios, tragédias familiares e desemprego foram alguns dos efeitos visíveis da caça às bruxas, que envenenou o dia-a-dia dos norte-americanos, semeou suspeitas, fabricou listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.

Esse período de personagens trágicos, em que vilões e heróis às vezes se confundem no mesmo papel de vítimas, teve também seus beneficiários — gente que ganhou dinheiro e construiu reputação política às custas da desgraça alheia. Mais do que um Joe McCarthy, es-

tiveram entre eles os caçadores de bruxas Richard Nixon e Ronald Reagan, que recorreram à retórica obscurantista no caminho para a Casa Branca, ou o poderoso J. Edgar Hoover, que reinou até a morte no temido Bureau Federal de Investigações (FBI).

Todos eles aparecem no elenco de *Caça às Bruxas*, que acompanha a evolução do pesadelo a partir do nascimento da Guerra Fria, com suas devastadoras implicações domésticas. Dos artistas populares que se renderam por fraqueza aos acadêmicos sofisticados que até se deram ao requinte de oferecer fundamento intelectual à caça às bruxas, passando pelas vítimas de todos os matizes. Entre a submissão de uns e a coragem de outros, o conjunto de lições de uma geração.

O AUTOR Argemiro Ferreira é mineiro, jornalista com passagem pelos mais importantes veículos de comunicação do país. Começou a sua carreira em Belo Horizonte, aos 21 anos, como crítico de cinema, quando tomou conhecimento pela primeira vez da realidade da “caça às bruxas” de Hollywood. Este livro resulta desse interesse permanente pelo assunto que acabou por arrastar o autor ao estudo das origens da guerra fria, do fluxo da informação e dos problemas internos dos EUA. Publicou o livro “Informação e Dominação”, dezenas de artigos sobre o macartismo e escreve regularmente sobre política internacional.

CAÇA ÀS BRUXAS

Macartismo: Uma Tragédia Americana

um livro de

Argemiro Ferreira

No final da Segunda Guerra, a sociedade norte-americana foi abalada por uma onda de obscurantismo que ficou conhecida como "caça às bruxas". A "ameaça vermelha" tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy, o seu mais notório manipulador.

Este livro trata da origem, afirmação e manipulação da histeria macartista, um verdadeiro pesadelo que tomou conta da América, deixando no seu rastro de destruição e suicídios, tragédias familiares, desemprego e medo. A "caça às bruxas" envenenou o dia-a-dia dos americanos, semeou suspeitas fabricou listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.

L&PM
EDITORES

15 anos
abrindo novos caminhos